



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Patrícia Ribeiro Silva Santos

Memórias reveladas:
a experiência de mulheres negras no PAIF através da História Oral

SÃO PAULO
2025

Patrícia Ribeiro Silva Santos

Memórias reveladas:
a experiência de mulheres negras no PAIF através da História Oral

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Bruna Cristina Neves Carnelossi.
Área de concentração: Política Social.
Linha de pesquisa: Assistência Social e Seguridade Social.

SÃO PAULO

2025

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Data: ___/___/2025.

Email: patriciaribeiroassistsocial@gmail.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Santos, Patrícia Ribeiro Silva
Memórias reveladas: a experiência de mulheres negras no PAIF
através da História Oral. / Patrícia Ribeiro Silva Santos. --
São Paulo: [s.n.], 2025.
199p. il. ; cm.

Orientador: Bruna Cristina Neves Carnelossi.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço
Social.

1. mulheres negras. 2. PAIF. 3. assistência social. 4.
racismo. I. Carnelossi, Bruna Cristina Neves. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

Patrícia Ribeiro Silva Santos

Memórias reveladas:
a experiência de mulheres negras no PAIF através da História Oral.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Bruna Carnelossi
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Marcia Campos Eurico
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Alan de Loilola Alves
Universidade Estadual Paulista-UNESP

Profa. Dra. Joana Maria Gouveia Franco Duarte
Assistente Social do Tribunal de Justiça de São Paulo

Prof. Dr. Ademir Alves da Silva
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

À minha amada mãe Ildir, ao meu pai Tião, ao meu irmão Sebastian Patrick, ao meu filho Zé e ao meu companheiro Elzo, que estão sempre ao meu lado me apoiando e orientando. A toda a população negra brasileira, que essa dissertação faça diferença nos espaços do Sistema Único de Assistência Social. Por um SUAS sem racismo!

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Processo n. 131075/2022-5

This work was carried out with support from the National Council for Scientific and Technological Development - CNPq. Process n. 131075/2022-5

AGRADECIMENTOS

Dissertar não é uma tarefa fácil, mas uma mulher negra escrever é ato de resistência e, parafraseando Conceição Evaristo, “palavras inteiras, cortadas, compostas, frases, não frases. [...] palavras plenas de sentido ou carregadas de vazio, dependuradas no varal da linha. Palavras caídas, apanhadas, surgidas, inventadas na corda bamba da vida”.

A Deus, pela inspiração divina, pelos livramentos, por me conceder saúde e sabedoria.

À minha mãe, Ildir, sem palavras para agradecer tanto apoio e afeto nessa caminhada, e por me ouvir nos momentos de indecisão durante esta escrita.

Ao meu companheiro, Elzo, que, ao longo do mestrado, teve que abrir mão de seu emprego para auxiliar nos cuidados com nosso filho, José Felipe. Meu companheiro e amor para a vida.

Ao meu filho, José Felipe, que, quando comecei este mestrado, tinha apenas 2 anos, tendo eu muitas vezes de me ausentar de momentos importantes do seu aprendizado para escrever esta dissertação. Filho, esta vitória também é sua. Eu te amo eternamente!

Ao meu pai, Sebastião, e ao meu irmão, Sebastian Patrick, por trilharem essa caminhada comigo e pela compreensão.

A Nathalie e José Reginaldo, coordenadores do CAPS, e aos demais companheiros(as) de trabalho do CAPS, que se tornaram amigos, pela cumplicidade, por entenderem minhas ausências e por tornarem meu trabalho, enquanto estive no CAPS Jaguariúna/SP, mais leve e feliz.

Às amigas que fiz durante minha trajetória de mestranda na PUC/SP: Aline, Priscila, Carolina, Greicieli, Iara, Cleo, Juliana Fracaro, Juliana Fernanda, Silvanice, Nathalia, Maura, Mari, Telma, Samara, Taís, Taís Helena, Ana, Daniela, com as quais compartilhei muitos aprendizados e que levarei todas no meu coração.

Ao coletivo de mulheres negras da PUC/SP, que, através das trocas nesse grupo, me fortaleceu enquanto discente negra e me acolheu no programa de pós-graduação. No cotidiano, existimos e (res)existimos diariamente nesta sociedade racista.

Ao corpo docente da PUC/SP, pelo conhecimento transmitido e pela oportunidade de aprender com grandes referências do Serviço Social, que dedicam

suas vidas ao ensino e ao aprendizado de muitos profissionais que compõem a categoria.

À minha orientadora, Profa. Dra. Bruna Carnelossi, que me orientou nesse período, o meu muito obrigada!

À banca examinadora à Profa. Dra. Márcia Eurico gostaria de expressar minha profunda gratidão pelo impacto que a senhora teve em minha vida acadêmica e pessoal. Sua dedicação, paciência e sabedoria são verdadeiras inspirações e ao Prof. Dr. Alan Loiola, pela disponibilidade para o diálogo e por compartilhar suas reflexões e contribuições desde o momento da qualificação, meu sincero agradecimento. Serei sempre grata aos professores por todo o apoio durante este processo.

Agradeço ainda aos professores Dra. Joana Franco Duarte e Dr. Ademir Alves da Silva por terem aceitado participar da banca examinadora como suplentes e pelas ricas contribuições a este trabalho.

A todas as mulheres negras, que nossas vozes ecoem nessa sociedade que teima em nos ignorar através do silenciamento. Somos a sustentação da sociedade brasileira.

Às mulheres negras que pude entrevistar, deixo meu agradecimento de forma especial, por se prontificarem a me auxiliar neste processo, cedendo seu tempo e partilhando suas experiências durante a pesquisa. Também agradeço à Coordenação e equipe do CRAS Satélite Íris por me acolherem e me orientarem durante a pesquisa. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, como bolsista, pelo apoio recebido dos trabalhadores desta Universidade, com um agradecimento especial a Andreia Fazekas, assistente de coordenação do PEPG em Serviço Social, pela atenção em todos os momentos de dúvida sobre o mestrado ao longo desses anos. Muito obrigada!

Ao CNPq na condição de bolsista integral e pela minha entrada na PUC/SP através das cotas. As cotas abrem portas!

Eu tenho um problema: meu ascendente é em Ariés. E eu tenho outro problema: é que eu sou a menina que nasceu sem cor. Pra alguns eu sou “preta”, para outras eu sou Preta, para muitos e muitos eu sou parda. Ainda que eu sempre tenha ouvido por aí que parda é cor de papel e a minha consciência racial quando me chamem de parda fique tão bamba quanto a autodeclaração de artista pop como Anitta quando pratica apropriação cultural. Eu sou a menina que nasceu sem cor porque eu nasci num país sem memória, com amnésia, que apaga da história todos os seus símbolos de resistência negra, que embranquece a sua população e trajetória a cada brecha, que faz da redenção de Can a sua obra-prima, Monalisa da miscigenação. E ô ode ao milagre da miscigenação, calcado no estrupo das minhas ancestrais, na posse de corpos que nasceram para serem livres, na violação de ventres que nunca deveriam ter deixado de serem nossos. E eu tenho outro problema... pô, eu não sei dar cambalhota e não importa que pra alguns eu seja a menina que nasceu sem cor, que falte melanina pra minha pele ser retinta, que os meu traços não sejam tão marcados. O colorismo é uma política de embranquecimento do Estado que por muito tempo fez com que eu odiasse os traços genéticos do meu pai herdados, me odiasse, me mutilasse, meu cabelo alisasse. Meninas pretas não brincam com bonecas pretas. Mas faço questão de botar no meu texto que pretas e pretos estão se armando, se amando. Porque me chamam por aí de parda, morena, moreninha, mestiça, mulata, café com leite, marrom bombom... Por muito tempo eu fui a menina que nasceu sem cor, mas um dia gritaram-me: NEGRA. E Eu respondi. Midria (2020)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar como as mulheres negras acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS Satélite Íris, em Campinas-SP, identificam o reconhecimento de suas necessidades como mulheres negras. Nesse sentido, pretende-se investigar se, e como, o trabalho social desenvolvido pelo PAIF no CRAS Satélite Íris aborda a dimensão étnico-racial com as mulheres negras, bem como quais são os desafios para a efetivação de um trabalho social comprometido com a luta antirracista e com as mulheres atendidas por essa política, no âmbito do SUAS. Para tanto, realizamos um estudo com abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e documental. Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado, com a participação de cinco mulheres negras acompanhadas pelo CRAS Satélite Íris. As entrevistas permitiram analisar, por meio da história oral, a trajetória dessas mulheres, a questão étnico-racial e seu acompanhamento no PAIF. Assim, o estudo desta temática se faz importante, pois este trabalho busca contribuir para processos de tomada de consciência das estruturas que o racismo produz, inclusive dentro de uma política pública de proteção social. O resultado da pesquisa Memórias Reveladas mostrou, por meio das falas de mulheres negras entrevistadas e acompanhadas no CRAS Satélite Íris pelo PAIF, que muitas enfrentaram e ainda enfrentam situações de racismo em sua vida cotidiana. Muitas vezes, elas são julgadas nos serviços, sendo vistas como "incapazes" de manter uma vida em famílias "normais". Essas mulheres são inseridas nesse espaço sem que se considerem as relações de gênero, classe e raça. Em uma sociedade capitalista, onde prevalece o discurso de que todos são iguais e que basta o esforço individual para ocupar determinados espaços, ignora-se que, no Brasil, a população negra é a mais atingida nesse processo. As falas dessas mulheres também revelaram o quanto o PAIF está distante de suas realidades e como suas vozes são importantes e valiosas para este trabalho, levando-nos a refletir sobre a necessidade de ultrapassar abordagens burocráticas e distantes da análise de quem, de fato, é a pessoa por trás do sujeito genérico "usuário(a)". Vivemos sob o mito da democracia racial, em que a raça, para muitos, não é vista como um fator determinante, nem mesmo na luta de classes.

Palavras-chave: mulheres negras. PAIF. assistência social. racismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how black women accompanied by the Family Protection and Integral Assistance Service (PAIF) of CRAS Satélite Íris, in Campinas-SP, identify the recognition of their needs as black women. In this sense, we intend to investigate whether, and how, the social work developed by PAIF at CRAS Satélite Íris addresses the ethnic-racial dimension with black women, as well as what are the challenges for carrying out social work committed to the struggle anti-racist policy and with women covered by this policy, within the scope of SUAS. To this end, we carried out a study with a qualitative approach, using bibliographic and documentary research. To collect data, interviews were carried out based on a semi-structured script, with the participation of five black women accompanied by CRAS Satélite Íris. The interviews allowed us to analyze, through oral history, the trajectory of these women, the ethnic-racial issue and their monitoring in the PAIF. Thus, the study of this topic is important, as this work seeks to contribute to processes of awareness about the structures that racism produces, including within a public social protection policy. The results of the Memórias Reveladas research showed, through the speeches of black women interviewed and monitored at CRAS Satélite Íris by PAIF, that many faced and still face situations of racism in their daily lives. They are often judged in services, being seen as "incapable" of maintaining a life in "normal" families. These women are inserted into this space without considering gender, class and race relations. In a capitalist society, where the discourse that everyone is equal and that individual effort is enough to occupy certain spaces prevails, it is ignored that, in Brazil, the black population is the most affected in this process. The speeches of these women also revealed how far PAIF is from their realities and how important and valuable their voices are for this work, leading us to reflect on the need to overcome bureaucratic approaches and distance from the analysis of who, in fact, is the person behind the generic subject "user". We live under the myth of racial democracy, in which race, for many, is not seen as a determining factor, not even in the class struggle.

Keywords: black women. PAIF. social assistance. racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Divisão dos habitantes de Campinas por sexo (2018-2021).....	52
Figura 2 – Quantidade de famílias por faixa de renda, ago/2024.....	55
Figura 3 - Divisão territorial da Assistência Social de Campinas - 2017	57
Figura 4 – Distribuição territorial dos serviços da PSB.....	61
Figura 5 – Áreas de abrangências do CRAS de Campinas (2017)	61
Figura 6 – Obra Romaria, Emerson Rocha	109

Imagens

Imagem 1 – Tentaram nos enterrar	62
Imagem 2 – Recorte de matéria do Jornal “Diário do Povo” de 13 de setembro de 1979 sobre a vida da população na área do Lixão da Pirelli	66
Imagem 3 – CRAS Satélite Iris -.....	69
Imagem 4 – Vista da rua Maria Neusa Belinteni no bairro Cidade Satélite Íris. Ao fundo predominam ruas de terra e uma grande favela.....	116
Imagem 5 – SUAS.....	138

Quadros

Quadro 1 – Perfil das mulheres negras entrevistadas na pesquisa	22
Quadro 2 – Taxa de desocupação por sexo e raça/cor.....	46
Quadro 3 – CRAS Satélite Iris.....	70
Quadro 4 – Atendimento CRAS Satélite Íris (2024)	71
Quadro 5 - Pessoas por sexo no território do CRAS Satélite Íris	72
Quadro 6 - Sobre o escolaridade nota-se uma prevalência do ensino fundamental .	72
Quadro 7 - População negra cadastrada no Cadastro Único	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentagem da população total, população em idade ativa e responsáveis por domicílios, por grupos sociais. Brasil, 2021.	41
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DAS	Distritos de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NCA	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes
NEPSAS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SESF	Serviço Especializado de Proteção Social a Família
SMASDH	Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos de Campinas/SP
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	“E EU NÃO SOU UMA MULHER?” A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	25
2.1	DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL: PERSPECTIVAS E VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA TRABALHADORA.....	27
2.1.1	Acirramento das desigualdades no cenário atual: impactos da COVID-19.....	42
2.2	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINAS E SUAS PARTICULARIDADES.....	47
2.3	CRAS SATÉLITE IRIS COMO TERRITÓRIO DE PESQUISA: ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINAS-SP.....	62
2.4	TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NO CRAS SATÉLITE IRIS EM CAMPINAS-SP.....	81
2.5	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CRAS EM NOME DA “IGUALDADE” DE DIREITOS?.....	97
3	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE HISTÓRICA E INTERSECÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO	108
3.1	ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS IRMANDADES NEGRAS.....	108
3.2	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSERVADORISMO E LUTA SOCIAL POR DIREITOS.....	113
3.3	DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE CONSTITUCIONAL EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO.....	121
3.4	AS LEGISLAÇÕES E NORMATIVAS DO SUAS E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO.....	137
3.5	POR UM SUAS ANTIRRACISTA	154
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERÊNCIAS.....	179
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..	193
	ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	197
	ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	199

1 INTRODUÇÃO

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história (Adiche, 2019, p. 26).¹

A história das mulheres negras atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS é o que essa dissertação de mestrado visa revelar, bem como o trabalho social desempenhado pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Satélite Íris de Campinas/SP. A análise do trabalho social com famílias desempenhado no PAIF com foco em sua dimensão étnico-racial requer entendimento do processo político e pedagógico utilizado na construção do plano de acompanhamento familiar, e seu papel no acompanhamento das mulheres negras e sua família. São inúmeras as expressões da questão social que se materializaram na vida dessas mulheres que são vítimas de uma sociedade racista e que vive o mito da democracia racial. É desafiador e me move compreender a pesquisa como um ato de resistência mediado pela utilização da História Oral como metodologia de trabalho.

Este trabalho começa com a minha própria história como mulher negra, mãe, trabalhadora e periférica. Na minha adolescência, fui beneficiária do programa Agente Jovem, na época ofertado pela Secretaria de Assistência Social do município de Ninheira - MG. Esse programa tinha como principal objetivo oferecer atividades que propiciassem o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, a ampliação de trocas culturais e intergeracionais, além do acesso à tecnologia, estabelecendo o compromisso do jovem com sua permanência no sistema de ensino.

Fui a primeira filha de Ildir e Tião, e a primeira neta dos meus avós Ceci e Antônio (in memoriam) a cursar uma graduação e, agora, um mestrado. Estudei na Escola Estadual de Ninheira - MG, e minha graduação foi realizada na Faculdade Pitágoras - Unopar. Em 2016, consegui, mediante processo seletivo, uma vaga no

¹ O perigo de uma história única, de Chimamanda Ngozie Adichie (Companhia das Letras, 2019), é a terceira palestra que a autora nigeriana ministrou para o TED Talks que acabou virando livro, tamanha a importância do assunto tratado. De forma bem simples, Chimamanda fala sobre o perigo (constante, e do qual ninguém está livre) de nos apegarmos a uma única narrativa, dando exemplos da própria trajetória. Nós, seres humanos, somos feitos de histórias. Tudo o que sabemos e transmitimos é história, é construção social. Pensar nos perigos de uma história única vai bem mais além, portanto, de apenas ouvir os dois lados da história. Livrarmo-nos das armadilhas da história única requer rever nossos próprios conceitos, pensar e pelo menos tentar entender o porquê de pensarmos determinadas coisas sobre pessoas, entidades, países etc.

programa de aprimoramento profissional na Unicamp, que resultou em uma especialização.

O aprimoramento foi de grande importância para minha trajetória, pois, pela primeira vez após minha formação, estive em uma universidade pública. Foi nesse momento que percebi que o direito à educação deveria ser para todos. Infelizmente, esse direito nos é muitas vezes negado enquanto pessoas negras, como uma forma de nos impedir de acessar espaços historicamente excluídos, como as universidades. Foi ali, na Unicamp, que pude sonhar com a possibilidade de cursar um mestrado.

Meu ingresso no mestrado em Serviço Social foi possibilitado pelas aproximações bibliográficas com a temática das relações étnico-raciais. Esse percurso me levou a contar a história de mulheres negras, como aquelas que vieram antes de mim. Se hoje estou no mestrado, é graças à luta e resistência de muitas mulheres negras, incluindo as que entrevistei, que me permitiram realizar essa travessia. Infelizmente, em uma sociedade racista, as marcas desse contexto atravessam nossos corpos, reafirmando um lugar de negação e desumanização.

As inquietações em torno do exercício do trabalho profissional como assistente social decorrem da minha trajetória no Sistema Único de Assistência Social, ainda como estagiária em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na cidade de Ninheira, no interior de Minas Gerais. Nesse contexto, o contato com grupos, oficinas e atividades no serviço me levou a questionar por que o quesito raça/cor era raramente perguntado e ainda menos discutido no acompanhamento das famílias pelo PAIF.

Ainda na Política de Assistência Social, pude atuar no CREAS, na cidade de Itapira, interior de São Paulo, acompanhando famílias pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA)². Durante esses acompanhamentos, percebi que, ao chegarem ao serviço, seus corpos eram frequentemente tratados como perigosos, com a suposição de que estavam ali por terem escolhido praticar atos infracionais. Essa visão desconsiderava a lógica do

² BRASIL. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.... Brasília, DF: 19 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

sistema capitalista, somada ao racismo, como a maior violação dos direitos desses adolescentes e de suas famílias.

O racismo que permeia a vida dessas famílias, quando elas são encaminhadas aos serviços da Assistência Social, não era abordado nas intervenções. Além disso, quando o racismo era identificado nas falas das pessoas negras atendidas, ele era tratado de forma individual, e não como uma expressão do racismo estrutural presente na sociedade.

A proposta deste trabalho nasce da inquietação gerada pelo debate sobre o resgate histórico da Política de Assistência Social, com o intuito de descrever e entrelaçar as histórias de escravização e resistência da população negra e a atual política pública que atende essa mesma população, a qual tem menos acesso aos direitos sociais neste país, com foco nas mulheres negras acompanhadas por essa política.

Ramos (1995, p. 215) reflete sobre a condição do negro no meio acadêmico, distinguindo entre o 'negro-tema', visto como objeto estático e exótico nas pesquisas, e o 'negro-vida', sujeito real, dinâmico e em constante transformação, que não se limita a definições fixas.

Sempre me preocupou a percepção de que as normativas que sustentam o SUAS, embora projetem grandes avanços conceituais sobre cidadania, família e proteção social, como garantia de direitos humanos e sociais à população mais vulnerável, pouco trazem sobre a dimensão étnico-racial nesse trabalho.

Este trabalho apresenta, assim, uma leitura buscando contribuir para processos de tomada de consciência acerca das estruturas que o racismo produz, inclusive dentro de uma política pública de proteção social.

A Política da Assistência Social se apresenta em uma dimensão universal, sendo o grande desafio do SUAS em sua execução garantir o respeito à diversidade e à pluralidade de existência. Nesse contexto, olhar para situações de vulnerabilidades de pessoas e famílias usuárias do SUAS implica reconhecer a necessidade de aproximação com reflexões sobre o quão profundas são as marcas do colonialismo, da escravidão, que resultam em desigualdades sociais que vivenciamos em nosso país e em nossos corpos.

Apesar da comprovação científica, do ponto de vista biológico, de que só existe uma raça, a humana, as desigualdades raciais evidenciam a distância entre essa

conclusão e a realidade vivida por pessoas com ancestralidade africana (CFESS, 2016).

Segundo Costa (2020, p. 33), “a quebra de hegemonia causa incômodos”, que de maneira covarde nos impedem de encararmos questões cruciais dessa sociabilidade fundada em opressões de diversas ordens:

O que Santa inquisição não se pergunta, ou simplesmente não está interessada, é: qual a condição racial dos famélicos? Dos encarcerados? Dos que vivem nas ruas? Para ser mais específica, no Brasil, por exemplo, como é possível falar de classe trabalhadora desconsiderando relações raciais? O que tem blindado nosso entendimento para compreender essa realidade em termos raciais? Quais as implicações dessa aparente cegueira da raça em nossas atividades profissionais? E mais, suas implicações para a reprodução de uma sociedade moldada pelo racismo? (Costa, 2020, p. 33).

Esta pesquisa visa encarar a realidade do trabalho social executado pelo PAIF em termos raciais, posto de outro modo, visa racializar o debate sobre o trabalho social no SUAS. E, assim, desvelar essa aparente cegueira da raça em nossas atividades profissionais no âmbito da assistência social. Tem-se aqui por pressuposto que encarar essa cegueira é fator primeiro para um trabalho social antirracista no SUAS.

A partir de um olhar radical, além do que dito, e considerando as legislações e produções acadêmicas, considero a seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: Como a dimensão étnico-racial é trazida no trabalho social com as mulheres negras no âmbito do PAIF executado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Satélite Iris, pertencente à região Noroeste da cidade de Campinas? Ou melhor, como as mulheres negras são vistas nesses serviços?

Nesse sentido, entende-se fundamental que a dimensão étnico-racial seja incorporada no trabalho social no âmbito do PAIF, mas não só, o princípio e as ações antirracistas devem pautar todas as ofertas no SUAS.

Este estudo tem como objetivo principal analisar como as mulheres negras acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF do CRAS Satélite Iris identificam o reconhecimento de suas necessidades como mulheres negras. Nesse sentido, pretende-se investigar se, e como, o trabalho social desenvolvido pelo PAIF no CRAS Satélite Iris em Campinas – SP aborda a dimensão étnico-racial com as mulheres negras. Para tanto, será necessário conhecer os aspectos étnico-raciais e de gênero na Política de Assistência Social e, por fim,

analisar alguns desafios de efetivação do trabalho social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS comprometidos com a luta antirracista.

Este trabalho foi submetido na plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética sob o n. 79556024.5.0000.5482.

As mulheres negras foram escolhidas como sujeitas de pesquisa porque, de acordo com Bell Hooks (2014, p. 18):

Eu não sou uma mulher? O nosso silêncio não era meramente uma reação contra as mulheres brancas liberacionistas ou um gesto de solidariedade para com os homens negros patriarcas. Era o silêncio das oprimidas – o profundo silêncio causado pela resignação e aceitação de um único destino. A socialização racista, sexista condicionou-nos a desvalorizar a nossa feminilidade e a olhar a raça como o único rótulo importante de identificação. Por outras palavras, foi-nos pedido que negássemos uma parte de nós próprias.

Com base em uma visão dinâmica e dialética, busca-se compreender as interações entre relações étnico-raciais, gênero e classe, analisando como esses processos históricos, aliados a outros fatores, afetam de maneira específica a população negra, especialmente as mulheres, na vida social. Essa análise também considera a dimensão de classe, já que o foco recai sobre o público atendido pela Política de Assistência Social, caracterizado pela carência de condições socioeconômicas básicas. Longe de uma perspectiva unilateral de dominação passivamente aceita, destaca-se a resistência desse grupo, seja em ações individuais ou coletivas (Ferreira, 2017).

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que, conforme Minayo (2011), destaca-se por explorar aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Esse método permite aprofundar-se nas relações sociais, desvendando suas complexidades.

Complementando esse entendimento, Martinelli (1999, p. 21):

Defende que a pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, [sendo] na busca dos significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador.

Dessa forma, a referida autora explica que o método empregado numa pesquisa é:

[...] sempre uma opção política e, no caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundado na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades. A explicitação das intencionalidades, a construção ética da pesquisa, o respeito aos participantes e à sua livre expressão são fundamentais nesta metodologia que nos coloca em contato direto com os sujeitos, permitindo-nos conhecer sua vida cotidiana, seu modo de ser, de resistir, de expressar-se pela mediação da arte e de reivindicar direitos (Martinelli, 2019, p. 29).

O método utilizado nesta pesquisa considera o materialismo histórico-dialético porque contribui para o entendimento do movimento histórico dessa sociedade brasileira colonial, com histórias de escravização e resistência da população negra, bem como, através das memórias reveladas por mulheres negras vinculadas no PAIF, por meio da técnica da história oral.

Marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma teoria sociológica importante. Enquanto método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais (Minayo, 2009, p. 24).

A dialética valoriza a relação entre quantidade e qualidade, as contradições das ações humanas e o movimento contínuo entre parte e todo, bem como entre interioridade e exterioridade dos fenômenos (Minayo, 2009).

Segundo Queiroz (1987), o indizível nos relatos orais refere-se às vivências, emoções e experiências dos indivíduos que não são explicitamente registradas em documentos, mas que possuem um valor crucial para a transmissão e preservação do conhecimento. Esses conteúdos, presentes no acervo dos grupos sociais, são fundamentais para a integração e identificação do indivíduo com seu contexto e tempo (Queiroz, 1987 *apud* Rojas, 2012, p. 90):

O relato oral e especificamente a técnica da história de vida permitiu trazer fatos, sentimentos, registros da lembrança pessoal, privada, silenciosa para converter-se em experiência social, quando sobre eles reflete-se politicamente. Aqui o termo politicamente está referido à elaboração da reflexão em um espaço social determinado, em um tempo historicamente determinado

Para tanto, foram convidadas para participar desta pesquisa cinco mulheres negras, cujos critérios de participação foram: estar vinculadas ao PAIF e ter aceitado

participar da pesquisa. A participação dessas mulheres ocorreu a partir da aproximação das profissionais do CRAS Satélite Íris, que apresentaram algumas possíveis participantes da pesquisa.

Assim, apresento as mulheres negras entrevistadas, às quais atribuí o nome fictício de Flores, a fim de dar maior visibilidade às participantes da pesquisa, para que suas histórias se tornem vivas. Esse é também um gesto de agradecimento a elas por compartilharem comigo um pouco de sua trajetória.

Quadro 1 – Perfil das mulheres negras entrevistadas na pesquisa

 PERFIL DAS MULHERES NEGRAS ENTREVISTADAS E ACOMPANHADAS PELO CRAS SATÉLITE IRIS-CAMPINAS/SP					
NOME	IDADE	IDENTIDADE DE GÊNERO	Nº FILHO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
GIRASSOL	42	MULHER CIS	3	Médio Completo	O trabalho doméstico é para além dos cuidados com os filhos.
LÍRIO	42	MULHER CIS	2	Fundamental Completo	O trabalho doméstico é para além dos cuidados com os filhos.
ORQUÍDEA	63	MULHER CIS	5	Fundamental Completo	Aposentada
MARGARIDA	57	MULHER CIS	5	Fundamental Completo	O trabalho doméstico é para além dos cuidados com os filhos.
VIOLETA	33	MULHER CIS	4	Fundamental Completo	Faxineira

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A escolha de pesquisar o CRAS Satélite Íris surgiu como ponto de partida, pois, além de ser o território de moradia desta discente, a região Noroeste da cidade de Campinas, segundo dados da Prefeitura de Campinas do grupo de trabalho de estudo socioterritorial, apresenta características relevantes. De acordo com o último levantamento relacionado a raça e cor das mães dos nascidos vivos por região/DAS/CRAS em Campinas, a maioria das mulheres se autodeclara preta ou

parda, havendo uma prevalência em relação às mães que se autodeclaram brancas (Campinas, 2021).

O planejamento das entrevistas ocorreu da seguinte forma: foram realizadas duas reuniões com a equipe do CRAS Satélite Íris para apresentar o projeto de pesquisa e sua importância para o território. Posteriormente, as entrevistas foram agendadas com essas mulheres, sendo realizadas de maneira individual no espaço de referência do CRAS.

As entrevistas aconteceram com o uso de um roteiro de questões semiestruturadas para guiar a investigação, permitindo que as entrevistadas discorressem sobre o tema, de forma mais livre.

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes como vistas a este objetivo (Minayo, 2009, p. 64).

O planejamento das entrevistas se deu da seguinte forma: foram elaboradas questões disparadoras sobre as mulheres negras atendidas pelo CRAS Satélite Íris, com divisão por eixos. No 1º eixo, abordaram-se informações de identificação da participante, incluindo: raça/cor, escolaridade, local de moradia, condição da moradia, pertencimento territorial, trabalho/ocupação, renda familiar/fonte de renda, se recebe benefício de transferência de renda (Bolsa Família) ou benefício socioassistencial (BPC), composição familiar (parentesco e idade) e as relações de afeto e apoio com que a entrevistada pode contar. No 2º eixo, foram exploradas a história das mulheres, a questão étnico-racial e o acompanhamento no PAIF.

É com a análise orientada pela busca das articulações entre as relações sociais mais amplas (ordem distante) e a ordem relacionada com as formas de reprodução cotidiana da vida (ordem próxima dos sujeitos), que se intenciona mover os objetivos dessa pesquisa, procurando perceber a dinâmica da construção de sociabilidades no território das cidades para além das aparências imediatas, movendo esforços teóricos e metodológicos para decodificar os códigos e subcódigos existentes na trama da realidade (Diniz, 2012, p. 96).

A escrita surgiu para traduzir as narrativas humanas em códigos, registrando o que é dito. Com a valorização da escrita como veículo do saber, os relatos orais

passaram a ser secundarizados no processo de pesquisa. Segundo Queiroz (1991, p. 3), isso gera uma "mutilação" inicial, pois a transição do obscuro para a clareza da palavra impõe rótulos classificatórios sobre ações e emoções.

Para percorrer este caminho, o estudo divide-se em duas seções. Após a introdução, na seção 2, abordamos o tema "E eu não sou uma mulher?: a (in)visibilidade de gênero e raça na assistência social", tendo como ponto de partida o CRAS Satélite Íris e as particularidades da Política de Assistência Social no município de Campinas. Por meio dos relatos das mulheres negras acompanhadas pelo PAIF, exploramos suas experiências como população atendida por este serviço.

Na seção 3, apresentamos a "Assistência Social no Brasil: análise histórica e intersecções étnico-raciais e de gênero", discutindo as Irmandades Negras. A Assistência Social no Brasil se desenvolveu de modo bastante peculiar, vinculada às chamadas Irmandades, nas quais os próprios membros gestavam e ofereciam ações e intervenções entre si. As Irmandades Negras ocupam um lugar importante nesse cenário, embora ainda sejam pouco problematizadas como espaços de proteção social. Também discutimos a Política de Assistência Social: conservadorismo e luta social por direitos. Ao nos debruçarmos sobre o estudo da história da assistência social, percebemos uma variedade de conceitos, ora distintos, ora controversos. O que podemos assegurar com maior confiabilidade é que sua definição não é inerte, tampouco imutável. Seu sentido é dinâmico e se modifica ao longo do tempo, conforme as circunstâncias políticas, econômicas e sociais da época em que é observada.

Por fim, trazemos as referências que embasaram não somente este trabalho, mas nosso percurso acadêmico.

Quando falamos da questão étnico-racial e do quanto a população negra é vítima do racismo estrutural, entendendo a importância de acompanhar essa população de maneira integral, torna-se necessário compreender esse atendimento através de todas as políticas sociais, com destaque para a Política de Assistência Social, tema deste trabalho. A maioria do público atendido nos serviços socioassistenciais é composta por pessoas negras, principalmente mulheres. Portanto, é imprescindível problematizar as expressões do racismo vividas por essa população e reconhecer a importância da transversalidade entre classe, gênero e raça. Por um SUAS antirracista!

2 “E EU NÃO SOU UMA MULHER?” A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

[...]Eu já passei também por um constrangimento muito grande no centro de saúde com o meu filho, o Oliveira começou a brincar com um menino lá, aí veio outro, um era branquinho, aí veio outro, o outro falou assim, o menininho falou assim, o que tava brincando com o Oliveira, vamos brincar com nós, aí ele falou não eu vou brincar com você, ah mas eu já estou brincando com o meu amiguinho, aí ele falou assim: não, minha mãe não quer que eu brinco com pessoas assim, gente nesse dia pra mim, foi uma facada (choro) uma facada assim que dói tanto, eu falei assim pra criança, como pessoa assim, como meu bem, como vocês, isso me doeu tanto, eu falei o meu Deus, eu não pensei que isso ia passar para os meus filhos um dia, isso dói tanto, sabe, é tão triste você ouvir, é tão triste a gente ouvir que os pais estão ensinando errado para os filhos, porque uma criança daquela não tinha capacidade de pensar assim, não tinha, e ele falou como você, então não precisava falar mais nada sabe, aí meu filho falou assim: mamãe o que ele quer dizer como eu? Eu falei nada, que você é uma criança linda, criança maravilhosa, é uma criança de Deus, só que ele viu que eu comecei chorar sabe, então eu acho que pais nenhum deveria ensinar coisas erradas para crianças, porque nós não estamos aqui por cor, por dinheiro, nós somos seres humanos, somos todos filhos de Deus, independente da raça, da cor, do dinheiro, da classe de vida, da classe social, não importa, mas o povo não entende isso, não sabe que machuca né, que ofende demais a gente e que dói que a gente leva isso pro resto da vida da gente, é como uma faca porque eu tipo assim onde você vai que tem julgamento, onde você vai que tem muita gente branca e só você é uma minoria de preto, você fica com vergonha de entrar, eu fico, eu me sinto assim, porque como eu já passei por várias coisas de racismo, isso dói e você fica meia sabe ressentida de estar ali naquela situação, ali junto, então machuca, é crueldade demais do ser humano (Sra. Girassol acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, em 2024).

O relato apresentado pela Sra. Girassol permite uma compreensão profunda das experiências subjetivas relacionadas ao racismo estrutural e às suas implicações no nível individual, familiar e social. O que é extremamente importante no acompanhamento dessas famílias no PAIF.

Podemos perceber que o relato descreve uma situação concreta de racismo interpessoal vivida pelo filho da participante em um ambiente público. O comportamento da outra criança reflete a internalização precoce de valores discriminatórios, que são transmitidos por pais ou cuidadores, pela sociedade que acredita no mito da democracia racial. A frase “*minha mãe não quer que eu brinco com pessoas assim*” evidencia como o racismo é ensinado de forma direta, perpetuando desigualdades e exclusões desde a infância.

Ainda no relato da Sra. Girassol ela usa de maneira simbólica o termo como se ela estivesse levando uma “facada”, ou seja, tamanha a dor causada pelo racismo. O episódio gerou sentimentos de tristeza, vergonha, impotência e frustração, não

apenas pela vivência direta do racismo, mas também por perceber que isso se estendeu para os seus filhos. A emoção expressa no choro demonstra como essas experiências deixam marcas profundas e duradouras.

O relato da Sra. Girassol evidencia como o racismo é uma experiência multifacetada, que impacta desde o bem-estar emocional até a integração social de pessoas negras. Além disso, demonstra como práticas discriminatórias são reproduzidas socialmente e suas consequências traumáticas para indivíduos e famílias. A análise desse tipo de narrativa contribui para o entendimento da necessidade de intervenções antirracistas em todas as suas formas, priorizando o acolhimento e o fortalecimento das populações afetadas.

A inclusão da participante no atendimento pelo CRAS evidencia a importância de políticas públicas de apoio psicossocial para populações vulnerabilizadas pelo racismo. No entanto, também reforça a necessidade de ações educativas e preventivas que abordem o racismo nas comunidades e nas escolas, promovendo uma convivência baseada no respeito à diversidade.

O que nos faz refletir sobre a importância do acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é a necessidade de ouvir essas mulheres para além das demandas que, muitas vezes, chegam relacionadas ao requerimento de BPC ou outras questões individuais. Suas falas são fundamentais para intervenções de maneira coletiva, ou seja, ao compreender que o racismo permeia diversos espaços. A não compreensão de uma sociedade racista e a interpretação das falas apenas como demandas individuais tornam o trabalho social desempenhado pelo PAIF fragmentado.

Assim como Bell Hooks (2019) nos mostra, a importância do que se diz reside no fato de que é por meio do conteúdo que se denunciam as opressões. Tomando a política como campo de ação, toda a escrita da autora sugere que a coragem não está apenas em denunciar o outro, mas igualmente na capacidade de realizarmos uma reflexão sobre nós mesmas, a fim de avaliarmos de que forma reproduzimos aquilo que estamos denunciando.

A questão racial, embora historicamente presente na sociedade, foi relegada nos debates e políticas sociais sob o discurso de "todos somos iguais". Esse silenciamento perpetua a subalternização racial, refletindo as estruturas hierárquicas, dominadoras e alienantes que moldam o Estado (Vale; Conceição, 2020).

Assim sendo, propomos apresentar uma análise racializada da política de Assistência Social, mas compreendemos que a possível superação da desigualdade social da população negra também se dá com a luta e a superação do modo de produção capitalista. Contudo, o entendimento da superação da ordem societária não isenta a necessidade da discussão urgente sobre racismo e como este atravessa as políticas públicas, com destaque para a Política de Assistência Social.

2.1 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL: PERSPECTIVAS E VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA TRABALHADORA

[...] ah, porque a gente vê o tratamento dele, isso é muito diferente com a gente de cor parda, não são todos, mas a maioria, porque, assim, eu tinha um professor que me chamava de mosquito sabe? Ele chamava de mosquito, de pernilongo. Eu ficava incomodada com isso, eu falava pra ele. Ele falava que era brincadeira, negrinha não está gostando? E lá no Nordeste não tem com quem a gente passar, pode o recurso ter melhorado hoje, mas antigamente não, e no final das contas as crianças tudinho ficava me chamando de mosquito, de pernilongo, daquela Olivia Palito, sabe, ajuntava tudo isso, era o dia que eu não queria ir pra escola (Girassol acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

Começamos com a análise da fala da Girassol, que relembra situações de discriminação ainda no percurso escolar. Ela tem consciência da violência, aponta isso para ele e nada acontece. O mais grave é que sendo um homem adulto e no lugar de Girassol relata o quanto a escola pode ser um lugar ruim.

As mulheres negras no Brasil enfrentam uma realidade marcada por uma violência interseccional³, que impacta profundamente suas vidas. Os fatores incluem racismo, desigualdade social, machismo e sexismo, resultando em diversas formas de opressão e discriminação. Esta intersecção as impedem muitas vezes de continuar os estudos e buscar uma formação, que lhe forneça melhores condições sócio-econômicas. Isso ocorre porque, entre estudar e ajudar financeiramente suas famílias, acabam sendo obrigadas a trabalhar em condições precárias.

³ A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, P. H.; Bilge, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020).

Como Ialodês⁴, me aproprio aqui de um conceito usado por Jurema Werneck (s/d.)⁵ para ler os movimentos de resistência das mulheres negras de África à diáspora, reconhecendo a luta das mulheres negras brasileiras, ao longo do tempo. Desde nossas ancestrais, as africanas, aportadas forçosamente no Brasil, que se organizaram e se organizam em movimentos de resistência coletiva de diferentes formas coletivas, congregando as mulheres negras ao longo do tempo (Prudente, 2021, p. 21).

Diante dessa diferença de acesso à educação, trabalho, moradia, renda, entre outros fatores, o discurso da meritocracia — de que, se nos esforçarmos, alcançaremos nossos objetivos — mostra-se desconectado da realidade, está muito distante do nosso cotidiano.

A população negra, em meio a esse sistema exploratório, sempre resistiu. Carregamos de nossa ancestralidade a luta contra o capitalismo. Conforme Prudente (2021, p. 21):

Organizações religiosas, atividades profanas e festivas, constituição de sociedades secretas ou públicas, inserção em movimentos reivindicatórios,

⁴ A palavra escrita é o ato de expressão de ideias humanas por meio de sinais, e a palavra Yalodê, Ìyálodè, Ìalodê ou Yalodé, de origem iorubana que tem como significado: aquela que lidera as mulheres na cidade e/ou a dona do grande poder feminino. Mas, por que é necessário pensar nessa escrita Ìyálodè? Essas escritas são parte de um movimento ancestral que tende a ser conduzido por mulheres, especialmente as mulheres negras dentro dos espaços acadêmicos e na ciência, que são silenciadas e violentadas antes, durante e após sua trajetória na produção de saberes e conhecimentos. A escrita Ìyálodè, assim como a Pedagogia da Ancestralidade, descrita por Kiusam de Oliveira em *A Pedagogia da Ancestralidade* (2008), no campo da educação se opõe à hegemonia epistemológica eurocentrada, propondo uma forma de ser-pesquisar-conhecer-pensar-juntar-articular-agir que reconheça o continente africano como o Berço da Humanidade; nessa relação, a Europa, os europeus e suas produções intelectuais são recentes e, desta forma, talvez seja por tal consciência que a luta tem sido feroz daqueles que detêm a hegemonia epistemológica para impor formas de pensamentos. (Oliveira, 2018, p. 80). A escrita Ìyálodè vai por esse caminho da Pedagogia da Ancestralidade, caminho esse que leva ao empoderamento da mulher negra por meio de transgressões, é repensar que seus corpos podem estar em qualquer lugar por meio dos seus pensamentos, escritos e oralidade. Por meio do reconhecimento, as mulheres, a partir da pergunta: “quem sou eu?”, voltam na necessidade de entender a estrutura psíquica da pessoa que vive seu corpo negro e apresenta rupturas ou suturas no convívio em sociedade. Ao caminhar para essa escrita, pensa-se nos espaços onde essas mulheres negras passaram por experiências de exclusão devido ao racismo existente no Brasil, e mediante sua história e trajetória, escrevem por meio da sua energia vital (o asè) para que as pessoas que leiam ou vivenciem suas escritas lutem contra o racismo e, principalmente, contra o epistemicídio dos saberes africanos e afro-brasileiros. Ou seja, a escrita Ìyálodè significa expressão de ideias da mulher negra que emana liderança e poder nas práticas escritas, orais e vividas. Por fim, é necessário saber onde a escrita Ìyálodè, se faz presente, e temos por exemplo as seguintes mulheres brasileiras negras: Nilma Lino Gomes, Sonia Guimarães, Kiusam de Oliveira, Sueli Carneiro, Anita Canavarro, Katemari Rosa, Conceição Evaristo, Petronilha Beatriz, Carolina de Jesus, Escolástica da Conceição de Nazaré, Marielle Franco, Márcia Eurico, Pamella Passos, Patrícia Rufino, entre outras... (Macedo, 2020). *Revista Calundu*, v.4, n. 2, jul-dez 2020.

⁵ WERNECK, Jurema (s/d). De Ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. *Cadernos de Textos do Seminário* “A intersecção das desigualdades de raça e gênero”, Consulado Geral dos EUA, Rio de Janeiro em 2004: “A luta pela emancipação da mulher negra não tem por finalidade apenas formar mulheres seguras, capazes e brilhantes, que visem com isto adquirir privilégios individuais. Essas conquistas são como veículos para gerar transformações na vida da população negra”. Cf. WERNECK, J. De Ialodês e Feministas. **Mulheres Rebeldes**, 2008. Disponível em: <https://mulheresrebeldes.blogspot.com/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

em sindicatos, em movimentos políticos, etc., tudo se constituiu e se constitui como espaço de enfrentamento, de resistência contra o regime escravista e patriarcal de uma dada época e contra a sua herança e persistência na feição da sociedade contemporânea.

A experiência de ser mulher negra é específica e distinta daquela vivida por mulheres brancas, influenciada também pela classe social e pela orientação sexual, como no caso de lésbicas negras. As trajetórias e lutas feministas das mulheres brancas frequentemente divergem, de forma significativa, das mulheres negras, marcadas por um contexto histórico de opressão desde a colonização (Prudente, 2021).

Para as mulheres africanas e suas descendentes escravizadas, o sistema patriarcal branco aparece representado, efetivado tanto pelo homem branco, como pela mulher branca colonizadora. Nesse sentido, a mulher escravizada não era dona de seu corpo, não só pelo fato de ser mulher e sofrer uma dominação masculina, mas pelo fato de ser mulher dentro de um processo de escravização do sujeito negro. Seu corpo estava escrito na economia produtiva de bens materiais, na reprodução de outros corpos para escravização e ainda na economia do prazer, para os seus senhores e quiçá senhoras (Prudente, 2021, p. 21).

A luta nasce de uma condição histórica, e não negamos as possibilidades de mulheres brancas e negras lutarem juntas por melhores condições de vida. No entanto, é necessário reconhecer que, no caso das mulheres negras, houve um processo de escravização, e nossos corpos, marcados pela "diferença" — não apenas por sermos mulheres, mas por sermos negras —, geram também discursos e práticas "em diferença", frequentemente desconhecidos nas narrativas das lutas das mulheres no Brasil (Prudente, 2021).

Eis um fato vivenciado por mulheres negras e pobres, narrado por uma das minhas tias, Maria Filomena da Silva, e que revela o protagonismo de nossas lutas. Protagonismo que não está registrado na história do feminismo brasileiro. Tia Lia me contava que, por volta do ano de 1922, portanto, 34 anos após a assinatura da Lei Áurea no Brasil, em uma cidadezinha no interior de Minas Gerais, fazendeiros da região recusavam-se a dar trabalhos às mulheres no cultivo da terra, alegando que o trabalho delas não rendia. A negativa desses fazendeiros esquecia que essas mulheres conheciam, por suas ancestrais, o trabalho de plantação em todas as suas etapas. O que fizeram essas mulheres? Decidiram trabalhar em mutirão. Juntas aravam a terra, semeavam, plantavam, colhiam... E no final do período os fazendeiros perceberam que o trabalho dessas mulheres rendia tanto ou mais que o dos homens. E passam a contratá-las novamente. Creio que esse fato ilustra táticas criadas no cotidiano por mulheres negras e pobres no enfrentamento de um poder patriarcal. São lutas de mulheres que, por não terem sido

escritas e teorizadas, não aparecem como atos de protagonismo das lutas feministas no Brasil (Prudente, 2021, p. 22).

As mulheres negras, constantemente, são vistas como aquelas que suportam qualquer dificuldade, sem que o cansaço ou o descanso lhes sejam permitidos. Ainda hoje, observamos um grande número de mulheres negras trabalhando como empregadas domésticas, servindo mulheres brancas, que, por sua vez, têm a oportunidade de se dedicar aos estudos e aumentar sua renda familiar. Essa realidade é diferente para a maioria das mulheres negras, que precisam deixar seus filhos para trabalhar e, ao retornar para casa, assumem outra jornada: cuidar de si mesmas, de outros familiares, preparar a alimentação e realizar a limpeza do lar.

A fala da Sra. Margarida, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, aborda o trabalho de seus pais e o convívio familiar, destacando algo que merece ser resgatado no cotidiano do trabalho social realizado no CRAS. A Sra. Margarida, com "água nos olhos", compartilha memórias de sua infância em Salvador (BA), e relembrar esses momentos a deixou muito feliz.

[...] não, assim entre Campinas e a capital paulista eu moro há 35 anos, mas eu sou de Salvador. Nossa, gente, dá até saudade, fico até emocionada porque eu vim de uma família simples, por exemplo, pobre não, porque pobre é aquele que não tem nem a graça de Deus, mas uma família simples, painho e mainha, mãe era lavadeira, lavava roupa para fora, o painho ele é, ele trabalhava na época, mexia com obra, mas ele tinha onze filhos, onze filhos, e eu tive uma infância assim abençoada, minha infância foi boa, eu tenho que reclamar não, que nem eu falei, que nós era uma família que tinha estrutura, estruturada, então quando a família mesmo vem do berço é... eu vou dizer, classe baixa, e você tem uma estrutura familiar, nossa, você é rica, e hoje eu me vejo adulta, mãe, vó, e a minha infância foi muito boa, estou com saudade.

A Sra. Margarida, em sua fala, compartilha a experiência de viver em uma família que ela denominou como estruturada, mas não com a visão moralista de "família desestruturada", frequentemente utilizada por muitos profissionais que atuam na Assistência Social. Esses profissionais, muitas vezes, não enxergam as famílias negras como capazes de construir um lar baseado no afeto e nos vínculos entre seus membros. A fala de Margarida demonstra o contrário: para ela, ter uma família composta por vários membros é sinônimo de amor e uma forma de resistir e lutar junto com os seus.

A população negra, muitas vezes, enfrenta condições objetivas limitadas de acesso à moradia, residindo em áreas de ocupação, imóveis alugados, cedidos ou

adquiridos por meio de programas do governo. Em muitos casos, várias famílias compartilham o mesmo terreno, permitindo que outros membros familiares conquistem sua casa própria, além de se auxiliarem mutuamente enquanto saem para trabalhar. A organização dessas famílias frequentemente transcende questões financeiras, sendo marcada pelo afeto e pela solidariedade. No entanto, alguns profissionais fazem comentários preconceituosos sobre as pessoas que vivem nos chamados "puxadinhos", sem compreender as razões por trás dessa forma de organização material.

O domicílio onde as famílias costumam se reunir indica ser esse um espaço de convivência de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência, estabelecendo relações de afeto, solidariedade, tensão e conflito. Por isso, é um espaço físico e social de divisão social, sexual e geracional do trabalho, no qual a vivência do jogo de poder se cristaliza na distribuição de direitos e deveres de cada indivíduo (Hita, 2014, p. 39).

Ambos os relatos expõem o quanto a condição de vida das mulheres negras e suas famílias é permeada por desigualdades próprias do Sistema Capitalista, agravadas pelo racismo e pelo sexismo, algo que faz parte da realidade brasileira desde o período da Escravidão.

Trazendo as reflexões de Bell Hooks (2019) sobre o sexismo e a experiência das mulheres negras escravizadas, observa-se que o sexismo se apresentava como uma força opressiva ainda maior que o racismo na vida dessas mulheres. Esse sexismo integrava de forma conjunta a ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram de suas terras na Europa, impactando gravemente o destino das mulheres negras. No estágio inicial da escravatura, o foco estava principalmente na importância dos trabalhadores, com ênfase no homem negro escravizado.

Nesse tempo a mulher negra escrava não era valiosa como o homem negro. Em média, custava mais dinheiro comprar um homem escravo que uma mulher escrava. A escassez de casais trabalhadores e a relativa pouca quantidade de mulheres negras nas colônias americanas fez com que alguns agricultores brancos encorajassem, persuadissem e coagissem as mulheres brancas imigrantes a terem relações sexuais com os homens negros escravos como um meio de produzir novos trabalhadores (Hooks, 2019, p. 19).

O Brasil, último país das Américas a abolir a escravatura, foi o maior território escravocrata do Ocidente. A Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico de africanos escravizados, marcou o início de uma transição controlada e gradual para o

fim do escravismo. Esse processo incluiu o redirecionamento dos recursos antes aplicados no tráfico para investimentos em infraestrutura voltada ao desenvolvimento do capitalismo (Moura, 2014).

Além disto, vislumbrava-se neste projeto a segregação de negros e negras ex-escravizados como população marginalizada negando-lhes o direito à posse da terra (garantido com promulgação da Lei de Terras, no mesmo ano de 1850, que transforma a posse da terra de concessão em propriedade privada, praticamente “congelando” a estrutura fundiária nas mãos dos antigos senhores de escravos) e também ao trabalho assalariado, que começava a se fortalecer com o nascente capitalismo, com a política do branqueamento posta em prática com o incentivo à imigração (Moura, 2014, p. 17).

O processo de “apagamento” e subjugação do povo negro na história envolveu e envolve as relações étnico-raciais e de gênero ao longo da formação social brasileira, ainda tendo incidência na vida em família e em sociedade, e afetando a vida de homens e mulheres negras(os) no Brasil.

Segundo Ferreira (2017), antes de embarcarem nos navios, as pessoas capturadas e transformadas em “escravos” eram obrigadas a circular em torno da “árvore do esquecimento”, sob o uso de chibatadas.

À luz do pensamento de Frantz Fanon (2008), podemos apontar que os indivíduos negros, homens e mulheres, são colocados na “zona do não ser”. Fanon (2008), em *Pele negra, máscaras brancas*, nos mostra que existe uma concepção universal de ser humano que é destinada apenas aos brancos. Vai ser o racismo o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas e, no caso brasileiro, essa marca está estabelecida pela cor da pele.

Ao se voltar às relações sociais engendradas pelas dimensões étnico-raciais e de gênero que norteavam as posições estamentais estabelecidas neste período, pode-se analisar como as mulheres ali foram situadas de modo subalterno. Enquanto a história das mulheres brancas tem sofrido aparições limitadas na História “oficial” brasileira, aparecendo esporadicamente na condição de damas, princesas, rainhas etc. – ainda distantes do cotidiano popular e de participação nos “eventos” da história –, a mulher negra sofreu com o processo de (in)visibilização. E por (in)visibilização, compreende-se tanto o silenciamento de sua participação e existência na história; quanto o seu aparecimento, mas calcado na produção de estereótipos e estigmas negativos, uma delas, a de mulher lasciva (Ferreira, 2017, p. 40).

Conforme apontado por Ângela Davis (2016) ao analisar a exploração das mulheres negras em um contexto histórico, elas eram submetidas a uma opressão dupla: como trabalhadoras e como mulheres. Essa condição implicava não apenas a exploração de sua força de trabalho, mas também a utilização de seus corpos como reprodutoras e objetos de prazer para seus senhores.

A busca do passado histórico pelos povos subjugados, ontem e hoje, tem sido um movimento marcante e de cunho emancipador. Como tal passado não foi escrito na história elaborada pelos dominadores, sofrendo um processo de apagamento – ou, quando escrito, foi violentamente deturpado –, o fenômeno literário surgido a partir desses sujeitos históricos vem de uma veia subterrânea na qual estão inscritos. A história que aflora desafia, questiona e transgredir os relatos instituídos, oficializados por uma cultura hegemônica (Evaristo, 2021, p. 25).

Contar a história do Brasil e de mulheres negras é trazer as marcas de um passado que se faz presente e que não podemos negligenciar. Em uma sociedade como a nossa, permeada ainda por uma história única e eurocêntrica, vemos que os corpos negros são tidos como descartáveis, pois vivemos o mito da democracia racial.

Adichie (2019) nos apresenta alguns questionamentos, como: o que sabemos sobre outras pessoas? Como criamos a imagem que temos de cada povo? Conforme escutamos, vamos reproduzindo e construindo narrativas diferentes. Destaca-se a importância das histórias na construção do conhecimento e da imagem que temos dos povos. As narrativas podem tanto perpetuar opressões e preconceitos quanto promover empoderamento e a restauração da dignidade. Quanto mais variadas forem as histórias contadas, mais completa será a nossa compreensão da realidade.

Assim, de mãos vazias e recolhendo fragmentos, traços e vestígios, conseguiu elaborar uma cultura de origem diaspórica, criando a possibilidade de viver um contínuo da tradição africana, apesar dos espaços e tempos históricos distintos. Refazendo, portanto, sua identidade, conforme apresentado por Evaristo (2021), a do imigrante nu.

O racismo e o patriarcado constituem-se como sistemas que, fundidos ao capitalismo, fornecem as bases para a criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Esse fato foi trazido pela Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, em 2024:

[...] tipo assim, o meu filho primeiro e o meu último, eles são mais branquinhos, então quando o meu último nasceu até dentro da sala de parto, pra você ter uma noção, a médica olhou assim pro pai dele e pra mim e falou assim: ele é o pai? Eu falei sim, aí todo mundo ficou se perguntando, ele é o pai, eu falei é, ele falou, sim, eu sou o pai, ela falou você tem certeza?, porque a criança é branquinha, aí eu falei assim, absoluta, quer fazer o teste já? Já faz aí, porque ela ficou, ai, desculpa, mas é porque a criança é bem branquinha, vocês dois são de cores diferente da criança, eu falei sim, mas ele é o pai, isso me doeu muito, pode perguntar a ele como isso me doeu, e na família dele também perguntaram por que meu filho nasceu branco, branco assim, ele é da sua cor, ele não é branco, ele é branco meio preto, eu acho, você é considerada pra mim uma pessoa clara, não é branca, branca que eu sei é que nem era a minha avó, cor de leite, mas porque o meu filho nasceu assim da sua cor mais ou menos, dentro da família dele me criticaram.

A Sra. Girassol destaca, em sua fala, o quanto o racismo é cruel e deixa marcas em sua vida. Após o nascimento de seu filho, ela recorda que, por ter um filho menos retinto, foi julgada de forma moralista. Esse fato é lembrado por ela de maneira muito emocionada, pois, segundo relata, sua saúde mental foi posteriormente impactada. A formação social brasileira, marcada pela ocupação colonial e por quase quatrocentos anos de escravidão, perpetua um intenso processo de exploração e opressão da população negra, especialmente das mulheres, que enfrentam múltiplas violências, violações e invisibilidade de natureza sexista, racista e de classe.

No tocante a isso, como resultado da nossa formação sócio-histórica assentada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às vidas das mulheres. São elas as primeiras a sofrerem com a escravização, principalmente as negras e indígenas. Sob esta ótica, racismo e patriarcado são funcionais ao capitalismo, servindo ainda às formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo (Cisne, 2022, p. 193).

A ideia de que as mulheres brancas eram frágeis e submissas, revelando que, em muitas situações, assumiam comportamentos autoritários e despóticos, semelhantes aos do colonizador. Um exemplo disso eram as punições cruéis impostas às mulheres negras escravizadas em resposta às relações sexuais mantidas pelos senhores, evidenciando a profunda relação de assimetria e violência existente (Carneiro, 2002).

Nas senzalas, as mulheres negras tinham uma influência direta e essencial, especialmente por meio da oralidade, transmitindo valores e crenças da comunidade negra em formação. A religiosidade afro desempenhava um papel fundamental na preservação, recriação e reconstrução da cultura e tradição de um povo resistente. Nas Américas, a mulher negra tornou-se o pilar na construção dos laços familiares.

A mulher negra escravizada, na formação socio-histórica brasileira, não mantinha uma posição passiva diante da dominação que vivia, nem se submetia completamente a tal sistema. Diversas estratégias de enfrentamento e resistência foram elaboradas por elas, tanto para garantir a própria sobrevivência quanto para a defesa da comunidade e, quando necessário, de seus filhos(as) e companheiros(as) (Paixão; Gomes, 2008).

Além dessas, outras formas de resistência compuseram o leque de estratégias destas mulheres negras e seu povo. Assim sendo, mesmo diante de um [...] mundo cercado de opressão, construía ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis. Providenciando suprimentos, muitas delas prestavam auxílio providencial aos escravos em fuga ou àqueles interessados em escapar. Ajudando a manter a integridade dos arranjos familiares, assim como a riqueza e a originalidade da cultura forjada em torno deles, elas foram os primeiros agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na diáspora (Paixão; Gomes, 2008, p. 951).

Ao longo do século XX, os estudos sobre a família brasileira destacam transformações impulsionadas pela luta feminina, como o direito ao trabalho protegido, ao próprio corpo e a dissociação entre sexualidade e reprodução. No entanto, essas análises frequentemente adotam uma perspectiva conservadora e eurocêntrica, ignorando outras realidades familiares, especialmente as que não se enquadram no modelo hegemônico, e centrando-se principalmente nas vivências de mulheres brancas (Eurico, 2019).

Ao tratar de famílias negras é imperioso aprofundar os conhecimentos acerca da compreensão de homem e de mundo dos povos africanos trazidos compulsoriamente para o Brasil, da intrínseca relação entre seres humanos e a natureza, dos papéis sociais atribuídos a cada integrante do grupo e de como os seus modos de ser foram incorporados e adaptados pelas famílias negras na diáspora. Quando se analisam os papéis sociais no interior das famílias a partir do padrão eurocêntrico, há sempre um destaque para os lugares assumidos pelos genitores e uma centralidade do cuidado como prática genuinamente feminina. Em geral, cuidar do grupo familiar é uma tarefa que sobrecarrega as mulheres e quando, além do cuidado, essas mulheres também têm como obrigação o sustento da prole, há outros desdobramentos que precisam ser desvelados pelos profissionais que lidam cotidianamente com as demandas familiares (Eurico, 2019, p. 20).

Assim, entendendo que o período escravista foi pautado na subjugação da população negra, correspondendo a um momento nefasto de negação da liberdade e apagamento das identidades e da humanidade dessa população, o período de

transição e pós-abolição não resultou em um povo "liberto", tampouco em uma real liberdade para as mulheres negras.

O racismo e seus reflexos na distribuição de recursos são elementos fundamentais da desigualdade social no Brasil. A magnitude de seus efeitos é confirmada por dados estatísticos, revelando a persistência da discriminação racial no acesso a serviços públicos, na aquisição de capacidades e na posição social. Isso expõe as consequências dos mecanismos sistemáticos que produzem e reproduzem desigualdades em diversos aspectos da vida social. Isso pode ser comprovado na fala da Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas 2024, ela destaca:

[...] e os olhares é diferente, é tanto que quando eu e o pai das crianças namorava, ele tinha amigos bem superiores de dinheiro, e eu recebia bastante convite com ele, daí a gente recebia bastante convite, e a gente ia, mas o último que a gente parou de ir, daí no dia que nós foi, era uma festa lá no Cambuí, num salão bem chique, só que o dono da festa era uma pessoa muito importante lá do TRT onde o meu marido trabalhava como segurança, e a gente foi, foi eu, ele e uma outra amiga dele preta, mas só tinha nós três de gente preta, só, nós três e mais ninguém, e a gente tinha uma motinha, uma Honda, e a gente chegou lá só tinha carrão, imagina os olhares pra gente, era assim decepcionante, é tanto que ele falou assim: nossa, não estou me sentindo bem, onde a gente passa não tem um que não fica olhando pra gente, e o dono da festa muito, muito simpático, uma pessoa maravilhosa, abençoada, apresentando nós a todo mundo, tinha gente que se negava até de dar a mão, sabe assim, fazia assim, sabe, oi, beleza, beleza, então você se sentia mal, até então quando ele percebeu ele parou de apresentar nós às pessoas.

A Sra. Girassol aborda como o sistema capitalista racial⁶ se reflete em sua vida e na de seus familiares, indo além da questão de classe social. Por ser pobre, é vista como inferior a outras pessoas, somando-se a isso a questão racial, na qual uma elite branca se considera superior aos demais. Ela destaca o não acesso à riqueza produzida e a concentração de riquezas nas mãos de poucos. Além disso, é importante mencionar que o racismo, aliado ao capitalismo, faz com que, mesmo quando a população negra acessa determinados espaços, ela não esteja imune ao racismo.

⁶ Uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito de raça vendido como liberalismo meritocrático, na verdade, está impondo o "capitalismo racial", expressão que nasceu entre os sul-africanos que lutavam contra o regime do apartheid na década de 1970. A expressão é amplamente usada hoje pelo Black Lives Matter a partir da perspectiva de Cedric Robinson, que em 1983 focalizou as formas como o racismo permeia a organização e o desenvolvimento do capitalismo. (Bento, 2022, p. 41).

O capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógica de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero etc. (Bento, 2022, p. 41).

Os períodos que marcaram a transição do trabalho escravo para o trabalho livre também viram o surgimento de microgrupos étnicos negros, formados pelo acesso ao mercado de trabalho, o que lhes possibilitou a conquista de bens materiais e imateriais. Entre os perfis de trabalhadores, destacavam-se os “negros da elite” e os “trabalhadores negros informais”, referências importantes que os diferenciavam. Enquanto os negros da elite tinham empregos fixos e ocupavam, em suas lideranças, funções urbanas de caráter burocrático, os trabalhadores informais concentravam-se principalmente no bairro da Barra Funda. A maioria era composta por migrantes negros oriundos da lavoura, que exerciam na cidade funções como carregadores, serventes de pedreiro e perfuradores de poços. Ser um “negro de elite” naquela época não tinha, portanto, equivalência ao significado de “elite” associado à elite burguesa branca, detentora do poder socioeconômico e político (Pinto, 2015).

Enquanto as mulheres negras, nesse sistema, desempenham inúmeras tarefas, como apontado nas entrevistas realizadas e também por Davis (2016), os afazeres domésticos executados por elas são incontáveis. Entre essas atividades estão: cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, fazer compras, entre outras, além do cuidado com suas crianças.

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecida no interior da família. As tarefas domésticas são afinal de contas, praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe exceto quando não são feitas-notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado”. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas- esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (Davis, 2016, p. 225).

Conforme a perspectiva trazida por Marx, o homem é um ser social e, por meio do trabalho, sua atividade vital, transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Como consequência, ele também é transformado nesse processo. Quanto maior for a interação coletiva entre os homens e com a natureza, maiores serão as possibilidades de humanização das relações sociais (Eurico, 2020).

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada. O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2013, p. 188).

A participação do trabalhador negro no sistema capitalista é ainda mais cruel, pois, além de trabalhar mais, ele tem pouco acesso à mercadoria final. A carência financeira é ainda maior nas famílias negras.

Na pesquisa realizada pelo DIEESE, no Relatório Especial da Consciência Negra de 2024, observa-se que, apesar dos avanços, a desigualdade racial de rendimentos persiste.

Rendimento médio dos negros é 40% inferior ao dos não negros. Os negros com ensino superior ganham 32% a menos que os demais trabalhadores com o mesmo nível de ensino, diferença que pouco se alterou com a Lei de Cotas.

Os negros recebem, em média, R\$ 899 mil a menos que os não negros ao longo da vida laboral. Entre os que possuem ensino superior, o valor chega a R\$ 1,1 milhão. Nas 10 profissões mais bem pagas, os negros representam 27% dos ocupados, mas são 70% dos trabalhadores nas 10 ocupações com os menores rendimentos.

Uma em cada seis mulheres negras trabalha como empregada doméstica. O rendimento médio das domésticas sem carteira é R\$ 461 menos que o salário mínimo.

O que faz com que essa população seja acompanhada pela Assistência Social. Sabemos que essa política, por si só, não será capaz de superar as desigualdades sociais presentes na sociedade. Entretanto, ignorar as condições dessa população negra pode reforçar a lógica de que todos são iguais, sem buscar, de fato, a equidade. Isso porque ser pobre no Brasil também varia de acordo com a cor e o território.

Embora essa política não seja direcionada exclusivamente aos pobres, mas a todos que dela necessitam.

A Sra. Violeta, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, em 2024, relata o medo de perder o benefício do Bolsa Família por estar trabalhando. É possível observar que a maioria das beneficiárias são mulheres negras, que, por sua vez, estão mais suscetíveis a depender da renda de outras pessoas e possuem menos oportunidades de estudo.

Estou recebendo o Bolsa Família, só que, eu fui ver no aplicativo está com um aviso que eu tenho que ir lá no CRAS, eu estou até com medo porque eles cortam, quando a gente está trabalhando registrada, aí o que acontece, e aí mandaram mensagem pra mim falando que, porque a minha filha faltou uns 2 dias, como ela é quinto ano, é tipo, dá falta em todas as aulas que ela tem, cada aula é uma falta, e ela faltou porque ela também teve com a garganta inflamada, e como eu estava nessa correria que eu te falei de mudança, correndo atrás do serviço, essas coisas, aí eu não consegui levar ela no médico, então ela ficou com falta, falou que está correndo o risco de corte, eu estou até com medo.

O programa de transferência de renda Bolsa Família estabelece como condicionalidades para que a família continue a receber o benefício: a frequência escolar de, no mínimo, 60% para beneficiários de 4 a 6 anos incompletos e de 75% para beneficiários de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica (ensino fundamental e médio). Na área da saúde, exige-se que crianças menores de 7 anos cumpram o calendário de vacinação e realizem o acompanhamento do estado nutricional (peso e altura). Além disso, as gestantes devem realizar o pré-natal.

Entretanto, conforme a fala da Sra. Violeta, as mulheres negras enfrentam grandes sobrecargas que vão além da ausência de sua filha na escola. Nesse caso, torna-se necessária a atuação conjunta da educação, saúde e da assistência social para conhecer a realidade da família. Embora ela não consiga acessar o serviço de referência, tem consciência da importância de seus filhos frequentarem a escola. No entanto, diante de sua sobrecarga, sente-se sozinha nesse processo, o que evidencia a necessidade do trabalho social.

Ainda conforme a Sra. Violeta, para ela existe uma escolha difícil, quase cruel: faltar um dia de trabalho para acompanhar a filha ao médico, correndo o risco de perder o emprego, que é a principal fonte de renda da família, ou garantir comida na

mesa. Diante dessa situação, ela opta pela ausência da filha na escola, pois, em meio ao desemprego, a sobrevivência da família se torna prioridade.

Essas hierarquias sociais, construídas no processo de colonização mediante atos de violência sofridos por determinadas mulheres, também abrem uma brecha para entendermos e evocarmos, a elas e por elas, seus espaços nas narrativas da história. Olhar como a racialidade marca os corpos das mulheres negras, na África e na diáspora, pelo fenótipo de africanas, é perceber como precisamos ouvir suas vozes, estejam elas em África ou aqui no Brasil (Araújo, 2021, p. 45).

Evidenciar suas narrativas, ouvir suas vozes é também uma forma de reparar parte da violência causada pelo silenciamento e apagamento das contribuições e importância dessas mulheres para o mundo, mas principalmente de compreendermos com e por meio delas que a vida resiste e encontra meios de sobreviver mesmo diante da barbárie cometida sobre esses corpos femininos racializados. Igualmente, denunciemos os espaços construídos socialmente para as mulheres negras aqui no Brasil que, por meio da interseção das categorias de gênero, raça e classe, em sua maioria, vivenciam a violência diária, mas também experienciam histórias de resistência, potência repletas de complexidades, como a vida humana costuma ser.

Na realidade brasileira, podemos observar que as vulnerabilidades que atravessam os grupos populacionais, por recorte de raça e sexo, são componentes fundamentais para entendermos as amplas desigualdades encontradas no país, resultado de uma herança escravocrata e patriarcal (PNUD, 2023).

A análise a partir dos grupos sociais, definidos concomitantemente por cor/raça e por sexo/gênero, permite observar extremas discrepâncias em termos de desenvolvimento humano, não aparentes quando analisamos indicadores pela média do país – ou mesmo pela *performance* média da população negra ou da população de mulheres. Sendo assim, para a sociedade brasileira, que ainda convive com marcados exemplos de racismo e de sexismo em seu cotidiano e em suas instituições, é essencial fugir de médias que tratam as mulheres como um grupo homogêneo – dados os benefícios ofertados às mulheres brancas por sua cor e não compartilhados com as ou em detrimento das suas congêneres, as mulheres negras. Igualmente, não se pode considerar o grupo da população negra como único, uma vez que surgem expressivas diferenças a partir do sexo, que beneficiam os homens, dentro desse grupo racial (PNUD, 2023, p. 39).

As mulheres negras compõem o maior grupo da população brasileira, equivalendo a 28,5% do total. Além disso, as mulheres negras também formam o maior grupo da população em idade ativa (28,4%). As mulheres e os homens negros

são os principais responsáveis pelos domicílios do país, sendo responsáveis por, praticamente, 60% do total dos domicílios brasileiros (tabela 1) (PNUD, 2023, p. 43).

Tabela 1 – Percentagem da população total, população em idade ativa e responsáveis por domicílios, por grupos sociais. Brasil, 2021.

	População total		População em idade ativa		Domicílios/ Responsáveis pelo domicílio	
	<i>em mil pessoas</i>	%	<i>em mil pessoas</i>	%	<i>em mil pessoas</i>	%
Total	210.596	100,0	169.946	100,0	71.467	100,0
Homens Brancos	43.865	20,8	35.284	20,8	16.611	23,2
Homens Negros	59.122	28,1	46.906	27,6	20.462	28,6
Mulheres Brancas	47.583	22,6	39.411	23,2	14.784	20,7
Mulheres Negras	60.026	28,5	48.345	28,4	19.609	27,4

Fonte: PNUD. Relatório Especial 2023.

De fato, o conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa (Bento, 2022, p. 21).

A sociedade brasileira direciona preconceitos aos mais pobres por meio de estigmas e estereótipos que os desqualificam, refletindo a fragilidade da proteção social no país. Esse preconceito é sustentado por valores meritocráticos e por uma visão utilitarista e hedonista da vida, influenciada pela lógica minimalista do Estado. Além disso, a concepção do trabalho como único meio legítimo de acesso ao bem-estar reforça a dicotomia entre mérito e direito, consolidando uma visão que enaltece o labor e desvaloriza outras formas de proteção social (Carnelossi, 2013).

Através dos movimentos de mulheres negras, quilombolas e indígenas, desestabilizam-se as relações de colonialidade, possibilitando contranarrativas que trazem novas perspectivas e denunciam, ao protagonizar ações políticas, a expropriação de riquezas que sustentam a sociedade e o regime capitalista em que vivemos (Bento, 2022).

O tratamento brutal das mulheres negras escravizadas pelos homens brancos expôs a profundidade do ódio masculino às mulheres e ao corpo das mulheres. Tal tratamento foi uma consequência direta de atitudes misóginas em relação às mulheres que prevaleceu na sociedade americana colonial. No ensino do fundamentalismo cristão as mulheres eram retratadas como

sedutoras sexuais malévolas, trazendo o pecado ao mundo. A luxúria sexual foi originada por ela e o homem foi meramente vítima do seu luxurioso poder (Hooks, 2014, p. 34).

De acordo com Sueli Carneiro (2023, p. 12), o dispositivo de racialidade instaura uma divisão ontológica, que coloca as pessoas brancas como superiores e nega a existência das pessoas negras. Essa lógica posiciona o "eu" hegemônico, branco, como superior por meio da contraposição ao "outro", negro.

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente (Adichie, 2015, p. 28).

Traços do período do escravismo no Brasil mostram que a "liberdade" proclamada após a abolição, na verdade, evidencia que as mulheres negras continuam a ocupar cargos domésticos e a atuar como chefes de família. Dessa forma, a informalidade no trabalho reflete o quanto os direitos sociais são negados às mulheres negras. Compreender a questão de gênero associada à questão étnico-racial é fundamental, pois permite traçar novos caminhos.

2.1.1 Acirramento das desigualdades no cenário atual: impactos da COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve impactos mais significativos sobre as trabalhadoras negras, resultando em dificuldades para retornar ao mercado de trabalho e em taxas de desemprego mais elevadas.

A Sra. Violeta, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, relata uma situação de dificuldades enfrentadas durante o período da COVID-19, que teve impactos significativos em sua vida. A Sra. Violeta cuida sozinha de seus filhos, sem o apoio dos genitores das crianças e sem contar com uma rede de apoio em Campinas-SP.

[...] Patrícia: Na época da covid, como é que foi?

[...] Sra. Violeta: Horrível. Não estava arrumando emprego, eu tinha que pagar aluguel, estava, aí estava sem serviço, estava vendo dessas cestas, onde eu sabia tinha cesta eu ia buscar, o leite aqui, sabe, foi horrível. Entrou muita crise né, porque tipo fechou tudo, lugar que não estava pegando o serviço, não estava pegando gente para trabalhar, muita gente ficou sem trabalhar,

foi logo quando tinha acabado de sair do meu serviço, os meninos sem escola, sabe, nossa, que época! (Sra. Violeta, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A Sra. Violeta trabalha com serviços gerais em um emprego bastante precarizado, cuidando sozinha de seus filhos. Segundo ela, enfrenta muitas dificuldades relacionadas à sobrevivência e à segurança alimentar. Torna-se, portanto, necessário um maior suporte do poder público no cuidado com os filhos, como forma de facilitar sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

Os dados dos primeiros meses de 2020, abordando justamente a transição para o reconhecimento da pandemia no Brasil (entre a primeira e a segunda quinzena de março), demonstram exacerbação da crise do mercado de trabalho. Até o final de maio, a população ocupada total já havia diminuído em torno de 7 milhões de pessoas, comparada ao mesmo período do ano anterior, e no acumulado do ano até esse período, já se registrava um saldo negativo de mais de 1,1 milhão de empregos formais (Silva; Silva, 2021, p. 46).

Os dados da PNAD quanto à covid-19 destacam três aspectos fundamentais no contexto da crise sanitária e seus impactos na condição laboral da população negra brasileira: desocupação e informalidade; afastamento temporário do trabalho e trabalho remoto; e desemprego por desalento causado pela pandemia (Silva; Silva, 2021).

A análise dos dados da PNAD Covid-19 revela desigualdades significativas no impacto do distanciamento social sobre diferentes grupos no mercado de trabalho, destacando os seguintes pontos (Silva; Silva, 2021):

a. Sobrerrepresentação da população negra no afastamento temporário:

Em maio de 2020, embora a população negra correspondesse a 52,3% dos ocupados, ela representou 58,4% dos afastados temporariamente devido ao distanciamento social. Essa sobrerrepresentação evidencia a maior vulnerabilidade desse grupo, possivelmente em razão de sua maior concentração em setores econômicos mais suscetíveis às paralisações causadas pela pandemia.

b. Mulheres negras como grupo mais impactado:

Apesar de constituírem apenas 21,5% do total de ocupados, as mulheres negras representaram 30,9% das pessoas afastadas temporariamente. Este dado reflete a interseção de desigualdades de gênero e raça, que colocam as mulheres

negras em posições mais precárias no mercado de trabalho, com menor proteção e estabilidade.

O impacto da pandemia de COVID-19 na vida das trabalhadoras, em particular das mulheres negras, no afastamento temporário foi observado também nos meses seguintes, apontando para efeitos prolongados sobre esse grupo.

Durante a covid-19, as trabalhadoras negras enfrentaram a maior redução na jornada de trabalho, agravando seus rendimentos já historicamente baixos. O isolamento social como medida preventiva colocou-as entre o risco de contaminação e a necessidade de trabalhar para sustentar suas famílias, resultando em muitas vidas perdidas.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) lançou dois estudos abordando a posição da mulher na sociedade, com foco especial nas desigualdades e desafios enfrentados pelas trabalhadoras brasileiras. Os estudos foram apresentados em um Boletim Especial divulgado pelo DIEESE analisando dados referentes ao período entre o 4o trimestre de 2022 e o mesmo 2023.

Redução da taxa de desocupação: A diminuição de 9,8% para 9,2% na taxa de desocupação feminina e a redução de 271 mil trabalhadoras no contingente de desocupados são indicativos de uma recuperação parcial do mercado de trabalho para as mulheres. Esse avanço pode refletir políticas públicas, retomada econômica ou outros fatores que facilitaram o retorno ao emprego.

Mulheres ainda são a maioria entre os desocupados: Apesar da melhora, as mulheres continuam a representar 54,3% do total de pessoas desocupadas, evidenciando que enfrentam mais barreiras para acesso e permanência no mercado de trabalho em comparação aos homens.

Disparidades raciais: A análise racial reforça as desigualdades estruturais. Das mulheres desocupadas, 35,5% são negras e 18,9% são não negras. Essa discrepância reflete a interseção de gênero e raça, indicando que as mulheres negras enfrentam desafios ainda maiores devido a desigualdades históricas e estruturais, como discriminação racial e limitações de acesso a oportunidades.

Os dados destacam a necessidade de políticas públicas direcionadas para reduzir as desigualdades raciais no mercado de trabalho, com foco em inclusão, combate à discriminação e promoção de equidade social de oportunidade para as mulheres negras.

A análise dos dados apresentados pelo DIEESE para o 4º trimestre de 2023 destaca desigualdades estruturais significativas no mercado de trabalho entre mulheres negras e não negras:

Disparidades raciais na desocupação: A taxa de desocupação entre mulheres negras foi de 11,1%, enquanto para mulheres não negras foi de 7,0%.

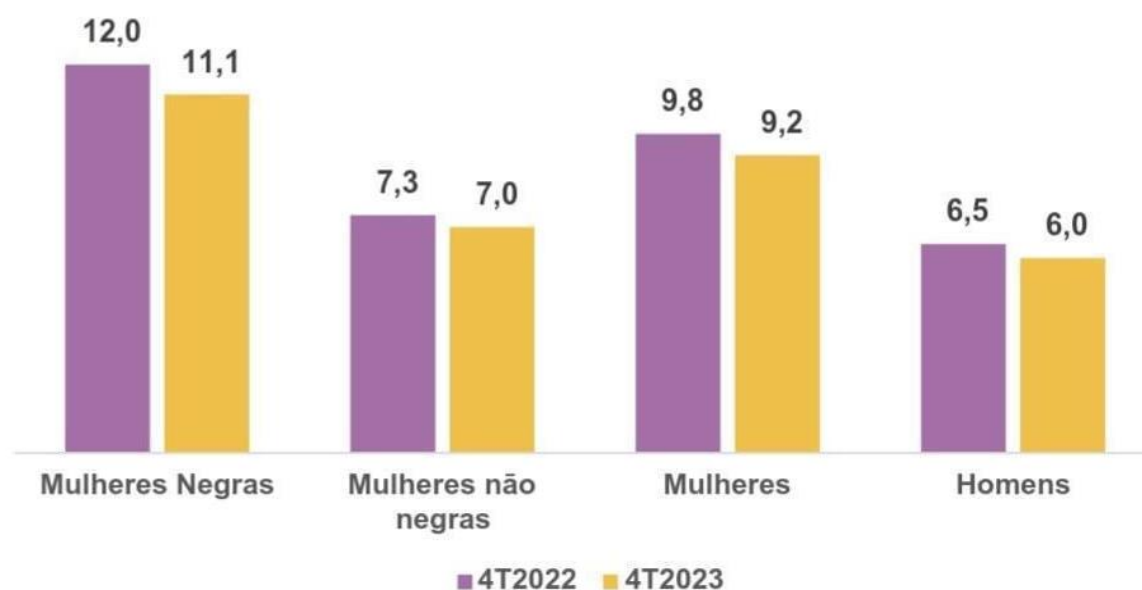
Essa diferença evidencia a existência de barreiras estruturais que dificultam o acesso das mulheres negras ao mercado de trabalho em comparação às mulheres não negras.

Número absoluto de desocupadas: O total de mulheres negras desocupadas (2,865 milhões) foi quase o dobro do número de mulheres não negras (1,526 milhão), reforçando a magnitude dessa desigualdade.

Implicações socioeconômicas: A maior taxa de desocupação entre mulheres negras reflete vulnerabilidades históricas e sistemáticas, como menor acesso a educação de qualidade, discriminação racial e concentração em setores econômicos mais precarizados. Essa desigualdade afeta não apenas as mulheres diretamente, mas também suas famílias e comunidades, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

Os dados reforçam a necessidade de políticas públicas interseccionais que considerem tanto a questão de gênero quanto a racial para promover a inclusão e equidade no mercado de trabalho, oferecendo mais oportunidades para mulheres negras e reduzindo as disparidades observadas.

Quadro 2 – Taxa de desocupação por sexo e raça/cor
Brasil, 4. Trimestre de 2022-2023



Fonte: DIESSE (2024)

Os estudos⁷ realizados pelo DIESSE (2024) apontaram desigualdades expressivas, especialmente quando se considera a interseccionalidade de gênero e raça. Mulheres negras enfrentam uma taxa de desocupação maior em comparação às mulheres não negras. Além disso, a taxa de subutilização entre mulheres negras aumentou, evidenciando as barreiras enfrentadas por elas no mercado de trabalho.

O rendimento médio mensal das mulheres (R\$ 2.562) no 4º trimestre de 2023 foi 22,3% menor do que o recebido pelos homens (R\$ 3.323). Entre todas as ocupadas, 39,9% recebiam no máximo um salário mínimo e, entre as negras, metade ganhava até esse valor (49,4%), enquanto essa proporção era de 29,1% entre as não negras e de 29,8% entre os homens. Já entre aqueles que terminaram o ensino superior, elas ganhavam, em média, R\$ 4.701, 35,5% a menos do que eles (R\$ 7.283) (DIEESE, 2024).

Conforme a citação acima, percebemos que as mulheres negras recebem os menores salários, ocupando funções precárias, e, mesmo quando alcançam o ensino superior, continuam ganhando menos. Esse fato reflete a posição social imposta às mulheres negras em uma sociedade racista.

⁷ DIESSE. **Mulheres no mercado de trabalho**: desafios e desigualdades constantes Boletim Especial 8 de Março de 2024 DIESSE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

Davis (2016) destaca a significativa contribuição das mulheres negras para a economia, desde nossas ancestrais. As mulheres negras do período colonial, por exemplo, não eram apenas “faxineiras” ou “administradoras” do lar, mas trabalhadoras completas. Elas não apenas produziam os artigos necessários para suas famílias, mas também contribuíam para a coletividade, cuidando da saúde da comunidade, como ao secar ervas selvagens utilizadas como remédios.

Uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito de raça vendido como liberalismo meritocrático, na verdade, está impondo o “capitalismo racial”, expressão que nasceu entre os sul-africanos que lutavam contra o regime do *apartheid* na década de 1970. A expressão é amplamente usada hoje pelo Black Lives Matter a partir da perspectiva de Cedric Robinson, que em 1983 focalizou as formas como o racismo permeia a organização e o desenvolvimento do capitalismo (Bento, 2022, p. 41).

As tensões nas relações étnico-raciais e de gênero no Brasil, e as complexas teias que as formaram (e ainda formam), destacam as dificuldades de diálogo entre os movimentos feministas e negros. As feministas, predominantemente brancas e de classe média e alta, inicialmente não abordaram as questões raciais das mulheres negras, enquanto nos movimentos negros também havia uma falta de foco nas especificidades da mulher negra. Essas divisões resultaram na busca das mulheres negras por organização independente (Caldwell, 2007).

A mulher negra tem insistido em ocupar espaços negados pela branquitude, que usa o discurso da meritocracia para afirmar que todas podem conseguir um lugar no capitalismo e “se empoderar”. Entretanto, em uma sociedade sustentada pelo mito da democracia racial e sua face autoritária, o Estado brasileiro, de maneira intencional, optou por criminalizar a pobreza. Esta pobreza foi deixada por aqueles que ainda não se responsabilizaram por suas ações desumanas contra a população negra, vítimas da escravização. A origem deste país tem cor e identidades de gênero.

Diante deste processo, a assistência social ganhará destaque no atendimento à população negra, como será problematizado a seguir.

2.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPINAS E SUAS PARTICULARIDADES

A Prefeitura do Município de Campinas/SP informa em seu site⁸ que a cidade conta com pouco mais de 260 anos de história colonial/imperial/republicana e com milhares de anos de história indígena.

Nos marcos de sua formação colonial, a cidade de Campinas surgiu na primeira metade do século XVIII como um bairro rural da Vila de Jundiaí. Localizado nas margens de uma trilha aberta por paulistas do Planalto de Piratininga entre 1721 e 1730 (trilha que seguia em direção às recém descobertas minas dos Goias), o povoamento do "Bairro Rural do Mato Grosso" teve início com a instalação de um pouso de tropeiros nas proximidades da "Estrada dos Goias". O pouso das "Campinas do Mato Grosso" (erguido em meio a pequenos descampados ou "campinhos", em uma região de mata fechada) impulsionou o desenvolvimento de várias atividades de abastecimento e promoveu uma maior concentração populacional, reunindo-se neste bairro rural em 1767, 185 pessoas (Campinas, 2024).

O Caminho, que ligava São Paulo a Goiás passando por diversas cidades, tornou-se uma rota de riquezas, atraindo moradores e fomentando tanto a agricultura de subsistência quanto o comércio voltado aos tropeiros e bandeirantes (Coelho, 2014).

Em 1774, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, que abrangia grande parte da atual Região Metropolitana de Campinas, foi emancipada de Jundiaí. Na época, havia 475 habitantes em 57 domicílios, sendo 81,7% população livre ou agregados e 18,3% escravos (Teixeira, 2002).

A disponibilidade de terras férteis e o baixo investimento necessário impulsionaram a economia do Oeste paulista, promovendo migração e crescimento populacional significativo, com taxas anuais de 8,9% entre 1778 e 1798, e 4,1% entre 1798 e 1829. Nesse processo, a região passou de uma sociedade rural de autoconsumo para uma economia agrícola comercial, onde os escravizados representavam 56,2% da população em 1829. A migração foi marcada por pessoas de cidades próximas, como Atibaia, Itú e Jundiaí, que financiavam a vinda de parentes, formando bairros com origens familiares comuns (Teixeira, 2002).

⁸ CAMPINAS (SP). Prefeitura Municipal de Campinas, 2024. Disponível em: <https://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/campinas.php>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Com relação às estradas de ferro, o escoamento do café do interior paulista passou a se dar pela via ferroviária a partir da década de 70 do século XIX. O prolongamento da linha da São Paulo Railway de Jundiaí a Campinas (1872), acabou por ligar a região à cidade de Santos (e ao porto). Com isso, outras linhas que avançaram na interiorização do escoamento da cafeicultura fizeram de Campinas o seu ponto de referência. Assim aconteceu com as linhas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, que seguia de Campinas para Mogi-Mirim (1875), continuando para Ribeirão Preto (1883) e entrando no Triângulo Mineiro – num traçado semelhante ao do Caminho das Minas, dos Goyazes; também com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, que saía de Campinas, via Americana, Bauru e Marília rumo ao Mato Grosso. Esta ampla malha de transporte de passageiros e cargas conectou a Região de Campinas com outras áreas produtoras da riqueza nacional (ABPF, 2014 *apud* Coelho, 2014, p. 64).

A expansão da cultura cafeeira impulsionou o crescimento populacional, aumentando o número de escravizados, estimulando a migração internacional antes da abolição e destacando a migração nacional após a década de 1920. Para se ter uma ideia do impacto deste fluxo populacional basta saber que, em 1872, Campinas abrigava 8,7% da população escrava⁹ e 10,7% da população estrangeira da Província de São Paulo (Siqueira, 2009 *apud* Coelho, 2014).

A expansão ferroviária integrou áreas rurais ao complexo cafeeiro, valorizando o capital imobiliário e impulsionando o crescimento populacional. Esses locais desenvolveram dinâmicas próprias, com características étnicas e culturais distintas (Siqueira, 2009 *apud* Coelho, 2014, p. 69).

Em função disso, o processo de diferenciação político-territorial desse período resultou num tipo onde é desequilibrado o poder político entre o distrito-sede e os distritos secundários de Rebouças, Cosmópolis e Vila Americana. Esse poder político desigual entre essas diferentes espacialidades vai se manter nas décadas seguintes – o qual foi traduzido pela intervenção diferenciada do poder público em melhoramentos urbanos, que tendeu a se concentrar nos Distritos da Conceição e Santa Cruz, em detrimento dos demais distritos existentes no município (Siqueira, 2009, p. 255).

A população pobre, entre eles ex-escravos, espalhava-se por cortiços, vivendo em condições insalubres. Com o tempo, surgiram epidemias, como a de varíola (a “peste das bexigas”, em 1873) e as de febre amarela (em 1889 e 1897), que feriram o orgulho da elite da cidade. Antes do fim da escravidão, o bairro do Cambuhy acolhia a população marginalizada — os cortiços onde moravam ex-escravos, prostitutas e

⁹ 3 O município de São Paulo respondia, no mesmo ano, por 2,8% da população escrava. O segundo município com maior proporção de população escrava na Província era Piracicaba, com 3,5% do total. Os dados são de Bassanezi (1998) citado por Siqueira (2009).

mendigos eram abundantes na área. Talvez como estratégia de intimidação, no mesmo bairro funcionavam o pelourinho e a força. A Hospedaria do Imigrante, que recebia estrangeiros pobres enquanto aguardavam oportunidades de trabalho, também se localizava no Largo de Santa Cruz, nesse bairro (Coelho, 2020).

Segundo José Roberto do Amaral Lapa, a 'caridade pública' era exercida desde meados do século XIX em favor da pobreza envergonhada (cidadãos 'de bem' que tinham perdido sua capacidade de auto-sustento), dos migrantes-trecheiros (viajantes que chegavam à cidade em busca de um abrigo para, algum tempo depois, seguir rumo a outra), de mendigos (estes tolerados, mas com forte vigilância para evitar a 'falsa mendicância'), dos imigrantes estrangeiros (enquanto estes não conseguiam um contrato de trabalho) e o homem pobre livre, descrito por Lapa como aquele que '(...) trabalha, mantendo-se e aos seus, com parcimônia. Não lhe sobra para aforro.' (Lapa, 2008, p. 31 *apud* Coelho, 2020, p. 71).

Em 1829, a população escrava em Campinas ultrapassava mais da metade da população da região e, conseqüentemente, em 1872, a região abrigava o maior contingente de escravos na Província. Obviamente, esse contingente encontrava-se em uma situação degradante de tal intensidade que os conceitos de vulnerabilidade e exclusão não são capazes de traduzir. Com a abolição de 1888, todo um contingente de Ex-escravos libertos se juntou ao grupo dos pobres e dependentes da caridade pública (Teixeira, 2002).

A coexistência de situações degradantes, como a pobreza e as marcas da escravidão, com o estilo de vida sofisticado da elite campineira, que imitava a Belle Époque europeia. A elite circulava por áreas como a rua Barão de Jaguará, frequentando estabelecimentos de luxo e morando em bairros como Guanabara e Botafogo, além de chácaras e fazendas nos arredores urbanos (Martins, 2000). E enquanto a população negra residia em espaços poucos habitáveis.

A Vila Industrial como uma área afastada da cidade, atrás da linha do trem, onde residiam principalmente trabalhadores ferroviários. A região era também conhecida como o "Bairro dos Bucheiros" devido à presença de um cortume e do principal matadouro. A lógica dos serviços sociais na Vila Industrial combinava controle social dos pobres com caridade e filantropia, oferecendo assistência como albergue noturno, asilo para idosos, asilo para famílias carentes e atendimento a doentes. O cemitério municipal também estava localizado próximo à Vila Industrial. (Coelho, 2014).

Após a década de 1930, o Poder Público passa a estimular o capital imobiliário, com as autorizações de construção de grandes loteamentos distantes do centro da cidade (Proença, Jardim Chapadão, Taquaral) com longa isenção de impostos para estes negócios. O boom da especulação imobiliária, entretanto, mas, entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as mudanças urbanas foram marcadas pela memória das pestes de varíola, de febre amarela e da gripe espanhola (esta última acometeu em Campinas entre 1918 e 1919). Tais lembranças levaram à proposição de medidas voltadas para a erradicação de locais insalubres. Neste movimento, aparecem os planos para abastecimento e distribuição de água tratada, de melhoria da coleta de lixo, canalização de córregos (Carvalho, 1991). Um código de posturas foi criado com o objetivo de disciplinar o uso do espaço. Apesar do discurso higienista de combate a doenças – bem comum entre médicos, advogados e engenheiros brasileiros na época (Fonseca, 2001) – não se pode desconsiderar o impacto destas ações na valorização do capital imobiliário (Coelho, 2014, p. 73).

Campinas foi um ponto de circulação tanto de mercadorias quanto de pessoas, com fluxos migratórios recorrentes ao longo da história. Inicialmente, migrações próximas de municípios vizinhos; depois, com o crescimento da cafeicultura, houve migração forçada de africanos transformados em escravos. Posteriormente, à medida que a economia se tornou mais mercantilizada, fluxos migratórios europeus se juntaram à migração interna nacional (Coelho, 2014).

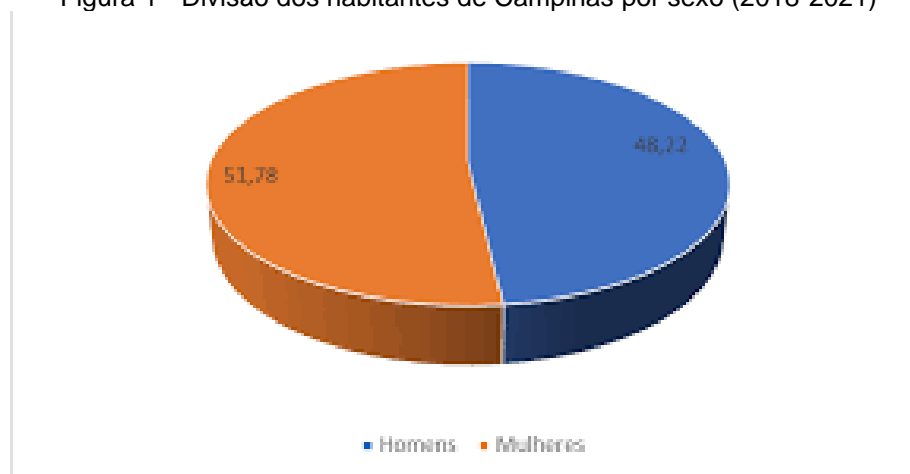
Os trabalhadores originalmente migraram de fazendas de café para a indústria à medida que o capital também mudava para a produção industrial. No entanto, mesmo com o desenvolvimento econômico ao longo do tempo, Campinas ainda apresenta 10,6% de sua população em situação de pobreza, sugerindo uma relação entre avanço do capitalismo e aumento da desigualdade econômica. Isso contraria a ideia de que territórios mais ricos automaticamente oferecem mais recursos para a população.

O problema é que a apropriação destes recursos é extremamente desigual, variando de acordo com as capacidades individuais e de classe construídas ao longo do tempo. Como afirma Antunes (2011, p. 198), 'o ponto de partida e o capital social têm um papel fundamental no surgimento e na manutenção da desigualdade social, posto que o acesso a posições melhores no espaço social é restrito às pessoas de melhor extração social e que tem conexões, que conhecem as pessoas certas'. Partindo desta perspectiva, fica claro que o ponto de partida de um escravo foi diferente do ponto de partida de um imigrante. Da mesma forma, o fazendeiro e seus descendentes têm um ponto de partida e um capital social muito mais favorável do que os demais atores sociais que estiveram na origem do município. Em termos de desigualdade social, este foi o grande pecado original, nunca efetivamente combatido por um poder público que se empenhou apenas em facilitar a acumulação selvagem de capital nas suas diferentes formas (Coelho, 2014, p. 75).

A falta de ação do Estado em conciliar o desenvolvimento econômico com o social resultou na reprodução e ampliação das desigualdades de ponto de partida ao longo das gerações. Isso criou uma grande diferenciação entre as classes, que se manifesta de forma desigual no território, delineando claramente áreas pobres e áreas ricas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-Cidades), o município de Campinas tinha, na oportunidade de realização do Censo de 2022, maior cidade da região, Campinas teve aumento absoluto de 58.196 pessoas, alta de 5,4% em relação ao observado no último Censo. A população atualizada é de 1.139.047 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1 - Divisão dos habitantes de Campinas por sexo (2018-2021)



Fonte: Prefeitura de Campinas (2024)

O número de pessoas que se autodeclaram pretas em Campinas aumentou 40,3% no Censo 2022, em comparação com o levantamento de 2010. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), também aumentaram os grupos que se autodeclaram indígenas (25,9%) e pardos (24,9%).

Censo 2022:

- Brancos – 677.979 (-5,4%)
- Pretos – 104.77 (40,3%)
- Amarelos – 11.923 (-10,2%)
- Pardos – 342.975 (24,9%)
- Indígenas – 1.313 (25,9%)

A proporção por cor na cidade, de acordo com o Censo 2022:

- Brancos – 59,5%
- Pretos – 9,20%
- Amarelos – 1,0%
- Pardos – 30,1%
- Indígenas – 0,12%

Entre 2018 e 2021, a Prefeitura do município de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e da Vigilância Socioassistencial, disponibilizou um estudo sobre a realidade de Campinas e suas contradições.

Para embasar reflexões e propostas, foi realizado um estudo socioterritorial em Campinas, analisando renda, escolaridade, sexo, cor ou raça, trabalho, moradia, violência e programas de transferência de renda, utilizando dados de instituições como IBGE, SEPLAMA, SINASC, SISNOV, entre outros, além de artigos e reportagens (Abreu *et al.*, 2021).

Reconhece-se a importância de considerar o estudo da realidade dos territórios e da oferta de serviços no processo de análise.

O ponto de partida e de chegada da Vigilância Socioassistencial está na sua travessia cotidiana pela dinâmica da realidade que acontece nas cidades, nos bairros, nos locais de atendimento, nas famílias chamadas de usuárias ou nas beneficiárias. A Vigilância Socioassistencial não consegue ser realizada como função da política pública, se não estiver conectada com o mundo real da gestão e da prestação de serviços da política de assistência social (Capacitasuas, 2013, p. 18).

O estudo foi organizado para apresentar dados sobre temas setoriais do país, do município e, quando possível, da microrregião, com base na organização administrativa da Assistência Social em Campinas. Foram consideradas as regiões Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste, bem como os territórios dos 13 CRAS existentes em 2024, sendo eles: CRAS Flamboyant e CRAS Anhumas, localizados na região Leste; CRAS Florence, CRAS Dandara, CRAS Satélite Íris e CRAS Laudelina, na região Noroeste; CRAS Espaço Esperança e CRAS Integração, na região Norte; CRAS Vila União, CRAS Nelson Mandela e CRAS Adriana Schwarz, na região Sudoeste; e CRAS Bandeiras e CRAS Campo Belo, na região Sul.

Ressalta-se, por fim, que Campinas não está sendo tomada como uma realidade 'stricto', descolada do movimento da realidade mais ampla, seja do país ou do mundo, mas como um município, atravessado por relações de horizontalidades e verticalidades, conforme aponta Milton Santos (2002), repletas de contradições próprias e geradas no seio do sistema capitalista de produção. Essa constatação demarca a impossibilidade de compreensão de um elemento da realidade sem relacionar com outros do mesmo processo (Abreu *et al.*, 2021, p. 2).

Campinas pode, assim, ser analisada como parte de uma realidade mais ampla, permeada por contradições próprias do sistema capitalista, o que reforça a importância de compreender os elementos da realidade de forma interconectada.

Todas as regiões têm a grande maioria de sua população residindo em áreas urbanas e a região com maior população rural tanto absoluta quanto relativa, 6,491 pessoas, ou aproximadamente 5% do total de habitantes da região, é a região Noroeste da cidade. (FEAC, 2017).

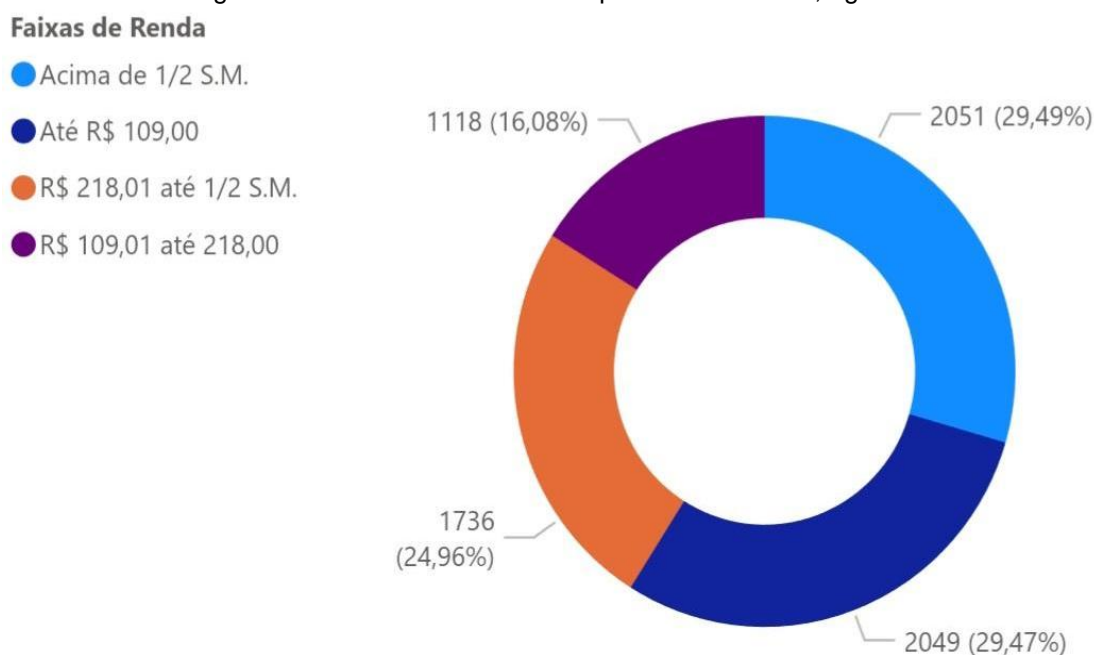
Em relação à economia da cidade, Campinas é um importante polo industrial e tecnológico do País. Segundo dados do IBGE de 2021, PIB per capita era de R\$ 59.634,21. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 96 de 645 entre os municípios do estado e na 655 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 36,62%, o que o colocava na posição 614 de 645 entre os municípios do estado e na 5171 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 8.041.627.842,1 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 8.324.596.130 (x1000). Isso deixa o município nas posições 2 e 2 de 645 entre os municípios do estado e na 11 e 9 de 5570 entre todos os municípios (IBGE, 2022).

No que diz respeito ao desenvolvimento humano da cidade, o principal indicador utilizado é o índice de desenvolvimento humano (IDH), calculados pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento e utilizados internacionalmente para comparar dados de desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população - no nível município, o indicador disponibilizado e utilizado é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Neste indicador, a cidade ocupava, em 2010, a 28ª posição dentre todos os 5.570 municípios do Brasil, com um índice de 0,805 - quando acima de 0,800 considera-se que o índice de desenvolvimento é alto (IBGE, 2021).

Sobre trabalho e rendimento salário médio mensal dos trabalhadores formais 3,8 salários mínimos, pessoal ocupado 532.090 pessoas, percentual 46,71% (IBGE, 2022).

No território ao qual pertence o CRAS Satélite, observa-se, por meio do perfil das famílias cadastradas no Cadastro Único, uma grande discrepância em termos de renda, conforme tabela disponibilizada pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, por meio da Vigilância Social, em agosto de 2024.

Figura 2 – Quantidade de famílias por faixa de renda, ago/2024.



Fonte: SMDAS/VS (2024)

As duas maiores faixas de renda são "Acima de 1/2 S.M." e "Até R\$ 109,00", com valores muito próximos em quantidade e porcentagem (2051 vs. 2049 famílias), representando cerca de 29% cada uma.

A faixa intermediária R\$ 218,01 até 1/2 S.M. compõe 24,96% das famílias, sendo a terceira mais numerosa. A menor faixa de renda, R\$ 109,01 até R\$ 218,00, inclui 1118 famílias (16,08%), mostrando que uma parte menor está concentrada nessa faixa.

No gráfico, fica evidente que há uma maior concentração nas faixas de renda mais altas e mais baixas.

Em matéria publicada pelo jornal da Unicamp, edição 683, foi destacado que a população negra foi a mais afetada por crises no mercado de trabalho. A retração econômica de 2015 e a pandemia agravaram um quadro de desigualdade já existente.

Se a sociedade fosse uma casa, o racismo seria o cimento que a construiu. Com essa metáfora, a economista Ana Paula Ribeiro Moreira ilustra como o racismo é uma estrutura que rege o funcionamento da sociedade. Inerente ao modo de produção capitalista, ele também se manifesta na criação e manutenção de desigualdades em ambientes como o mercado de trabalho. Exemplo disso para ela é o fato de que as duas últimas grandes crises econômicas impactaram com mais intensidade a situação ocupacional de pessoas negras, agravando desigualdades que vinham sendo atenuadas desde o início do século (Ponte, 2023, p. 8).

Embora a crise atinja, de maneira geral, os trabalhadores negros e não negros, quem mais sofre em termos de informalidade, desocupação e desalento — neste último caso, quando a pessoa desiste de procurar emprego, mesmo que ainda queira trabalhar — são os negros. A pandemia, por sua vez, reduziu o rendimento mensal dos trabalhadores informais e agravou os impactos negativos da flexibilização das leis trabalhistas, intensificando uma deterioração já em andamento (Ponte, 2023).

O mercado ainda é espaço de reprodução da desigualdade racial. E a possibilidade de ascensão são desiguais para a população preta e parda. E as mulheres negras acumulam as desigualdades não só de raça, mas também de gênero (DIEESE, 2023).

A desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro, destacando que, embora os negros representem a maioria da população em idade ativa (56,1%), apenas 33,7% ocupam cargos de direção e gerência. Esse dado reflete um contraste significativo: apenas um em cada 48 trabalhadores negros está em posição de gerência, enquanto, entre homens não negros, a proporção é de um para 18 (Dieese, 2023).

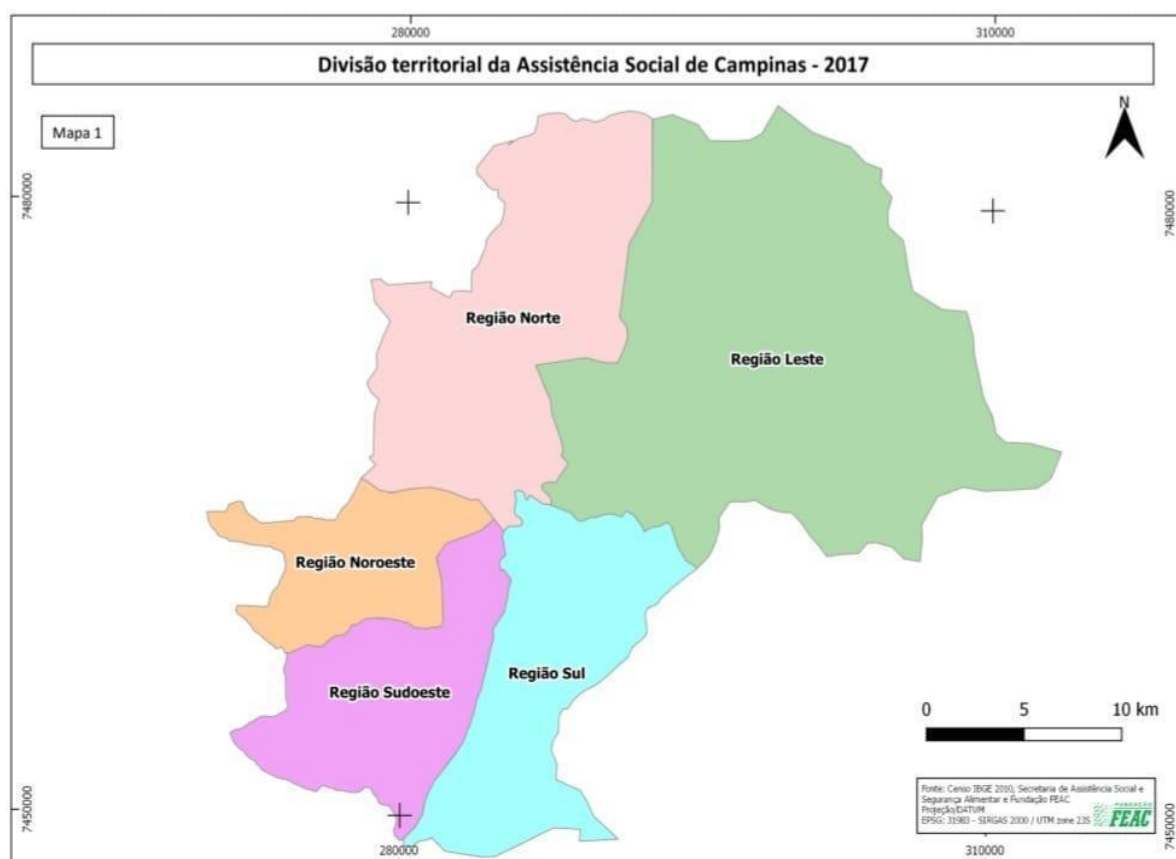
Entre os desocupados, os negros representam a maior parte (65,1%), evidenciando uma desigualdade estrutural. A taxa de desocupação das mulheres negras, de 11,7%, revela um cenário persistente de vulnerabilidade, sendo equivalente ao percentual registrado para pessoas não negras durante um dos momentos mais críticos da pandemia. Em contraste, a taxa de desocupação dos não negros foi de apenas 6,3% no segundo trimestre de 2023, destacando o impacto desproporcional das desigualdades no mercado de trabalho, especialmente para mulheres negras (Dieese, 2023).

Metade dos negros estava em trabalhos desprotegidos, ou seja, 46%. Entre os não negros, a proporção foi de 34%. Em relação às mulheres negras, grupo mais afetado, uma em cada seis mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica, ou seja, 16%. Os negros recebem, em média, 39,2% a menos que os não negros. Independentemente da posição ocupacional, o rendimento médio dos negros é inferior à média geral da população (Dieese, 2023).

Em relação a Campinas, embora a cidade tenha um nível de desenvolvimento relativamente alto, existe uma grande discrepância no acesso da população à renda, com destaque para a região noroeste, onde está localizado o CRAS Satélite Íris. Apesar de a região ter uma menor extensão territorial, ela é uma das que apresentam as maiores vulnerabilidades sociais.

A seguir, são apresentadas e detalhadas as demandas de assistência social do município de Campinas em nível microterritorial, identificadas e analisadas no estudo realizado pela Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

Figura 3 - Divisão territorial da Assistência Social de Campinas - 2017



Fonte: FEAC (2017)

A política de Assistência Social no município de Campinas tem suas particularidades. Por exemplo, além dos 13 CRAS e 5 CREAS, o município conta com 5 Distritos de Assistência Social (DAS). Também possui parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), conforme detalhado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), promulgado em 2014.

Os dados do SUAS em Campinas mostram que a maior parte dos serviços socioassistenciais no município é terceirizada, sendo executada principalmente por organizações da sociedade civil, conforme indicado no Plano Municipal de Assistência Social de 2014/2017 (Passo e Silva, 2019).

O período de 2014 a 2017, foram ofertados 213 serviços mediante cofinanciamento com organizações privadas, sendo a maioria voltada para crianças e adolescentes (131). Outros serviços incluem 11 para idosos, 16 para famílias, 18 para pessoas com deficiência, 9 para pessoas em situação de rua e 28 centros de convivência inclusivos e intergeracionais (Plano Municipal da Assistência Social, 2014/2017).

De acordo com o relatório de gestão da Secretaria de Assistência Social de Campinas-2022, atualmente o município de Campinas conta cofinanciado com organizações da sociedade civil (OSC), que executam os serviços de SC-Serviço Especializado de Proteção Social a Família – SESF, Serviço Complementar para Pessoas Adultas em Situação de Rua - Casa da Cidadania, Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência - Residência Inclusiva e Serviço Complementar para Pessoas em Situação de Rua - Acolhimento Institucional Provisório.

Há 180 serviços executados por 97 organizações da sociedade civil de assistência social, incluindo 39 termos de fomento em 2022, sendo 36 OSCs com parceria nos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, e 3 OSCs que não operam serviços através de termo de colaboração com a Secretaria (Relatório de Gestão, Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, 2022).

Sobre os Distritos de Assistência Social (DAS), consta no projeto de lei do município de Campinas-SP que tais Distritos compõem a proteção social básica, juntamente com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

O Distrito de Assistência Social – DAS – é a unidade pública municipal, que realiza o atendimento social da população e também contribui para o processo de

gestão territorial à medida que compõe espaços de articulação dentro da política de assistência social em cada uma das regiões administrativas do município, uma forma de organização própria do município e não tipificada na política nacional de assistência social – PNAS.

Os DAS são órgãos gestores descentralizados que tem a função de coordenar a atuação dos CRAS e as demais ações de assistência social em cada uma das regiões da cidade - Norte, Sul, Leste, Noroeste, Sudoeste – e também atender e encaminhar a população atendida que excede a capacidade de atendimento nos CRAS aos serviços de assistência social pertinentes (FEAC, 2017).

De acordo com a NOB/SUAS 2012, cada CRAS deve atender até 5.000 famílias em sua área de referência. Por outro lado, o DAS, por não estar tipificado na política nacional de assistência social, não possui um número mínimo ou máximo de atendimentos definidos, o que também não é regulamentado pela política municipal de assistência social (FEAC, 2017).

Campinas conta com 13 CRAS e 5 DAS distribuídos por suas cinco regiões. Em 2010, o Censo apontava cerca de 73.499 famílias em situação de vulnerabilidade no município, totalizando 220.499 pessoas. Destas, 47.139 famílias estavam nas áreas de cobertura dos CRAS (FEAC, 2017).

De acordo com os dados da Vigilância Socioassistencial de Campinas, referentes ao mês de agosto de 2024, atualmente, segundo o Cadastro Único, existem 134.639 famílias cadastradas. Destas, 75.126 (55,8%) recebem o Bolsa Família, enquanto 59.513 (44,2%) não recebem o benefício.

Ao analisar a distância dos DAS que atendem famílias fora da área de cobertura dos CRAS, o tempo de deslocamento pode chegar a até 152 minutos, o que representa um custo significativo para famílias vulneráveis, especialmente considerando que Campinas tem tarifas de transporte público entre as mais altas do país. Tanto o tempo quanto o custo de transporte são obstáculos ao acesso dos serviços para a população (FEAC, 2017).

A Sra. Violeta, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, menciona a dificuldade de se deslocar até o CRAS de referência de seu bairro, citando, como exemplo, o gasto com transporte.

Mais ou menos né, nós só precisa disso, de um atendimento melhor para a gente aqui do bairro, porque tudo é muito distante pra gente correr, que nem eu tenho que ir lá no CRAS pra resolver esse problema do bolsa família, eu

tenho que me locomover no meu dia de folga, ônibus é terrível aqui, a gente perde mó tempão esperando o ônibus para ir, mas é fora isso eu estou achando aqui legal depois que asfaltou melhorou bastante sabe, é bem melhor, bem melhor (Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Iris, 2024).

A análise da fala da Sra. Violeta revela aspectos importantes sobre as condições de acesso e a percepção da assistência social no bairro. Sua declaração destaca a dificuldade de acesso aos serviços do CRAS devido à distância e à precariedade do transporte público, fatores que impactam diretamente a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. A necessidade de deslocamento em seu dia de folga para resolver questões relacionadas ao Bolsa Família evidencia a sobrecarga enfrentada pelos usuários desses serviços, sobretudo em áreas periféricas.

Apesar das críticas às condições de transporte, a Sra. Violeta destaca que o asfaltamento no bairro trouxe impactos benéficos à comunidade. Sua fala também evidencia os desafios estruturais vividos em uma sociedade racista. Apesar de alguns avanços pontuais, a Sra. Violeta reforça a importância de políticas públicas que priorizem a acessibilidade e a eficiência no atendimento social.

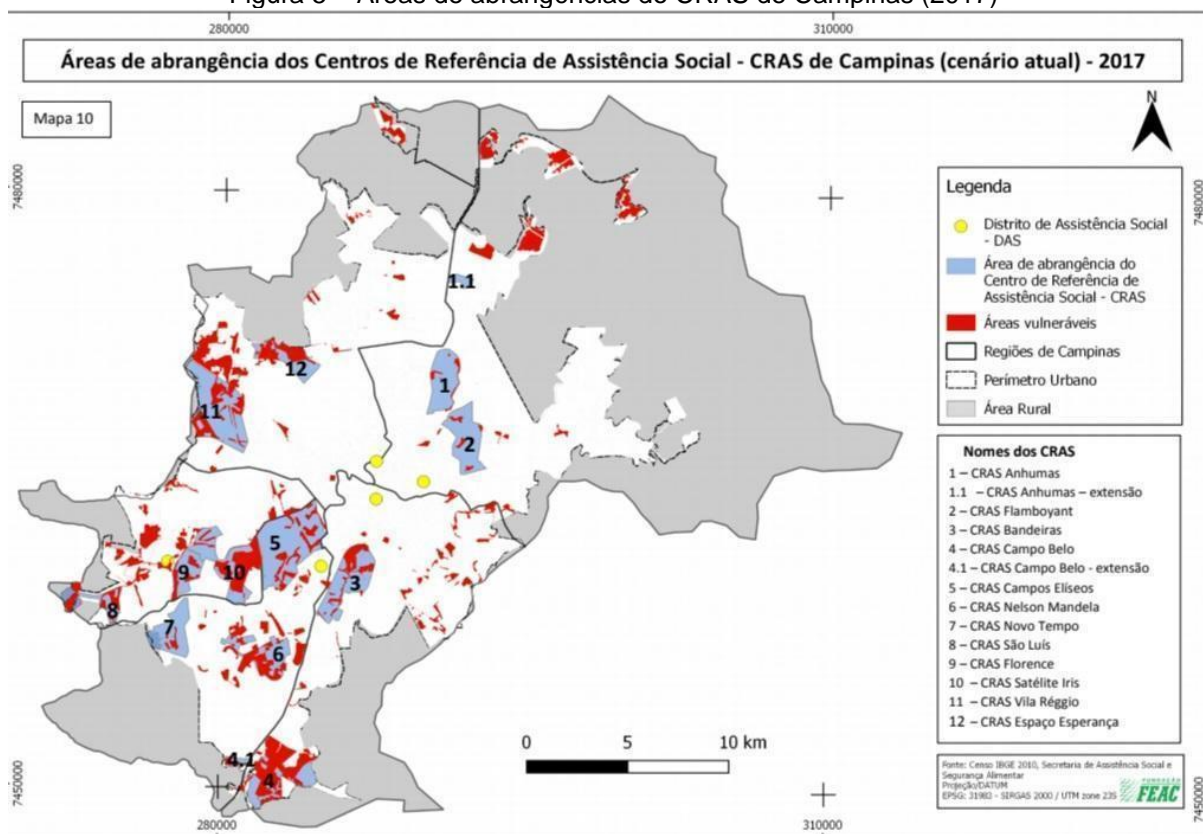
Além das áreas de cobertura não atendidas pelos CRAS, relacionadas ao dimensionamento de sua capacidade de atendimento, alguns CRAS possuem demanda potencial — termo que se refere a famílias que poderiam necessitar de atendimento, e não necessariamente àquelas que estão sendo efetivamente atendidas — que excede o limite de atendimento determinado por lei, de 5.000 famílias. Por outro lado, há CRAS subdimensionados que atendem regiões onde não existe demanda potencial suficiente para ocupar sua capacidade máxima (FEAC, 2017). No diagnóstico socioterritorial da Fundação FEAC (2017), foi identificada a necessidade de criação de 8 novos CRAS no município de Campinas-SP, visando a um melhor atendimento à população.

Figura 4 – Distribuição territorial dos serviços da PSB

REGIÃO	Oferta Estatal		Oferta Privada		
	DAS	CRAS	SCFV		SPSB
			6 a 14 anos	CCII	
LESTE	DAS Leste	CRAS Flamboyant CRAS Anhumas	10	9	
NOROESTE	DAS Noroeste	CRAS Florence CRAS Dandara CRAS Satélite Íris CRAS Laudelina	7	8	
NORTE	DAS Norte	CRAS Espaço Esperança CRAS Integração	13	12	
SUDOESTE	DAS Sudoeste	CRAS Vila União CRAS Nelson Mandela CRAS Adriana Schwarz	6	5	
SUL	DAS Sul	CRAS Bandeiras CRAS Campo Belo	12	10	
MUNICÍPIO					01
TOTAL	5	13	48	44	01

Fonte: Elaborado por Jaílton Lima da Silveira, DPSB de Campinas, 2024.

Figura 5 – Áreas de abrangências do CRAS de Campinas (2017)



Fonte: FEAC (2017)

É importante destacar que, após a elaboração deste mapa, foi criado mais um CRAS na região noroeste de Campinas, que se chama CRAS Laudelina de Campos

A escolha de pesquisar o CRAS Satélite Íris surgiu como ponto de partida, pois, além de ser o território de moradia desta discente, a Região Noroeste, segundo dados da Prefeitura de Campinas-SP do Grupo de Trabalho de Estudo Socioterritorial, apresenta características relevantes. De acordo com o último levantamento relacionado à raça e cor das mães de nascidos vivos por região/DAS/CRAS em Campinas, a maioria das mulheres se autodeclara preta ou parda, observando-se uma prevalência em relação às mães que se autodeclaram brancas (Campinas, 2021).

Sobre o perfil do público da Assistência Social de Campinas, de acordo com o estudo socioterritorial baseado no PMAS-2022 e 2025, o que mais esteve em evidência foram as informações coletadas por meio da pesquisa qualitativa realizada pela vigilância socioassistencial em agosto de 2021, com as equipes que trabalhavam no SUAS na ocasião.

O sujeito que apareceu com maior frequência nas respostas foi a família, seguido pela mulher adulta. Destaca-se que, neste caso, a mulher apareceu nas seguintes condições: chefe de família, mãe solo, vivendo na rua com os filhos, como cuidadora do(s) idoso(s) da casa e, principalmente, sobrecarregada. A situação de sobrecarga já era evidente no período anterior à pandemia, mas se agravou no cenário atual (Campinas, 2024, p. 22).

Os dados demográficos fornecidos pela vigilância socioassistencial da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Campinas indicam o aumento da população adulta e a maior presença de mulheres na cidade, ressaltando a importância de atender às demandas crescentes desse público nos serviços disponíveis (Campinas, 2024).

Outro público frequente nas respostas foi o de crianças, adolescentes e jovens, frequentemente associados à família. Quanto ao público idoso, este foi mencionado nas respostas dos três níveis de proteção como uma demanda importante. O homem adulto destacou-se como uma demanda crescente no SUAS, porém de forma diferente das mulheres, pois, na maioria das vezes, apareceu sozinho, sem estar associado à família ou filhos. Ainda foram apontados como sujeitos usuários a população em situação de rua; a pessoa com deficiência (PCD); pessoas de diferentes perfis étnico-raciais (com destaque para questões próprias da população parda/preta); e sujeitos de diferentes identidades/orientações de gênero (com destaque para questões LGBTQIAP+). Além das questões sobre o perfil, foram feitas perguntas sobre alterações nas condições do público atendido, assim como sobre as facilidades e dificuldades enfrentadas pelos serviços na manutenção dos atendimentos desde a pandemia de Covid-19. (Campinas, 2024, p. 22).

Foi possível verificar que as mudanças observadas no público atendido representam o agravamento das expressões da questão social, conforme destacado

pelo Grupo de Trabalho de Estudo Socioterritorial do município de Campinas-SP (Campinas, 2024):

A) Aumento do desemprego e da informalidade, resultando na queda da renda familiar e no agravamento do empobrecimento.

B) aumento da procura por alimentos (insegurança alimentar) e por produtos de higiene;

C) aumento da procura por Programas de transferência de renda;

D) Aumento da migração entre regiões e municípios, com expansão e retomada de ocupações em áreas de risco.

E) Aumentou o número de famílias vivendo no mesmo espaço como forma de sobrevivência, resultando na piora das condições de habitação e de vida.

F) Dificuldades da população em acessar as políticas públicas.

G) aumento da violência/violência doméstica;

H) Reorganização familiar para cuidar e buscar renda, como irmãos mais velhos cuidando dos mais novos.

I) perda de espaços de convívio, sociabilidade, lazer, cultura;

J) aumento de quadros sofrimento emocional/ adoecimento/ saúde mental;

L) Aumento de pessoas e famílias em situação de rua.

Sobre a Região Noroeste e o local onde está localizado o CRAS Satélite Íris:

O bairro Cidade Satélite Íris, localizado na região noroeste do município de Campinas, constantemente está presente em uma indigesta lista de bairros que apresentam os piores índices de desenvolvimento, nas mais diversas categorias de análise. Um estudo promovido pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base no Censo de 2010 do IBGE, apontou que, o bairro contemplado neste estudo de caso está empatado com outras 12 áreas da cidade, com o pior índice de desenvolvimento humano do município, considerando fatores como renda, educação e longevidade. Os elementos apontados são apenas alguns, dentre tantos outros, que demonstraram impressionante vulnerabilidade do local, por conseguinte, servindo de estopim para a escolha da localidade como palco do estudo de caso (Capola; Campos, 2021, p. 57).

A área do bairro Cidade Satélite Íris, localizada na região noroeste de Campinas, estando inserido na Macrozona 5¹¹, denominada de Área Prioritária de

¹¹ A divisão territorial estabelecida pelo Plano Diretor de 2006 é de 9 macrozonas, que se desdobram em 34 Áreas de Planejamento e 77 Unidades Territoriais Básicas. O objetivo da realização do

Requalificação (APR). Esta macrozona abrange desde a Rodovia dos Bandeirantes até a divisa com Monte-Mor e Hortolândia, atravessada pelo Rio Capivari. Consiste em um local com abundante contingente populacional, este, em grande parte pertencente à faixa de baixa renda e frequentemente estabelecido em assentamentos de alto grau de informalidade (Campinas, 2007).

A área que hoje corresponde ao bairro Cidade Satélite Íris, no momento da aprovação de seu plano de arruamento e loteamento, era composta por terras da Fazenda Bela Aliança, de propriedade do Condomínio Jardim Campo Grande. O proprietário era Armando do Valle Bastos, presidente da Companhia Agropecuária e Industrial de Campinas, cuja sede estava instalada na cidade do Rio de Janeiro, com uma filial estabelecida justamente nas proximidades do bairro Cidade Satélite Íris (Arquivo Municipal, 1952 *apud* Capola; Campos, 2021, p. 66).

O nome “Íris” no bairro Cidade Satélite Íris substituiu o antigo Jardim Campo Grande e faz referência ao grupo empresarial Indústrias Reunidas Irmãos Spina, fundado pelos imigrantes italianos Irmãos Spina que chegaram a São Paulo no final do século XIX (Gabriel, 2004 *apud* Capola; Campos, 2021).

As Indústrias Reunidas Irmãos Spina começaram como uma empresa de pequeno porte, fundada em 1924, instalada no bairro do Bom Retiro, sob a alcunha de ‘Graphico Irmãos Spina’. Se tornaram conhecidos por terem sido pioneiros na produção de cadernos com espiral de arame no Brasil, porém, também realizavam serviços de impressão. Nas décadas seguintes se desenvolveram até dar origem ao Grupo Spina, ou propriamente Indústrias Reunidas Irmãos Spina, se tornando o maior complexo papelheiro da América Latina. Possuíam fábricas nos bairros do Brás e do Limão na cidade de São Paulo, nos municípios de São Roque no Estado de São Paulo e em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro (Gabriel, 2004 *apud* Capola; Campos, 2021, p. 66).

Ao longo das décadas, o bairro Satélite Íris experimentou um crescimento populacional, embora o poder público tenha negligenciado esse crescimento ao não garantir acesso a políticas públicas de infraestrutura e planejamento urbano para uma população majoritariamente negra.

Na década de 1970, o PPDI previa para a área do loteamento Cidade Satélite Íris uma intensificação nas ocupações tanto residenciais quanto industriais. Isto de certa maneira ocorreu, porém, sem qualquer tipo de ordenamento. A população da Região do Campo Grande no início da década de 1970 era de

macrozoneamento segundo Campinas (2006, p. 183) é: “(...) orientar o planejamento das políticas públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de gestão do território, a partir da compreensão das diferentes realidades das regiões do município, dada sua grande dimensão territorial.”

1.000 habitantes, passando a ter no início da década de 1980 mais de 32.000 habitantes. Soma-se ao intenso processo de ocupação da região uma total ausência de infraestrutura, o que viria a escancarar aos poucos a negligência por parte do Poder Público Municipal, em conformação com a consolidação de um cenário local caótico (Silva, 2013; Campinas, 2012 *apud* Capola; Campos, 2021, p. 67).

A implantação do “Lixão da Pirelli” em 1972, no bairro Cidade Satélite Íris, exemplifica o impacto ambiental de práticas inadequadas de descarte de resíduos. Em uma área de 42 hectares, foram despejados não apenas resíduos domésticos, mas também industriais e hospitalares. Apesar de ter sido oficialmente desativado em 1984, o local continuou recebendo dejetos por mais de uma década (Campinas, 2007). Além dos problemas ambientais decorrentes do funcionamento do lixão, como a contaminação do solo e dos corpos hídricos, a área do lixão, tanto em seu entorno quanto em sua parte interna, passou a ser local de estabelecimento da população de baixa renda.

Imagem 2 – Recorte de matéria do Jornal “Diário do Povo” de 13 de setembro de 1979 sobre a vida da população na área do Lixão da Pirelli



Fonte: Capola; Campos (2020, p. 67)

Em 1984, ano da desativação do lixão, inspeções do Departamento de Limpeza Pública identificaram atividades como criação de suínos, um matadouro clandestino e a presença de cerca de 700 catadores que dependiam da coleta de recicláveis para sua subsistência. Relatos de moradores também indicaram situações extremas, com pessoas utilizando restos de alimentos do lixão para consumo próprio (Roldão, 2011).

Durante esse período – porém, não apenas neste - foram recorrentes os apelos da população local, relacionados aos mais diversos temas. Representantes de associações de bairro e de movimentos sociais mantiveram comunicação frequente com a prefeitura. Consta-se neste momento de forma explícita as consequências da prática do *toma lá dá cá* entre loteadores e a Prefeitura Municipal. Os loteadores nunca realizaram as obras de melhoramentos públicos que eram de sua responsabilidade. Além de não terem sido alvos de fiscalização, passaram a ser amparados ainda pela legislação municipal, que após um determinado período de tempo, prescrevia estas obras, e estas passavam a ser de responsabilidade da municipalidade. Eis que o Poder Público Municipal também não fez cumprir suas obrigações, consequentemente, repassando o ônus à própria população, já bastante prejudicada pelas condições de vida (Capola; Campos, 2020, p. 67).

O Plano Diretor de 2006, revisado e aprimorado, focou nas macrozonas, renomeando a Macrozona 5 como Área Prioritária de Requalificação. Apesar das ações planejadas continuarem, os problemas sociais na área estudada se agravaram, sem sinais de melhoria (Capola; Campos, 2020).

Sobre o CRAS Satélite Íris e sua formação junto com o bairro, segundo material produzido por jovens e adolescentes em parceria com o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)¹², foi trazido o relato dos moradores do bairro através de história oral coletada:

¹² “O COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - foi fundado em 1980 pelo Juiz de Direito Dr. Rubens de Andrade Noronha e pelo Promotor de Justiça Dr. Hermano Roberto Santamaria, na época, respectivamente, Juiz e Curador de Menores, os quais coordenaram um grupo de pessoas preocupadas com a questão do adolescente autor de ato infracional na cidade de Campinas. Esse grupo tinha representantes de vários segmentos: Unicamp, PUCC, Secretaria da Promoção Social do Município e do Estado, Secretaria da Saúde e de Educação, além de pessoas que manifestavam interesse em encontrar uma alternativa viável para o acompanhamento, em meio aberto, dos adolescentes que estavam cometendo pequenos delitos. Naquela época, sob a legislação do Código de Menores, dava entrada no judiciário todo tipo de infração de adolescentes que apresentavam comportamento inadequado no universo escolar. Era apontada a falta de um serviço que atendesse de fato esses adolescentes, pois o Judiciário tinha só duas alternativas: uma, de cunho burocrático, era realizada pelos “Comissários de Menores”, onde a obrigatoriedade do adolescente era o comparecimento semanal para receber um carimbo em um documento fornecido pelo Juiz; a outra era determinar a medida de internação na FEBEM, na cidade de São Paulo. Esta ação deu origem a um serviço pioneiro de atendimento ao adolescente e sua família em conflito com a lei. O primeiro nome dessa Instituição foi COMI (Centro de Orientação ao Menor Infrator) que, em 1983, foi mudado para COMEC (Centro de Orientação ao Menor de Campinas), pela conotação estigmatizante que tal nome carregava. Essas reflexões sempre pautaram o trabalho da entidade que manteve grupos de pessoas que compunham o conselho gestor, com o intuito de manter acesas as chamas dos conhecimentos técnicos, sem perder o espírito crítico na construção de uma metodologia moderna e focada no adolescente autor de ato infracional, levando em conta seus interesses, necessidades e responsabilidades. Essas discussões contribuíram para o fortalecimento de muitas idéias e práticas, que se tornaram os pilares de um trabalho sólido”. Cf. COMEC, 2024. Disponível em: <https://www.comec.org.br/>. Acesso em: 30 set. 2024.

Seu A é morador do Satélite há 50 anos e se lembra das histórias e das mudanças no bairro ao longo dos anos. Ele relata que, em 1973, havia uma mina de água onde as pessoas lavavam roupa, faziam comida e tomavam banho de balde. Conta que, onde era o lixão, pescou muito, e onde hoje está o Depósito Real também havia uma mina de água. Relembra que havia muitos animais, pois, por ser um bairro mais afastado, era uma área com muita mata e terra. A antiga Pirelli asfaltou o bairro até a Anhanguera, numa época em que as fábricas começaram a invadir o bairro, que cresceu desgovernado como uma cidade.

Sobre o processo de mobilização popular, ainda de acordo com a cartilha elaborada pelos adolescentes e jovens do COMEC:

É um retrocesso perder o orçamento participativo. O fechamento da Avenida John Boyd, pela luta por melhorias dos bairros, demorou muito para chegar esse asfalto, para chegar o saneamento... relata a Assistente Social T, que acompanhou as mobilizações. Relatam que a mobilização popular era uma identidade dos moradores e contam das lideranças comunitárias informadas e unidas. Havia vários núcleos que construíram o bairro, divididos por lideranças unidas, onde trocavam a partir das suas realidades e necessidades para construir o bairro e lutar por todas e todos. Lembram do orçamento participativo da população, um diferencial para a construção do bairro e de políticas públicas, e contam que muitos serviços foram implantados a partir das demandas da população.

Na Região Noroeste, território do CRAS Satélite Íris, estão localizados outros três CRAS: CRAS Dandara dos Palmares, CRAS Florence e CRAS Laudelina de Campos Melo. A região também abriga um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). De acordo com o Guia de Proteção Básica, disponibilizado pela Prefeitura de Campinas, a Região Noroeste conta ainda com o suporte do Distrito de Assistência Social, situado na mesma área do CRAS Satélite.

Sobre as organizações da sociedade civil na Região Noroeste: Aprendizado Doméstico Sant'Ana - Casa Santana, Unidade Jardim Rossim (Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional); Associação Evangélica Assistencial – AEA (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 14 anos e 11 meses); Casa de Maria de Nazaré, Unidade Casa dos Anjos (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 14 anos e 11 meses e Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional); Fundação Gerações (Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional); Projeto Gente Nova, Unidade Jardim Bassoli (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 14 anos e 11 meses e Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional); Projeto Gente Nova, Unidade Vila Bela (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a

14 anos e 11 meses e Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional) (Guia de Serviços da Proteção Básica de Campinas, 2020).

Organizações da sociedade civil na região do CRAS Satélite Íris: Casa de Maria de Nazaré, Unidade Casa Hosana (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 14 anos e 11 meses); Projeto Gente Nova, Unidade Satélite Íris (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 14 anos e 11 meses e Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional) (Guia de Serviços da Proteção Básica de Campinas, 2020).

Ainda na cartilha da COMEC, fala-se sobre a luta de alguns moradores do bairro, como no caso do Sr. José Alves. Segundo a viúva do Sr. José Alves, ela relata:

Não havia água, precisavam ir buscar água na vizinha. A comunidade ajudava muito. José Alves começou a entrar na luta do bairro e depois foi trabalhar no Centro Cultural, ocupava-se das reuniões dos serviços, dos bairros, da igreja... trabalhava para articular as necessidades das pessoas do bairro. José Alves faleceu em 2002 e logo depois o Centro Cultural recebeu seu nome em homenagem à liderança comunitária. 'Ele gostava de lutar pelo povo, ele brigava mesmo' (segundo sua companheira).

Imagem 3 – CRAS Satélite Iris -



Fonte: FLICKR (2024)

As trabalhadoras relatam que houve um grande número de ocupações por famílias no bairro de maneira “desorganizada”. Fundado em Campinas em 2004, o CRAS Satélite Íris foi o primeiro CRAS da Região Noroeste e era um dos poucos

serviços públicos disponíveis. Antes de ser construído, o espaço abrigava uma caixa d'água cedida pela Sanasa.

O CRAS Satélite Íris mantém suas atividades de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, com horários que variam entre 7h e 17h. O equipamento segue as orientações do MDS, funcionando pelo menos cinco dias por semana, durante oito horas diárias, totalizando quarenta horas semanais (BRASIL, 2009c, p. 45).

A equipe do CRAS Satélite é composta atualmente por 1 coordenadora, que é assistente social de formação, 2 assistentes sociais, 1 psicóloga e 2 profissionais de nível médio.

Sobre o número de famílias atendidas pelo CRAS Satélite, de acordo com a vigilância socioassistencial da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Campinas e com informações fornecidas pelo Cadastro Único, no mês de referência de agosto de 2024, o CRAS Satélite atendeu cerca de 6.954 famílias, distribuídas pelos bairros atendidos pelo CRAS Satélite Íris, conforme o gráfico abaixo:

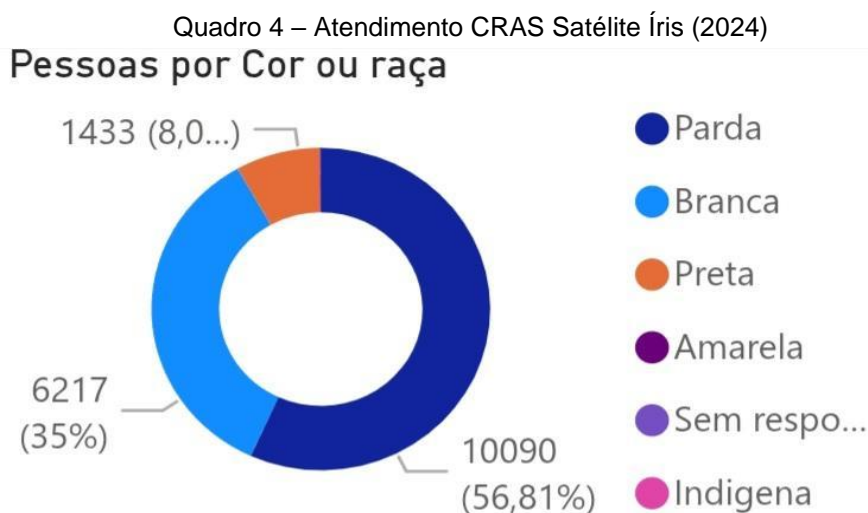
Quadro 3 – CRAS Satélite Iris

CRAS SATELITE IRIS	6954
CD SATELITE IRIS	3581
CD SATELITE IRIS III	936
URUGUAI	665
SAO JUDAS TADEU	656
CD SATELITE IRIS II	437
CD SATELITE IRIS IV	318
OURO PRETO	293
JARDIM MARIALVA	52
CD SATELITE IRIS VI	6
NOVO PARAISOPOLIS	4
CHACARA MORUMBI	3
OCUPACAO PARAISOPOLIS	3

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Campinas-SP, agosto de 2024.

Em agosto de 2024, o município de Campinas tinha cerca de 134.639 famílias registradas no Cadastro Único, sendo 246 indígenas e 5 quilombolas.

Em relação à raça/cor, o território do CRAS Satélite Íris, de acordo com o gráfico fornecido pela vigilância socioassistencial em agosto de 2024:

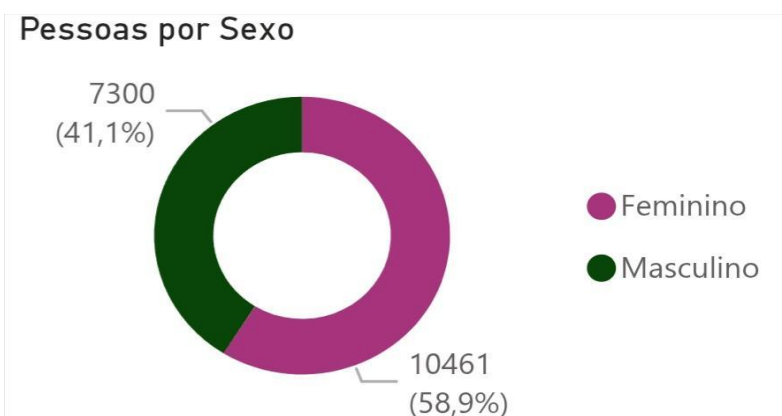


Fonte: Vigilância Socioassistencial de Campinas-SP, agosto de 2024.

As pessoas pardas representam 56,81% da população atendida no território do CRAS Satélite Íris, totalizando 10.090 indivíduos. Esse é o grupo majoritário na distribuição por raça/cor. O número de pessoas brancas corresponde a 35% da população, com um total de 6.217 pessoas, sendo o segundo maior grupo. Já as pessoas pretas representam 8% da população, somando 1.433 atendidos (Vigilância Socioassistencial de Campinas, 2024).

Essa análise destaca a predominância de pessoas pardas no território atendido. Somando-se ao número de pessoas pretas, esse total ultrapassa o de pessoas brancas. Portanto, de acordo com a análise dos dados, pode-se afirmar que o território onde se localiza o CRAS Satélite Íris é majoritariamente composto por uma população negra.

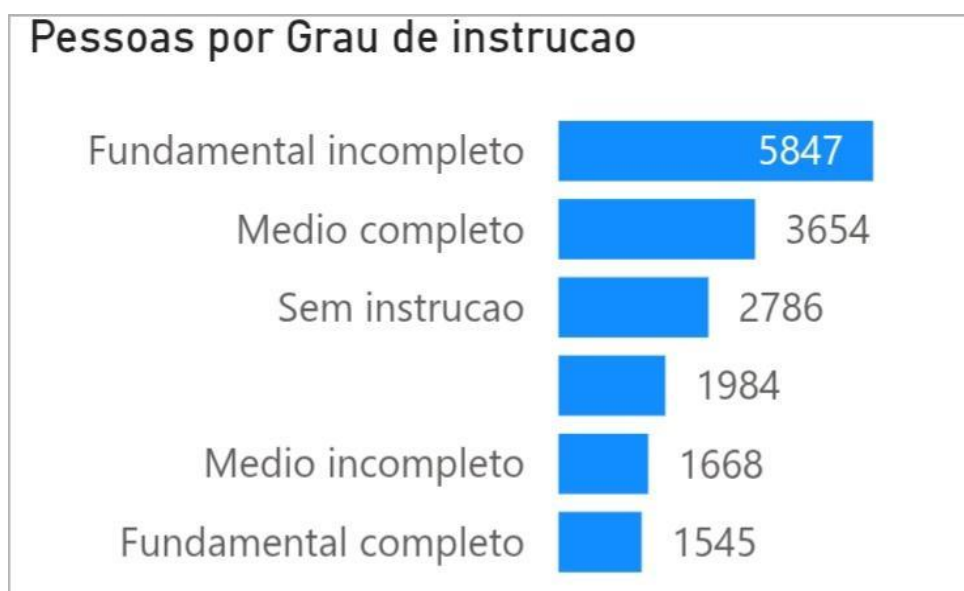
Quadro 5 - Pessoas por sexo no território do CRAS Satélite Íris



Fonte: Vigilância Socioassistencial de Campinas-SP, agosto de 2024.

As mulheres representam 58,9% da população no território de abrangência do CRAS Satélite Íris, totalizando 10.461 pessoas. Já o público masculino, de acordo com o gráfico, corresponde a 41,1%, com um total de 7.300 homens. Ou seja, houve um aumento no número de mulheres no território, o que requer melhorias nas intervenções do CRAS por meio de um trabalho social com famílias de maneira mais efetiva e a categoria raça como ponto principal.

Quadro 6 - Sobre o escolaridade nota-se uma prevalência do ensino fundamental



Fonte: Vigilância Socioassistencial de Campinas-SP, agosto de 2024.

A evasão escolar é um desafio significativo para a educação no Brasil. Em 2018, pesquisa da ONG Todos pela Educação com dados do PnadC revelou que mais

de 1 milhão de jovens de até 19 anos não concluíram o ensino médio, sendo que 62% já haviam abandonado a escola, muitos ainda no ensino fundamental. Esse cenário evidencia um entrave à universalização do atendimento escolar, prevista no Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014), especialmente em relação à meta 3, que busca universalizar o ensino para adolescentes de 15 a 17 anos e elevar a taxa de matrículas no ensino médio para 85% até 2024 (Machado, 2019).

O abandono escolar contribui para o aumento da desigualdade socioeconômica, pois a educação no Brasil oferece retornos elevados, que crescem conforme o nível de escolaridade. Jovens sem diploma do ensino médio enfrentam um horizonte limitado de oportunidades, não podendo prosseguir os estudos nem acessar empregos de maior renda, impactando especialmente os mais vulneráveis (Machado, 2019).

Em relação à equipe de referência e sua importância para o acompanhamento das famílias, atualmente o CRAS Satélite Íris, de acordo com a equipe, necessitaria de mais profissionais. Isso se deve ao fato de o território do CRAS Satélite Íris ser diverso, com áreas que apresentam maiores demandas em função da vulnerabilidade social, bem como maiores investimentos por políticas públicas.

É premente explicar que a incompletude na equipe de referência pode desencadear alguns fatores regressivos na oferta do serviço, como observado durante a pesquisa de campo: 1) a impossibilidade de uma abordagem de fato psicossocial e alinhada à proposta do CRAS, impedindo a troca interdisciplinar de saberes necessários a uma intervenção qualificada; 2) o acúmulo e o excesso de tarefas dos profissionais que compõem as equipes incompletas, o que, por sua vez, pode incidir no comprometimento da qualidade do serviço ofertado, além, é claro, de afetar a saúde do(a) trabalhador(a) da unidade, podendo provocar o desenvolvimento de desmotivação, estresse e outras doenças; 3) outros fatores que refletem a precarização do trabalho no interior das políticas públicas (Ferreira, 2017, p. 142).

O Plano Municipal de Assistência Social de Campinas (2017-2021), elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, propõe a ampliação da Proteção Social Básica (PSB) com ações como: a construção de cinco novos CRAS, a implantação de dois CRAS itinerantes para atender áreas isoladas, parcerias com OSCs para cobrir territórios sem SCFV e a oferta de atendimento domiciliar para pessoas com deficiência e idosos. Outras medidas incluem a inclusão de beneficiários do BPC e do PBF, a intensificação da busca ativa, melhorias na infraestrutura dos serviços, formação permanente para os trabalhadores, a construção de sedes

próprias para unidades existentes e a contratação de servidores por meio de concurso público.

Importante ressaltar que as normativas da política de assistência social ainda apresentam relativa fragilidade no que tange à obrigatoriedade da composição completa das equipes de referência, como a do CRAS, mesmo que este quesito conte como um dos componentes dos indicadores que incidem sobre o volume de recursos repassados pela União aos municípios. Vale indicar, que conforme a Resolução n. 17, de 21 de setembro de 2016, artigo 1º, Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão utilizar até 100% (cem por cento) dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados a execução das ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência do SUAS, conforme art. 6º-E da Lei 8.742/1993". "Parágrafo único. A utilização na integralidade dos recursos oriundos do cofinanciamento federal para o pagamento de profissionais nos termos do caput não deverá acarretar prejuízo à qualidade, à continuidade e ao funcionamento das ações de assistência social em observância às normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Impossível, portanto, se falar da política de assistência social e de seus (suas)trabalhadores (as) sem tratar de financiamento público num contexto neoliberal. Especialmente porque apesar da existência do cofinanciamento a partir do novo texto da LOAS, estabelecido como 'automático' nos repasses de fundo a fundo (uma grande conquista, diga-se de passagem), a assistência social não conseguiu ainda galgar o posto que as políticas de saúde e educação adquiriram com a Constituição Federal de 1988, na vinculação orçamentária obrigatória com valores de recursos definidos de modo claro e específico (Ferreira, 2017, p. 143).

Na assistência social, embora os repasses sejam obrigatórios conforme a LOAS, não há normativas que garantam valores fixos e adequados. Essa flexibilidade, somada a atrasos e à insuficiência de recursos municipais, compromete a oferta de serviços diante da alta demanda (Ferreira, 2017).

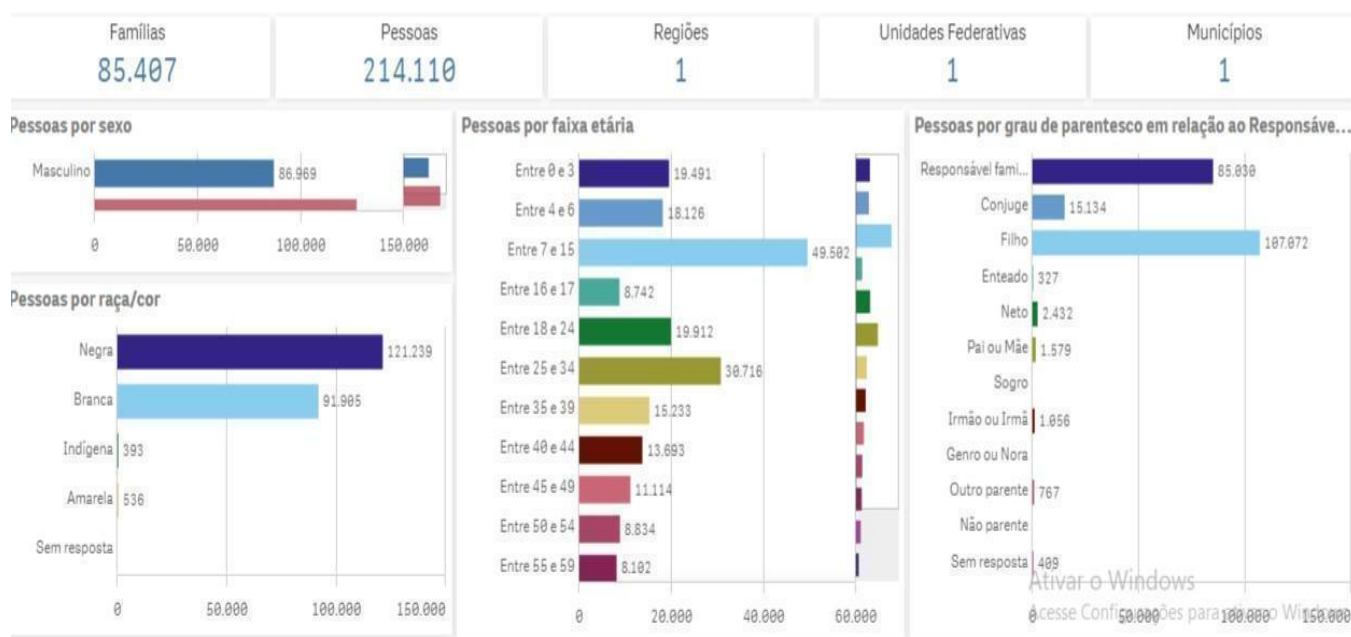
Tem-se, assim, o hiperdimensionamento da assistência social que se gesta numa velocidade superior à capacidade dos municípios se estruturarem para recebê-la, organizá-la e ofertá-la tomando a qualidade dos serviços como objetivo primeiro. Daí o quadro contraditório que se consubstancia: de um lado a necessária ordenação de um Sistema que tem nos municípios seu principal ponto de apoio para operacionalização do alcance às populações demandantes; de outro, a ausência de infraestrutura e recursos próprios dos municípios para a instalação de equipamentos públicos fixados em sedes próprias com espaços de acordo com as normativas propostas pelo próprio MDS, disponibilidade de transporte por tempo adequado às necessidades

das equipes de cada unidade, recursos e materiais para as atividades etc. (Ferreira, 2017, p. 145).

Esta dificuldade, sem dúvida, produz ingerências no perfil e nas condições daquilo que dá corpo ao serviço: os (as) profissionais, dentre eles os de nível superior, conforme se identificou no município de Campinas. Uma realidade, entretanto, que não se restringe apenas a esta cidade, mas sim expressa, em que pesem as especificidades, o retrato do SUAS no cenário nacional.

Sobre a população negra cadastrada no Cadastro Único do município de Campinas-SP, de acordo com o Observatório do CadÚnico, a quantidade de pessoas por raça/cor é a seguinte: negras, 121.239; brancas, 91.905.

Quadro 7 - População negra cadastrada no Cadastro Único



Fonte: Observatório do Cadastro Único Junho-2024.

Destarte, destaca-se que foram entrevistadas 5 mulheres negras acompanhadas pelo CRAS Satélite Íris. De acordo com as informações trazidas dentro do serviço e do território, a maioria da população atendida é negra, fato comprovado pelos dados do CadÚnico. Além disso, este é o território de moradia desta pesquisadora, que também é uma mulher negra, mãe e trabalhadora, e conhecer o território se faz importante como:

Entender o território como elemento fundante de uma política pública requer ajustar o foco do olhar para a realidade social, sobretudo, quando a tentativa é apreender as dinâmicas socioterritoriais como base para a realização do trabalho social na política de assistência social. Essa tarefa não pode e não está deslocada do seio das contradições inerentes ao processo de apreensão das mediações, e complexidades que envolvem a assistência social como uma das políticas de promoção e garantia de proteção social aos cidadãos (Arregui, Koga; Diniz, 2018, p. 1409).

A política de assistência social, fundamentada na LOAS, SUAS e NOB, tem o território como base central para a regulação e proteção social. É no território que se manifestam as vulnerabilidades, violências, potencialidades e sociabilidades, bem como as dinâmicas que permitem a vivência e a sobrevivência (Arregui, Koga e Diniz, 2018).

O geógrafo Milton Santos (2000) estabeleceu em suas apreensões a noção de território usado. Essa análise permite um salto conceitual, ético e político na compreensão do espaço geógrafo, uma vez que centraliza o sujeito no cerne das relações e mediações com o lugar. Sob essa perspectiva, todo e qualquer lugar só pode ser entendido como território se considera as relações humanas, as dobraduras, percursos, escolhas e processos humanos no espaço. Assim, o espaço territorial deve ser entendido a partir da noção de seu uso, das vivências coletivas que imprimem marcas, eventos e significações aos espaços. Essa compreensão firma a noção social e coletiva, uma vez que o território expressa concretamente as marcas das relações econômicas, sociais, políticas e culturais do contexto social em que os homens produzem e reproduzem a vida. Pois, '[...] o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam' (Santos, 2000, p. 22 *apud* Arregui, Koga; Diniz, 2018, p. 1410).

A seguir, serão apresentadas as mulheres negras que participaram desta pesquisa, contribuindo com suas trajetórias, narrativas orais, experiências e análises.

As mulheres que compõem este estudo têm idades entre 33 e 63 anos, sendo que 4 delas possuem Ensino Fundamental completo e 1 possui Ensino Médio completo.

Todas as histórias de vida delas estão entrelaçadas por serem mulheres negras, carregando em seus corpos as marcas do racismo e de uma sociedade que perpetua o mito da democracia racial. A maioria veio de outros estados e, através das histórias individuais, somam-se às histórias de muitas outras mulheres negras que vivem nas periferias deste país, sem acesso às políticas sociais e com suas vidas atravessadas pela ausência do Estado.

Buscarei apresentá-las sucintamente, indicando um pouco da apreensão que tive e da minha percepção. Mesmo diante dos cenários de desproteção social, foi possível observar muita força e fé dessas mulheres, que resistem e existem para sobreviver.

- **Girassol**, mulher negra de 42 anos, nasceu no estado de Alagoas e mudou-se para Campinas aos 17 anos. Tem 6 irmãos e é mãe de 3 filhos, aos quais dedica todos os seus cuidados, segundo a Sra. Girassol. Ao relembrar a infância, a Sra. Girassol mencionou episódios de racismo vividos no ambiente escolar e ao longo de sua vida.

Reside no território de Campinas/SP há 10 anos. A principal fonte de renda da família é o BPC (Benefício de Prestação Continuada) recebido por um de seus filhos com deficiência.

Segundo a Sra. Girassol, ela é acompanhada pelo CRAS Satélite Íris há 10 anos e reside em um bairro distante do CRAS de referência. Ao longo da entrevista, a Sra. Girassol trouxe muitas falas importantes com o intuito de sugerir melhorias para a comunidade e o coletivo de mulheres. Uma dessas falas foi: *“É uma comunidade, né? É uma comunidade de expressão, é uma comunidade, porque tem tanta coisa importante que a gente recebe nas palestras, nas reuniões, Que nem as meninas que vieram na semana passada, nossa, maravilhoso”*.

A entrevista com a Sra. Girassol foi realizada no salão comunitário do bairro, em maio de 2024. Segundo ela, conta com uma rede de apoio familiar formada por sua irmã. O genitor das crianças é ausente, conforme relatado pela Sra. Girassol.

- **Lírio**, mulher negra de 42 anos, residente próximo ao CRAS Satélite Íris e moradora do bairro desde 1992, conta como eram as características do território ao qual pertence o CRAS Satélite Íris: "Nossa, era bem diferente de hoje, tinha mais mato, poucas casas, a água não era encanada e nem energia elétrica, vivíamos mais à base de vela."

A entrevista com a Sra. Lírio foi realizada no espaço do CRAS Satélite Íris, em maio de 2024.

A Sra. Lírio trabalha com cuidados domésticos e, além disso, dedica-se aos cuidados com os filhos. Reside com seus dois filhos e seu companheiro, que trabalha

como pedreiro. Uma de suas filhas está cursando técnico em enfermagem e, como rede de apoio, a Sra. Lírio relatou contar com sua irmã e amigas.

A genitora da Sra. Lírio é de Campinas-SP, e o genitor, do estado de Minas Gerais. Ela relata que tem cinco irmãos e que, por ser a irmã mais velha, auxiliava sua mãe nos cuidados com eles. A mãe da Sra. Lírio era empregada doméstica.

A Sra. Lírio conta que sua experiência escolar foi muito difícil, marcada por várias situações de racismo.

Ela também relatou ser evangélica e contou que a maioria das mulheres de sua igreja são negras.

A Sra. Lírio mencionou que se casou com seu primeiro namorado aos 19 anos de idade.

É atendida pelo CRAS desde 2006 e atualmente a Sra. Lírio participa do grupo de mulheres chamado "Troca de Saberes". Ela conta gostar muito de participar e diz: "Ai, me sinto à vontade, me sinto bem".

- **Orquídea**, mulher negra de 63 anos, conta que desde muito cedo cuidava de sua família. Ela também relata que se casou jovem e, no mesmo período, tornou-se mãe. Durante a entrevista, a Sra. Orquídea expressou o desejo de retornar aos estudos. Ela tem cinco filhos e contou que trabalhou como empregada doméstica, profissão da qual atualmente está aposentada.

A Sra. Orquídea informou que nasceu em Campinas e mencionou ser oriunda da região noroeste da cidade.

A Sra. Orquídea descreveu um período de sua infância como difícil e relatou: "É, foi triste, né? Eu me vejo hoje com uma infância triste. Vejo as crianças de hoje, que têm tudo. Naquele tempo, a gente tinha que trabalhar, né? Trabalho, estudo e trabalho, e, mesmo assim, a gente não conseguia estudar. Então, eu acho que foi difícil."

A Sra. Orquídea também destaca a importância de participar de grupos com outras mulheres negras, enfatizando a relevância de lutar pelos seus direitos. Ela relatou as dificuldades que enfrentou para se aposentar, mencionando que seus antigos patrões não contribuem para o INSS.

A Sra. Orquídea é atendida pelo CRAS Satélite há um ano e, atualmente, participa do grupo de mulheres chamado "Troca de Saberes". Ela conta que utiliza o transporte público para participar das atividades, pois mora longe do CRAS.

A entrevista com a Sra.Orquídea foi realizada no espaço do CRAS Satélite Íris, em maio de 2024.

A Sra. Orquídea também relatou o desejo de participar de atividades coletivas em que possa conversar com outras mulheres negras sobre suas experiências. *Segundo ela, principalmente nessa faixa etária, após os 40 anos, as mulheres já foram esquecidas, né? Não há espaço para elas falarem...*

- **Margarida**, mulher negra de 57 anos, reside no bairro há cerca de 7 anos. Ela veio da capital, Salvador, ainda na adolescência. Ela conta que teve 6 filhos e um deles é falecido.

A entrevista com a Sra. Margarida foi realizada no espaço do salão comunitário do bairro através do CRAS Satélite Íris, em Junho de 2024.

A Sra. Margarida é casada há 36 anos e seu companheiro trabalha há 13 anos como porteiro. Ela relatou que conta como rede de apoio familiar seu filho que reside em São Paulo.

A Sra. Margarida relata que teve uma infância feliz com sua família em Salvador. Sua mãe era lavadeira e seu pai, pedreiro. Ela descreve Salvador como uma cidade maravilhosa e acolhedora e menciona que veio para a capital, São Paulo, em busca de trabalho.

A Sra. Margarida também mencionou que é evangélica. Ela afirmou que gostaria de participar de alguma atividade oferecida pelo CRAS Satélite no bairro, caso houvesse disponibilidade. Demonstrou preocupação com outras mulheres que não têm com quem deixar os filhos para poder trabalhar fora. Margarida comentou: *“Como eu já falei, poderia haver um projeto para acolher as crianças. Há mães que não têm onde deixá-las. Por exemplo, no período escolar, quando o menino estuda de manhã, à tarde elas não têm ninguém para cuidar dele”*.

A Sra. Margarida relata que já trabalhou em diversas funções, como auxiliar de produção, empregada doméstica e em buffet. Ela comenta que gosta de lidar com pessoas: *“Eu gosto de todo lugar onde tem gente. Pode me convidar que eu gosto de estar lá, viu? Eu gosto de movimento, eu gosto! Eu sou do movimento.”*

A Sra.Margarida conta que começou a conhecer o CRAS Satélite Íris através de sua filha que pega leite do programa Viva leite no CRAS e ela começou a ir no lugar de sua filha para neta não perder o direito de retirar o leite.

- **Violeta**, mulher negra de 33 anos, reside no bairro há 13 anos. Ela tem quatro filhos e trabalha como faxineira. Conta que viveu com várias famílias e não conheceu sua família biológica.

A Sra. Violeta teve uma infância marcada pela ausência de apoio tanto do Estado quanto da família, com uma grande carência de proteção. Ela relatou que teve seu primeiro filho ainda na adolescência e que mudou do estado de Alagoas em busca de melhores condições de vida. Ao chegar em Campinas, a Sra. Violeta relatou que enfrentou ainda mais dificuldades, pois não tinha nenhum familiar na cidade. Na época, começou a receber auxílio de voluntários de uma determinada igreja.

A Sra. Violeta relatou que se sente julgada pela sociedade por ter quatro filhos de genitores diferentes. Ela afirma: "Sinto-me oprimida por isso e, às vezes, sou muito julgada por ter quatro filhos, cada um de um pai." Além disso, a Sra. Violeta relatou que se sente sozinha quando precisa de suporte para ir ao hospital ou para ter companhia em sua vida. Ela também menciona a ausência dos genitores na vida de seus filhos e sente-se sobrecarregada por ser a única responsável pelos cuidados com eles. Apesar disso, a Sra. Violeta mantém um bom relacionamento com os filhos.

A Sra. Violeta conta que o local onde ela está morando atualmente é um terreno que foi conquistado através de muita luta pela comunidade. Ela relatou: "*Era de terra, cheio de buracos, quase nem tinha casa aqui. O povo, acho, ainda estava na luta, porque aqui é uma invasão, né? Eu sei que tem muita gente que lutou aqui para legalizar o terreno, essas coisas.*"

Ainda, a Sra. Violeta relatou que, no decorrer de sua experiência residindo em Campinas, de acordo com sua percepção, a cidade é um lugar onde existe muita opressão contra as mulheres negras: "*Aqui é um lugar muito opressor. Aqui as pessoas oprimem a gente, sabe? Eu falo assim: aqui as pessoas gostam de oprimir, gostam de querer humilhar, gostam de rebaixar. Principalmente a gente que já é preto, que já vem do Nordeste, sabe? E aqui, eu mesma já escutei muito: 'Ah, você é briguenta. Ah, você é raça ruim', sabe?*"

A Sra. Violeta relatou sentir saudades de sua terra natal e do compartilhamento coletivo entre as pessoas: "Lá, a gente andava na casa de um e de outro sempre. No meu caso, na época em que eu costumava visitar as casas das minhas vizinhas, elas sempre tinham uma comida, alguma coisa, sabe? Era café da tarde."

Ela relata sobre o período em que era acompanhada por outro serviço e que ainda não chegou a se vincular ao CRAS Satélite. Menciona o Centro Comunitário de seu bairro como um espaço que, em parceria com o CRAS, desenvolveu diversas atividades voltadas às mulheres da comunidade.

A entrevista com a Sra. Violeta foi realizada no espaço do salão comunitário do bairro através do CRAS Satélite Íris, em junho de 2024. E assim com a história contada do ponto de vista dessas mulheres acompanhadas pelo CRAS Satélite Íris e que estaremos adentrando nesse espaço que, embora pareça individual, carrega em suas experiências e falas as marcas de viver em uma sociedade marcada pelo racismo, patriarcado e capitalismo. Assim como a escritora Bell Hooks (2019) nos traz uma profunda análise, fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de falar, de "erguer a voz", não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.

2.4 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NO CRAS SATÉLITE IRIS EM CAMPINAS-SP

A proposta de estudo apresentada por esta pesquisa centrou-se em entrevistar as mulheres negras atendidas pelo CRAS Satélite Íris, tomando, no âmbito deste serviço, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) como elemento privilegiado de análise.

Na escolha do município de Campinas, preservadas suas particularidades, identificam-se tendências gerais que acompanham a realidade do serviço em outras unidades de norte a sul do país, dado o caráter universal e descentralizado de sua oferta.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que embora a organização do CRAS contemple outros serviços da proteção social básica é o PAIF¹³ que se destaca como

¹³ Algumas explicações são necessárias quanto ao histórico do PAIF na assistência: "A experiência de trabalho com famílias iniciou-se em 2001, com um projeto piloto, o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF). Como forma de expandir e qualificar essa experiência, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF). (Ferreira, 2017). Em 2004, o Plano foi aprimorado e

principal esteio do serviço. É ao PAIF, ao qual todos os outros serviços ofertados na Proteção Social Básica -PSB devem se articular para garantir tanto o direito à convivência familiar, quanto a outrora explicitada, “matricialidade sóciofamiliar” (Brasil, 2009c).

Todavia, para além da centralidade da família, a PNAS estabelece a matricialidade sociofamiliar, colocando em foco as necessidades e peculiaridades das famílias, entendendo-as como sujeito coletivo, conforme referencia Sposati (2009). Conjecturamos que pensar a matricialidade sociofamiliar significa compreender o momento e a situação social da família, com a perspectiva de gerir tais aspectos a partir de suas especificidades (*apud* Gueiros; Santos, 2011, p. 76).

A Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, relatou não saber o que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

Não foi bem no CRAS que fiquei sabendo desse serviço de proteção do PAIF lá no CIC, no centro de integração da cidadania, bem antes daqui, aqui eu ainda não vi as meninas comentar do PAIF, mas eu já sabia sim que é um acolhimento tanto as vítimas quanto é, é um atendimento muito bom, lá tinha, e eu já trabalhei lá (Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, em 2024).

A espontaneidade na fala da Sra. Girassol reflete a vivência e as percepções pessoais da entrevistada sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Embora a Sra. Girassol inicialmente indique não ter tomado conhecimento do PAIF por meio do CRAS Satélite Íris I ela demonstra familiaridade com o programa devido à sua experiência anterior no CIC (Centro de Integração da

adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o ‘Programa de Atenção Integral à Família’ (Portaria no 78 de 08/04/2004), que se tornou a principal referência para o usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Por meio do Decreto no 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se ‘ação continuada da assistência social’, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Com a instituição da PNAS, em 2004, que prevê dois eixos estruturantes do SUAS - a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, o PAIF passou a ser organizado de forma a responder à garantia de fortalecimento da convivência familiar e comunitária, na proteção básica do SUAS. Ao abordar a família como um todo em suas necessidades, disponibilizar sua oferta em locais próximos da moradia dos usuários e prever a busca ativa, pelos profissionais, das famílias que vivenciam situações de maior vulnerabilidade social, tem o desafio de romper com a lógica da fragmentação. Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Essa mudança da nomenclatura corrobora o conceito de ação continuada, estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Tal denominação foi reafirmada no Artigo 24 – A, da Lei no 12.435, que altera a LOAS. A presente Lei também institui a obrigatoriedade da oferta desse serviço no CRAS, unidade pública de base territorial, localizada em áreas de maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (art. 6o - C, §1o) (Brasil, 2012a, p. 9).

Cidadania). Isso reforça a ideia de que os serviços de assistência social podem ser conhecidos por vias diversas, não necessariamente pelo equipamento mais próximo. Apesar de o CIC ser outro serviço público, para a Sra. Girassol, o acompanhamento dela, enquanto sujeito de direito, tornou-o similar ao trabalho social desenvolvido no PAIF.

A Sra. Girassol descreve o PAIF como um serviço de acolhimento tanto para vítimas quanto para outras situações de vulnerabilidade, destacando sua qualidade e relevância ("é um atendimento muito bom"). Entretanto a fala da Sra. Girassol evidencia uma continuidade entre experiências anteriores da entrevistada e sua vivência atual no CRAS. Contudo, a ausência de menções ao PAIF no CRAS onde é acompanhada atualmente ("aqui eu ainda não vi as meninas comentar do PAIF") aponta para possíveis lacunas na comunicação ou na oferta desse serviço específico no local.

O relato da Sra. Girassol aponta possíveis desafios relacionados à forma como os serviços ofertados pela assistência social, em especial o PAIF, são divulgados e apresentados aos usuários no contexto do CRAS. E como a dimensão étnico-racial será abordada nesse espaço?

A luta para acabar com a dominação, a luta individual para se opor à colonização, deslocar-se de objeto para sujeito, expressa-se no esforço de estabelecer uma voz libertadora-aquela maneira de falar que não é mais determinada por sua posição como objeto, como ser oprimido, mas caracterizada pela oposição, pela resistência. Ela demanda que paradigmas mudem-que aprendamos a falar e também a escutar, para ouvir de uma nova maneira (Hooks, 2019, p. 50).

A fala da Sra. Girassol, mulher negra e acompanhada pelo PAIF no CRAS Satélite Íris, ilustra bem como as trajetórias individuais podem influenciar a percepção e o acesso aos serviços de assistência social e se tornar demandas coletivas. E garantir que os usuários tenham ciência das possibilidades de acolhimento e suporte disponíveis.

Conforme o pensamento de Bell Hooks (2019), o silêncio das pessoas oprimidas representa tanto um espaço de resistência passiva quanto um lugar de contenção de histórias que precisam ser reveladas. No caso das mulheres negras, erguer a voz sugere que a coragem não está apenas na denúncia do outro, mas também na capacidade de realizar uma dobra sobre si mesmas, avaliando de que forma reproduzem aquilo que estão denunciando.

Nessa perspectiva, falar de si não pode ser compreendido como um ato narcísico ou de autopromoção. Ao contrário, é um exercício de autorrecuperação, onde as mulheres negras, ao narrar suas histórias, constroem uma prática de cura e resistência. Assim, erguer a voz transforma-se em um ato político e emancipador, que desvela o silêncio e o ressignifica como potência.

A importância da dimensão étnico-racial no trabalho social com famílias será ainda mais impactada caso os profissionais que acompanham tais famílias no território não conheçam a demanda real da comunidade. Embora o cotidiano seja repleto de questões burocráticas e o número de profissionais no território seja limitado, isso torna a educação permanente no SUAS ainda mais relevante e qualificada.

O que impacta o atendimento dessas mulheres negras no serviço é que, ao não dialogar sobre seu acompanhamento e o de sua família no PAIF, compromete-se a possibilidade de essas mulheres serem ouvidas de acordo com suas necessidades, silenciando suas vozes e seguindo apenas o que é estabelecido.

A apropriação da voz marginal ameaça a própria essência da autodeterminação e da livre expressão de si de pessoas exploradas e oprimidas. Se o público que se identifica, aqueles para quem se fala, é determinado somente pelos grupos dominantes que controlam a produção e a distribuição, então é fácil que a voz marginal, esforçando-se por uma escuta, permita que o que é dito seja sobre determinado pelas necessidades daquele grupo majoritário que parece estar ouvindo, concentrado. Fica fácil falar sobre o que aquele grupo quer ouvir, descrever e definir a experiência numa linguagem compatível com as imagens e modos de saber existentes, construídos dentro de uma estrutura social que reforça a dominação. Em qualquer situação de colonização, de dominação, o oprimido, o explorado desenvolve vários estilos de relato, falando de outra maneira para aqueles que têm o poder de oprimir e dominar, uma maneira que permite que seja compreendido por quem não conhece sua maneira de falar, sua língua (Hooks, 2019, p. 49).

A metodologia proposta pelo PAIF visa ao desenvolvimento do trabalho social junto às famílias atendidas pelo CRAS. Trata-se de uma abordagem que inclui uma série de procedimentos, ações e estratégias, conforme estabelecido na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais:

acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários;

notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa (Brasil, 2009d, p. 7).

Assim, o acompanhamento familiar pela equipe do CRAS atravessa todos esses aspectos. Por isso, o intuito inicial foi compreender, a partir da ótica das mulheres negras acompanhadas diretamente pelo PAIF, quais os impactos deste serviço em suas vidas. Isso, inclusive, abre possibilidades para entender, a partir da leitura de suas falas, elementos que possam ser levantados sobre como elas se relacionam com o serviço, o território e a comunidade, com foco nas expressões de racismo que possam ter sido vivenciadas ao longo de sua trajetória. Também busca entender se, na perspectiva dessas mulheres, os profissionais que as acompanham e suas famílias pelo PAIF, percebem que, nesse espaço de proteção social, as relações étnico-raciais e de gênero são problematizadas no CRAS Satélite Iris, não somente em esfera individual, mas como característica de uma sociedade que vive o mito da democracia racial.

Ancorado na perspectiva de fortalecimento da “função protetiva das famílias”, o PAIF visa prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promover o acesso a direitos e colaborar para a melhoria das condições e qualidade de vida dos atendidos. Em resumo, o PAIF é definido por três “P”: ¹⁴Prevenção, Proteção e Proatividade (Brasil, 2009d) no atendimento aos núcleos familiares (Ferreira, 2017).

¹⁴ Para descrever o PAIF é preciso, primeiramente, contextualizá-lo no âmbito do SUAS. Esse serviço integra o nível de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo: “prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Ou seja, atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. A ação preventiva tem por escopo prevenir ocorrências que interfiram no exercício dos direitos de cidadania. O termo ‘prevenir’ tem o significado de “preparar; chegar antes de; dispor de maneira que se evite algo (dano, mal); impedir que se realize”. Assim, a prevenção no âmbito da Proteção Social Básica – PSB - denota a exigência de uma ação antecipada, baseada no conhecimento do território, dos fenômenos e suas características específicas (culturais, sociais e econômicas) e das famílias e suas histórias. O caráter preventivo requer, dessa forma, intervenções orientadas a evitar a ocorrência ou o agravamento de situações de vulnerabilidade e risco social, que impedem o acesso da população aos seus direitos. A atuação protetiva significa centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar, defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos. Assim, a PSB deve incorporar em todas as intervenções o caráter protetivo, envidando esforços para a defesa, garantia e promoção dos direitos das famílias. Já a atuação proativa está ligada ao reconhecimento, à tomada de responsabilidade e à intervenção frente a situações-problema que obstaculizam o acesso da população aos seus direitos, mas que ainda não foram apresentadas como tal. A proatividade é o contrário de reatividade, que é a propriedade de reagir aos estímulos externos. Assim, ser proativo no âmbito da PSB é tomar iniciativa, promover ações antecipadas ou imediatas frente a situações de vulnerabilidade ou risco social, vivenciadas pelas famílias ou territórios, não esperando que a demanda “bata à sua porta”. (Brasil, 2012, p. 11).

As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. É serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2009d, p. 12).

Pensando na troca de experiências e nas várias potencialidades identificadas nesta pesquisa, o PAIF pode ser visto como um espaço estratégico para a discussão das relações étnico-raciais e de gênero, através da prevenção, proteção e proatividade. Sobretudo, é importante abordar como as dimensões de gênero e étnico-raciais estão intimamente entrelaçadas na vida social dos usuários e das famílias atendidas pelo serviço. Além disso, esses aspectos devem ser considerados como instrumentos ricos de análise para os trabalhadores do SUAS, visando a um melhor atendimento da população negra na política de Assistência Social.

A esfera da família e a afetividade incursionam pelo sofrimento do ponto de vista ético-político. Pode-se questionar quais os desconfortos da atualidade e como eles se manifestam na vida familiar? Pode-se perguntar ainda quais as manifestações do sofrimento nas famílias dos dias de hoje? Como as famílias nomeiam seus sofrimentos? (Acosta; Vitale, 2018, p. 31).

A partir da escuta, poderá se desenvolver uma metodologia de trabalho social baseada nas narrativas. Assim, as ações dos profissionais tornam-se capazes de alcançar seus objetivos, transformando a realidade (Acosta; Vitale, 2018).

Portanto, conhecer a família e a qualidade de seus laços, isto é, a complexidade de sua realidade, é prioritário. Ter um claro diagnóstico pode ser o ponto de partida para uma intervenção mais próxima e legítima. Além de planejar as ações buscando interação com outras áreas, ciências, profissões, técnicas alocadas no território e/ou fora deste, para um trabalho em rede, habilitando o profissional para melhor avaliar e monitorar sua intervenção. Nesse processo, as políticas públicas devem ser mediadoras para o efetivo acesso das famílias aos direitos e proteção social. As famílias, os usuários das políticas públicas, muitas vezes se encorajam nos seus relatos na busca pela construção de projetos de futuro de futuro de vida que permitam fortalecer vínculos, prevenir violências e o estabelecimento de colaboração intra e interfamílias, comunidades e territórios (Acosta; Vitale, 2018, p. 127).

No que toca a articulação e as 1) ações com a rede de serviços, é importante considerar que o CRAS ocupa – ou assim é inscrito em seus marcos regulatórios – a função de gestor da rede de serviços socioassistenciais no campo da PSB – Proteção Social Básica, dispendo, pressupõe-se, portanto, de conhecimento acurado e relação estreita com as instituições e órgãos de sua área de abrangência (BRASIL, 2009c).

E o mesmo pode-se dizer da ‘busca ativa’ neste quadrante. Considerada um dos elementos primordiais para a realização do PAIF, a busca ativa consiste na atuação proativa do serviço junto à população, lideranças comunitárias no território, meios de divulgação e contato direto com os (as) usuários (as) e demais serviços do território, não motivada por requisições internas ou externas do serviço, mas sim utilizada como mecanismo de fato de exploração territorial (Ferreira, 2017, p. 158).

A importância de abordar as relações étnico-raciais e de gênero no contexto do CRAS, utilizando essas dimensões como ferramentas de análise. Essa abordagem possibilita ir além da interpretação puramente estatística, promovendo uma compreensão mais profunda e dinâmica da realidade. Ao se aproximar dos territórios e vivenciar as experiências das pessoas, é possível construir mediações que revelam a realidade como algo em constante transformação, e não como algo fixo ou predeterminado (Ferreira, 2017).

Ferreira (2017) ressalta os desafios enfrentados pelo CRAS em territórios marcados pelo narcotráfico, que dificultam tanto a presença dos usuários nos serviços quanto a atuação das equipes nas comunidades, como observado em Campinas-SP. A presença contínua e sensível às demandas locais é apontada como uma estratégia essencial para construir relações de confiança entre o CRAS, a população e suas lideranças, promovendo um diálogo que garanta a participação da comunidade. Além disso, a autora destaca a necessidade de refletir sobre as condições objetivas de atuação do CRAS e as dificuldades enfrentadas pelos usuários, especialmente a juventude negra, que ocupa posição central nesse contexto.

Sobre as parcerias entre os territórios de moradia das mulheres negras, ficou evidente nas entrevistas que elas conheciam pouco sobre esses serviços. Além disso, foram mencionadas dificuldades na troca de informações entre o CRAS e a população usuária, conforme a fala da Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024:

Vamos supor tipo assim, eu preciso de tal coisa, e como ela, é vamos supor, é que nem outro dia eu perdi o papel, eu perdi o meu registro, e eu pedi um papel sabe pra, aí tipo com aí tudo assim aí é você, não você tem que ligar lá no CRAS, essas coisa, mas eu falo eu não tenho tempo porque eu trabalho sabe assim, então estou pedindo porque você nossa assistente social, você tem como nos ajudar, é eu sei que vocês tem como nos ajudar, então se você só adiantar o papel que mais fácil para mim buscar, fazer isso, então coisa do tipo assim você entendeu, é atenção, que eu falo assim dar uma atenção para gente que é porque assim, se ela é nossa assistente social e ela sabe de muitas coisas que a gente tem direito, então tipo assim, a gente, se ela começa falando a gente quer entender melhor e às vezes parece que não gosta quando a gente quer entender bem a fundo o que o que a gente quer saber entendeu, é deixa eu ver, a questão de aí, que nem agora né, agora eu consigo ligar, mas que nem não tinha celular, eu pedia pra ela assim vamos supor, aí tem como você ver um dia pra mim marcar o meu cadastro do bolsa família, aí não tem, você tem que ir lá no CRAS, aí eu não tinha tempo, eu já cheguei a ficar meses sem receber bolsa família vamos supor, porque eu tinha que trabalhar, mais daí eu também não me importava porque eu estava trabalhando, sabe assim, é questão assim vamos supor, teve um tempo de eu não estar trabalhando de nem estar recebendo o bolsa família e alguém daqui falar assim, ó fala com tal pessoa, fala com a fulano, que vê se arruma um cartão emergencial para você, porque eles dão, nutri emergencial para te ajudar, só que tipo estou falando pra você mas não fala que foi eu, porque ela pediu pra mim não falar pra ninguém. Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024.

A fala da Sra. Violeta, usuária do CRAS Satélite Íris I em Campinas, revela aspectos significativos da relação entre usuários e profissionais do serviço socioassistencial. Violeta manifesta sua percepção sobre o papel da assistente social¹⁵ como mediadora de direitos e serviços. Ela espera que a profissional não apenas informe sobre os processos burocráticos, mas também atue de maneira mais direta e proativa na resolução de problemas, como na obtenção de documentos e no acesso a benefícios. A menção de que "*ela é nossa assistente social*" reforça uma expectativa de atenção e de intermediação nas dificuldades enfrentadas.

¹⁵ Código de Ética do Assistente Social - Lei n. 8.662/93 Título III: Das Relações Profissionais Capítulo I: Das Relações com os/as Usuários/as Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código; c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

A fala evidencia barreiras estruturais no acesso aos serviços, como a necessidade de ligar ou ir presencialmente ao CRAS, algo complicado para Violeta devido à falta de tempo e recursos, como o acesso ao celular em períodos anteriores. Essas barreiras impactaram diretamente sua vida, como no atraso para resolver o cadastro do Bolsa Família, resultando na interrupção do benefício. A burocracia aparece como um entrave que, na visão da usuária, poderia ser minimizado pela intervenção mais ativa dos profissionais.

Um ponto de destaque na fala da Sra. Violeta é a percepção de que, às vezes, os profissionais não demonstram empatia ou paciência suficientes quando os usuários buscam entender melhor os seus direitos. A fala de Violeta sugere que a comunicação entre usuários e profissionais poderia ser mais acolhedora e informativa, evitando situações em que os usuários sintam que estão sendo desencorajados ou negligenciados. A fala de Violeta evidencia desafios no atendimento do CRAS que vão além da oferta de serviços, envolvendo também aspectos relacionais e comunicacionais.

O que é deveras preocupante se resgatado aqui o entendimento do CRAS como “gestor” dessa rede, o que teoricamente lhe confere o status de conhecedor sobre o conjunto dos (as) protagonistas estratégicos e que em Campinas-SP, quando se trata de gênero e raça se expressa, além, claro de outras possíveis lideranças, através: de coletivos, o núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)¹⁶ da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, dos Conselhos Municipais, em especial do Conselho de Desenvolvimento e Participação da comunidade negra de Campinas-SP¹⁷,

¹⁶ A ideia do NEAB é ser um espaço onde a questão dos estudos afro-brasileiros seja tratada não só do ponto de vista acadêmico, mas também do ponto de vista de ensino e de extensão, dando a ela a dimensão necessária que merece. Cf.: VILLEN, G. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Política Institucional de Esporte devem ser implementados em 2023**. Unicamp, 2022. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/noticias/2022/12/21/nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-politica-institucional-de-esporte-devem/> Acesso em: 30 set. 2024.

¹⁷ Através do Decreto n. 22.501, de 18 novembro de 2022 e criado Conselho de Desenvolvimento e Participação da comunidade negra de Campinas-SP, art 2º: O Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas tem por finalidade promover a participação e o desenvolvimento da comunidade negra no processo de discussão e definição das políticas públicas, nas ações de afirmação de seus direitos e na eliminação de ações discriminatórias voltadas à afirmação dos direitos dessa comunidade no Município de Campinas. Art. 4º-VII propor a formulação de estudos e pesquisas a fim de identificar as condições relativas aos interesses da comunidade negra quanto à educação, saúde, assistência social, trabalho e acessibilidade aos demais direitos sociais postos à disposição pelos agentes públicos e pelo mercado.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) ¹⁸de Campinas-SP, bem como demais conselhos de direitos.

A fala da Sra. Violeta rica em nuances, reforça a importância de um atendimento socioassistencial e enfatiza que ao facilitar esse acesso reduz as burocracias e amplia as parcerias entre as pessoas da comunidade.

O trabalho social de maneira coletiva no CRAS pode ser uma das estratégias para superar as dificuldades na troca de informações, pois as demandas individuais podem se constituir em demandas coletivas. Com o objetivo de abranger o maior número de famílias no acompanhamento do PAIF, a estratégia do trabalho em grupo pode fortalecer a dimensão político-pedagógica do trabalho com as famílias, bem como criar um espaço para que elas expressem suas reivindicações e construam coletivamente alternativas para atender suas demandas.

Bell Hooks (2019) reflete sobre o desafio das mulheres negras em encontrar e usar uma voz libertadora. Superar o medo de falar e ser percebida como ameaçadora é um ato de resistência que contribui para a luta global contra a dominação. Ao romper o silêncio, essas vozes criam conexões com outras pessoas silenciadas em diferentes contextos. Este é um momento histórico em que as palavras das mulheres negras ganham destaque, tanto por sua iniciativa quanto por serem convidadas a compartilhar suas perspectivas. No entanto, Hooks (2019) alerta para a responsabilidade de distinguir entre falas que reforçam estereótipos ou autopromoção e aquelas que afirmam a luta por justiça e resistência à opressão.

A existência de lacunas significativas no trabalho com a rede em relação à questão étnico-racial e de gênero é reconhecida. Reconhece-se que a busca ativa pode ajudar a diminuir essas distâncias entre os usuários e outras instituições junto ao CRAS, conforme mencionado por algumas mulheres entrevistadas, alinhando-se a um dos princípios da intervenção profissional na política de assistência social.

¹⁸ 1º-O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campinas - CMDM, criado pela Lei n. 7.086, de 22 de julho de 1992.2º-O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campinas - CMDM é órgão colegiado, permanente, deliberativo, propositivo, controlador, autônomo em suas funções e fiscalizador das políticas públicas municipais dirigidas às mulheres, com a finalidade de acompanhar, avaliar e monitorar tais políticas e ações, bem como formular as diretrizes da política municipal para a promoção da igualdade de gênero, raça/etnia, orientação sexual e o combate a toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher. CAMPINAS (SP). **Lei nº 14.696 de 04 de outubro de 2013**. Dispõe sobre o reordenamento do conselho municipal dos direitos da mulher e dá outras providências Campinas, 4 out. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2013/1470/14696/lei-ordinaria-n-14696-2013-dispoe-sobre-o-reordenamento-do-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 set. 2024.

A consolidação democrática do SUAS requer a superação de práticas frequentes nos órgãos públicos que tendem a supervalorizar os motivos para não divulgar informações aos usuários. Isso ocorre porque muitas vezes a transparência das informações leva ao maior controle por parte do cidadão, deixando mais evidentes as responsabilidades, ações e omissões dos agentes públicos (Brasil, 2011, p. 19).

Uma vez que o trabalho de realizar encaminhamentos, ou seja, de direcionar o (a) usuário (a) para participar de instâncias representativas, de mobilização e organização, para acesso a direitos inscritos por meio de instituições, serviços, programas, projetos e benefícios no circuito do SUAS e para além dele, numa perspectiva intersetorial, constitui uma das atribuições dos profissionais que integram o SUAS (Ferreira, 2017).

O SUAS busca promover nos usuários da assistência social a consciência de sua condição como sujeitos de direitos. Porém, segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2011), isso exige um movimento social coletivo que construa novos parâmetros, devolvendo a esses sujeitos a capacidade de refletir sobre a sociedade e seu papel nela, desafiando o modelo hegemônico vigente.

Pensamentos e significados da assistência social para os usuários é oportuna, no sentido em que auxilia também na identificação de prováveis traços ideológicos presentes em suas explicações, ou mesmo na verificação de possíveis críticas à forma como a assistência social se concretiza. A esse respeito, percebe-se, historicamente, a mesma esteve vinculada a um discurso e sociabilidade que incentiva o dever moral aos pobres, segundo o qual as necessidades geradas na população devem ser supridas pela benevolência da sociedade. Esse paradigma, originário no ideário neoliberal, presente a nível mundial e ajustado ao contexto brasileiro, permanece atuante na regulação da economia até os dias atuais, mesmo com a regulamentação das leis (Freitas, 2014, p. 86).

O CRAS é fundamental na proteção social básica, sendo referência para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais do SUAS (MDS, 2016). Além disso, sua importância está na potencialidade do trabalho com famílias, especialmente por meio de ações coletivas. Nesse contexto, a dimensão socioeducativa, sob uma perspectiva popular, é apontada como uma aliada essencial no fortalecimento desse processo (Moreira; Santos, 2020).

A política de assistência social tem como tarefa lidar com as múltiplas e diversificadas formas de desigualdade e violações de direito que perpassam o cotidiano da vida da população que chega aos diferentes serviços nos diversos níveis de proteção social. E essa população, além de classe, tem cor e gênero muito bem

delimitados, visto que a população negra é o principal público atendido no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é exatamente por esse motivo que as ações profissionais precisam expressar o antirracismo em seu cotidiano (Moreira, 2019).

A Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024, em sua fala, menciona que a questão étnico-racial é abordada apenas em algumas datas, como no mês da Consciência Negra. No entanto, ela ressalta que o tema é pouco discutido ao longo do ano durante os acompanhamentos e nas atividades desenvolvidas no CRAS:

Já, até em dia de consciência negra as menina, é porque é muito pra lá né, os acontecimento aí eu não vou, porque eu falo mesmo pra Rosa, para as meninas, não é fácil, eu tenho três crianças, ficar tirando dinheiro de comprar uma bolacha, um pão para os meus meninos para pagar passagem né, então fica complicado a gente ir, mas é tudo que tem eu gosto de participar, eu falo para as menina mesmo, eu gosto de participar do meu jeito, contribuir porque é muito bom né, porque não é só a gente receber, a gente tem que saber receber e retribuir também (Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A fala da Sra. Violeta oferece um panorama rico sobre as dinâmicas de participação comunitária e os desafios enfrentados por mulheres negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Violeta menciona a dificuldade de arcar com custos como passagens de transporte, o que muitas vezes inviabiliza sua participação em eventos, mesmo em ocasiões significativas como o Dia da Consciência Negra. Essa limitação reflete barreiras estruturais que afetam o acesso a atividades comunitárias e culturais, especialmente para mães solo ou responsáveis por crianças.

Apesar das limitações, Violeta demonstra um forte desejo de participar das atividades e de contribuir à sua maneira. Sua fala evidencia a valorização do sentido de pertencimento e reciprocidade nas relações comunitárias, destacando que não deseja apenas receber, mas também retribuir de alguma forma. Isso reflete uma visão ativa de cidadania, mesmo em condições adversas.

A fala da Sra. Violeta também demonstrou a importância da troca mútua nas relações sociais. Ela afirma que não deseja apenas receber benefícios, mas também contribuir de alguma forma com a comunidade. Essa perspectiva destaca o papel do CRAS ao trabalhar com a coletividade. A menção às "meninas" e à interação com a equipe do CRAS indica uma relação próxima e confiante. Essa interação poderia ser

uma ponte para identificar formas de apoio que reduzam as barreiras de acesso, como a disponibilização de transporte por exemplo.

A falta de recursos financeiros é um obstáculo para o desempenho do trabalho social antirracista. A aproximação do CRAS ao território poderia aumentar a participação das mulheres negras, focando em suas reais necessidades e trabalhando-as dentro do SUAS. A fala de Violeta evidencia a importância de criar condições que facilitem a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade nas atividades comunitárias, valorizando o potencial transformador dessas experiências. Ela também reforça a necessidade de o CRAS adotar estratégias que combinem acolhimento e suporte prático, garantindo que essas barreiras sejam mitigadas para fortalecer o engajamento e o sentimento de pertencimento dos usuários.

Nessa direção, compreendemos que precisamos alargar o olhar do SUAS para outras formas de desproteções relacionais e superar uma perspectiva ainda muito presente que compreende o trabalho no SUAS somente enquanto provisão material, desconsiderando todas as outras formas de desproteções/violações que, além da carência de renda, também fazem parte da vida desses(as) usuários(as). Entendemos que é no âmbito dessa política pública e aqui frisamos a potência do CRAS através do PAIF que também precisamos falar das diversas formas de opressão que perpassam a vida desses(as) usuários(as) e, em especial, do racismo. Frisamos isso, pois a população negra é o principal público atendido pelo SUAS (Moreira; Santos, 2020, p. 113).

Vale e Conceição (2020) destaca que, além das contradições de classe inerentes à sociedade capitalista, emergem outras desigualdades, como as de raça e gênero, especialmente no contexto da globalização da questão social. Nesse cenário, observa-se a intensificação de um novo ciclo de racialização global, que também influencia as políticas públicas implementadas pelo Estado.

Um dos objetivos da Assistência Social diz respeito a proteção à família. Essa proteção é uma forma de legitimar a manutenção da dominação masculina, pois estes são enxergados enquanto seres detentores de direito em si, inclusive à privacidade de gerir suas vidas autonomamente – enquanto as mulheres são silenciadas e subalternizadas permanecendo submetidas à relação desigual de poder (Silva, 2020, p. 81).

A Assistência Social reforça que é necessário o reconhecimento da família como base da sociedade, com direito a proteção especial pelo Estado, conforme artigo 226 da constituição federal. Aponta ainda que família é “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”. Portanto,

“a formulação da política de Assistência Social é pauta da nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos” (PNAS, 2004, p.41).

A Sra. Girassol acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024, menciona seu território como um espaço em que a maioria das mulheres desempenha sozinha o papel de cuidadoras de seus filhos e demais membros familiares:

Ouro Preto, e nós mães que criam os filhos só, mãe que cria os filhos com marido desempregado, tem tudo isso né... Sra. Girassol acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024.

A fala da Sra. Girassol revela a identidade compartilhada de mulheres que enfrentam os desafios de criar filhos sem o suporte de genitor. A frase carrega um tom coletivo (“nós”), sugerindo uma percepção de pertencimento a um grupo que divide experiências similares, no caso das mulheres negras conforme trazido por Lima (2021, p. 43):

Mergulhar nas experiências da maternidade solo significa entender a fundo o que essa experiência nos diz. Primeiramente, indo na etimologia das palavras que circunscrevem essa experiência. Assim, o “solo” como substantivo no sentido de qualificar a experiência de mães solo alicerçadas na superfície, no chão, onde se pisa e se constrói a vida.

A imagem da mulher negra como "mãe" atua como mecanismo de controle racial, de gênero e de sexualidade, reforçando sua subordinação e exploração econômica. Essa construção idealiza a mulher negra como serva dedicada, obediente e amorosa, consolidando relações de subjugação à branquitude (Kilomba, 2009).

Portanto, o racismo estrutura a imagem de controle da mulher negra como a mãe ideal para estar a serviço da branquitude na qualidade de serva e de sobrepor a ausência paterna, que se interconecta com elaborações do racismo que é a imagem da mulher negra super forte, a grande matriarca que cuida de todos e acaba por se sobrecarregar e ser desumanizada (Lima, 2021, p. 43).

Embora a política reconheça as necessidades dos indivíduos e a noção de matricialidade sociofamiliar ¹⁹seja importante na assistência social, para muitos

¹⁹ matricialidade sociofamilliar, que refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a concepção e implementação das ações, benefícios, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ao colocar a família como foco do atendimento sociassistencial, o SUAS parte do princípio de que a matricialidade sociofamiliar irá reger todas as ações e serviços da política de assistência social, o que constitui um grande avanço, tendo em vista que, anteriormente o atendimento era fragmentado, ou seja, apenas o indivíduo recebia atendimento, e a família permanecia

profissionais, ela acaba direcionando o cuidado exclusivamente à mulher, reforçando seu papel como principal cuidadora dos demais membros da família.

Couto (2011) sinaliza que apesar das grandes transformações já observáveis e de seus impactos nos arranjos e composições familiares, ainda temos a permanência de velhos padrões e expectativas colocados pelo Estado para o funcionamento e organização das famílias, reforçando o desempenho de papéis paterno e materno, independente do lugar social que ocupam na estrutura de classes sociais.

Essa forma de organização da política se fundamenta na naturalização do cuidado como uma responsabilidade feminina, sustentando a divisão sexual do trabalho e reforçando papéis de gênero. Essa lógica afeta especialmente as mulheres negras, que predominam entre as famílias atendidas e no trabalho de cuidado, perpetuando sua exploração tanto pelo mercado quanto pelo Estado (Passos, 2017; Silva, 2020).

“Isso demonstra a razão pela qual é urgente a criação de estratégias para findar o racismo institucional que oprime, domina e explora essa população de geração em geração, desde os tempos da escravização” (Silva, 2020, p. 84).

As políticas públicas não são neutras e refletem interesses alinhados à lógica tradicional do Estado. Para alcançar a igualdade de gênero em sua execução, é essencial que a perspectiva de gênero seja integrada em toda a rede de desenvolvimento dessas políticas (Guedes; Daros, 2009; Silva, 2020).

A análise dos conceitos é crucial para compreender como a divisão sexual do trabalho resulta em diferentes condicionantes, variando conforme o país e a classe social dos indivíduos envolvidos. Em países com políticas sociais de desfamíliação, as famílias tendem a estabelecer relações mais igualitárias, uma vez que o Estado assume diversas funções, oferecendo creches, lavanderias, restaurantes e outros serviços públicos que aliviam as mulheres de certas responsabilidades, além de suas jornadas de trabalho (Silva, 2020).

Nos países onde a política social é de caráter familista, observa-se o reforço dessas relações desiguais, pois as famílias são pressionadas a atender às necessidades de cuidado de seus membros, ultrapassando suas próprias

isolada, sem atendimento, o que comprometia não apenas a proteção social do sujeito, mas a de sua família também. Cf. MEDEIROS, J. **Matricialidade Sociofamiliar GESUAS**, 2021. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/matricialidade-sociofamiliar>. Acesso em: 26 dez. 2024.

capacidades. No caso das famílias negras, essa pressão é ainda maior, uma vez que são cobradas a lidar com todos esses processos e, caso falhem, são taxadas de incapazes.

A influência da ideologia neoliberal em todas as dimensões da vida social desencadeia, nos países periféricos, um processo de supervalorização da família. Nos países pobres, marcados estruturalmente por desigualdades sociais perpassadas pelos determinantes de classe, gênero e raça, essa supervalorização da família passa a ser incentivada por organismos internacionais que pautam a forma como as políticas sociais devem intervir na sociedade, direcionando-as com base nos critérios da focalização, privatização e participação da sociedade civil na execução de programas e serviços sociais (Miotto, 2009, p. 89).

Quando o cuidado familiar recai integralmente sobre a família, ele se torna uma responsabilidade quase exclusiva das mulheres, sobrecarregando-as e reforçando a ideia de que o cuidado é um dever feminino. Essa atribuição não é uma escolha, mas uma construção social que atende aos interesses do sistema produtivo, e não às reais necessidades das mulheres (Silva, 2020).

Diferentemente do cuidado social, que deve ser apropriado como função estatal, visando oferecer suporte e proteção social para essas famílias, desobrigando assim as mulheres de desempenharem primordialmente esses papéis. O cuidado social 'diz respeito à viabilização do trabalho do cuidado por meio da assistência prestada pelo Estado, ou seja, é reponsabilidade estatal garantir o trabalho de care como direito social' (Passos, 2017a, p. 253).

O trabalho com famílias não deve ser conduzido de forma pragmática ou voluntarista. É fundamental entender que a simples convivência entre seus membros não garante, por si só, processos grupais capazes de promover autonomia e transformação da realidade familiar e social (Guimarães; Almeida, 2018).

Assim, entendemos que o trabalho social com famílias na política de Assistência Social interfere diretamente na qualidade de vida de milhares de pessoas. Embora o foco do cuidado não esteja exclusivamente centrado na mulher, especialmente na mulher negra, ela é a que mais se encontra sobrecarregada nos cuidados com os seus e, ao mesmo tempo, se vê responsável pelo sustento financeiro da casa. Embora a política de Assistência Social não consiga dar respostas às desigualdades sociais que afetam a população, as críticas a essa política devem estar atreladas à melhoria e ampliação dos serviços prestados, para que assim possa atender mais pessoas.

2.5 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CRAS EM NOME DA "IGUALDADE" DE DIREITOS?

CRAS se tinha uma ficha que ajudava as pessoas, hoje já não tem quase nada do que eu vi na minha época já não tem mais, então esse grupo de troca de saberes que é um grupo que a gente mesmo troca informação, se ajuda, mas para ajudar uma outra né, em conversa, é troca de saberes mesmo (Sra. Orquídea, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A fala da Sra. Orquídea revela uma comparação entre o passado e o presente, apontando para a diminuição de recursos ou serviços oferecidos pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). A frase "*hoje já não tem quase nada do que eu vi na minha época*" sugere uma sensação de retrocesso ou desinvestimento no serviço público.

A menção ao "*grupo de troca de saberes*" ressalta a relevância das redes comunitárias como mecanismos de suporte alternativo. Essa troca é descrita como um processo horizontal ("*a gente mesmo troca informação*"), no qual os participantes constroem coletivamente conhecimentos e ajudam uns aos outros. A ênfase na ajuda mútua ("*se ajuda, mas para ajudar uma outra*") demonstra um senso de coletividade e solidariedade, frente a falta de recursos institucionais.

A fala oferece insights valiosos sobre a experiência de quem depende do CRAS, apontando não apenas para a ausência de recursos, mas também para o papel transformador dos espaços de troca de saberes. Isso ressalta a necessidade de intervenções baseadas na escuta ativa e no fortalecimento dessas iniciativas no trabalho social com famílias negras.

A escrevivência, um conceito que permite escrever sobre a própria vivência, como uma oportunidade de romper com o silêncio, com o sofrimento, com o apagamento que historicamente me foi imposto por conta do racismo. Nas rodas de conversa, tornava-se visível como experiências das mulheres negras o reconhecimento do fenômeno diaspórico como resultado de um processo de brutalidade. Aprendemos o sentido do aquilombamento (Nascimento, 2021) e surgiu no grupo uma conexão de amizade, afeto e acolhimento, atitudes que colaboram para que mulheres negras não percam a sua condição humana (Almeida, 2024, p. 24).

A fala da Sra. Orquídea nos convida a refletir sobre a importância de fortalecer os serviços públicos de assistência social, com o intuito de transformar esses espaços

em locais de resistência no trabalho antirracista. Trabalhando com os saberes trazidos por essas mulheres, aprendemos a lutar e resistir.

A consideração acima, feita pela Sra. Orquídea na pesquisa, reflete a importância dos grupos para os usuários e, no caso de nós mulheres negras, é um lugar de existência e pertença.

Foi nesse mundo de falas de mulheres, de conversas barulhentas, palavras irritadas, mulheres com línguas rápidas e afiadas, línguas doces e macias, tocando nosso mundo com suas palavras, que eu fiz da fala meu direito inato e o direito à voz, à autoridade, um privilégio que não me seria negado (Hooks, 2019, p. 33)

As mulheres entrevistadas pouco informaram se o CRAS aborda questão étnico-racial no cotidiano de seus atendimentos. Elas também relataram que, em nenhum momento, expressaram o racismo que vivenciam, o qual mantêm em suas memórias. Apesar da proximidade com as profissionais, não conseguiram dialogar sobre possíveis enfrentamentos e participação nos planos de acompanhamento para um CRAS antirracista.

Em uma das falas da Sra. Orquídea ela relatou sobre uma melhor articulação com o território para discutir assuntos sobre as mulheres em situação de violência e seus direitos:

Eu traria é, primeiramente eu falava para as mulher assim, gente tem pessoas que falam assim, a vocês nunca passou por esse problema por isso que esta falando, justamente porque eu nunca passei que eu tô falando, porque eu não quero tá na pele quem sofre né, a gente não quer, ninguém quer estar na pele de quem sofre, e primeiramente a mulher ela, é que nem eu vi o cara falando, é sexta-feira no almoço aqui, o esposo matou ela, companheiro, irmão dela falou, aí o amigo dela falou assim, quando a mulher toma o primeiro tapa pelo amor de Deus não senta não, levanta para reagir, pediria isso, gente vocês que são mulheres, tem mulher agredida que, eu conheço duas, e eu falo para elas é toma um ar diferente, uma posição(sim), sai dessa vida, isso não é vida não, amor com porrada não existe, há porque eu amo , que amor, amor diabólico, isso não é amor, quem ama não maltrata, ai eu matei porque eu amava, não matou, se matou é porque queria matar, não porque amava, não existe isso, quem ama protege, quem ama cuida, quem ama guarda, entendeu, então assim eu diria para as mulheres, primeiramente minha filha se levante, toma posição, denuncie mesmo, o negócio é denunciar, se puder se mudar muda, não dá o endereço pra ninguém, nem pra vizinho, porque você fala, tem casos que acontece né, eu vou me mudar e dar endereço pra a, pra b e pra c, o cara vai achar ela, acha , então assim, dizer pra elas assim estamos aqui para ajudar você no que for possível, mas a ajuda primeiramente ela vem de você, você que tem que decidir, a decisão não é minha né, entendeu (Sra. Orquídea, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A Sra. Orquídea expressa uma empatia profunda ao reconhecer que “*ninguém quer estar na pele de quem sofre*”. Essa afirmação demonstra sensibilidade ao sofrimento das mulheres vítimas de violência, além de legitimar suas experiências ao enfatizar que a violência é desumanizante.

No caso dos acompanhamentos do PAIF a importância de trazer a violência de gênero associada à questão racial, uma vez que foi trazido pela Sra. Orquídea uma inclusão de uma história concreta, envolvendo um feminicídio, amplia a gravidade do tema e chama atenção para a necessidade de ações preventivas.

A baixa frequência nas atividades do CRAS pode ser atribuída à falta de informação ou a um sentimento de não pertencimento aos serviços públicos. O MDS (Brasil, 2012a) destaca a necessidade de superar discursos que atribuem passividade e dependência às famílias em situação de vulnerabilidade, uma visão que ignora os determinantes históricos do Brasil, onde a participação popular em espaços públicos sempre foi limitada (Ferreira, 2017).

O CRAS tem se mostrado mais como receptor de demandas do que como agente ativo em seu território, devido a fatores como dificuldade de transporte. Compreender essa situação é essencial para elaborar estratégias de intervenção que alcancem famílias não atendidas, promovendo diálogo com as instâncias gestoras para ampliar o atendimento, mantendo sua qualidade (Ferreira, 2017).

Uma possibilidade de maior aproximação com as usuárias poderia ser feita mediante encontro grupal, na qual mediante situações em comum que ligam essas mulheres, em sua maioria negras que são chefes de família, com filhos pequenos e dependentes, vivenciavam diversas desproteções sociais como desemprego, trabalho esporádico e precarizado, renda insuficiente, insegurança alimentar, moradias precárias e alugadas, entre outras, além da dificuldade de acesso aos serviços públicos (Sirio; Silva, 2019).

O acompanhamento familiar grupal (AFG) é uma das ações previstas pelo PAIF, objetiva a reflexão crítica com um conjunto de famílias e/ou indivíduos que vivenciam situações semelhantes de desproteção social, a fim de identificar possibilidades de enfrentamento das mesmas. Ainda, deve propiciar o acesso aos serviços públicos e direitos sociais, além de fomentar a autonomia e participação social. De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF –volume 2 (Brasil, 2012, p. 72):

O acompanhamento familiar em grupo prevê: a) a elaboração de um Plano de Acompanhamento Familiar, no qual constarão os objetivos comuns e específicos a serem alcançados pelos participantes, bem como o desenvolvimento do processo de acompanhamento; b) o desenvolvimento de encontros com as famílias reunidas em grupo, por meio de um ou mais representantes, sob a coordenação de um técnico de nível superior da equipe de referência do CRAS, para discussão de temas e realização de reflexões sobre as vulnerabilidades enfrentadas; c) a realização de mediações periódicas com os técnicos, para monitoramento e avaliação do processo de acompanhamento e efetividade da intervenção, ampliação da capacidade protetiva e estabelecimento de novos compromissos, quando for o caso; d) inserção em ações do PAIF, conforme necessidades.

O CRAS, como parte da Proteção Social Básica, é a principal porta de entrada para o SUAS, com o objetivo de prevenir situações de risco e vulnerabilidade relacionadas a condições socioeconômicas, afetivas e sociais. Esse trabalho se sustenta no PAIF, que promove ações diversas, como o acompanhamento familiar, tanto individual quanto em grupo (Brasil, 2004; Brasil, 2012b).

Mas ao tomar o PAIF como referência e pensar as relações étnico-raciais e de gênero na teia que envolve o invisível e o visível, na realização de trabalhos em grupo com estas famílias, questiona-se: o serviço operaria com ações e atividades que poderiam estar desconsiderando a raça/cor, gênero (e outras dimensões, numa perspectiva de entrelaçamento) destes usuários, operando o silenciamento; ou haveria a produção de uma visibilidade que norteia percepções, impressões (ora implícitas, ora não) acerca destas famílias, em sua maioria negras, sendo grande parcela chefiada por mulheres? (Costa, 2017, p. 230).

A transversalidade é um desafio central na implementação de políticas de igualdade racial, pois as desigualdades raciais decorrem de um processo amplo de exclusão social. Para enfrentá-las, é necessário integrar a perspectiva racial em diversas áreas governamentais, promovendo ações que reconheçam e combatam as desigualdades, o preconceito e a discriminação racial (Jaccoud, 2009, p. 166 *apud* Costa, 2017).

A transversalidade no cotidiano do PAIF no CRAS se evidencia nos grupos de mulheres, com temas como direitos, prevenção de doenças, sexualidade e cuidados. No entanto, há uma lacuna na abordagem desses temas com os homens, principais autores de violência doméstica. A sexualidade é tratada sob uma perspectiva heteronormativa e de controle, enquanto o aborto é influenciado por visões religiosas. Além disso, o cuidado é associado às crianças, reforçando a naturalização das funções maternas e essencializando a identidade feminina (Carloto; Mariano, 2008).

A Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas 2024 em sua fala menciona como o atendimento no CRAS foi importante para a situação de dificuldade que ela estava enfrentando que perpassou questões financeiras, mais também sua saúde mental e relacional:

É pelo CRAS faz tempo, eu comecei na época com a Rosa aqui, só nessa associação eu conheci a Rosa, que era uma assistente social e daí teve uma época muito difícil minha, que eu estava muito estressada, eu estava vindo aqui, eu estava vendo aquela hora de eu fazer alguma coisa comigo e com meus filhos, aí como eu conversava muito com a Rosa, e a Rosa sempre foi muito atenciosa, aí eu liguei para ela e pedi pra ela me chamar, não na verdade eu liguei no conselho tutelar pra eles vim buscar meus filhos, porque eu não estava aguentando a situação que estava passando mais e eu tinha medo de descontar tudo aquilo nos meus filhos, porque normalmente parece que você vai atacar as primeiras pessoas que está na frente, sempre quem estava primeiro na frente era meus filhos, aí eu liguei lá no conselho tutelar e eles ligaram pra Rosa e daí nisso eu já pegava o leite aqui entendeu, mas o atendimento com a assistente social mesmo eu comecei a ter com a Rosa por conta disso, aí o conselho tutelar entrou em contato com a Rosa, e também como lá já conheciam por outra situação que aconteceu com a amiga minha, aí eles já conhecia mais ou menos a minha trajetória, eles foi ligou para a Rosa, e a Rosa começou tipo me atender, aí passou uma época que eu tomei uns remédios sabe, é aí até hoje eu tenho acompanhamento eu passo com o pessoal lá do Santa Lúcia (Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas 2024).

Sra. Violeta revela uma trajetória marcada por vulnerabilidades emocionais e socioeconômicas, mas também destaca o papel crucial do CRAS e da rede de apoio social no acolhimento e suporte.

A relação construída com a assistente social (identificada como Rosa) mostra o impacto do acolhimento atencioso e humanizado no fortalecimento de vínculos e no acesso a direitos. Articulação da rede intersetorial demonstra a importância do PAIF juntamente com o conselho tutelar e outros serviços, como o CAPS Santa Lúcia, foi essencial para garantir a continuidade do atendimento e apoio integral da Sra. Violeta.

O caso ilustra a relevância do CRAS como "porta de entrada" para o SUAS, sendo um espaço que acolhe, articula e direciona os usuários para os serviços necessários.

Em que pesem as peculiaridades do território em que esta situação ocorreu, isso denota as possibilidades múltiplas que o serviço pode se atentar e o quanto o sentimento de pertença durante a construção e consolidação do grupo – entre eles e em relação aos profissionais - pode estar intimamente ligado a este processo. Em que medida as unidades de CRAS têm, como nesta experiência, estado abertas para participações ativas deste modo e de tantos outros? (Ferreira, 2017, p. 195).

A burocratização do trabalho socioassistencial pode levar à desconsideração das especificidades das famílias, vistas apenas como potenciais beneficiárias de auxílios. É fundamental reconhecer essas famílias como núcleos com histórias e dinâmicas próprias, influenciadas por contextos sociais, políticos e econômicos. Além disso, a aparente descrença em relação aos usuários deve ser analisada como transitória e não definitiva (Ferreira, 2017).

Pensando que essas mulheres muitas vezes são identificadas pelos serviços de Assistência Social, no caso específico do CRAS Satélite Íris, com a ilusão de limitá-las a sedentas de necessidades básicas, e não como mulheres, conforme trazido por Bell Hooks (2019, p. 110):

Eu não desejo uma situação na qual somente negras sejam encorajadas a escrever sobre assuntos relacionados à experiência da mulher negra. Desejo ajudar a construir um mundo onde nosso trabalho seja levado a sério, valorizado e aclamado, um mundo onde tal trabalho seja visto como necessário e significativo.

A análise das famílias atendidas pelo CRAS destaca a centralidade das categorias de gênero e classe, enquanto a questão racial é menos enfatizada nas falas. A figura feminina, especialmente como mãe e avó, é retratada como o membro mais ativo e presente na relação com o CRAS, evidenciando a associação dessas mulheres ao papel de cuidadoras no contexto familiar.

Em uma das falas da Sra. Margarida, ela problematiza como as mulheres, especialmente as mulheres negras, precisam ocupar espaços de poder, pois esses espaços lhes são frequentemente negados:

A mulher na sociedade ela tem que ter, ela na verdade ela é excluída de muitos papéis viu, a mulher é criticada, a mulher precisa de um espaço assim, nós mulheres precisamos de espaço, e eu vejo mulher na política, eu fico feliz, digo se for para defender as mulheres têm que ir mesmo né, porque a mulher tem que tá lá pra defender a gente mesmo né, é a delegacia da mulher, casa de apoio da mulher, gente eu fico tão alegre, falo aí gente bota essa mulher mesmo pra descer o porrete, porque os homens acham que eles são machistas né, acha que mulher é, lugar de mulher é na cozinha e no fogão, não é não, a maternidade, a mulher tem sua função, e o próprio Deus ele deu essa liberdade para mulher, saídas antiga mulher né, biblicamente falando a mulher ela teve seu , teve a Débora, teve a Ester, mulher que lutou por uma nação para libertar o povo dela, então gente já pensou hoje eu ir lá na Inglaterra atrás do rei, pedir uma carta, ou na presidência pedir uma carta pro presidente da República, pra dar um espaço pra mulher, isso aí você já pensou, eu chegar pro presidente Lula e falar presidente eu vim aqui porque eu preciso de uma pauta, preciso de ajudar uma ONG de mulher, eu preciso da sua assinatura, se a mulher fosse pra rua, a mulher tem que ter a voz própria, eu tenho que ter a minha voz, eu não posso pedir para ninguém gritar

por mim, porque eu tenho esse direito, não é isso.(Sra. Margarida, participante 3, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A Sra. Margarida identifica a exclusão e a crítica enfrentadas pelas mulheres em diversos papéis sociais, apontando o machismo como uma barreira significativa. Ela desafia estereótipos tradicionais que confinam as mulheres a espaços domésticos, como a "cozinha" e o "fogão". A fala celebra a presença de mulheres em espaços de poder e decisão, como na política, e reconhece a importância de iniciativas voltadas para a proteção e o apoio às mulheres, como delegacias especializadas e casas de apoio.

Margarida expressa a necessidade de que as mulheres tenham voz própria e lutem por seus direitos, rejeitando a ideia de depender de terceiros para representá-las. Sua visão de empoderamento é exemplificada pela defesa de ações concretas, como dialogar com autoridades e criar pautas em prol das mulheres. A citação de figuras bíblicas como Débora e Ester sugere uma visão inspiradora do papel histórico das mulheres como líderes e agentes de mudança. Essa referência conecta sua percepção atual à ideia de uma luta contínua e legitimada pela história e pela fé de acordo o que ela acredita. Ainda embora a fala valorize a maternidade e papéis tradicionais, ela também propõe uma ruptura com expectativas limitantes, reconhecendo a necessidade de espaços de protagonismo feminino em todas as esferas sociais.

A fala da Sra. Margarida evidencia uma visão crítica sobre a luta das mulheres negras por igualdade, representatividade e direitos. Sua perspectiva ressalta a importância de iniciativas que promovam a inclusão das mulheres negras em espaços de decisão e proteção, enquanto desafia estruturas patriarcais e reivindica autonomia. Em sua fala carrega um tom engajado, demonstrando paixão pelo tema e uma linguagem acessível, que reforça sua autenticidade e proximidade com a realidade das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora do lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como concorrentes, como afirmou a Sra. Margarida entrevistada acima (Bento, 2022).

Lélia Gonzales (2020, p. 85) constata que:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados, o lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento [...] desde a casa grande, aos sobrados até os belos edifícios e residências atuais. [...] já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, Invasões, alagados e conjuntos habitacionais o critério tem sido simetricamente o mesmo a divisão racial do espaço.

Quando uma mulher negra, acompanhada pelo CRAS, no caso da Sra. Margarida traz uma fala tão potente como a supracitada em um espaço como este, estamos, de certa forma, reescrevendo uma nova história. A acuidade nas análises das participantes torna-se, portanto, primordial para alcançar as complexidades que vão além do aparente.

Quanto ao nível educacional das mulheres entrevistadas, poucas conseguiram concluir o ensino médio, e apenas uma delas chegou a cursá-lo. Muitas relataram que abriram mão dos estudos para poder trabalhar; várias ocuparam cargos de maneira informal e, mesmo após uma vida inteira de trabalho, o reconhecimento desse trabalho só ocorre quando há registro em carteira.

Demorou bastante para eu entender que a descolonização é uma 'faca de dois gumes'. Ao sair para trabalhar em um mundo dito universal branco que se sente sempre ameaçado pela resistência negra, a mulher negra tem também que se 'empoderar', se reconhecer na sua ancestralidade e assumir sua identidade, porque a tarefa de trabalhar não é das mais fáceis (Almeida, 2024, p. 158).

Estudos recentes publicados pelo Insper - Instituto Sindical e Interamericano pela Igualdade Racial - revelaram que, mesmo com o aumento do nível de escolaridade, o negro ainda enfrenta diferenças salariais em relação ao branco, especialmente nos momentos em que busca ascender socialmente ou ocupar posições que foram negadas por brancos (Bento, 2002).

A maioria das mulheres negras entrevistadas não é da cidade de Campinas; três delas vieram de outros estados, como Bahia e Alagoas, e relataram que se mudaram em busca de trabalho.

A migração nordestina prometia melhorias, mas o sistema capitalista perpetua exploração e desigualdades, agravando condições de moradia, emprego e reprodução social devido à proteção dos interesses da classe dominante (Moura, 2019; Veroneze; Martinele, 2020, *apud* Almeida, 2024).

A hegemonia feminina aqui trabalhada se afirma, então, na assistência social, no corpo profissional e no âmbito daqueles (aquelas) que usufruem diretamente da política. É aqui que se provoca a questão: embora estas mulheres atendidas sejam, em sua maioria, negras, na maioria das vezes não são referenciadas como tal. No entanto, em todas as demais falas das mulheres entrevistadas, apareceu a condição racial entrecruzada com o gênero, mesmo no caso das narrativas sobre as mulheres atendidas no serviço, ressaltando a (in)visibilidade deste segmento.

Vou te falar a verdade é difícil de falar viu, é difícil porque as pessoas camufla que tem racismo, sendo que é dela, sendo que ela, é e hoje a turma pensa mil vezes antes de expor, assim porque elas estão olhando os quatro cantos se não tem câmera filmando, antes que não tinha tanto a gente era mais exposta, hoje como tem muita câmera, tem muita gente, qualquer coisa o celular, hoje é pensa duas vezes em expor você, mas se você tiver só com a pessoa, a pessoa te expõe, porque eu já fui chamada de negrinha, que você acha sua negrinha pobretona, não sei o quê, dentro do meu próprio trabalho na frente de todo mundo e as meninas que estava tudo lá me aplaudiram, isso mesmo não deixa quieto, e chamei ele de olha foi tão, tão, tão sofrido esse dia, até então que no outro dia fui trabalhar, eu fui mandado embora, mas eu falei demorou, não me senti mal nenhum momento, se tivesse fazer eu faria pior(Sra. Margarida, participante 3, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A fala da Sra. Margarida revela a complexidade das experiências de racismo no cotidiano, mesmo que camuflado, e as dinâmicas de resistência e enfrentamento. Sua narrativa demonstra como o racismo se manifesta em espaços profissionais, muitas vezes de forma pública e humilhante, mas também como as vítimas encontram força para reagir.

Ela destaca a diferença entre o racismo explícito do passado e o atual, que, apesar de mais velado devido à presença de tecnologias como câmeras e celulares, ainda é vivenciado pelas pessoas negras. A menção ao apoio das colegas de trabalho sugere momentos de solidariedade, mas também ressalta a insuficiência dessas manifestações diante das consequências reais, como sua demissão no dia seguinte.

Essa experiência evidencia como o racismo estrutural impacta diretamente a vida das pessoas negras, especialmente mulheres, ao perpetuar exclusões e desigualdades.

A fala da participante revela o quanto as estratégias de luta coletiva são importantes entre as mulheres negras, como forma de resistência e conforme o conceito apresentado por Nascimento (2021) de quilombamento²⁰.

Almeida (2024) traz sua experiência com a escrevivência²¹ um conceito que permite escrever sobre a própria vivência como mulher negra, como uma oportunidade de romper com o silêncio, com o sofrimento, com o apagamento que historicamente foi imposto por conta do racismo. Nas rodas de conversa, tornava-se visível segundo ela como experiências das mulheres negras o reconhecimento do fenômeno diaspórico como resultado de um processo de brutalidade.

De todo modo, diante de uma presença negra constante, poder-se-ia dizer que seria impossível, então, o serviço, negarem o corpo negro como elemento mais presente no serviço. Mas, embora o corpo negro seja um dado e que por meio dele se transmita determinada mensagem, não necessariamente esta mensagem tomará este próprio corpo como dado central. Ou seja, ao mesmo tempo que o corpo veicula uma série de significações calcadas na produção de um imaginário social sobre o negro, ele também é negado (Costa, 2017).

²⁰ A palavra 'quilombo' tem origem no aportuguesamento de 'kilombo', vocábulo da língua umbundu, compartilhada pelos povos bantu. O termo quilombo, já aportuguesado, aparece em Pernambuco a partir de 1681, mas a sua consolidação no vocabulário português aparentemente decorre da sua introdução na legislação colonial (Conselho Ultramarino de 1740), na qual o termo designa 'toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles'. Seu uso persiste estável ao ressurgir na legislação imperial, fixando no imaginário nacional a imagem dos quilombolas como agrupamentos de escravizados fugidos e isolados em locais de difícil acesso, sem comunicação ou troca comercial com o meio circundante" (Arruti; Silva, 2023, p. 286). A partir da Constituição de 1988, o termo passa por uma releitura atribuindo novos sentidos culturais e morais associados à resistência política, concepção utilizada, por exemplo, nos estudos de Clóvis Moura e de Edson Carneiro. A historiadora e ativista Beatriz Nascimento enfatiza o quilombo como uma instituição que expressa a busca pela independência, autonomia e organização própria, metas que a levam a conceber o quilombo como um fenômeno que não está limitado aos marcos históricos e jurídicos da escravidão, mas que se estende a territórios negros contemporâneos, notadamente as favelas, tanto como um tipo de organização quanto como uma imagem, "instrumento ideológico" da luta negra contemporânea. O fenômeno histórico ganha um sentido cada vez mais contemporâneo até dar lugar à proposição do conceito de quilombismo, formulado em 1980 pelo escritor Abdias Nascimento.

²¹ De acordo com a fala de Conceição Evaristo: É uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra "escrever" e "viver", "se ver" e culmina com a palavra "escrevivência". Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande. Cf. SANTANA, T.; ZAPPAROLI, A. Conceição Evaristo – "A escrevivência serve também para as pessoas pensarem". Itaú Social, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 30 set. 2024.

A ausência aparente de distinções raciais entre a população atendida leva ao tratamento negativo das diferenças étnico-raciais, justificando-se pela igualdade universal, mas desconsiderando o caráter histórico e estrutural dessas questões, que são vistas de forma individual e não coletiva (Costa, 2017).

Em nome da igualdade, nega-se as diferenças! Em nome dessa 'igualdade', em termos étnico-raciais, portanto, se elege um ser humano genérico, des-historicizado. Estes conceitos de igualdade foram denominados como 'igualdade formal' (Piosevan, 2006 *apud* Costa, 2017, p. 238).

A negação das diferenças em nome da igualdade se revela nas falas das mulheres negras entrevistadas, o que confirma a hipótese desta pesquisa de que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido no CRAS, mantém uma conduta em que as relações étnico-raciais da população atendida são pouco consideradas no acompanhamento ou tratadas de forma individual. Isso ocorre em nome de uma visão unificada, com foco na luta de classes, e não na interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE HISTÓRICA E INTERSECÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também (Jesus, 2017, p. 72).

Para introduzir o assunto sobre as relações étnico-raciais e a Política de Assistência Social, recorro com destaque à contribuição da pesquisa realizada também em âmbito de mestrado de uma autora que relacionou a Política de Assistência Social à questão racial e de gênero, Gracyelle Costa Ferreira em 2016, ela desenvolveu pesquisa junto ao programa de mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tendo como título: *Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos(as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*.

A autora apresentou uma vasta pesquisa de resgate histórico e entrelaçamento com a história da população negra no Brasil, desde a colonização até o modelo atual de gestão democrática do SUAS. Ferreira (2016) destaca as relações de gênero e família negras na relação com a constituição da visão de Assistência Social.

O que hoje entendemos como Assistência Social e garantia de direitos tem suas raízes históricas nos estudos e práticas desenvolvidos, principalmente, por mulheres brancas, muitas vezes em instituições ligadas à Igreja Católica. Entretanto, é fundamental ressaltar a importância das relações étnico-raciais e de gênero, destacando o papel essencial das mulheres negras nesse espaço de luta e resistência. Romper com os traços do conservadorismo que ainda persistem é crucial, assim como compreender os perigos de uma história única!

3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS IRMANDADES NEGRAS

Figura 6 – Obra Romaria, Emerson Rocha²²

Fonte: SESC. Revista E, abril, 2024. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/leia-o-que-e-destaque-na-edicao-de-abril-24-da-revista-e-publicacao-do-sesc-sp/>. Acesso em: 30 set. 2024.

No Brasil a assistência social se desenvolveu de modo bastante peculiar, vinculadas às irmandades em que membros gestavam e ofereciam ações e intervenções entre si. Irmandades Negras desempenharam um papel relevante nesse contexto, embora pouco sejam reconhecidas como espaços de proteção social (Costa, 2016).

Ao contrário do que comumente se imagina, os tentáculos da Igreja Católica e do Estado com suas representações oficiais não alcançaram todo o território brasileiro de imediato. Em grande parte do país, como no caso de Minas Gerais, a ocupação e exploração da terra antecederam estes processos. Contudo, isso não impediu, a partir do século XVII, mas em especial no século XVIII, a disseminação e organização dos sentimentos de religiosidade e a intervenção e amparo de cariz social ofertados pelos chamados leigos, através das irmandades (Costa, 2016, p. 107).

Muitas estratégias de sobrevivência foram construídas por meio de solidariedades econômicas, culturais e sociais, formando, assim, uma cultura e um saber fundamentados na experiência escravista, com diversos projetos de liberdade. Além disso, como veículo de transmissão, diversas tradições africanas foram

²² Premiado livro *Um defeito de cor*, que inspira exposição em cartaz no Sesc Pinheiros, abril de 2024, reflete sobre identidade, escravidão e racismo. “Eu era muito diferente do que imaginava, e durante alguns dias me achei feia, como a sinhá sempre dizia que todos os pretos eram [...] E assim foi até o dia em que comecei a me achar bonita também, pensando de um modo diferente e percebendo o quanto era parecida com a minha mãe”. Essa passagem do livro *Um defeito de cor* (Record, 2006), da mineira Ana Maria Gonçalves, apresenta pensamentos e sensações da protagonista Kehinde, uma mulher africana que é trazida escravizada para o Brasil ainda criança, no século 19, consegue obter sua liberdade, sobrevive como quituteira na Bahia, volta para a África e, ao fim da vida, retorna ao Brasil para encontrar seu filho. Cf. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/leia-o-que-e-destaque-na-edicao-de-abril-24-da-revista-e-publicacao-do-sesc-sp/>. Acesso em: 30 set. 2024.

preservadas pela frequência dos contatos, pela manutenção da língua e por outras razões semelhantes (Quintão, 2002).

As irmandades possuem um caráter social e político, como destacado por Quintão (2002), sendo espaços de organização e atuação coletiva.

a) As confrarias, compostas por leigos no catolicismo tradicional, dividem-se em irmandades e ordens terceiras, estas últimas vinculadas a ordens religiosas medievais, como franciscanos, carmelitas e dominicanos. Caracterizam-se pela participação leiga na promoção do culto católico e na organização das atividades devocionais, frequentemente sem estímulo ou intervenção clerical (Quintão, 2002).

b) As irmandades funcionaram amplamente como entidades de classe, reunindo, inicialmente, pessoas da mesma cor e que, posteriormente, passaram a servir como instrumentos de ação social (Quintão, 2002).

As Irmandades Católicas Negras constituíram um espaço de devoção e assistência para comunidades afro-brasileiras desde o século XVIII. Dentre elas, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho merece destaque. Ela é uma das mais antigas do país e alcançou posição de prestígio a partir de 1900, com a elevação à Ordem Terceira. As irmandades passaram a ser objeto de estudo da história a partir de meados do século XX e hoje seguem como tema recorrente, resultado de uma renovação no campo historiográfico brasileiro que tem incorporado temas, objetos e dimensões da vida social, política e cultural do país, superando a perspectiva meramente institucional. Nesse redirecionamento, o estudo dos excluídos da história se insere em um movimento de inclusão de “minorias”, como os negros, as mulheres e indígenas nas narrativas históricas, na condição de agentes de suas histórias e não apenas como sujeitos passivos (Santos, 2015, p. 7).

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, composta principalmente por africanos de origem banto e jeje, e seus descendentes, atuava, além das formas de assistência, na compra da alforria dos irmãos e irmãs ainda escravizados. Essas irmandades se configuravam como uma “nova família” para os negros, que frequentemente haviam sido separados de seus familiares no processo diaspórico (Santos, 2015).

A historiografia que trata das irmandades negras tem se ampliado a partir dos anos 1980. Trabalhos mais recentes como o de Lucilene Reginaldo (Os Rosários dos Angolas), de Mariza de Carvalho Soares (Devotos da Cor), de Antonia Aparecida Quintão (Lá vem parente) e de Larissa Viana (O Idioma da Mestiçagem) tem enriquecido a análise acerca da importância dessas instituições. No entanto, estas obras, assim como outras mais antigas, se concentram no período colonial e imperial, particularmente os séculos XVIII ao XIX, momento de maior difusão dessas organizações. Assim, elas

privilegiam o momento em que a religião oficial do Estado era a católica e que o trabalho escravo ainda era predominante no país (Santos, 2015, p. 9).

Os associativismos negros têm sido fundamentais na história política, religiosa e cultural do Brasil, desde o período colonial até a República. Incluem irmandades leigas católicas, como as de Boa Morte e do Rosário dos Homens Pretos, a imprensa negra, e clubes e sociedades beneficentes que surgiram no século XIX, além dos espaços de religiosidade africana no candomblé. Essas associações organizam redes de solidariedade e contribuem para a luta por direitos, sendo essenciais na resistência contra o racismo e a discriminação (Silva, 2021).

A ideia de um associativismo negro tem ocupado parte importante do debate das ciências sociais e da historiografia brasileiras por meio de artigos, teses e livros, em que se trata especialmente dos sentidos da organização coletiva negra, tomando-se por base o período temporal após a abolição, preocupando-se em particular com a construção coletiva de significados sobre a cidadania e seus direitos na República para aquele grupo social. Vale notar que a participação em uma atividade ou entidade não exclui flagrar o mesmo sujeito social ou entidade coletiva em outras, com fins semelhantes (Leite; Cuti, 1992; Pinto, 2014; Silva, 2017a; Tiede, 2018 *apud* Silva, 2021, p. 446).

Essa visão de um novo negro, forjado no universo de esforços de solidariedade, reivindicação política e cultural, foi trazida na publicação de Paulo Duarte, em 1947, *Negros do Brasil*, na qual ele afirmava o surgimento de um novo olhar sobre o negro, distinto das memórias presentes nas pessoas mais velhas, como o negro bondoso, as amas de leite. Para ele, um dos produtos do governo Vargas de 1932 e do Estado Novo foi a criação de algo que inexistia no Brasil: o problema do negro, que passou a ser reivindicado pelos ativistas negros da época (Silva, 2021).

Com o tempo, estas identidades africanas da diáspora foram se ampliando e propiciando a abertura também para alianças interétnicas nas irmandades, muitas delas possíveis, inclusive, através das mulheres, que teriam sido elemento catalizador de aproximações e em alguns momentos de pacificação entre as etnias (*Ibid.*, 1996). Segundo Quintão (2001, p. 9), esta 'presença feminina marcante é um dado importante para a caracterização das irmandades negras e pardas, indicando um contraste com as associações de brancos, cuja predominância parece ter sido sempre masculina' (Silva, 2021 *apud* Ferreira, 2016, p. 108).

Embora inicialmente o culto aos santos tenha sido incentivado como forma de controle, as Irmandades Negras se transformaram em espaços de resistência, humanização e dignidade. Por meio de práticas assistenciais, essas irmandades

atenderam principalmente os membros mais vulneráveis, evidenciando uma forte ênfase nas ações de amparo (Ferreira, 2017).

Nas irmandades, podemos identificar, conforme Bochi (1986), uma forma de proteção social horizontal, já que eram dotadas de autonomia e se organizavam entre os pares. Esse caráter horizontal permitia, por exemplo, que assuntos e problemas do cotidiano fossem discutidos e analisados nas reuniões, buscando possíveis soluções.

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros, em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua, construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (Reis, 1996, p. 5 *apud* Ferreira, 2016, p.110).

Ferreira (2016) destaca que as irmandades constituíam redes de solidariedade que fortaleciam vínculos e promoviam proteção social horizontal, sem hierarquização de gênero e com foco na dignidade. Apesar disso, essas redes não eram isentas de conflitos, sendo também espaços de negociações e reafirmações, onde divergências contribuíam para a consolidação ou, em casos extremos, a ruptura de laços. A autora alerta contra uma visão idealizada e homogênea das irmandades, enfatizando seu papel político em promover discussões, expressar queixas e criar um senso de pertencimento para seus membros.

No pós-abolição e no Brasil República, essas formas de organização sofrem um enfraquecimento em decorrência: 1) das reformas na Igreja, chamada de catolicismo romanizado ou romanização, centrada na sede romana); 2) do ideário de modernização que se assentava no país, com o intuito de se destruir todo a incivilização e atraso do passado escravista (Stakonski, 2008; Silva, 2012b *apud* Ferreira, 2016, p.113).

A permanência desses lugares, nas cidades brasileiras, estava intrinsecamente ligada às relações de poder entre a classe dominante e os subalternos, sendo contestada a partir de 1888. No período pós-abolição, a elite utilizou os discursos de “higienização” e “modernização” para justificar a expropriação de terras onde se localizavam igrejas e patrimônios ligados à população negra, alinhando-se ao projeto republicano de apagar vestígios do passado colonial (Santos; Ghirardello, 2019)

As transformações ocorridas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, nas ruas e largo do entorno, ainda que não identifiquem claramente os agentes, confirmam tal hipótese ao revelar as tentativas de enfraquecimento deste grupo e ações que ocasionaram o apagamento momentâneo da presença negra das regiões privilegiadas do urbanismo paulistano (Santos; Ghirardello, 2019, p. 111).

Santos e Ghirardello (2019) ressaltam que a expulsão das irmandades negras de regiões privilegiadas de São Paulo, no final do século XIX, foi justificada pelo discurso de higienização e modernização urbana, visando apagar o passado colonial. Mapas da década de 1890 revelam interesses imobiliários sobre igrejas das irmandades, muitas vezes omitidas na cartografia. Esse processo refletia o ideal de uma população branca e europeia, promovido pelos grupos governantes, reforçando a exclusão da população negra no período pós-abolição.

Dado o caráter ainda silenciado das Irmandades Negras como forma de proteção social, acredita-se na sua relevância e na importância de trazê-las para o diálogo e para a reflexão sobre a assistência social brasileira sobretudo em seu recorte analítico étnico-racial. O apagamento histórico da irmandade dos negros nas cidades do país é uma forma de apagar a memória coletiva. Sabemos que uma das manifestações do racismo é afetar a sensação de pertencimento à comunidade e ao território. Essa perda de pertencimento gera sofrimento, sendo um dos ataques mais cruéis da branquitude.

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSERVADORISMO E LUTA SOCIAL POR DIREITOS

As ações de cunho assistencial promovidas pela Igreja Católica, voltadas a beneficiários e outras intervenções sociais podem ser identificadas ao longo da história do Brasil. Entretanto, é preciso distinguir tais ações do que hoje compreendemos como proteção social, uma vez que o objetivo principal dessas instituições era, muitas vezes, movido por interesses individuais e pela busca da “salvação individual” daqueles envolvidos, vistos como benfeitores da sociedade. Além disso, essas ações frequentemente serviam para manter o controle sobre os indivíduos e suas famílias, promovendo o ajustamento à sociedade e apagando o protagonismo dessas pessoas.

A Sra. Orquídea, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, compartilha memórias de um período em que a Política de Assistência Social ainda não existia nos marcos legais estabelecidos após a Constituição Federal de 1988 (CF/88).

[...] a do tempo que eu, tinha pesagem, tinha... pesava as crianças, tinha o lugar que nem agora fazer o Bolsa Família para ajudar no cadastro único, tinha no tempo ajudar dar cobertores para as pessoas, do tempo que eu vinha tinha cesta básica que a prefeitura dava para ajudar as pessoas, então tudo aqui no CRAS se tinha uma ficha que ajudava as pessoas, hoje já não tem, quase nada do que eu vi na minha época já não tem mais.

A assistência social, enquanto estratégia, configura-se como uma política de proteção social diante das desigualdades sociais e da negação de direitos geradas pelo sistema exploratório capitalista. Sabemos que, nessa contradição, quem mais sofre nesse processo são as mulheres negras.

A gênese da assistência social está vinculada à filantropia e à benesse. Contudo, por meio de lutas coletivas, a Constituição de 1988 passou a reconhecer a assistência social como uma política pública integrada à seguridade social.

Para compreender a atual conjuntura da Política de Assistência Social no Brasil, é essencial revisitar o contexto histórico, político e social, desde suas origens filantrópicas até a transformação que a reconheceu como um direito.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (Oliveira, 2005, p. 25).

Mestriner (2001, p. 16) explica que, em vez de se configurar como uma política social, a assistência social no Brasil se desenvolveu durante décadas como doação de auxílios, caracterizada pela tutela e benesse, o que acabou por perpetuar a pobreza e a desigualdade social.

Em determinadas cidades à época, a falta de espaços decentes de moradias faria a população negra e suas famílias ir se concentrar em casas de cômodos e, após sua demolição pelos sanitaristas, nas favelas e periferias (Paixão, 2006, p. 39 *apud* Ferreira, 2017, p. 114).

A carência de moradia para todos e a falta de recursos financeiros podem ser justificadas como fatores que levam parte da população a ser deslocada dos centros urbanos, forçando muitas pessoas a buscar espaços precários de moradia. Essa realidade, por vezes, é interpretada por alguns trabalhadores por meio de um discurso que atribui essa situação a escolhas pessoais, rotulando essas pessoas como o “perfil” da assistência social e enxergando-as pela lente de “desajustados”.

A Sra. Orquídea, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, reflete sobre este momento na cidade, especificamente a respeito da formação do bairro periférico Satélite Íris²³.

[...] Nossa, aí é tão difícil falar, aqui não tinha nada né, era tudo mato, ali na onde que é a PUC era nossa escola, que era a escolinha, gente ia a pé, da onde que é a Pirelli a gente ia a pé até para aquela escola lá, não tinha lanche né, a gente saía e voltava a pé pela ali pela Bela Aliança para chegar em casa, meus pais batia tijolo, cortava lenha com aquele eucalipto, era tudo assim, não tinha...é... como que fala, asfalto, o ônibus era um ônibus, tinha 3 horários: 7 da manhã, às 11 e às 16:00, que aquele tempo se falava às 4 ainda né, e o motorista era seu Gabriel, lembro que até ele sabia quem ia para a cidade e até aguardava para as pessoas se tivesse perdendo o ônibus pra voltar, que daí era só no outro dia o ônibus.

²³ O bairro Cidade Satélite Íris (Imagem 4) está localizado na região noroeste da cidade de Campinas, estando inserido na macrozona denominada de Área Prioritária de Requalificação (APR). Esta macrozona está localizada entre a rodovia dos Bandeirantes e a divisa intermunicipal de Campinas com as cidades de Monte Mor e Hortolândia, sendo atravessada pelo rio Capivari e por seu afluente, o córrego do Piçarrão. A denominação utilizada pelo Plano Diretor de 2006 é bastante pertinente à situação enfrentada pela população residente da área. Consiste em um local com abundante contingente populacional, este, em grande parte pertencente à faixa de baixa renda e frequentemente estabelecido em assentamentos de alto grau de informalidade (Campinas, 2007).

Imagem 4 – Vista da rua Maria Neusa Belinteni no bairro Cidade Satélite Íris. Ao fundo predominam ruas de terra e uma grande favela.



Fonte: Capola; Campos (2020, p. 65).

A assistência social parece ser tratada com menos crítica, ou mais conforto, quando é comentada no âmbito das velhas práticas patrimoniais. Estas parecem ser inerentes às damas, principalmente às primeiras, como são denominadas as esposas de governantes eleitos em sociedades marcadas pelo sexismo ou pela hierarquia dominação/subordinação entre os gêneros masculino e feminino. Fica confortável, também, a ponderação sobre a assistência social quando colocada no âmbito da filantropia de patronos, eclesiais ou leigos, empresários ou benfeitores. Nas duas situações ela parece perfeitamente harmoniosa e própria à relação onde o doador tutela ou subordina aquele que recebe a doação (Sposati, 2007, p. 436).

As percepções compartilhadas constroem um núcleo ideo-político consolidado em um imaginário coletivo. Esse imaginário, simbolicamente representado, permeia o cotidiano e funciona como um arquétipo coletivo brasileiro, resistindo aos princípios universais das políticas sociais (Carnelossi, 2016).

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade (Carvalho; Iamamoto, 2014, p. 85).

A “questão social”²⁴ surge com a generalização do trabalho livre em uma sociedade ainda profundamente marcada pela escravidão (Carvalho; Iamamoto,

²⁴ Ancorada em Octávio Ianni (1994), Ivone Silva (2014) trata da “questão social latente” indicando como no processo da colonização brasileira as lutas sociais já constituíam uma “questão social” ainda

2014). Embora Silva (2014) argumente que essa questão já era latente no período escravista, as reivindicações da classe trabalhadora no início do século XIX, por melhores condições de vida e trabalho, pressionaram Estado e empresariado a implementar respostas e concessões, incluindo a garantia de alguns direitos. Nesse contexto, a luta trabalhista impulsionou tanto a regulamentação do direito ao trabalho quanto a intervenção para assegurar a manutenção dos trabalhadores por meio do atendimento de necessidades básicas, o que fortaleceu a atuação dos serviços sociais, como a assistência social, via iniciativas estatais e empresariais (Iamamoto e Carvalho, 2014; Pastorini, 2010; Silva, 2014).

Já na década de 1930, no bojo do desenvolvimento do capitalismo monopolista²⁵ no Brasil, emergem as primeiras rasas iniciativas do Estado, num primeiro esforço de responsabilização quanto ao amparo aos “desvalidos”, à maternidade e infância (Carvalho, 2014).

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da história da assistência social, logo percebemos uma variedade de conceitos, ora distintos, ora controversos. O que podemos assegurar com maior fiabilidade é que a sua definição não é inerte, tampouco imutável. Seu sentido é dinâmico e se modifica ao longo do tempo, conforme as circunstâncias políticas, econômicas e sociais da época a qual é observada (Carvalho, 2021, p. 39). Das definições mais correntes, a filantropia, a caridade e a benemerência são elementos destacados nesse debate. A filantropia se atrela a um sentimento humanitarista, de comiseração e ‘profundo amor à humanidade, desprendimento, generosidade para com outrem e caridade’ (Houaiss, 2001, p. 1341 *apud* Carvalho, 2021, p. 39).

Chiachio (2011) destaca que as raízes da assistência social no Brasil estão vinculadas à caridade, entendida como uma filantropia orientada por valores católicos.

desconhecida, dado o caráter da sociedade estamental à época. Para a autora, o contexto de lutas sociais e resistência do povo negro e indígena, por exemplo, no período abolicionista foram historicamente renegados ou desconsiderados como objeto de estudo, mas já expressavam a capacidade destes segmentos de enfrentamento à opressão e exploração. Assim, embora historicamente situada por larga literatura como gestada nos anos iniciais do século XIX no seio da classe operária, ao se tratar da “questão social” não se deve desconsiderar os processos específicos da formação social brasileira e que, de certa forma, anteciparam o que mais tarde se identificou de lutas de classes nos anos 30. Essa lei geral da acumulação capitalista é a determinação fundante da questão social e põe em confronto as duas classes fundamentais do capital. É na dinâmica desse confronto entre o capital e o trabalho que avançam ou refluem os diferentes modelos de proteção social. Neste sentido a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (Iamamoto, 2001, p. 10).

²⁵ O exame histórico do trânsito do capitalismo concorrencial ao monopolista já foi suficientemente elaborado e não cabe reiterá-lo aqui. O que importa observar e destacar com máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados (Netto, 2011, p. 20).

No período pré-republicano, as Santas Casas desempenhavam um papel essencial por meio da prática da esmola, vista como a principal forma de aliviar temporariamente as dificuldades enfrentadas pelos mais pobres (Sposati, 1988). Contudo, Sposati alerta para as limitações dessa prática, que não representava uma solução estruturada para as questões sociais.

No livro *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira*, Berenice Rojas Couto (2010) aponta o escravismo e as relações sociais dele derivadas como um dos maiores entraves à consolidação dos direitos sociais no Brasil. Durante três séculos, trabalhadores escravizados foram submetidos a extrema violência e exploração, sendo tratados como propriedade de seus senhores, que tinham domínio até sobre suas vidas (Couto, 2010).

Na década de 1940, surgiu a primeira grande instituição vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, liderada pela primeira-dama Darcy Vargas. Nesse período, nasceu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo inicial de atender as famílias cujos provedores haviam sido convocados para a Segunda Guerra Mundial. Na época, a LBA expandiu suas ações para diversas áreas da assistência social (Carvalho, 2014).

A LBA foi a primeira instituição vinculada ao nível federal neste âmbito e inaugurou nesta área o fomento na relação entre o público e o privado, atuando “como repassadora de verbas – globalmente virtuosas – para ampliação e reequipamento das obras assistenciais particulares”, contudo sem claras especificações e controle explícito. E, deste modo, a LBA vai se “configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil” (Behring; Boschetti, 2011, p. 108), posta sua estreita relação com as instituições privadas, todavia, “sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo” num contexto de forte repressão do estado-novista (Carvalho, 2014 *apud* Ferreira, 2017, p. 116).

A Legião Brasileira de assistência sua matriz por décadas foi apoiada no clientelismo, apadrinhamento enraizado na cultura política brasileira, essa área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (Couto, Yazbek; Raichelis, 2012).

A LBA, conforme mencionado por Martins (2011, p. 16), tinha como eixo o exercício da chamada “cidadania feminina”, que, por sua vez, estava vinculada à crença conservadora de que as mulheres seriam uma extensão natural da função maternal.

Dessa forma, o protagonismo das mulheres, posicionando-as como as principais “cuidadoras” de suas famílias, refletiu-se na atuação dentro da LBA. Essa abordagem contribuiu para moldar as relações sociais e de gênero na sociedade, pois, já naquele momento, havia a preparação de outras mulheres para assumirem esse papel de cuidado familiar. Isso reforçava padrões de cuidado doméstico, classificando como “desestruturadas” as famílias que não seguiam esses moldes.

No bojo de um contexto pautado no autoritarismo varguista a partir de 1937 com o Estado Novo, a assistência social agia como um braço vital para a manutenção da ‘ordem’. As famílias pobres – em especial as mulheres pobres – passavam então por um verdadeiro disciplinamento, através de trabalhos realizados em grupo, em que aprendiam a forma ‘ideal’ de cuidar de seus filhos. Ora, as voluntárias da LBA não poupavam esforços para a garantia da consolidação da função protetora das famílias pobres ‘desajustadas’ – ou seja, as que não se encaixavam no modelo ‘nuclear’ de família –, aplicando à mulher a função de mantenedora desta ‘ordem’ familiar, ‘capacitando-a’ para o exercício de seus deveres como mulher-mãe (Ferreira, 2017, p. 117).

A Sra. Lírio, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, compartilhou um período de sua adolescência em que precisou assumir os cuidados de sua irmã mais nova para que sua mãe pudesse trabalhar como empregada doméstica. Essa situação ocorreu devido à negligência do Estado na provisão de serviços e benefícios de proteção social, dificultando a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tal cenário é ainda mais desigual para as mulheres negras, como no caso da família da Sra. Lírio.

[...] a infância foi um pouquinho difícil, porque 11, 12 anos minha irmã nasceu, minha mãe teve ela, aí eu tive que ser mãe, né, porque minha mãe só pariu, eu falo que minha mãe só pariu e a mãe dela foi eu, porque era eu escola, eu médico, eu em tudo aos 12 anos, ainda eu falo pro povo que eu fui mãe cedo, todo mundo fica... não é que eu gerei, né, mais eu que criei a minha irmã. Minha mãe trabalhava de empregada doméstica, [...] cor da minha mãe negra.

A Sra. Lírio, assim como outras mulheres negras, relata ter assumido responsabilidades precoces e enfrentado sobrecarga ao cuidar de sua irmã ainda aos 12 anos de idade. Isso se justifica, segundo sua fala, pela sobrecarga emocional e prática decorrente do contexto de vulnerabilidade social em que sua família se encontrava. A forma como ela descreve sua mãe, enfatizando que “só pariu”, pode ser interpretada como uma crítica, mas também como uma forma de explicar que,

devido ao trabalho da mãe como empregada doméstica, ela precisou assumir os cuidados da irmã.

Além disso, o fato de sua mãe ser empregada doméstica e negra reforça a interseccionalidade entre raça, classe e gênero, evidenciando as dinâmicas estruturais que perpetuam desigualdades. Essa informação contextualiza a fala no cenário de mulheres negras frequentemente sobrecarregadas por trabalhos precários e mal remunerados.

É necessário recordar que ‘mulheres pobres – escravas de ganho a serviço de seus senhores ou livres – sempre tiveram muitos afazeres nas ruas, tantas vezes extensões de obrigações domésticas’ (Costa, 2002, p. 306 *apud* Ferreira, 2017). Contudo, a maioria contava ‘com redes familiares, de compadrio e de vizinhança, de longa data estabelecidas’. Hegemonicamente, essa forma de cuidado não recebia reconhecimento como legítima e pode-se dizer que essas famílias foram também foco de disciplinamento de instituições como a LBA (Ferreira, 2017, p. 117).

Na década de 1960, durante o regime ditatorial, a assistência social foi instrumentalizada para sustentar a ditadura sob o “binômio repressão e assistência” (Behring e Boschetti, 2011). Embora o período tenha sido marcado por repressão, censura e violência, buscou-se legitimar o regime por meio da expansão de políticas sociais, como a ampliação da cobertura previdenciária pelo INPS. Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), mas a assistência social manteve o caráter de “não política” e o estigma de não ser reconhecida como um direito (Yazbek, 2009).

A LBA persistia, e a assistência social permanecia centrada nas mulheres e no disciplinamento das famílias. Essas características configuraram-se como verdadeiros resquícios que marcaram a trajetória da assistência social (Ferreira, 2017)

No contexto de recessão, o modelo de proteção social brasileiro, fundamentado nas contribuições do trabalhador, mostrava suas fragilidades, principalmente porque deixava de abranger a grande parcela da população empobrecida do país, atingida pelo desemprego e pela queda de seus rendimentos. A base contributiva do sistema previdenciário, originária dos trabalhadores, diminuiu significativamente, reduzindo os valores dos benefícios e também a qualidade do atendimento dos serviços prestados. Era necessária uma resposta das políticas sociais frente às demandas colocadas, pois o modelo de proteção social vigente não vinha respondendo a contento, excluindo grande parte da população necessitada (Silva, 2014, p. 86).

No final dos anos 1980, o Brasil começou a adotar novos parâmetros para as políticas sociais, com ênfase na descentralização, municipalização, integração das

políticas sociais e participação popular. Contudo, essas propostas tiveram pouco impacto na vida das populações. Embora os programas tenham recebido mais recursos, mantiveram um caráter pontual e assistencialista, atendendo apenas demandas emergenciais. A descentralização e a participação foram mais efetivas na área da saúde, com a criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), mas deixaram lacunas em outras áreas sociais (Silva, 2014).

Essa forma de proteção social verticalizada e feminizada²⁶ da assistência social, anterior à CF/1988, ocasionou muitas vezes a atuação dos(as) profissionais caldeada pelo autoritarismo; distantes das vivências e experiências dos(as) usuários(as), vistos como meros seres passivos; afastada da integralidade da família, mas, ao contrário, focalizada na figura da mulher e na produção de determinada feminilidade; além da reprodução de um modelo único de família, o que incidiu tanto sobre a negação de outras configurações familiares, quanto na busca pelo seu 'enquadramento'. A roupagem estigmatizadora, culpabilizadora e por vezes despida de dignidade com a qual se consubstanciou a assistência social brasileira se fez presente não apenas em sua formatação, mas também do imaginário popular sobre sua natureza (Ferreira, 2017, p. 118).

Essa trajetória histórica repleta de conservadorismos também foi constituída por um processo de luta social por direitos, um caminho marcado da luta pelo reconhecimento da assistência social no campo de política pública de proteção social não contributiva, como veremos a seguir com mais rigor.

3.3 DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE CONSTITUCIONAL EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO.

Sonhos de comida, fome de pensamentos

Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam de salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas (Evaristo, 2017, p. 16).

²⁶ Colocando as mulheres como as principais responsáveis pela intervenção da Política de Assistência Social, uma vez que elas costumam ser operacionalizadas em territórios pauperizados, generificados e racializados. Não por acaso, as mulheres negras estão entre suas maiores usuárias (Oliveira *et al.*, 2019).

Enquanto política pública, a Assistência Social se institucionaliza como responsabilidade estatal a partir da Constituição Federal de 1988²⁷, mediante luta coletiva que, pela primeira vez na história brasileira, integra a assistência social juntamente com a saúde e a previdência social, a Seguridade Social, tratada como direito do cidadão e dever do Estado, em seus artigos 203 e 204.

Segundo Eurico e Passos (2022), há a necessidade crucial de compreender os mecanismos que sustentam as relações étnico-raciais no Brasil, bem como a reprodução da desigualdade, frequentemente mascarada pela ideologia da democracia racial. Essa análise é essencial para reconhecer os limites da democracia e a incapacidade do Estado em proteger adequadamente grupos sociais que, apesar de demograficamente majoritários, permanecem sub-representados nos espaços de poder, especialmente no campo político, como mulheres e pessoas negras. Ademais, as autoras apontam que, sem uma análise ética e responsável sobre as violações de direitos baseadas em critérios étnico-raciais e sem a garantia de que a diversidade seja um direito humano fundamental, a democracia continuará sendo restrita e insuficiente.

A década de 1980 é significativa para o avanço da pauta antirracista no Brasil, período em que ações de combate ao racismo são implantadas na forma de leis, de criação de conselhos de participação da comunidade negra, de tombamentos de símbolos da cultura negra, da criação do Dia Nacional da Consciência Negra, entre outras realizações que explicitam a força e mobilização do Movimento Negro na defesa da cultura negra. Contudo, expuseram também o quanto as instituições públicas focaram na esfera da cultura suas intervenções (Pires *apud* Eurico; Passos, 2022, p. 131).

A Sra. Lírio, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I, em Campinas, no ano de 2024, reflete sobre as expressões do racismo vividas na infância e a ausência de debates sobre a dimensão étnico-racial no cotidiano e nas políticas sociais.

[...] a gente sofria muito *bullying*, por ser negra, por usar trança. Sim, mas hoje, bem... hoje mudou um pouquinho as coisas, né, mas não, antes para a gente era racismo, hoje é o *bullying* né, que tudo agora é *bullying*, mas a infância foi normal, normal, assim, dentro dos possíveis, né, desconforto (Sra.Lírio, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

²⁷ Nesse sentido, Netto *et al.* (1999, p. 77) se refere à Constituição de 1988 como um “pacto social” entre as forças sociopolíticas e macroeconômicas. Sob as regras do jogo democrático, elas buscam redirecionar os limites de atuação do mercado e reduzir a níveis toleráveis as fortíssimas assimetrias socioeconômicas geradas pelo padrão excludente de capitalismo historicamente implementado no país.

Ao descrever sua infância como "normal, dentro dos possíveis", a Sra. Lírio evidencia uma tentativa de minimizar o impacto de experiências dolorosas, como o desconforto causado pelo racismo. Ela também aborda a diferença entre os termos "racismo" e "bullying", refletindo uma mudança no discurso social, em que questões estruturais como o racismo são frequentemente diluídas em conceitos mais genéricos, como o bullying. Essa diferença é extremamente importante, pois nomear o racismo apenas como bullying pode ocultar desigualdades históricas. No entanto, sua fala revela a persistência do racismo.

No contexto de ser acompanhada pelo CRAS, a fala da Sra. Lírio está inserida em um cenário de assistência social, onde seu relato não apenas contribui para a formulação de políticas públicas, mas também evidencia a importância de ouvir histórias individuais para compreender padrões coletivos de exclusão e resistência.

Os grupos que foram racialmente classificados como os "outros" tiveram suas humanidades rebaixadas, com o principal objetivo de violar a condição humana.

Para investigar as possibilidades históricas de desenvolvimento de crianças e adolescentes no interior do sistema capitalista, faz-se necessário pensar sua inserção de classe, gênero e condição étnico-racial e a relação desses elementos com a totalidade do grupo familiar. O modo de ser de cada família e a qualidade das interações na vila, no bairro, na comunidade e na sociedade impactam cada um de seus membros, ora positivamente, ora negativamente, marcando suas trajetórias e as possibilidades de planejar o futuro e realizar seus projetos individuais e coletivos (Eurico, 2020, p. 95).

A Assembleia Nacional Constituinte foi um espaço de intensa participação popular, mas a presença de militantes negros eleitos como representantes foi de apenas 2% do total de 559 constituintes. Apesar da baixa representatividade, a atuação dos movimentos sociais, por meio do Movimento Negro Unificado, bem como os mecanismos de representação, foi fundamental para que as demandas dessa parcela da população brasileira pudessem ser efetivamente negociadas (Eurico e Passos, 2022).

Percebemos que, apesar da intensa manifestação e da luta do movimento negro por direitos sociais e pelo reconhecimento de suas demandas coletivas, as políticas sociais brasileiras pouco acompanharam as dificuldades enfrentadas pela população negra. Com destaque para a Assistência Social, tema deste estudo, as relações raciais foram pouco abordadas nas normativas e, quando citadas, foram mencionadas de maneira superficial, alimentando, assim, o mito da democracia racial.

Faleiros (2009) critica a Constituição de 1988, apontando sua natureza liberal-democrática-universalista e a contradição de conciliar políticas estatais com liberais de mercado, especialmente nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Boschetti (2011) reforça essa análise ao destacar que a Seguridade Social brasileira foi configurada como um sistema híbrido, combinando direitos vinculados ao trabalho, direitos universais e direitos seletivos.

Do mesmo modo, as ofertas da Assistência Social não requerem contribuição, desembolso ou contrapartida dos cidadãos. Além disso, tem entre as suas atribuições, o papel de proteger socialmente toda a população. Inclusive, aquela não abarcada pela previdência social, posto o caráter contributivo da proteção previdenciária como já dito. Todavia, ao criar programas e benefícios de recorte focalista, cuja inclusão é seletiva e exige teste de meios, isto é, 'a demonstração de quanto ganha aquele que pretende ser atendido por um benefício ou um serviço de proteção social, transforma os cidadãos em necessitados sociais, ou em não cidadãos' (Sposati *et al.*, 2009, p. 23 *apud* Carvalho, 2021, p.73).

A premissa de que, para acessar os benefícios, é necessário atender a critérios de renda baixa está previsto na legislação e organiza a proteção no âmbito da Assistência Social, refletindo a lógica do sistema capitalista, que estabelece critérios para determinar quem deve ter acesso a riqueza socialmente produzida e quem deve viver das migalhas sociais.

A construção da assistência social como política pública no Brasil é um compromisso constitucional cuja concretização vem se arrastando há quase 20 anos. De fato este é um tema com forte estigma desde sua nomenclatura. É interessante notar, porém, que muitos sugerem a mudança do seu nome para promoção, desenvolvimento, ação, inclusão, inserção, sempre apostos ao termo social. Chegam até a realizar a mudança da nomenclatura 'assistência social' no órgão ou organização em que tem autoridade de gestão, mas não alteram seus procedimentos. Considero que são as heranças nos procedimentos da assistência social que devem ser rompidas e ressignificadas sob novo paradigma, e não propriamente sua nomenclatura (Sposati, 2007, p. 435).

A Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I, em Campinas, no ano de 2024, fala sobre a experiência de ter um filho com deficiência e ressalta a importância de receber o Benefício de Prestação Continuada, conforme previsto no artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social.

Meu menino, eu tenho um menino especial, ele pega o BPC e pai deles dá, tem mês que dá 400, tem mês que dá 600, e assim eu me viro. [...] como meu menino nasceu com pé congênito eu estava toda semana até os 5 anos no

Hospital da PUC, e quando ele nasceu morava lá pro Fernanda, então você já viu né, meu filho é acompanhado no Hospital da PUC-Campinas, desde recém-nascido, ele agora está passando em seis e seis meses (Sra. Girassol acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A menção ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao apoio financeiro irregular do pai demonstra a dependência de recursos externos para sustentar a família. Isso evidencia a vulnerabilidade econômica em que está inserida, ao mesmo tempo que destaca em "se virar" com os recursos disponíveis. Essa narrativa reflete as precariedades financeiras e as múltiplas responsabilidades que ela enfrenta.

Sob uma perspectiva interseccional, é possível observar como fatores como classe, gênero e o cuidado com uma pessoa com deficiência interagem para moldar suas vivências. Nesse contexto, destaca-se a importância da assistência social em conjunto com outras políticas públicas para apoiar a Sra. Girassol nesse processo de cuidado. Além disso, o relato ressalta as dificuldades adicionais decorrentes de vivermos em uma sociedade machista, que contribui para a ausência de suporte efetivo do pai da criança.

A responsabilização pelo cuidado, delegada às mulheres, é visível não apenas por sua invisibilização, mas também pelo fato de políticas públicas, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), não alcançarem as cuidadoras. Isso evidencia um familismo, em que a configuração da oferta de bem-estar social ou do atendimento de necessidades sociais recai amplamente sobre as famílias, enquanto o papel do Estado é reduzido (Santos, 2024).

As mulheres negras frequentemente assumem o papel de cuidadoras de seus filhos. Conforme o relato da Sra. Girassol, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é fundamental para o filho, mas, embora tenha havido muitas conquistas de direitos, o benefício é insuficiente para sustentar uma família. Ela também relatou que, para não correr o risco de perder o BPC do filho, não pode trabalhar.

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), inicialmente vetada e somente conquistada após lutas e resistências, expôs as dificuldades e desafios enfrentados pela assistência social para se concretizar como um direito efetivo (Ferreira, 2017).

A partir disso, a Assistência Social, inscrita no âmbito da Seguridade Social, passa a assegurar proteção social 'com a responsabilidade de superar incertezas e desproteções sociais que impedem ou fragilizam a Seguridade

Social dos cidadãos e cidadãs independente de seu ciclo etário' (Brasil, 2013, p. 13).

No livro *A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social*, Sposati (2011) ilustra o histórico de lutas e os percalços na trajetória pela aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Segundo a autora, houve uma coalisão composta por vários segmentos da sociedade civil e do Parlamento em paralelo à Constituinte.

Nessa empreitada criou-se o projeto de lei (PL) n. 3.099, de 27 de junho de 1989. Os principais pontos desse projeto de lei foi possível observar um arcabouço normativo de um conjunto integrado de ações planejadas de iniciativa pública e da sociedade. As competências foram divididas por nível de gestão, órgãos de controle social e mecanismos de participação (Carvalho, 2021).

Porém, Fernando Collor de Mello (governo federal em 1990-1992)²⁸ vetou o primeiro Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social em 17 de setembro de 1990. Em uma carta enviada ao Congresso Nacional, Collor argumentava que a aprovação da normativa, naquele momento, poderia elevar os gastos públicos de maneira irresponsável e comprometer o orçamento do governo (Sposati, 2011, p. 59 *apud* Carvalho, 2021, p. 78).

A partir da década de 1980, conforme Yazbek *et al.* (1995) e Silva (2014), a proposta neoliberal promoveu a "refilantropização" da questão social, desmontando os frágeis aparatos públicos de proteção, reduzindo gastos públicos e subordinando-os às dinâmicas da economia, tornando-os vulneráveis às suas transformações.

A assistência social não nasce como política no mesmo dia do nascimento da LOAS. Ela é bem mais velha. É mais um caso de atraso de registro de nascimento. Ela tem bem mais que 10 anos de vida. Fazer o registro de nascimento em data atrasada pode ser vontade de fazer coincidir com o dia de padroeiro mas, em geral, é situação de mãe solteira, que fica esperando a coragem do pai, em pôr seu nome no registro da criança já nascida e crescida. É bom lembrar que o pai da LOAS é o Estado brasileiro. (Sposati, 2007, p. 8).

²⁸ Mesmo considerando a presença de medidas e determinadas políticas de cunho neoliberal nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), consideramos que a implantação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, inicia-se no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Numa situação de prorrogação da crise de hegemonia burguesa iniciada nos anos 80 e de vigência precária da institucionalidade democrática recém instalada no Estado brasileiro, o projeto neoliberal emergiu como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social. Apesar da postura francamente ofensiva em relação à institucionalidade democrática recém criada, manifesta na postura autoritária do presidente em relação aos direitos trabalhistas, ao funcionalismo público e ao próprio Congresso, o governo não logrou salvar-se recorrendo a um golpe preventivo ou ao apoio militar (Maciel, 2011).

A assistência social, historicamente rejeitada pelos economistas como um privilégio injustificável, segue sendo tratada como ação compensatória, focalizada e circunstancial (Sposati, 2007). Contudo, é crucial reafirmar que a assistência social é um direito garantido pela Constituição e um dever do Estado, não uma concessão do mercado.

A Seguridade Social, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, caracterizou-se por uma política de pouco financiamento e ações descontinuadas. O governo lançou a Medida Provisória n. 813, que “caracterizou-se por grande apelo simbólico, com ênfase em ações pontuais, focalizadas em ‘bolsões da pobreza’, direcionadas apenas aos indigentes, aos mais pobres entre os pobres” (Couto, Yazbek; Raichelis, 2011).

“É nesta década que a LBA encerra suas atividades, porém não sem deixar seu ‘legado’ para a assistência social brasileira, especialmente seus ranços conservadores” (Ferreira, 2017, p. 122).

Em outubro de 2004, atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência²⁹, realizada em Brasília em dezembro de 2003, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a Política Nacional de Assistência Social, alinhada ao SUAS, visando reestruturar a assistência social como direito. No entanto, sua efetivação plena foi limitada, dependente de fatores além de avanços legislativos e mecanismos de gestão (Paula, 2022).

A estrutura organizacional da assistência social privilegiou o processo democrático em todos os níveis de governo nas tomadas de decisão. No âmbito dos princípios, a PNAS de 2004 estabelece a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, a igualdade de direitos e a ampla divulgação de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (Brasil, 2005).

²⁹ Naquele mesmo ano, o Ministério da Assistência Social e o CNAS convocam a IV Conferência Nacional de Assistência Social, de 7 a 10 de dezembro de 2003, com o tema: “Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania Loas 10 anos”. Era premente a aprovação desse documento, em substituição à restrita PNAS de 1998, para nela incorporar o conteúdo de um sistema único nacional de assistência social. Em 2004, articulações, pactuações, debates e contribuições advindas dos mais variados atores colaboraram com a construção da nova PNAS. Destacam-se, estudiosos da área social, universidades, conselhos de direitos das políticas setoriais e de classes, fóruns, entidades não estatais, gestores, órgãos públicos e representantes da sociedade civil (Carvalho, 2021, p. 84).

A PNAS de 2004 estabelece a descentralização político-administrativa, atribuindo à esfera federal a coordenação e normatização da Assistência Social, enquanto estados e municípios são responsáveis pela execução, ao lado das entidades e organizações de Assistência Social. Garante-se o comando único estatal das ações, que abrangem a proteção social (básica e especial), a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais (Brasil, 2005).

A Proteção Social sua primeira função, ocupa-se das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que os cidadãos e famílias enfrentam na trajetória do ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (Brasil, 2005). Isso corrobora com a ideia de que o Estado deve garantir aos cidadãos seguranças de sobrevivência, acolhida e convívio familiar (Brasil, 2005).

Apesar dos avanços normativos, é preciso considerar as contradições e limitações colocadas, como a apresentação de conceitos como vulnerabilidades e risco social, que devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção desigual é inerente ao sistema capitalista, e ao se (re)produzi-la, produzem-se e reproduzem-se vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade e, portanto, requerem intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolvem desigualdade com desenvolvimento de potencialidades individuais ou familiares. Não se trata de “equipar” os sujeitos, nem de descobrir suas “potencialidades” como trabalham alguns autores. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de identificar que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que ao trabalhá-las como direito de cidadania rompe-se com a lógica de responsabilizar os sujeitos pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz (Couto, Yazbek; Raichellis, 2011, p. 50).

O SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se pelo conjunto de serviços, programas projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (Yazbek, 2009).

Assim sendo, diante dessas transformações na Assistência Social que alcança o estatuto de política pública, novos desafios nos interpelam na busca da resposta à indagação que fazíamos em 1992 acerca da possibilidade de a assistência social configurar-se como espaço de construção de direitos sociais e ampliação do protagonismo de seus usuários. Nos tempos sombrios em que vivemos, essa

indagação permanece como um tema político, como uma resistência às estruturas perversas do capitalismo em sua face atual (Yazbek, 2009).

Dentre os grupos sociais vinculados ao ideário neoliberal e neoconservador, destacam-se aqueles que desconsideram qualquer possibilidade estatal de prestação de serviços assistenciais. Em seu lugar, defendem as práticas confessionais para as quais a assistência social é sinônimo de abnegação e caridade. Nesse mesmo grupo, há os que identificam a assistência social com ação social voluntária (laica e/ou religiosa) prestada por particulares individuais ou por empresas privadas que se autoimpõem o invólucro da 'responsabilidade social' (Paula, 2022, p. 85).

A Sra. Violeta, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas (2024), reflete a sobrecarga decorrente dos cuidados com os filhos:

[...] não, antes de ontem eu tava falando pra dona da casa que, assim, a gente, agora a dona da casa aparenta ser uma pessoa muito boa, então, tipo, ela vem conversando muito comigo, principalmente quando ela me vê agitada, que tem dia que eu estou bem estressada, porque é estressante ter que trabalhar, ter que dar conta de casa, que nem faz alguns dias que eu quero ir no postinho, que está complicado marcar consulta ali no postinho, eu não estou conseguindo ir porque no dia da minha folga eu tenho que estar em casa pra levar os meninos pra escola, sabe assim? Aí você se preocupa tanto com uma coisa você esquece de outra, eu tenho que levar meu filho para fazer pesagem, tenho que levar os meus filhos pra fazer um monte de coisa...

A realidade marcada pela justificativa oficial do Programa Bolsa Família – PBF sobre a presença das condicionalidades e a dificuldade de legitimação e reconhecimento da dimensão universal da proteção social não contributiva, especialmente da segurança de renda no âmbito da Política de Assistência Social, dialogam em consenso com a percepção geral do brasileiro médio, que:

[...] não se mostra propenso a apoiar políticas universais. Ao contrário, é generalizada a aprovação da focalização nas políticas de transferência de renda no combate à pobreza. Ademais, esse mesmo cidadão tende a apoiar majoritariamente as condicionalidades impostas aos beneficiários de programas como o Bolsa Família, o que significa não compartilhar da ideia de que pobres e indigentes devem ser auxiliados de forma incondicional e permanente, com base em um direito assegurado constitucionalmente (Lavinias *et al.*, 2014, p. 133, *apud* Carnelossi, 2017, p. 99).

O preconceito da sociedade brasileira contra os cidadãos mais pobres, refletido em atitudes discriminatórias. Esse preconceito ignora análises territoriais e associa a maternidade à obtenção de vantagens, reforçando a sobrecarga feminina no cuidado

social. Esse cenário está relacionado ao processo de "feminilização do social e da pobreza", onde as mulheres assumem o papel central na gestão do bem-estar coletivo (Carnelossi, 2017).

Ainda neste contexto, a mulher negra se vê sozinha nesse cuidado, pois ela é colocada como inferior a outras mulheres não negras e ao próprio homem negro.

Desse modo, é possível observar que, embora a Constituição Federal (1988) avance nesta concepção de proteção, ela não faz parte do ideário do povo brasileiro. Ademais, o desenvolvimento do Bolsa Família como um programa social dentro da 'ordem' se soma à visão preconceituosa da sociedade brasileira, sem desafiá-la em direção à construção de uma concepção igualitária de cidadania e de direito universal e incondicional vinculado à política de assistência social. A concepção de um formato condicionado e focalizado de benefícios sociais está tão arraigada no imaginário da sociedade brasileira que, sequer se ousa pensar, por exemplo, numa proposta de Renda Básica Universal, em outros termos, numa segurança de renda universal e incondicional (Carnelossi, 2017, p. 103).

Eurico (2020), em seu livro *Racismo na infância*, discute como o tratamento autoritário e racista do Estado brasileiro em relação à população negra está relacionado ao projeto de sociedade atual e à histórica atribuição de inferioridade à população negra desde o período colonial. A estrutura das relações de trabalho, dominada pelo poder da branquitude, destina aos negros funções consideradas mais simples, perpetuando a crença na incompatibilidade entre ser negro e ter capacidade intelectual. Isso reforça a lógica de separação entre trabalho manual e intelectual.

Ainda nessa mesma discussão, as interdições presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais, com a função de produzir exclusão, promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos (Carneiro, 2023).

Fica evidente o entendimento de que o poder público estatal não pode se ocupar de ações baseadas na ideia de que as pessoas vivenciam situações de risco social apenas em decorrência de atitudes pessoais ou escolhas individuais. Parte-se do reconhecimento de que esta sociedade estabelece relações marcadas por um sistema colonial que deixou profundas cicatrizes na vida das pessoas negras. Compreender essas relações é fundamental para a efetivação dessa política de proteção social.

Sob tais bases, o trabalho manual se acopla à 'incapacidade' da população negra. E, no interior da classe trabalhadora, há níveis diferentes de exploração da mão de obra, segundo o pertencimento étnico-racial, ou seja, quanto mais escura a cor da pele mais as ofertas de trabalho são precarizadas e desprotegidas, cujas remunerações não permitem, sequer, a manutenção dos mínimos sociais. As funções mais precarizadas, que se assemelham àquelas desenvolvidas durante o período de escravidão, são 'naturalmente' reservadas para esse grupo, uma vez que permanece a reprodução da "inferioridade" étnico-racial da população negra (Eurico, 2020, p. 71).

No final dos anos 1990, as desigualdades raciais no Brasil contribuíram significativamente para o cenário político que se configurou na década de 2000 a 2010. As demandas sociais reconfiguraram o debate sobre cidadania, associando-o à necessidade de lidar com questões específicas, como territorialização e políticas identitárias (Lima, 2010).

Em 2003 o Partido dos Trabalhadores (PT) após eleição de Lula da Silva, que alcança o cargo de Presidente da República, dá início a um ciclo de 13 anos de governos considerados como populares no Brasil (Almeida, 2004).

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência em 2003, diversos apoiadores esperavam que seu governo implementasse uma ampla reforma democrática do Estado, reproduzindo, em âmbito nacional, as inovações implementadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em gestões municipais, como o Orçamento Participativo (OP), que dotaram o partido de projeção internacional na década de 1990. Parecendo dar continuidade a este legado, a gestão Lula criou novos conselhos nacionais de políticas públicas e fortaleceu aqueles criados anteriormente. Além disso, foram realizadas mais de 70 conferências nacionais em suas duas gestões (Abers, Serafim; Tategiba, 2014, p. 325).

Os avanços na participação política durante o governo Lula não podem ser atribuídos a um compromisso geral da Presidência com a abordagem participativa, mas sim às dinâmicas específicas de cada setor de política pública. A presença de militantes em ministérios possibilitou experimentações com resultados variados, dependendo das relações históricas entre sociedade civil e Estado em cada área. Segundo Maria Celina D'Araújo, a gestão de Lula foi marcada pela inédita ocupação de altos cargos governamentais por antigos líderes sindicais e pela significativa participação de ministros ligados a movimentos sociais, com índices superiores aos das gestões anteriores. Esses dados indicam que o governo representou uma diversidade de interesses sem precedentes na história brasileira (Abers, Serafim; Tategiba, 2014).

O agravamento nas condições econômicas no Brasil nos anos de 2012 e 2013 taxas de crescimento, inflação, contas externas e contas públicas – ainda que longe de justificar o alarmismo reinante, revela um acentuado contraste com o otimismo do final do governo Lula (2003-2010). Também impulsionado pela onda de protestos que tomou conta das grandes cidades brasileiras em junho de 2013, e inevitavelmente sofrendo as influências da eleição presidencial marcada para outubro de 2014, o debate tem sido marcado por uma série de balanços críticos sobre a ‘Era Lula’ e sua estratégia econômica, não faltando diagnósticos categóricos e previsões pessimistas (Biancarelli, 2014, p. 265).

A política social no governo Lula insere-se em longa fase permeada por tensões que se iniciaram em 1990. Entende-se que essas fricções, intensas até 2002, permaneceram entre 2003 e 2005 e arrefeceram entre 2006 e 2010. A ambiguidade do governo Lula, marcada pela tensão entre a continuidade da ortodoxia econômica e a tentativa de promover mudanças sociais. Enquanto forças dentro do governo defendiam o Estado mínimo, outras apoiavam os direitos universais, resultando em uma estratégia social indefinida.

Durante o governo Lula, alguns avanços ocorreram no tocante à disputa pelo dinheiro público. Em julho de 2005, foi publicada a Norma Operacional Básica, construindo as bases para a implantação do SUAS. O SUAS deve regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público. O marco oficial para a implantação do Sistema Único de Assistência Social foi 14 julho de 2005, quando o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica do SUAS, estabelecendo um conjunto de regras que disciplinam a operacionalização da assistência social e a transição do antigo para o novo modelo (Freitas, 2007, p. 72).

Os dois mandatos foram bem avaliados entre a maior parte da população e Lula elege Dilma Rousseff como sua sucessora, embora tenha vencido duas eleições, não concluiu seus dois mandatos, tendo seu governo interrompido por um golpe jurídico, midiático parlamentar (Almeida, 2004).

Considerando o governo Dilma Rousseff uma continuação dos dois mandatos anteriores – o que aqui se julga correto e útil –, as apreciações apontam desde uma ‘insustentabilidade do crescimento baseado no consumo’ até a vinculação exclusiva dos bons resultados passados ao cenário internacional favorável. Chamam a atenção as críticas a um excesso de intervencionismo estatal e ao ‘populismo’, que trocava alguma melhora nas condições atuais de vida da população pelo comprometimento futuro das condições de crescimento e desenvolvimento. O governo Dilma, em suma, estaria recebendo ‘a conta’ da irresponsabilidade dos dois mandatos iniciais da Era

Lula, e ao insistir nas opções equivocadas estaria colhendo sucessivos fracassos (Biancarelli, 2014, p. 265).

Durante o governo Dilma Rousseff, a economia brasileira começou a impactar negativamente o mercado de trabalho. Em 2013, foram gerados apenas 1,1 milhão de empregos, apesar da baixa taxa de desocupação (4,3%), explicada pela maior dedicação dos jovens aos estudos. O agravamento das condições macroeconômicas, associado ao ajuste fiscal implementado no período, contribuiu para a perda de apoio ao governo no início do segundo mandato, intensificando a crise política e institucional e fortalecendo forças conservadoras (Silva, 2018).

Segundo Silva (2018), a construção, desenvolvimento e desconstrução da Política de Assistência Social e do SUAS podem ser divididos em dois ciclos. O primeiro, de 2005 a 2011, abrange sua criação e a reformulação da LOAS. O segundo, de 2012 a 2016, marca a consolidação do Sistema, interrompida pelo "golpe institucional" do governo Temer em 2016 (Castro, 2016).

No primeiro ciclo são formuladas categorias de referência e normas legais para orientar a Política de Assistência Social, enquanto política pública de construção de direitos, com destaque às NOB/SUAS e à NOB RH. Ocorreu ainda a tipificação para padronizar e orientar a implementação dos serviços em todo o território nacional. No período 2011 a 2016, tem-se um segundo ciclo, agora de consolidação do SUAS. É identificada a necessidade de ressignificação ou reedição de alguns conceitos, entre os quais: território, vulnerabilidade, família e usuário. Foram incluídos outros conceitos, com destaque para classes sociais, e também foi apontada a necessidade de concursos públicos, qualificação e educação permanente e inclusão do planejamento, com adoção dos planos decenais. O destaque desse período foi a X Conferência Nacional da Assistência Social, em 2015, cujo tema foi 'O Suas que temos, o Suas que queremos' (Silva, 2018, p. 9).

Em maio de 2016, após o golpe que levou o governo Temer ao poder, encerraram-se os períodos de construção e desenvolvimento do SUAS. Nesse contexto, iniciou-se um processo de desconstrução de um sistema de proteção social que vinha avançando desde a Constituição de 1988. Houve o desmonte de direitos sociais historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores, sendo esses substituídos por uma contracultura que promove a troca do direito pelo "não direito" (Silva, 2018).

A Secretaria Nacional de Assistência Social é assumida por uma intelectual orgânica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma das responsáveis pela Comunidade Solidária no governo de Fernando Henrique Cardoso, abrindo espaço para o conservadorismo e para construção de um

projeto de assistência social orientado pelo liberalismo radical, ortodoxo e conservador (Silva, 2018, p. 10).

Os estudiosos da política social, nesse processo, ratificam algo que parece evidente, mas nem sempre perceptível a olho nu: o grau de efetividade e a lógica da prestação de serviços de uma política pública estão diretamente relacionados ao nível de democracia e à noção de direitos que a sociedade é capaz de alcançar em determinados momentos históricos, como resultado das forças das lutas coletivas pela efetivação dos direitos sociais. Assim, pode-se afirmar que a assistência social e o SUAS têm sido, ao longo dos últimos 20 anos, objeto de discussões acaloradas entre e dentro de grupos sociais antagônicos (Paula, 2022).

Desse modo, mesmo com o SUAS, a transição da assistência social para o campo dos direitos sociais não se concluiu, e, ainda pior, o pouco que se conquistou está sendo suplantado pela reposição do ultraliberalismo conservador (a redundância não é ingênua) que ascendeu com força no Brasil a partir do golpe de Estado de 2016 e se consolidou com as eleições de outubro de 2018 (Paula, 2022, p. 85).

Assim sendo, não há interesse por parte do capital financeiro em assumir o compromisso de gerar emprego e renda (salários). Ou seja, a priorização do lucro acaba gerando uma parcela da população excluída de qualquer possibilidade de ascensão social.

[...] parte substantiva de seus lucros advém de aplicações na esfera da circulação, não guardando nenhuma relação com a produção de mercadorias (bens e serviços). E se não há compromisso com a geração de emprego, na ilusão de que é possível se manter indefinidamente a expansão de um capital cuja rentabilidade não esteja alicerçada no trabalho humano, não há razões para que persistam políticas sociais dirigidas ao conjunto da população, por exemplo (Marques, 2017, p. 113).

O governo Temer optou por um projeto conservador e residual, com objetivo de desestruturação da Seguridade Social, com a drástica redução do financiamento do SUAS, inaugurando-se um processo de desfinanciamento público da Assistência Social (Silva, 2018).

O mérito substitui o direito, instituindo-se um espaço para radicalização da fiscalização e culpabilização dos pobres, considerados potencialmente transgressores, transformando-os de cidadãos em devedores. É explicitamente estabelecido um confronto entre dois projetos de proteção social, referenciados em diferentes concepções de pobreza e de proteção

social. Um conservador, meritocrático, descontextualizado, focalista e pontual, desconsiderando a determinação estrutural da pobreza e adotando a velha 'porta de saída'. Outro, projeto de natureza progressista, orientado pelo direito e concebendo a pobreza na sua determinação estrutural. Assim, o princípio fundamental da instituição da Assistência Social, enquanto política não contributiva, é esvaziado e seu *status* de política pública construtora de direito é desconsiderado (Silva, 2018, p. 10).

Com a chegada da pandemia de covid-19, em meio a uma grave crise sanitária, o capital segue de maneira devastadora em busca de lucros.

A pandemia do novo coronavírus intensificou aspectos de uma crise já existente, marcada por expropriações em nome do lucro. Não criou essa crise, mas evidenciou processos em curso desde os anos 1980 no Brasil, como a erosão do trabalho formal e protegido. Apesar de avanços em direitos sociais na década de 1990, o país manteve um modelo de "Fordismo periférico" (Braga, 2012), que nunca universalizou o trabalho assalariado e os direitos associados (Sobrinho; Veiga, 2023).

No desgoverno de Bolsonaro, ocorreu a junção de uma tríplice crise: do capital, política e sanitária. Com a ausência do governo federal nas tomadas de decisão, houve um retrocesso na compreensão da realidade social brasileira. O resultado não poderia ser outro: desmonte das políticas sociais públicas, precarização do trabalho, "captura" da subjetividade do(a) trabalhador(a), aceleração de todas as formas de minimização da vida da classe trabalhadora, resultando em perdas para a população e aumento da fome, especialmente entre a população negra (Sobrinho; Veiga, 23).

E mesmo que Bolsonaro derrotado nas urnas em 2022 pelo agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), o estrago ultraneoliberal³⁰ operado por aquele está dado na realidade de milhares de brasileiros, tendo em vista a negação e até mesmo o enfrentamento direto ao conjunto de direitos e políticas públicas sociais que poderiam trazer um pouco de dignidade à vida das populações mais pauperizadas, a exemplo do desfinanciamento dessas políticas, dentre elas, a própria Política de Assistência Social. Tal questão nos leva a afirmar que, desde a instauração do neoliberalismo no Brasil, os governos Temer e Bolsonaro evidenciaram o momento mais dramático para os/as trabalhadores/as: o ultraneoliberalismo (Sobrinho; Veiga, 2023, p. 2).

³⁰ Assim, na busca pela implementação de um conjunto de medidas de austeridade fiscal, um conluio entre o Congresso Nacional, amplos setores do Judiciário, Polícia Federal partidarizada, mídia burguesa e organizações empresariais, possibilitou o fim do pacto de classes e a ascensão de um projeto ultraneoliberal, disposto a implementar um conjunto de medidas de austeridade fiscal extremamente perversas para a classe trabalhadora, mas benéficas para o grande capital. Tem-se também a pauta moral e de costumes, tendo as forças protestantes (presentes no Congresso Nacional através da bancada da Bíblia) como grandes entusiastas (Maranhão, 2023, p. 53).

O processo de ultraneoliberalização, segundo Sobrinho e Veiga (2023, p. 7), "no Brasil, no governo neofacista na era Bolsonaro, mobilizou o medo, que ativa os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza ainda os piores aspectos da formação sócio-histórica do Brasil: racismo, misoginia, xenofobia, machismo, LGBTfobia, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada, pelo contrário".

Essas ideias, entretanto, não nasceram de Bolsonaro, já germinavam na sociedade, ele e seus aliados souberam capitalizá-las e transformá-las em poder, unindo-se às forças reacionárias de matriz fundamentalista; ele foi buscá-las no recôndito da sociedade, de raiz escravocrata, racista e elitista. Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra-acirrado (ultraneoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado (que denominamos ultraneococonservadorismo), uma vez que recorre ao fascismo. Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraconservador, que busca naturalizar desvalores para legitimar o neofascismo e que vai repercutir – diretamente – nos estratos mais baixos da classe trabalhadora, uma vez que estes são vistos como mais dispensáveis (Borges; Castro, 2020, p. 73).

A redução de investimentos no SUAS, bem como a desvinculação de programas de transferência de renda, como o próprio Bolsa Família, que na ocasião passou a ser chamado de Auxílio Brasil, envolveu não apenas a mudança de nome, mas também o próprio financiamento da Assistência Social. Nesse período, o Auxílio Emergencial ficou totalmente apartado da Assistência Social, o que impediu um maior acompanhamento das famílias, em sua maioria sem acesso à tecnologia.

A Política Nacional de Assistência Social como um todo esteve no cerne do processo de desmantelamento. As transferências do Governo Federal para os municípios caíram de pouco mais de três bilhões de reais no final da presidência de Dilma para pouco mais de um bilhão e meio de reais em 2020. O orçamento indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2021, destinado ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais, foi de 2,6 bilhões, mas teve uma aprovação efetiva de apenas R\$ 1,1 bilhão, com redução, então, de 59,34%. Com isso, os pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como componente estratégico da seguridade social, ficaram comprometidos (Sobrinho; Veiga, 2023, p. 10).

Houve também as tentativas do governo Bolsonaro de encerrar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), incluindo emendas constitucionais e outras iniciativas legais. Tais tentativas também foram feitas no governo Temer (Sobrinho; Veiga, 2023).

Em relação à população negra, tais impactos na Política de Assistência Social foram ainda mais severos, pois o que impera no Brasil, conforme Lemos e Castilho (2021), é o racismo estrutural, que sela o futuro da população negra e periférica, e explicita o projeto macabro e genocida, travestido de fatalidade, do capital.

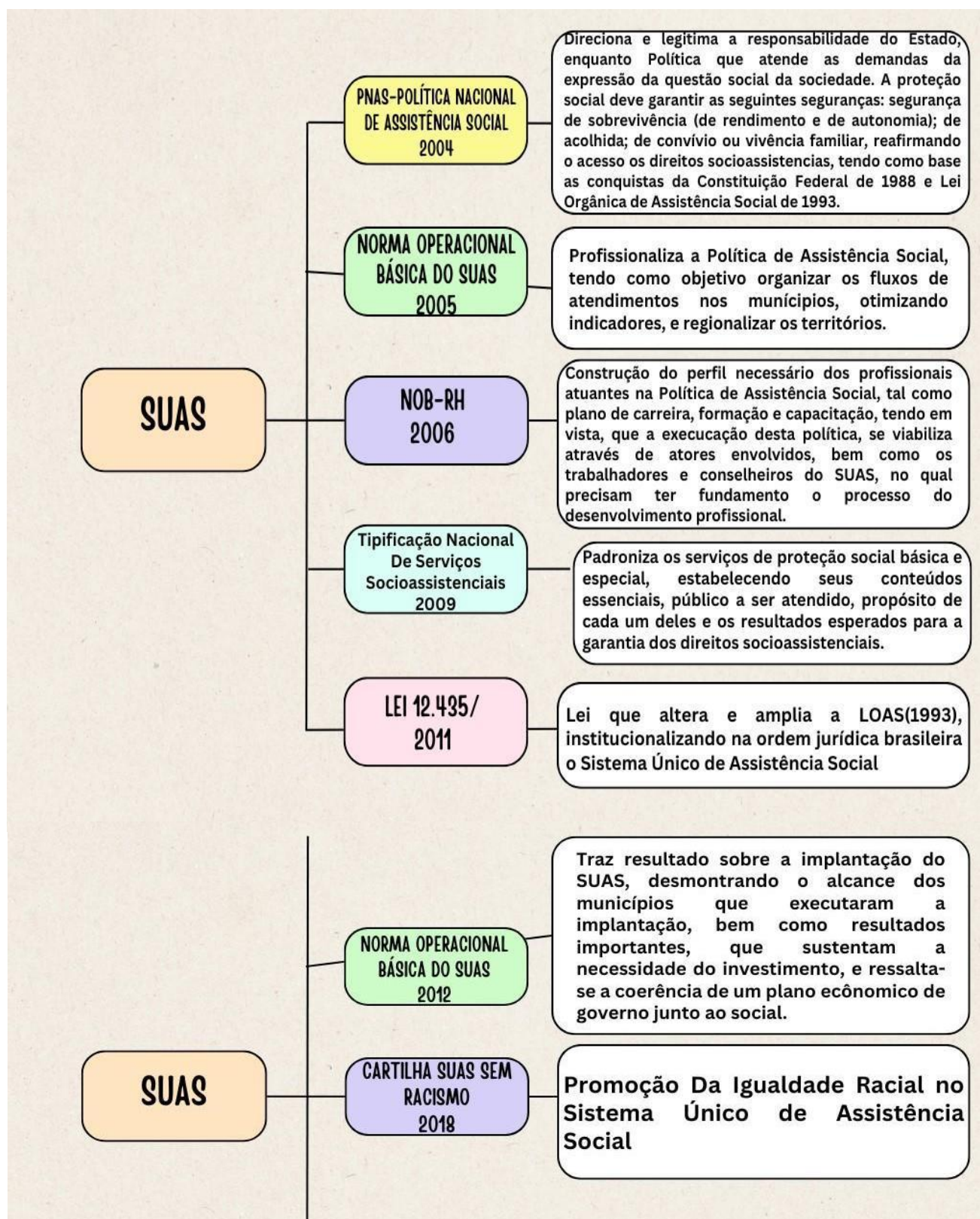
Assim sendo, os marcos do ultraneoliberalismo vividos principalmente nos governos do período Temer e Bolsonaro aprofundaram a crise estrutural do capital, resultando no desfinanciamento das políticas sociais e na ausência do Estado, com uma forte característica reacionária e negacionista da ciência. Como consequência, muitas pessoas morreram de covid-19, vítimas de um governo genocida. Mesmo com a derrota do governo Bolsonaro nas eleições de 2022 pelo atual presidente Lula, as lutas contra o sucateamento das políticas sociais, incluindo a Assistência Social, tema deste estudo, continuam presentes. Apesar de algumas conquistas, a luta segue rumo à efetivação de uma política universal e ao acesso de todos ao SUAS.

3.4 AS LEGISLAÇÕES E NORMATIVAS DO SUAS E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO

Desde a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único de Assistência Social, observa-se que grandes foram as conquistas, mas ainda falta muito para que tais normativas incluam as relações étnico-raciais no nível de discussão necessário para as intervenções no cotidiano.

As mulheres negras, em sua maioria, compõem a população mais atendida na assistência social. Entretanto, observamos que essa política pública pouco contempla, em suas legislações e orientação técnicas, ações específicas relacionadas à questão étnico-racial.

Imagem 5 – SUAS



Fonte: Elaboração própria a partir das informações fornecidas pelas normativas do SUAS (2024)

A PNAS de 2004 estabelece a centralidade da família como diretriz para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos e o

território como base de organização. No documento, é mencionado que a família brasileira sofreu transformações ao longo do tempo e que as mulheres passaram a assumir o cuidado dos demais membros da família. No entanto, o texto apresenta a mulher de maneira universal, sem destacar que, em sua maioria, as usuárias da política são mulheres negras.

A Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, relatou o período de rompimento com o companheiro, genitor de seus filhos, e sua condição como mulher negra, assumindo sozinha totalmente os cuidados de seus filhos, incluindo uma criança com deficiência. Ela relatou a falta de suporte de políticas públicas que atendam a suas necessidades básicas.

Bastante tempo até o meu último menino, faz dois anos mais ou menos que a gente tá separado, é mais ou menos, que ele vai muito lá, sei lá. [...] é meio complicado, sim, eu fico muito, porque é pra tudo né, é pra ir nas escolas, são 3 unidades diferentes, é creche, é medicação, e pra ir pra médico, tudo sou eu né, então sinto assim supercarregada (Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A Fala da Sra. Girassol revela a sobrecarga de cuidados dos filhos, direcionada exclusivamente a ela. Essa responsabilidade integral reflete as desigualdades de gênero e as dificuldades enfrentadas por mulheres negras em uma sociedade racista. O papel da Assistência Social, enquanto política pública, é propor diálogo com essas mulheres e reconhecê-las como público prioritário. Isso, por sua vez, pode gerar nos territórios, como as promovidas pelo CRAS, por exemplo.

A produção literária de Carolina Maria de Jesus, expressa no livro *Quarto de Despejo*, revela a condição de vida dos moradores da favela do Canindé, em São Paulo, na década de 1950. A autora, uma mulher negra e mineira que migrou para São Paulo na adolescência em busca de melhores condições de vida, tornou-se empregada doméstica e residiu na casa de uma família rica. Nos dias de folga, ela permanecia na biblioteca da casa, onde teve acesso a uma vasta literatura. A gravidez precoce, o estigma de ser solteira e a incompatibilidade entre servir aos patrões e ser mãe resultaram em sua dispensa do trabalho, iniciando sua saga na favela (Eurico, 2020).

A vida da escritora Carolina Maria de Jesus reflete uma realidade que ainda é vivenciada pelas mulheres negras entrevistadas. Muitas delas não concluíram o ensino médio e em algum momento da vida precisaram trabalhar como empregadas

domésticas. Mesmo nos dias atuais, as tarefas da limpeza, preparo de alimentos, lavagem e passagem de roupas por exemplo continuam sendo majoritariamente realizadas por mulheres negras.

A obra é um exemplo da capacidade de abstração do real pelo acesso à arte e à literatura. Existe poesia no seu relato, existe vida pulsando e existe fome, a preocupação com educação dos três filhos e os medos, além da lucidez, quanto à negligência do poder público, o discurso político para conquista do voto dos pobres, entre outros. Além disso, a obra explicita uma consciência crítica e, a julgar pelo modo como as ações públicas são desenvolvidas hoje, o fato de deixar os filhos sozinhos em casa para catar papelão nas ruas da cidade e retornar para casa ao final do dia, com a banha, o feijão e um pedaço de carne, seria considerado por diversos profissionais do Sistema de Garantias de Direitos, pura e simplesmente, como negligência, ainda que não se descarte ser essencial a presença dos responsáveis junto às crianças em tempo integral. Diversas mediações são necessárias para apreender as particularidades das famílias cujas precariedades são decorrentes das contingências da vida miserável, produzida pelo sistema capitalista (Eurico, 2020, p. 95).

A escrita realista destaca a miserabilidade cotidiana e a falta de perspectivas concretas, mostrando que a luta pela sobrevivência, sob o capital, ultrapassa os limites da razoabilidade. Isso revela como a pobreza no Brasil é geracional e racialmente fundada. Para superar essa condição, é essencial relacionar a questão étnico-racial com a questão social (Eurico, 2020).

Durante séculos, a sociedade brasileira foi orientada pela concepção da família patriarcal, composta por pais heterossexuais e seus filhos, sob a autoridade do pai. Esse modelo conduziu ao não reconhecimento de outras formas de organização familiar, especialmente as famílias negras, que sofreram com a negação de legitimidade. A vinda forçada dos povos africanos e seu processo de ressocialização, que uniu diversas etnias, também foram dolorosos (Ferreira, 2017).

A Política de Assistência Social, promulgada em 2005, nos traz a ideia de que família deve ter centralidade nas ações desenvolvidas. Assim, a família é compreendida como locus privilegiado de formação dos sujeitos e, dentre eles, as crianças e adolescentes. Se as famílias, por razões diversas, deixam de desempenhar, adequadamente, seu papel, são aplicadas as mais variadas sanções. A legislação brasileira prevê que, em situações específicas, o Estado pode intervir e decidir sobre as medidas a serem adotadas diante da 'desordem' do grupo familiar (Eurico, 2020, p. 96).

O trabalho social desenvolvido no PAIF tem a família como foco central de suas ações, o que reforça a importância de compreender suas diversas configurações ao

longo do percurso sócio-histórico. Quando se trata de famílias negras, esse entendimento torna-se ainda mais relevante para o acompanhamento.

A proteção social naturalizada e extraída de seu valor de direito humano e civilizatório é transformada em mercadoria, cujo valor agregado e estratégico é direcionado a interesses que comprometem sua finalidade protetiva, e ampliam as desigualdades sociais. Discute-se, aqui, a alteração de direção da Seguridade Social brasileira, após os anos 1990, o que concorreu para afastar sua expressão real do campo civilizatório e democrático, instituído pela CF-88 (Sposati, 2018).

As ações diretas e indiretas das bases conservadoras capitalistas, pautadas pela orientação neoliberal, negam a Constituição enquanto instrumento de garantia de proteção social para todos os brasileiros. Como consequência, promovem a redução da cobertura estatal e a ampliação da atuação do mercado, transferindo a responsabilidade pela proteção social para o indivíduo. Foi secundarizado, em contraponto, o entendimento da relação entre proteção/desproteção social e Seguridade Social, como um campo de provisão de certezas sociais, com fundamento humanista de garantia de direitos humanos e sociais (Sposati, 2018).

Não se criou, mesmo após 30 anos, diálogo interinstitucional que pudesse permitir uma caracterização integrada das desproteções sociais dos brasileiros, a fazer parte de uma agenda comum, com atenções integradas e complementares. Não ocorreu, para além de experiências pontuais e locais, a convergência de forças. Com expressões isoladas marcadas pelo corte de recursos orçamentários, instalou-se a disputa orçamentária confinada à prioridade de gastos compulsórios e, mais recentemente, à redução do teto orçamentário (Sposati, 2018, p. 2318).

Ao definir a família na sociedade agrária e escravocrata do Brasil colonial enquanto uma organização fundamental, erigida sob o domínio do patriarca, Bruschini (1989), analisada por Eurico (2020) destaca que o modelo de família patriarcal foi estruturado com base em padrões culturais europeus, impondo a subordinação dos modos de vida indígenas e africanos, resultando na fragmentação de suas formas familiares e na imposição de valores conservadores. Apesar disso, Bruschini (1989) questiona a visão de autoridade exclusivamente masculina, destacando o papel da mulher branca como gestora do lar, supervisora do trabalho escravizado, responsável pela educação dos filhos e, frequentemente, chefe da família na ausência do marido, sem que esta posição fosse necessariamente ocupada por outro homem.

Essa forma de organização familiar ainda se reflete nas políticas públicas no que diz respeito ao acompanhamento das famílias, que, quando não se enquadram nos “padrões” estabelecidos, são frequentemente rotuladas com o discurso de famílias incapazes. A Política de Assistência Social aborda, na PNAS, o que seria a Proteção Social das famílias:

os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

[...] as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (PNAS, 2004, p. 32).

A PNAS traz uma visão de proteção social que supõe conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais a que as famílias ou indivíduos estão sujeitos, bem como os recursos que possuem para enfrentar tais situações, com menor dano pessoal e social possível. Ao estabelecer como público da Assistência Social cidadãos e cidadãos ou grupos com identidades estigmatizadas, em termos étnicos, cultural e sexual, não aparece a raça, e ao não abordar a discriminação racial, é como se esta não estivesse vinculada às situações de desproteção e riscos sociais que demandam a atenção do SUAS (Freitas; Braga; Barros, 2012).

Logo na sequência, quando a PNAS conceitua a Proteção Social Básica, novamente não explicita o racismo como risco e vulnerabilidade a que a população atendida pela Assistência Social está sujeita e não prevê a oferta de ações de prevenção e combate à desigualdade e discriminação étnico-

racial. Cabe salientar que em todo o texto da PNAS, não é citada, especificamente, a discriminação étnico-racial vinculada às situações de vulnerabilidade e riscos à qual esta política pública deva direcionar o seu olhar e seus serviços (Fonseca; Silva; Pedroso, 2022, p. 201).

Sobre os níveis de proteções, a PNAS especifica que a Proteção Social Básica (PSB):

Tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

Freitas, Braga e Barros (2012) destacam que a família desempenha um papel essencial na manutenção de seus integrantes. Entretanto “tradicionalmente”, a proteção e o cuidado desta manutenção têm sido designados como papel das mulheres, vistas como “mães e guardiãs do lar”.

Há uma pobreza geracional que atinge de maneira devastadora a maioria da população negra brasileira que permanece em condições de vida muito aquém dos padrões mínimos de existência. As famílias negras em situação de pobreza, em diversos momentos, veem seus direitos sociais básicos negados, seguramente em decorrência do modo como o racismo moderno opera no Brasil, ainda que as formas de expressão assumam contornos diferentes no contexto histórico atual. O *modus operandi* é diverso, mas a base é a mesma, ou seja, o racismo se mantém como uma das mais eficazes armas de controle dos corpos, sob o domínio do capital, e cristaliza-se dada sua funcionalidade na produção e reprodução da vida social, notadamente um modo de produção que retroalimenta a exploração, a dominação e a opressão sobre a classe trabalhadora (Eurico, 2019, p. 19).

A Sra. Violeta, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas em 2024, relata a dificuldade de viver neste sistema capitalista, que promove a divisão entre as pessoas e reforça a individualidade. Segundo ela, sua vida foi marcada pela ausência de recursos financeiros e por trabalhos precários, nos quais os patrões se aproveitam dos trabalhadores.

[...] ela era assim da sua cor também, sabe era assim do seu tamanho, ela é pequenininha assim, ela era um amorzinho, sabe? Nossa, e ela não tem nem reação, eu acho que eu falei porque ela não teve reação, que ele fez com ela, ela não teve reação de falar nada, então só fez chorar, e ele mandou ele embora, e ela só chorou, ela não falou nada para ele, nada, e aquilo me incomodou porque ela não falou nada, porque isso aí eu já tinha chegado a

panela de água quente, de óleo quente, que ela mexia com salgado, se é eu já tinha jogado a panela de óleo quente na cara dele já, e ela não, ela não fez nada, ela é tipo, ela parou, ficou e começou a chorar, sem saber o que fazer, entendeu? Aí, naquilo eu briguei, então, tipo assim... então, por essas coisas eu sou, eu falo assim, eu não gosto de injustiça Igual aconteceu no meu serviço esses dias, é, a moça mandou uma foto do banheiro que estava entupido, eu que não consegui desentupir o banheiro, aí o nosso chefe já queria acusar os meninos da água, sendo que não foi os meninos, ai eu falei não, não foi eles, foi eu, entendeu? Porque... tipo... eu não gosto dessas coisas, eu não gosto de injustiça, eu detesto essas coisas, porque eu não gosto que ninguém faça comigo então eu não vou fazer com os outros.

A Sra. Violeta traz em sua fala uma profunda sensibilidade em relação às situações de injustiça, tanto em experiências pessoais quanto no ambiente profissional. Sua narrativa reflete uma percepção de desigualdade e um forte desejo de agir para corrigir essas situações. Embora reconheça que essa luta não deva ser individual, mas coletiva, por meio de melhores condições de renda e trabalho para a classe trabalhadora, ela constrói, através de sua fala, sua identidade como alguém que luta contra a injustiça.

O que não se deve perder de vista é que a centralidade das famílias detém lugar importante diante dos diferentes projetos que disputam a direção da sociedade, tanto no processo de formulação quanto na gestão e execução das políticas públicas, as de cunho universal ou não (Miotto, 2010). A assistência social a partir da matricialidade sociofamiliar terá no trabalho social com as famílias um de seus principais eixos de atuação, forma que ganha diferentes contornos ao ser analisada a partir dos prismas de gênero e raça.

Nas suas mais diversas configurações, a família constitui-se como um espaço diverso. Ela é construída e reconstruída histórica e cotidianamente através das relações e negociações que estabelece com seus membros e outras esferas da sociedade com destaque para o Estado, trabalho e o mercado. Reconhece-se também que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos (Miotto, 2010).

Portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. E, nesse contexto, pode-se dizer que é a família que 'cobre as insuficiências das políticas públicas, ou seja, longe de ser um 'refúgio num mundo sem coração' é atravessada pela questão social' (Miotto; Campos; Lima, 2004 *apud* Miotto, 2010, p. 168).

A família como espaço de proteção social implica no reconhecimento de que ela tanto em sua dimensão simbólica, multiplicidade e organização que em determinado momento histórico assumi esse papel de proteção social na sociedade, através da política social e quais as políticas sociais serão elas incorporadas e os impactos de tais políticas em suas vidas (Miotto, 2010).

A ideia central da proposta familista reside na afirmação da tradição secular de que existem dois canais naturais para satisfação das necessidades dos indivíduos: a família e o mercado. Somente quando esses falham é que a interferência pública deve acontecer, e de maneira transitória. Então, a ideia que vem embutida no campo da incorporação da família na política social nessa perspectiva familista é a ideia de falência da família. Ou seja, a política pública acontece prioritariamente, de forma compensatória e temporária, em decorrência da sua falência no provimento de condições materiais e imateriais de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de seus membros. Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado. Essa concepção foi delineada no âmbito do desenvolvimento capitalista e do liberalismo econômico – século XVIII e XX – quando, com a separação entre casa e empresa, se conformou uma nova forma de família (família nuclear burguesa). Nesse momento, foi delegada a ela a responsabilidade pela reprodução social e junto se jogou também para dentro delas os problemas e os conflitos gerados na esfera da produção. Afinal, a insuficiência de recursos para a provisão de bem-estar advinda, por exemplo, do desemprego, passou a ser tratada como ‘caso’, ou, ‘problemas de família’. Essa é, portanto, a concepção que se revitaliza no bojo do ideário neoliberal, com a proposição do pluralismo de bem-estar social (Miotto, 2010, p. 170).

Ao contrário, na proposta protetiva, entende-se que a proteção social é efetivada através da garantia dos direitos universais, ou seja, somente através deles e que será possível de fato caminhar rumo a uma cidadania, equidade e justiça social (Miotto, 2010).

Um dos principais pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a centralidade da família, também chamada de "matricialidade sociofamiliar". Este conceito foi formalizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, embora não seja uma prerrogativa exclusiva desta política (Ferreira, 2017).

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade na família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir as condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da

política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (PNAS, 2004, p. 41).

O enfoque de superação do que hoje entendemos como enfoque familista, que coloca a família como a principal responsável por seus membros, foi trazido por autores como Carloto e Mariano (2008), destacando que essa centralidade na família, na verdade, recai sobre a figura da mulher-mãe.

Isso é importante na Política de Assistência Social, uma vez que, ao partirmos do entendimento de que as principais legislações dessa política trazem a questão da família e o enfoque de proteção social voltado a ela, torna-se necessário romper com o discurso familista, especialmente no caso de famílias negras.

Enquanto enraizado nas estruturas da sociedade, o racismo é revelado em nível estrutural, conforme aponta Kilomba (2019), pois pessoas negras e estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegiam manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes.

Kilomba (2019) explica que raça e gênero são inseparáveis, o que nos faz problematizar essa relação na política de Assistência Social e seus serviços.

‘Raça’ não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa e o gênero tem um impacto na construção de ‘raça’ e na experiência do racismo (Kilomba, 2019, p. 94).

A branquitude está associada a privilégios materiais que garantem vantagens cotidianas aos brancos em relação aos não brancos, como maior acesso à moradia, educação, emprego e herança entre gerações (Schucman, 2014).

A NOB-SUAS (2012 *apud* Ferreira, 2017, p. 126) revela de modo tímido e pouco claro a transversalidade de gênero e raça quando define em seu art. 2º, inciso V, que ‘respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais’ compõe um dos objetivos do SUAS. Assim como define em seu art. 6º, inciso VI, como um dos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS o ‘combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras’.

Na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no inciso IV artigo 4º, que retrata os princípios da Assistência Social, é trazido que se deve ter “igualdade de direitos no

acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”, mas mesmo considerando tais colocações, entendo essas normativas ainda insuficientemente no trato da questão étnico-racial, o que dificulta a compreensão daqueles que trabalham no SUAS cotidianamente.

O MDS implementou metas e ações para atender comunidades quilombolas, garantindo acesso à política de assistência social por meio do CRAS Quilombola³¹, que segue a metodologia do CRAS urbano, adaptada às especificidades dos territórios tradicionais (Ferreira, 2017).

Entretanto, nos CRAS Urbanos não há adaptação nos serviços já existentes na Proteção Social Básica ou possibilidade de se criar estratégias para a reversão deste quadro de desigualdades étnico-raciais e de gênero.

A Política de Assistência Social enfrenta o impacto do conservadorismo, que estigmatiza seus usuários, majoritariamente negros, como preguiçosos e aproveitadores. Esse estigma tem raízes na escravidão, onde negros eram desumanizados, e se perpetuou no pós-abolição para excluí-los do mercado de trabalho. Com a consolidação da Política de Assistência Social enquanto direito, surge um movimento forte, apoiado no liberalismo, na onda neoliberal e no conservadorismo da elite brasileira de estigmatizar os usuários dessa política, que são em maioria negros, como sendo preguiçosos, “vagabundos”, aproveitadores, “não dispostos a trabalhar” (Silva, 2022).

Sendo a assistência social destinada à população como garantia de direito a todos que dela necessitarem, observamos que os negros, em sua maioria mulheres negras, são os principais usuários dessa política. Reconhecer e dar visibilidade a ações voltadas especificamente para essas mulheres poderia promover uma maior equidade.

³¹ As políticas públicas para as comunidades tradicionais quilombolas tomam forma nas últimas décadas no cenário brasileiro em função dos desafios vivenciados por estas populações no território nacional. Evidencia-se, em função dos avanços, com a criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado no ano de 2004, maior consolidação na atuação do Estado no que diz respeito à dívida social com os(as) descendentes de escravos(as) negros(as) (Grossi; Bitencourt, 2017, p. 1). O Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos, em seu artigo 2º indica que: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Outro marco importante para a Política de Assistência Social foi a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009, pois padronizou o SUAS nacionalmente, detalhando os serviços de Proteção Social Básica e Especial. Embora a normativa mencione etnia, raça, famílias indígenas e quilombolas, ela trata essas questões de maneira superficial e não aprofunda o debate étnico-racial. Além disso, ao descrever o atendimento no PAIF, a Tipificação aborda famílias indígenas e quilombolas, mas não menciona a população negra em geral (Brasil, 2009).

O caderno de orientações técnicas “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais” (2012a) é um dos poucos documentos produzidos pelo MDS que apontam para essa percepção de família ao indicar que a implementação do PAIF deve romper com o modelo idealizado de família e do trabalho social como ação modeladora, reconhecendo a família como espaço que também pode refletir conflitos e violências decorrentes das desigualdades sociais. É fundamental entender as famílias como grupos históricos, com experiências diversas que moldam suas dinâmicas e relações (Brasil, 2012).

As palavras etnia e raça também aparecem de forma superficial nas descrições do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do Serviço de Proteção Social Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Serviço de Acolhimento Institucional. Quanto ao SCFV, prevê “o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros”. Referente ao PAEFI³², estabelece como um dos públicos-alvo famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de discriminação devido orientação sexual e/ou raça/etnia. E no que tange ao Serviço de Acolhimento Institucional, descreve que “a organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual” (Brasil, 2009, p. 44 *apud* Fonseca; Silva; Pedroso, 2022, p. 202).

A deletéria herança dos tempos de escravização da população negra ainda está presente no imaginário popular, dificultando a ascensão econômica e social da população negra. Esse contexto de injustiças requer que o Estado reconheça e aborde

³² Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2014, p. 31).

as diferenças de tratamento e oportunidades nas políticas públicas voltadas para os economicamente desfavorecidos, em prejuízo dos negros e negras (BRASIL, 2009b).

Em 2009, o *Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social*, importante documento para o SUAS, apresentou diretrizes para a implantação dos CRAS. Apesar de incluir ilustrações de pessoas indígenas e negras, o tema das relações étnico-raciais foi tratado superficialmente, sendo mencionado apenas quatro vezes, uma delas na introdução do ministro Patrus Ananias, que cita povos indígenas e quilombolas (Brasil, 2009).

CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados (Brasil, 2009, p. 9).

O documento “Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)³³. Segundo a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, o trabalho social com famílias deve valorizar práticas culturais diversas, promovendo a produção comunitária e a participação popular. No caso de práticas culturais vinculadas a etnias específicas, o PAIF deve atuar como vetor de concretização de direitos sociais, superação da invisibilidade e proteção das memórias culturais, práticas comunitárias e identidades racial e étnica das comunidades atendidas (Brasil, 2012).

³³ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (Brasil, 2014, p. 12).

Embora o documento destaque as questões culturais étnicas como importantes a serem trabalhadas, ele não apresenta como a questão étnico-racial seria abordada além das atrações culturais (Ferreira, 2017).

O caderno de Orientações Técnicas do CRAS menciona que o espaço físico deve refletir a cultura dos povos e comunidades tradicionais presentes na área, respeitando elementos identitários e dialogando com suas lideranças. No entanto, na parte em que se refere ao registro de informações a ser realizado pelo CRAS, não menciona a coleta de dados concernentes a cor/raça da população atendida, nem mesmo as relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero (Fonseca; Silva; Pedroso, 2022).

Uma importante passagem se refere aos municípios onde há presença de povos e comunidades tradicionais:

Segundo a NOB-RH/SUAS, o Estado tem papel importante na assessoria aos municípios com presença de Povos e Comunidades Tradicionais. Nestes casos, devem compor a equipe de referência de Gestão do SUAS dos Estados profissionais com curso superior em ciências sociais com habilitação em antropologia ou graduação concluída em qualquer formação, acompanhada de mestrado e/ ou doutorado em antropologia (Brasil, 2009, p. 62).

As *Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1* (Brasil, 2012b) destacam o atendimento prioritário a populações indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais, especialmente aqueles em territórios com conflitos fundiários ou que enfrentam discriminação étnico-racial, cultural, etária, de gênero, por orientação sexual ou deficiência. O documento menciona o conceito de autoestima positiva, abordando a inserção desigual de grupos sociais devido a fatores como raça, gênero, classe social e história de vida (Brasil, 2012b).

Ao reconhecer como “possível perfil”, o serviço apenas considera trabalhar com este público como uma possibilidade, sem reconhecer a população negra e feminina como majoritária. Dados estatísticos mostram que essa combinação já coloca esse grupo em situações iminentes de discriminação e desigualdades (Ferreira, 2017).

Ao trabalhar a importância do fortalecimento da função protetiva da família, a Orientação afirma que o PAIF desempenha um papel crucial nesse aspecto ao:

[...] desenvolver ações com a finalidade de identificar e combater ideias preconceituosas, estigmatizantes e discriminatórias. Desta forma, pretende auxiliar cada membro do grupo familiar a reconhecer e respeitar as

especificidades e particularidades de cada um dos seus componentes, em especial: aquelas em decorrência do ciclo de vida, orientação sexual, questão de gênero, da incidência de algum tipo de deficiência, doença mental, dependência química, entre outras peculiaridades inerentes à diversidade humana (Brasil, 2012, p. 48).

Embora a questão de gênero seja identificada como importante, não há uma explicitação de como esse “auxílio” seria materializado. Além disso, a questão étnico-racial não é abordada nesse contexto (Ferreira, 2017).

O segundo volume de “Orientações Técnicas sobre o PAIF³⁴: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)” (Brasil, 2012b) afirma que o trabalho social junto às famílias “é uma prática profissional apoiada em saber científico” e sua efetivação depende, dentre outros, “do conhecimento sobre os ciclos de vida, questões étnicas, raciais, de orientação sexual, assim como outras questões específicas identificadas no território” (Brasil, 2012b, p. 12).

Nessa passagem, fica evidente que esse entendimento dependerá do conhecimento prévio de cada profissional envolvido nos serviços. Segue-se a lógica de que, se esses profissionais não tiverem conhecimento da importância da discussão étnico-racial como forma de enfrentar as desigualdades raciais, essas discussões não acontecerão e provavelmente serão anuladas, sendo tratadas dentro da Política de Assistência Social como algo universal, sem olhar uma sociedade atravessada pelo racismo estrutural.

De fato, falar em políticas de diversidade e equidades é abordar algo que vai além da variedade de aparências, histórias e culturas. Trata-se de valores atribuídos aos diferentes grupos, à sua cultura e história, gerando estigma, preconceito, racismo e discriminação, ou seja, estamos falando de julgamento de valor. O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o branco, que é considerado ‘a referência’, ‘o universal’. Tudo que se afasta dessa referência, ou ‘modelo’, pode ser considerado inapropriado e provoca exclusão e discriminação seja na educação, no trabalho ou em outras esferas da vida (Bento, 2022, p. 106)

³⁴ No ano de 2012, também foram publicadas as Orientações Técnicas do PAIF – Volume 2, que completam o volume 1 e apresentam métodos e metodologias de trabalho pautadas em teorias sociais críticas, conceituam e exemplificam as ações realizadas pelo PAIF e sugerem temas a serem desenvolvidos com as famílias e indivíduos. Contudo, ao longo de suas cento e doze páginas, somente ao falar sobre os eventos comunitários, indicam o Dia da Consciência Negra, ao lado do Dia Internacional da Mulher, Dia do Idoso, entre outros, como uma ação comemorativa. Ou seja, trazem a temática como algo pontual a ser comemorada apenas uma vez ao ano e não propõem o debate contínuo nas outras ações coletivas e particularizadas (Brasil, 2012c *apud* Fonseca; Silva; Pedroso, 2022, p. 204).

É essencial destacar que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) entende a questão de gênero como um tópico a ser abordado apenas em situações específicas, ignorando que a subjugação de gênero permeia todos os âmbitos da sociedade e afeta as mulheres em inúmeras situações do cotidiano (Ferreira, 2017).

Uma possibilidade de adoção da ênfase reflexiva nas Oficinas com Famílias, com o intuito de chamar a atenção para determinado assunto, é a utilização de agendas prioritárias para o território. Por exemplo, se for identificada uma alta incidência de trabalho infantil, pode-se aproveitar o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil para discutir os direitos das crianças/adolescentes, os reflexos do trabalho na saúde e na aprendizagem etc. Outra possibilidade é a utilização de datas comemorativas. No mês de março, pode-se planejar a realização de oficinas com famílias com a temática: 'Dia Internacional da Mulher – o que comemorar e o que reivindicar?', nas quais podem ser trabalhadas, junto às mulheres e aos homens do território, questões ligadas aos padrões de beleza, desigualdades de gênero, violência contra mulher, sobrecarga feminina nos cuidados com as famílias, resgate de histórias de mulheres importantes na sociedade e naquele território, entre outras (Brasil, 2012, p. 35).

A perspectiva de continuidade no enfrentamento dessas questões é esvaziada, negligenciando-se o processo cumulativo de desvantagens que afeta as mulheres negras atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Diante da abordagem destes documentos emerge a preocupação quanto à possibilidade do desconhecimento dos profissionais sobre a realidade anteriormente apresentada, que envolve as relações de gênero, étnico-racial, aliadas à condição de classe no bojo da realidade brasileira. Esta ausência de entendimento poderá conduzir os profissionais à “cegueira” de gênero e raça no cotidiano das atividades e desconsideração da realidade a qual os usuários vivenciam. Como brevemente vislumbrou-se os documentos orientadores do serviço CRAS aludem a esta questão de modo a não considerar estas dimensões como centrais no trato com as famílias, distanciando-se ainda da consideração quanto à sua percepção como relações complexas e entrelaçadas, denotando a transversalidade da abordagem de forma perene (Ferreira, 2017, p. 133).

A Política de Assistência Social se apresenta em uma dimensão universal, e o grande desafio do SUAS é garantir o respeito à diversidade e à pluralidade. Isso requer o reconhecimento das profundas marcas do colonialismo e da escravidão, que resultam nas desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil e que vivenciamos em nosso país e em nossos corpos.

Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 22 de junho de 2020, o jurista e filósofo Silvio Almeida fez a seguinte afirmação: 'Uma

educação que não questiona o racismo, vai reproduzir o racismo estrutural'. Compactuando com o entendimento de que o racismo é estrutural e que seus fundamentos se encontram alicerçados nesse modelo de modernidade ditado pelo capitalismo, mas não apenas, pois suas raízes se encontram na construção colonial desse país, ousamos afirmar que toda política pública que não questiona o racismo, reproduz o mesmo. Tão logo, se a política de assistência social não questiona o racismo, ela o reproduz (Vale; Conceição, 2020, p. 38).

A Política de Assistência Social, direcionada principalmente à população negra e pobre, enfrenta cortes orçamentários que dificultam o acesso aos serviços e programas. Segundo o Conselho Nacional de Assistência Social, em uma nota de abril de 2019, esses cortes impactam diretamente os usuários e contribuem para o aumento da pobreza entre os atendidos (Vale; Conceição, 2020).

A destruição das políticas de igualdade racial no Brasil intensifica a situação da população negra e pobre, inserindo-se em um contexto mais amplo de desmonte do público e da democracia. Esse processo perpetua o racismo estrutural, cujos efeitos devastadores alimentam o genocídio da população negra (Silva; Lino, 2021).

Amaro (2005) analisa que, apesar dos esforços para que a questão racial ganhasse visibilidade em outras políticas públicas, observa-se que a assistência social não tem acompanhado essa conjuntura e tem secundarizado sua atenção a essa questão. A autora reflete ainda que, se a maioria pobre é negra, a dissociação da questão racial da social é esvaziada de sentido e, assim sendo, é emergente a necessidade de resgate do debate das desigualdades raciais nos domínios desta política.

Em dezembro de 2017, durante a XI Conferência Nacional de Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social lançou, em parceria com a Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial, a campanha SUAS Sem Racismo, contando com a elaboração de diversos materiais. Contudo, a campanha não teve tanta visibilidade e alcance quanto às(aos) profissionais e a população atendida, haja visto que a Cartilha SUAS Sem Racismo (Brasil, 2018) foi estudada pela autora desta dissertação somente no ano 2023.

Essa interpretação social de 'raça' pode assumir uma conotação positiva quando traz à pauta da agenda pública aqueles que costumam ser marginalizados, excluídos e/ou invisibilizados como um grupo social pleiteante de cidadania, ativo, partícipe das interações e relações sociais, portanto, constituído por sujeitos políticos e de direitos (Brasil, 2018, p. 3).

Um dos pontos da Cartilha SUAS sem racismo é:

O desconhecimento da ancestralidade, da tradição e do território também gera preconceito, o que traz um alerta para a qualificação das ofertas dos serviços da Proteção Social voltados aos povos e comunidades tradicionais, objetivando um atendimento culturalmente adequado. A Proteção Básica, através da Coordenação de Ações Complementares, tem trabalhado para assegurar a prevenção dos riscos sociais e pessoais, e reconhece as especificidades das diferentes culturas e famílias a fim de oferecer atendimento adequado (Brasil, 2018, p. 7).

Embora esta cartilha traga a qualificação dos serviços, dentre eles os ofertados na Proteção Social Básica, historicamente, como vimos, as discussões no campo normativo da assistência social não aprofundam as orientações técnicas sobre o conhecimento dos profissionais a respeito das relações étnico-raciais.

Assim, fundamentada na interseccionalidade de Patrícia Hill Collins (2021), um dos desafios das políticas sociais é reconhecer como as relações interseccionais de poder influenciam tanto as dinâmicas sociais quanto as vivências individuais. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual e outras estão interligadas, moldando-se mutuamente. Dessa forma, ela oferece uma abordagem para compreender a complexidade das experiências humanas e da sociedade.

Sendo assim, conclui-se que, ao não se abordar ou abordar de forma superficial as relações étnico-raciais, contribui-se para a invisibilização desse tema entre os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Já a discussão sobre gênero, como foi sugerido pelos autores trazidos na construção desta dissertação, tende a reforçar hierarquias e demarcações de obrigações familiares. Essa abordagem no trabalho social com famílias é motivo de preocupação e é o foco desta pesquisa, que será explorado a seguir, com destaque para as mulheres negras e seus olhares sobre o PAIF.

3.5 POR UM SUAS ANTIRRACISTA

Numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo

constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020, p. 109).

Começamos esse último diálogo com a citação retirada de Gonzalez (2020), na qual apresenta uma análise crítica sobre a interseccionalidade entre racismo e sexismo na sociedade brasileira, destacando como essas opressões estruturais se entrelaçam para produzir uma dupla discriminação que afeta de maneira única as mulheres negras. A autora descreve como a combinação de desigualdade racial e de gênero posiciona essas mulheres no extremo oposto ao "polo da dominação", representado pelo homem branco burguês, reforçando sua condição de maior vulnerabilidade e exploração. A fala ilustra a importância de abordar as opressões de maneira interseccional, reconhecendo que as mulheres negras sofrem tanto pela desigualdade de gênero quanto pelo racismo. Essa análise destaca a impossibilidade de separar essas dimensões, já que ambas estão intrinsecamente ligadas.

Gonzalez (2020) Ao mencionar a figura do "homem branco e burguês" como símbolo do poder, a autora evidencia como as estruturas de poder são baseadas em hierarquias que privilegiam características específicas (branquitude, masculinidade e classe alta), enquanto relegam as mulheres negras a um lugar de subalternidade. Ela sugere que a opressão enfrentada pela mulher negra é qualitativamente diferente e mais intensa do que a enfrentada por outras mulheres. Isso ocorre porque, além de lidarem com o sexismo, elas enfrentam o peso histórico e estrutural do racismo, o que amplia as barreiras ao acesso à cidadania plena e ao exercício de direitos.

Ao trazer esse entendimento para a política de assistência social, poderemos construir um SUAS antirracista, o que reforça a urgência de que, no trabalho social com famílias, ações coletivas sejam melhores desenvolvidas.

A população negra pode não estar sendo prioritária na agenda do SUAS. Tendo em vista que essa população vivencia diversas situações de vulnerabilidade social e desigualdades raciais, sabemos que tal política, sozinha, não dará resposta ao racismo. Entretanto, faz-se necessário incluir orientações técnicas nos serviços, bem como reforçar a educação continuada no âmbito do SUAS para os profissionais que integram essa política.

Por isso, a questão étnico-racial deve ocupar a agenda da política de assistência social em seus processos de planejamento, formulação, execução, monitoramento e avaliação. Assim, suas demandas devem ser priorizadas na gestão financeira e orçamentária pelos entes federados e nos processos de trabalho dos

trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Isso demonstra a necessidade de racializarmos o debate dentro das políticas setoriais, uma vez que o seu público vivencia os reflexos da questão étnico-racial, que são estruturais nas relações sociais.

Propor uma política de assistência social que tenha como foco a população negra, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e responsabilidades de gestão voltados para a melhoria das condições desse segmento. Essa política deve incluir ações de cuidado, atenção e prevenção, além de promover a gestão participativa, a participação popular e o controle social. Além disso, deve incentivar a produção de conhecimento, a formação e a educação permanente dos trabalhadores da assistência social, com estudos voltados para a questão étnico-racial, visando à promoção da equidade e ao direcionamento do cuidado para a população negra.

Para isso, o Cadastro Único aliado às informações do Censo SUAS CRAS e CREAS e outras fontes como os movimentos sociais, organizações quilombolas e conselhos de direitos de participação da população negra, podem ser meios que irão contribuir para identificação dos quilombos nos territórios e conhecimento de sua situação e necessidades sociais (Corrêa, 2022, p. 139).

A ausência da dimensão racial no Prontuário SUAS compromete a análise integral das famílias atendidas pelo CRAS, favorecendo abordagens fragmentadas que ignoram aspectos correlacionais fundamentais. Essa lacuna não apenas enfraquece o serviço, mas também invisibiliza as realidades vividas pelos usuários, deixando-as negligenciadas (Ferreira, 2017).

Esta relativa imersão do CRAS em si mesmo e a tímida interação com o território na maioria das unidades pesquisadas também pode estar relacionada a um contexto mais amplo: a intensa prevalência da racionalidade dos serviços no interior das políticas sociais. Quando, a partir de 2003, a assistência social ganha robustez a partir de uma institucionalização estatal jamais observada na história do país, ela não o faz sem 'máculas'. Assim, é de grande importância se pensar a produção de 2) instrumentais e trabalho interno desenvolvidos no CRAS como eixos que também modulam a atuação profissional (Ferreira, 2017, p. 161).

As ofertas do SUAS estão distribuídas por todo o território brasileiro e estão presentes nas cinco regiões. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, são: 8.671 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ativos, 2.907 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ativos, 9.076 Centros de Convivência, 7.458 unidades de

acolhimento para crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas em situação de rua e migrantes, 2.081 Centros-Dia e 246 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Sobre a importância do SUAS, de acordo com a vigilância socioassistencial do MDS, foram registrados mais de 3 milhões de atendimentos individualizados nos CRAS em janeiro de 2023. Nesse mesmo período, houve mais de 277 mil atendimentos individualizados, 266 mil famílias acompanhadas pelo PAEFI e um total de mais de 480 mil trabalhadores atuando no SUAS.

Entretanto, não há informações racializadas sobre o público atendido pelo SUAS nem sobre os trabalhadores, na vigilância socioassistencial do MDS. Assim, levantamos uma questão: de que maneira o SUAS poderia ser auxiliado se conheçêssemos a identidade e a cor do público atendido no seu cotidiano e de seus trabalhadores?

O que sabemos até aqui sobre a realidade étnico-racial no SUAS, de acordo com o Cadastro Único, é que 69% das pessoas são negras, o que representa 66,6 milhões de pessoas. O maior programa de transferência de renda do país, que é o bolsa família, segundo informações do CadÚnico, indica que 66% das pessoas são negras, o que representa 55,9 milhões de pessoas. Do público de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), 66% das pessoas são negras, o que representa 3,7 milhões de pessoas (RI Social, 2023).

Esses dados mostram que, embora não tenhamos informações sistematizadas sobre a cor e a cara do público atendido, é evidente que toda a rede do SUAS que atua na ponta sabe quem são as famílias atendidas e qual é o seu público. Contudo, de forma sistematizada, não temos essas informações racializadas para o atendimento. Sabemos, porém, de maneira geral, que o público alcançado pelas políticas de enfrentamento da pobreza do Estado é, em sua maioria, composto por pessoas negras.

Outra possibilidade de aproximação com informações sobre a população negra está disponível no Ministério da Igualdade Racial (MIR). Nele, constam dados sobre violência, saúde, educação, trabalho, desenvolvimento social, população, setor público, entre outros. Ter o MIR voltado para essa pauta e com essa iniciativa traz algumas sinalizações importantes. Embora, em nosso imaginário, saibamos que os indicadores sociais tendem a apresentar um desempenho desfavorável quando

observados especificamente para a população negra, é crucial que consigamos comunicar isso de forma efetiva.

É importante também que possamos observar essas questões dentro do território brasileiro, considerando as diferenças presentes em cada região do país. As consequências do racismo não se manifestam na mesma proporção em todo o território nacional. Essa especificidade e esse olhar mais aprofundado precisam ser melhor trabalhados. Quando o Ministério da Igualdade Racial se esforça para sistematizar dados não apenas no âmbito do desenvolvimento social, mas também em outras dimensões de análise, isso nos ajuda a compreender melhor quem é a população negra no Brasil, onde ela está e que tipo de políticas públicas devemos pensar e implementar para a redução da desigualdade racial.

Alguns desafios que podemos sinalizar³⁵:

- Enfretamento do racismo como fator estruturante da sociedade, a partir do reconhecimento da população negra como público majoritário dos serviços e benefícios oferecidos.
- A ampliação da coleta, análise e disponibilização de dados racializados é fundamental para gestão do SUAS, e a transparência e o aprimoramento do exercício do controle social.
- É necessário avançar na produção, divulgação e monitoramento de dados racializados do público alvo do SUAS nas diferentes ofertas da assistência.

É importante também ter indicadores de raça e cor dos profissionais que trabalham no SUAS, daqueles que pensam as políticas e daqueles que lidam diretamente com a população. Será que os trabalhadores do SUAS, tanto os mais próximos quanto os menos próximos dessa cadeia de vulnerabilidade racial, refletem a composição racial da população que atendem? Será que o Estado, nas três esferas de governo, está lidando com as questões raciais e com a população em situação de vulnerabilidade³⁶ e discriminação da forma adequada?

³⁵ SNAS. Rede SUAS. **O SUAS e a Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70z3DpP0nqM&t=3043s>. Acesso em: 30 set. 2024.

³⁶ A forma de compreensão e “classificação” destes profissionais em relação aos usuários (as) se expressa ainda em termos que estão presentes em documentos como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas que também transitam e são socializados nos meios profissionais. Deste modo, passam a utilizar “palavras-chave”, - que se transformam em “jargões”, como “vulnerabilidade” - de maneira quase automática e acrítica quanto ao uso destes conceitos, insuficientes para alcançar as múltiplas determinações que envolvem a realidade das relações gestadas no âmbito

A Sra. Girassol, em sua fala, expressa o quanto é difícil para ela se reconhecer como uma mulher negra devido às marcas do racismo. Ela menciona que, ao falar sobre o Dia da Consciência Negra, estaria evidenciando ainda mais o racismo. Isso reflete o discurso difundido de que, no Brasil, seríamos todos iguais e que não seria necessário problematizar a questão racial. Discussões como essa poderiam ser melhor desenvolvidas no CRAS, por meio do PAIF, a partir das falas trazidas pelas participantes, em conjunto com os profissionais.

Olha eu vou lhe ser bem sincera, elas trabalha correto, o que acontece, se nós negro ficar reivindicando tudo, eu acho que continua, vai ficar pior, porque é assim cada um tem um jeito de pensar, meu jeito de pensar, ai tem dia dos negros, eu acho isso ridículo, eu acho ridículo porque, gente já está discriminando nós aí mesmo, por que tem dia dos negros, e não tem dia dos branco, dos índios tem, tudo isso está errado, por que se um índio também é um ser humano, para que expor nós desse jeito, para que expor nós pra sociedade como pessoas negras, como índios, somos todos ser humano, gente pra que isso Dia das Mães, então a mãe são em geral, não importa a cor, não importa a raça, dia dos pais são em geral, agora dia dos negro, dia dos índios, faça me um favor isso não deveria existir, o racismo já começou lá de cima e ninguém percebeu, Dia da Consciência Negra foi do dia da libertação tudo, tudo, acho bonito sim, mas vão me eliminar isso gente, você não sabe o quanto, quando eu trabalhava ficava assim na palhaçada se tem dia de gente negra por que que não tem do branco, ainda querem reivindicar, ainda se acham, concordo com eles, concordo, porque já tá expondo a gente negro sobre si, já tá expondo as pessoas indígenas sobre si, por que tão expondo, começa lá de cima, gente nem importa se você é negro, se você é branco, se você é índio, todos somos um ser humano porque expor a gente pro dia disso, pro dia daquilo, um é uma exposição, já vem lá de cima e ninguém percebe isso. (Sra. Girassol, acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A fala da Sra. Girassol reflete uma série de aspectos importantes sobre o impacto do racismo estrutural na percepção de identidade e pertencimento de pessoas negras no Brasil. Sua posição crítica quanto à existência do Dia da Consciência Negra e outras datas comemorativas racializadas evidencia uma internalização das contradições do discurso da igualdade racial em uma sociedade marcada por desigualdades profundas.

A Sra. Girassol expressa desconforto em se reconhecer como mulher negra e rejeita iniciativas que enfatizem as diferenças raciais, como o Dia da Consciência Negra. Essa postura pode ser interpretada como uma tentativa de evitar o

familiar e em sociedade. E o mais preocupante, quando o usufruto de algum benefício é o bastante para “classificá-los(as)”. Quando vidas passam a caber, ser enclacradas, em conceitos meramente institucionais que talvez sirvam intramuros no CRAS, mas que não são o suficiente para alcançar a dinâmica da vida destas famílias e pessoas (Ferreira, 2017, p. 198).

enfrentamento das marcas do racismo, buscando uma igualdade que, embora ideal, não reflete a realidade social. O desconforto em abordar essas questões sugere uma resistência emocional resultante do impacto psicológico do racismo.

Ela defende que “somos todos seres humanos” e critica a necessidade de distinções com base na raça. Esse discurso, embora alinhado a uma perspectiva de igualdade universal, ignora as desigualdades estruturais que demandam políticas afirmativas. O Dia da Consciência Negra, por sua vez, demonstra as lutas coletivas da população negra em meio ao sistema escravista, e ao não trazê-lo, estaríamos negligenciando toda a luta do povo negro pelos seus direitos.

A menção de que “o racismo já começou lá de cima e ninguém percebeu” sugere um entendimento de que as estruturas de poder são as principais responsáveis pela discriminação. No entanto, ao mesmo tempo, ela relativiza a importância de ações afirmativas, como se tais iniciativas reforçassem a discriminação em vez de enfrentá-la. Isso reflete a influência do discurso meritocrático, que desconsidera os impactos históricos do racismo.

A fala também revela um processo de internalização do racismo, evidenciado pela crítica às iniciativas que promovem a valorização da identidade negra. O incômodo com a “exposição” dos negros e indígenas sugere um sentimento de fragilidade, como se a visibilidade aumentasse a discriminação. Essa postura pode ser interpretada como uma estratégia de autopreservação em um contexto de opressão constante.

A fala da Sra. Girassol oferece uma oportunidade de reflexão para os profissionais do CRAS. É importante abordar essas questões de forma acolhedora e crítica, promovendo debates que fortaleçam o reconhecimento da identidade racial como uma ferramenta de resistência. Por meio do PAIF, os profissionais podem explorar estratégias para desconstruir discursos internalizados e estimular a luta racial e cultural do povo negro. Essa abordagem pode contribuir para uma visão mais positiva da identidade negra, sem ignorar as desigualdades históricas e estruturais que necessitam ser enfrentadas.

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros

deverão desaparecer. O negro, no desejo de embranquecer, deseja, nada mais, nada menos, que a própria extinção. Seu projeto é o de, no futuro, deixar de existir; sua aspiração é a de não ser ou não ter sido. Esta é, maneira sucinta, quando desmonta e explicita os mecanismos da violência racista (Souza, 1983, p. 5).

A Sra. Orquídea relatou sobre o processo de racismo vivido ao longo de sua vida. Ela mencionou que, durante o preenchimento do Cadastro Único, foram feitas algumas perguntas relacionadas ao tema. No entanto, ela destacou que esse assunto nunca foi problematizado durante o acompanhamento do PAIF, o que também foi apontado por outras mulheres negras entrevistadas.

[...]é, eu eu creio que sim né, eu, eu senti que aquilo lá quando você sente na pele você sabe que, é como que fala, que você falou a palavra? Racismo.
[...]**Patrícia:** é, aqui no caso a Senhora já chegou a falar sobre isso da sua vida em algum momento, com as meninas, no grupo?
[...]não, só quando vai fazer o bolsa família que ele faz muitas perguntas, mas nada em negócio de racismo. (Sra. Orquídea acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A Sra. Orquídea demonstra reconhecer o racismo como uma experiência real e tangível ao afirmar que “*quando você sente na pele, você sabe*”. Essa frase revela o impacto direto e individual do racismo, destacando que a percepção da discriminação racial não é abstrata, mas vivida de forma concreta.

Ao mencionar que nunca discutiu o tema do racismo em grupo, exceto durante os questionamentos relacionados ao Bolsa Família, a Sra. Orquídea aponta para a falta de espaços seguros e incentivados para tratar dessa temática. Isso sugere um silenciamento, seja pela ausência de estímulo, seja pelo receio de expor essas vivências em um ambiente coletivo.

A ausência de diálogos sobre racismo em espaços como o grupo mencionado aponta para uma oportunidade de aprimoramento no trabalho desenvolvido pelo CRAS. Criar momentos específicos para abordar temas relacionados à discriminação racial pode permitir que usuárias como a Sra. Orquídea expressem suas vivências, contribuindo para a elaboração de estratégias que promovam a luta e a conscientização.

A fala da Sra. Orquídea reforça a necessidade de os profissionais do SUAS estarem atentos aos sinais de racismo velado ou não verbalizado, oferecendo acolhimento e direcionamento. O reconhecimento dessas experiências pode fortalecer a atuação do CRAS no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais

com outras políticas sociais. Essa análise mostra como vivências pessoais, mesmo não verbalizadas frequentemente, carregam potencial para promover reflexões e transformações em espaços coletivos e institucionais, como o CRAS.

A autora Bell Hooks (2019) afirma que o racismo não está apenas na esfera individual, o que nos leva a refletir sobre a importância de que as políticas públicas, com destaque para a Assistência Social, também estejam atreladas a essas discussões, com a formulação de normativas que abordem diretamente a dimensão étnico-racial.

As mulheres americanas de todas as raças são socializadas a pensarem no racismo apenas no contexto do ódio da raça. Especificamente no caso das pessoas negras e brancas, o termo racismo é usualmente visto como um sinônimo de discriminação ou preconceito contra as pessoas negras pelas pessoas brancas. Para a maior parte das mulheres, o primeiro reconhecimento da opressão racista institucionalizada é causado ou por uma experiência pessoal direta ou através de informação colhida em conversas, livros, televisão ou filmes (Hooks, 2019, p. 133).

As famílias extensas, configuração muito presente nas famílias negras, como aqui já discutido, surgem como protagonistas nas descrições e podem ser úteis como pista para referendar este público como majoritário no serviço, embora não tenha sido diretamente referenciado (Ferreira, 2017).

Márcia Correia (1999) expressa que uma das coisas que mais lhe chamaram a atenção ao buscar estudar as famílias negras em Salvador foi o seu modo de vida: “o espaço residencial, mesmo sendo uma pequena casa, abrigava duas ou três gerações [...]. Às vezes um parente distante ou uma irmã do marido ou da esposa”, além disso, ela descreve ainda que “os cômodos da casa divididos pelos moradores em quartos-casa construídos no mesmo terreno, davam à configuração do espaço de moradia, uma semelhança com a construção comunitária”, uma descrição aproximada do que parte das entrevistadas discorreu. Mas, o que Márcia Correia indica, em seu trabalho, é que este modo de se organizar e distribuir a moradia compõe a história da população negra brasileira e que tem tanto na religiosidade através do Candomblé, quanto na própria vida nas senzalas, mas que também advém do continente africano.

Embora gênero, classe e raça sejam categorias centrais na análise, as falas das mulheres negras entrevistadas destacam principalmente as questões de gênero e classe. A discussão sobre as famílias tende a focar na figura das mulheres,

especialmente nos papéis de mãe e avó, que são vistas como as mais ativas no relacionamento com o CRAS.

Com predominância, é a ideia do cuidado que é atribuída às mulheres ainda rondando os espaços da política. Segundo Carloto 'o papel de cuidadora, o mais frequentemente invocado pela política de assistência social ao se dirigir às mulheres pobres' (2010, p. 641). Sobre estas 'mulheres-mães', entrevistados (as) acrescentaram outros adjetivos: 'arrimo de família', 'a maioria é dona de casa', 'responsáveis por seus lares'. E eis que se ergue a tríplice coroa: mãe/esposa/rainha do lar. Sobre esta presença maciça, houve justificativas de que isso se devia ao fato de serem as mulheres a principal referência para recebimento dos benefícios, além de estar mais à frente do espaço doméstico (Ferreira, 2017, p. 210).

A luta pelo bem viver e pela dignidade permanece como um ideal nas agendas das mulheres brasileiras, sinalizando caminhos para uma visão transformadora dos(as) usuários(as) e da assistência social. Abandonar essa perspectiva seria sucumbir à desesperança e à mediocridade (Ferreira, 2017).

A persistência de elementos que nas entrevistas apareceram como 'machismo' e 'preconceito', são vistos como motivação para o afastamento dos homens em geral do CRAS, mas estes elementos são remetidos aos próprios homens usuários. Ou seja, não se constrói a leitura de que este modo deles visualizarem o serviço se constitui dialeticamente também através da forma como a própria política compreende os homens e as mulheres. Se o CRAS, um serviço que se fundamenta no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, é visto pelos homens como o locus privilegiado para as mulheres, isso significa que a assistência social, quando se centraliza na matricialidade sóciofamiliar ainda toma a mulher como referência, a 'parceira chave', ainda é pouco expressivo o combate diário a determinados estereótipos, mas sim, por vezes são reeditados, na medida em que: 1) reforçam o espaço do lar como próprio da mulher; 2) tratam os cuidados e o espaço doméstico como pouco afetos ao suposto homem provedor; 3) promove um acúmulo de responsabilidades às mulheres.(Ferreira, 2017, p. 213).

A análise da dimensão étnico-racial, especialmente no contexto das mulheres negras, revela uma complexidade adicional. Historicamente construídas como figuras não confiáveis desde a escravização, seu corpo passou a ser visto como suscetível a questionamentos sobre integridade. Isso se agrava devido à combinação de preconceitos raciais, de gênero e de classe, que podem influenciar negativamente o tratamento que recebem em atendimentos na assistência social.

As mulheres negras sempre foram olhadas como 'demasiado arrogantes'. Os homens brancos decidiram isso durante a escravatura. Quando Moynihan publicou pela primeira vez o seu relatório sobre a família negra em 1965 perpetuando a teoria da castração, os homens negros inicialmente

responderam expondo a fraqueza e os erros do seu argumento. Eles primeiro argumentaram que a sua afirmação que eles eram castrados era ridícula e não verdadeira, mas não muito depois eles começaram a fazer a mesma reclamação. O seu apoio à ideia que as mulheres negras eram castradoras dos homens permitiu-lhes trazer para fora do armário as atitudes misóginas. Enquanto eles abraçavam numa mão o mito matriarcal e usavam-no para reclamar às mulheres negras que fossem mais submissas, na outra mão eles comunicavam a mensagem que a sua natureza masculina não estava ameaçada pelas mulheres negras porque eles podiam sempre usar a força bruta e o poder físico para subjugar-las (Hooks, 2019, p. 215).

Ferreira (2017) questiona a ideia de maior confiabilidade atribuída aos homens, destacando que essa percepção está baseada em um ideal específico (homem branco, heterossexual, empregado e instruído). Aponta a necessidade de refletir sobre como essas percepções, presentes no cotidiano dos serviços como o CRAS, impactam as famílias e os usuários, tanto nos atendimentos individuais quanto nas atividades coletivas, como os grupos do PAIF.

A negação das diferenças no PAIF, em nome da igualdade, se revela nesta pesquisa através das falas das mulheres negras acompanhadas, o que trazia a hipótese de que a Política de Assistência Social mantém uma conduta monocromática sobre a condição étnico-racial das(os) usuárias(os) e, assim, as(os) homogeneiza a partir do que os unifica: a condição de classe, mais especificamente, a pobreza.

a visão monocromática opera em torno ainda da defesa da condição de iguais e na condição de iguais, apontar diferenças seria o mesmo que discriminar negativamente. Ou seja, em nome da igualdade, negam-se as diferenças! (Ferreira, 2017, p. 234).

Essa questão surge quando, nas entrevistas, se pergunta às mulheres sobre a possível existência de plena igualdade racial no país e se haveria a identificação desse processo entre os usuários negros do CRAS. Uma parte expressiva das mulheres respondeu que isso ainda é algo a ser conquistado.

O racismo estrutural determina as relações sociais desde a acumulação primitiva do capital, e o colonialismo foi a máquina que moldou a hierarquização entre brancos e não brancos, considerados os 'outros'. Desde a ocupação colonial, a desumanização cria o chão necessário para que a violência estrutural seja naturalizada no cotidiano e para que o extermínio da população negra seja a resposta a esta ânsia de construção de uma sociedade harmoniosa (Eurico, 2022, p. 79).

Sobre a sugestão de acompanhamento das mulheres pelo PAIF, uma das entrevistadas mencionou a necessidade de uma maior aproximação com as mulheres negras que cuidam de seus filhos sozinhas.

Eu acho assim, não só por conta de negras, mas por conta de da gente ser além de negra, ser solo pra tudo, porque a maioria às vezes tem marido mas é solo como muitos que eu conheço aqui, eu acho assim que devia ter mais coisas para as mães solo, pra gente, é vamos supor, igual antigamente aqui nós tinha, tentou ser feito aqui é mas não tinha recurso sabe, tipo aqui tinha oficina de artesanato, aqui as meninas gosta muito, só que é difícil porque tem criança, a gente já não tem todo o tempo do mundo sabe, mas uma horinha se fosse aqui a gente dá, se esforçava para vir, uma atenção para as mulheres daqui sabe assim, precisa de atenção para gente, ter pessoas para conversar, para dialogar, para falar para a gente, explicar para a gente, deixar a gente claro dos direitos da gente, das coisas que a gente tem que fazer, é melhorar o espaço aqui, deixar assim, deixar o espaço assim mais legal pra gente, para a gente, assim tem as que valoriza e temas que não valoriza, eu valorizo bastante, então ai sei lá, é dá uma atenção igual como lá onde eu faço o grupo de mulher, a gente ter o nosso grupo aqui, ter a nossa participação das coisa aqui (Sra. Violeta acompanhada pelo CRAS Satélite Iris I de Campinas, 2024).

A Sra. Violeta destaca a sobrecarga enfrentada por mulheres negras que, além de lidarem com o racismo, frequentemente assumem sozinhas as responsabilidades familiares, mesmo quando possuem companheiros. Essa dupla condição – ser negra e mãe solo – reflete uma interseccionalidade que potencializa as vulnerabilidades enfrentadas, evidenciando a necessidade de políticas e serviços que considerem essas especificidades.

Ela aponta a carência de atividades e serviços voltados para mães solo, como oficinas de artesanato, que já existiram, mas foram descontinuadas por falta de recursos. Essa crítica expõe a fragilidade da manutenção de ações socioassistenciais que poderiam atender a necessidades básicas de acolhimento, lazer e desenvolvimento de habilidades.

A Sra. Violeta menciona a dificuldade em participar de atividades devido às responsabilidades com os filhos e à falta de tempo, mas ressalta que uma “horinha” seria viável e bem-vinda se as atividades fossem próximas e adaptadas à realidade delas. Essa consideração evidencia a importância de oferecer serviços acessíveis e com horários flexíveis para incluir mulheres com múltiplas responsabilidades.

A fala reforça o desejo por espaços de convivência que promovam acolhimento, escuta ativa e diálogo. A Sra. Violeta valoriza iniciativas como grupos de mulheres, onde se pode conversar, compartilhar experiências e aprender sobre direitos e

deveres. Esse tipo de espaço é percebido como uma oportunidade de fortalecimento pessoal e coletivo.

A Sra. Violeta demonstra uma postura de valorização pelos esforços realizados, mas também percebe a existência de uma divisão entre quem valoriza e quem não valoriza as ações do CRAS. Isso aponta para a importância de criar estratégias de engajamento que promovam uma visão coletiva de pertencimento e participação ativa.

E é nesse contexto que a (in)visibilização se conforma. Isso porque tais usuários(as) negros(as), em sua maioria mulheres negras em condições econômicas desfavoráveis, têm suas identidades étnico-raciais esvaídas na monocromacia, tanto em decorrência daquilo que os(as) unifica — a pobreza — quanto daquilo que uma sociedade democrática ocidental reivindica: a igualdade (Ferreira, 2017, p. 237).

A fala da Sra. Violeta ressalta a necessidade de o CRAS priorizar ações que considerem as especificidades de gênero, raça e maternidade solo. Atividades como grupos de convivência, oficinas e rodas de conversa podem contribuir significativamente para a promoção da participação dessas mulheres. Além disso, a escuta ativa e a inclusão de suas demandas na formulação de políticas e práticas são fundamentais para fortalecer os laços entre a comunidade e o serviço socioassistencial.

A luta antirracista desde a infância destaca que, no Brasil, a discriminação ocorre pelo fenótipo e está enraizada na sociabilidade moderna, que sustenta a superioridade branca e nega a humanidade negra. Reafirmar que vidas negras importam evidencia a desvalorização de crianças e adolescentes negros pelo sistema capitalista, que prioriza a exploração de seus corpos em detrimento de sua humanidade (Eurico, 2022).

Com o passar dos anos, a perspectiva legalista alicerçada no entendimento da legislação como fixa e limitada ao ser humano genérico e universalista, se mostrou insuficiente para a garantia da proteção de todos os segmentos da sociedade, especialmente àqueles que, em função de seu pertencimento étnico-racial, de gênero, sexualidade etc. continuavam a vivenciar situações de desvantagem. Eis que emerge a concepção de igualdade material (Ferreira, 2017, p. 241).

Ao longo da história, observa-se que certos grupos sociais demandam intervenções específicas. Um Estado que se apresenta como "neutro" diante da

diversidade, disfarçada de desigualdade, não é capaz de promover uma sociedade equitativa (Munhoz, 2006 *apud* Ferreira, 2017).

As políticas de ação afirmativa para a população negra surgem para corrigir desigualdades raciais em uma sociedade onde as relações sociais são marcadas por tratamentos diferenciados. Embora a Constituição Federal promova a igualdade formal, ela também reconhece a necessidade de igualdade material ao focar na proteção e representação de grupos minoritários, como negros, indígenas e mulheres, e ao destacar a construção de uma sociedade plural no preâmbulo (Ferreira, 2017).

A (in)visibilidade da população negra, com destaque para as mulheres negras na assistência social, é uma realidade brasileira em que, na maioria das vezes, essas mulheres são negativamente estereotipadas e têm suas condições históricas ignoradas, o que contribui para essa visão distorcida. Em uma sociedade permeada pelo mito da democracia racial, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha um papel importante, aliado a outras políticas, para enfrentar esse mito e proporcionar um melhor acompanhamento da população negra.

Como foi possível observar nesta pesquisa, a política de assistência social ainda está em débito com aqueles (as) que dela necessitam, e categoria raça contundo não é trazido de maneira relevante pela política de Assistência Social.

Na medida em que numa sociedade de 'iguais', num país considerado um 'paraíso racial', tratar com 'distinção' o segmento negro é interpretado como: 1) privilégio; 2) discriminação. Ambos, portanto, destoantes de uma nação "racialmente democrática". Até quando este engodo moverá pensamentos e ações neste país direcionadas inclusive pelo próprio Estado, conduzindo-o ao fortalecimento do chamado racismo institucional? (Ferreira, 2017, p. 244).

O acompanhamento das mulheres negras no CRAS vai além de uma demanda de "necessitadas", pois, à sua frente, estão sujeitos dotados de visão de mundo, identidades e uma história.

Assim, para se pensar em um SUAS que promova a igualdade racial e enfrente as discriminações, precisamos ser mais assertivos na coleta e análise desses dados, dando visibilidade à população negra. É fundamental desenhar um SUAS que combata o racismo enquanto estrutura, reconhecendo que este é um problema que precisamos enfrentar. Para isso, é necessário saber onde está esse público e se ele está sendo alcançado pelas políticas públicas. Para aumentar nossa capacidade de

refletir junto com a Assistência Social, é fundamental sabermos, sim, qual é a cor do SUAS!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas que tem dificuldade de chegar num lugar, ter uma pessoa para orientar, para explicar, para falar como que é, e às vezes a gente está falando aqui a pessoa negra como que ela já é discriminada, ela chega num lugar ela não vai perguntar, porque ela já se sente inferior né, aquilo então por ela já tá, até ela saber que ela vai ser às vezes rejeitada naquele lugar, ela não tem acesso a muitas coisas. (Sra. Orquídea acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A fala destaca como a discriminação racial não é apenas uma questão de interação social, mas também de acesso a espaços e oportunidades. A Sra. Orquídea aponta que a pessoa negra, ao chegar em certos ambientes, já se sente inferiorizada, internalizando essa exclusão. Essa percepção de inferioridade pode ser resultado de um histórico de discriminação e preconceito estrutural que reforça estigmas e limitações.

Ao mencionar "ter uma pessoa para orientar, para explicar", Sra. Orquídea sugere a relevância do acolhimento e do suporte humano como forma de superar algumas dessas barreiras. A presença de alguém que possa mediar e facilitar o acesso é vista como essencial para construir um ambiente mais inclusivo. A fala também explicita como a discriminação racial afeta o acesso a direitos básicos. A noção de que a pessoa negra "não tem acesso a muitas coisas" revela que o racismo estrutural não apenas segrega, mas também impede a concretização de direitos fundamentais.

A fala da Sra. Orquídea ilustra uma experiência individual que está alinhada com um panorama mais amplo de desigualdade racial no Brasil. Seu relato é uma denúncia implícita do racismo estrutural e da falta de políticas públicas efetivas para promover inclusão. Além disso, aponta para a necessidade de estratégias de acolhimento, que vão desde mudanças institucionais até a valorização das redes de suporte comunitário, como o CRAS. Esse tipo de análise é crucial para compreender as dimensões subjetivas e sociais do racismo e para informar intervenções mais humanizadas e eficazes.

A fala da Sra. Orquídea é extremamente valiosa para este trabalho e nos faz refletir sobre a possibilidade de ultrapassar abordagens burocratizadas e distantes da análise de quem de fato é a pessoa por trás do sujeito genérico "usuário(a)". Essa perspectiva é fundamental para o trabalho social com famílias no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), abrangendo suas formas de relação tanto

nas atividades em grupo quanto nos atendimentos individuais, distanciando-se da mera repetição de coleta de informações. Ora, o que se faz com as informações dos prontuários? Ultrapassá-las e qualificá-las é uma ação permanente.

As falas das mulheres negras entrevistadas revelam o quanto o PAIF está distante de suas realidades, ao trazerem questões que vivenciaram e que nunca foram problematizadas no CRAS durante os atendimentos, como a questão étnico-racial. Algumas mulheres também pontuaram a distância do serviço em relação às suas residências, o que impede uma maior participação nas atividades desenvolvidas pelo serviço.

Ainda sobre as mulheres negras acompanhadas no CRAS, ficou evidenciado em suas falas que muitas enfrentaram e enfrentam situações de racismo em sua vida cotidiana e que, muitas vezes, são julgadas nos serviços, sendo vistas como "incapazes" de manter uma vida em famílias "normais". Elas são inseridas nesse espaço sem que sejam consideradas as relações de gênero, classe e raça. Em uma sociedade capitalista, onde prevalece o discurso de que todos são iguais e que basta o esforço individual para ocupar determinados espaços, não se considera que, no Brasil, a população negra é a mais atingida nesse processo. Vivemos o mito da democracia racial, em que a raça, para muitos, não é vista como um fator determinante, nem mesmo na luta de classes. E assim, esta pesquisa encontrou:

1. A percepção de que as mulheres negras não são vistas como sujeitas para além da esfera econômica, ou seja, prevalece o mito de que elas buscam o CRAS apenas devido à condição de pobreza em que vivem.
2. A (in)visibilização do segmento negro, baseada na negação das diferenças étnico-raciais. Muitas mulheres relataram que a questão étnico-racial não é problematizada no cotidiano, sendo abordada apenas em datas específicas.
3. As mulheres também relataram que, quando acompanhadas pelo serviço, a abordagem de gênero muitas vezes reforça a função materna e o cuidado com os demais familiares.

Nas entrevistas, a pobreza aparece com grande relevância nas falas das mulheres entrevistadas, manifestando-se como a carência, muitas vezes, do básico para sobreviver. Frequentemente, não há espaço para compartilhar outras questões pessoais. Essas mulheres ainda são vistas pelo serviço como a corporificação da figura dos "pobres", como se houvesse uma fusão das duas categorias em uma só. Entretanto, conforme relatado por essas mulheres, percebe-se que a dimensão racial

não é o foco do PAIF; ou seja, não se faz a leitura desses corpos negros. Pelo contrário, o que chega primeiro é o racismo disfarçado de "carência", "ausência", precariedade, e a imagem de que seriam mulheres agressivas em suas falas, o que acaba ganhando peso nas análises.

Ainda a fala da Sra. Orquídea revelou que esses fatores contribuem para um sentimento de exclusão e baixa adesão às atividades. Quando o serviço não é acessível, tanto simbolicamente quanto fisicamente, ele deixa de cumprir seu papel de promoção de direitos e fortalecimento de vínculos comunitários, especialmente para grupos historicamente marginalizados.

Basaglia (1979) nos mostra que aquele que tem acesso econômico para expressar seu sofrimento existencial pode se manifestar subjetivamente. Já aquele que "não tem condições econômicas para sobreviver, não pode se expressar de maneira alguma, não conhece o sofrimento existencial, mas somente o sofrimento da sobrevivência, não havendo assim a possibilidade de expressar a contradição e o antagonismo". Para o autor, todos temos o direito de nos manifestarmos como cidadãos, entretanto, será o poder que determinará a forma como iremos nos expressar.

Bell Hooks (2019), dialogando com Nancy Hartsock, questiona por que, em um momento histórico em que as mulheres buscam transitar de objeto a sujeito, há uma sedução por modelos de mudança individual que ignoram transformações nas estruturas políticas e sociais. Hooks alerta para o retorno a narrativas que responsabilizam as mulheres pela dominação masculina e reconhece o fracasso do feminismo em propor modelos de mudança radical acessíveis e significativos para a maioria das mulheres. Sem tais modelos, o movimento feminista não alcançará um impacto revolucionário e transformador na sociedade e no indivíduo.

Frantz Fanon (2008), em *Pele negra, máscaras brancas*, revela que homens e mulheres negros são relegados à "zona do não ser", excluídos de uma concepção universal de humanidade reservada aos brancos. O racismo sustenta esse sistema hierárquico que divide a humanidade entre superiores e inferiores, com a cor da pele como critério central, especialmente no Brasil. Assim, o racismo é identificado como base estruturante e estrutural da sociabilidade brasileira, manifestando-se nas políticas públicas, instituições e relações sociais.

Segundo Vera Telles (1999), a assistência social destinada aos pobres, tradicionalmente vistos como destituídos, não visa melhorar suas condições de vida,

mas apenas aliviar a miséria, reforçando o estigma da pobreza e celebrando publicamente sua inferioridade. O acesso a esses serviços ocorre não pelo status de cidadão, mas por sua condição de necessidade, atribuindo o fracasso pessoal ao destino ou à falta de esforço, ignorando as responsabilidades do Estado. Essa visão desconsidera fatores históricos e estruturais, como poder, relações étnico-raciais, gênero, classe, sexualidade e geração.

Maria Carmelita Yazbek aborda a pobreza:

Como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os 'pobres' são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de 'qualidades negativas' e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (Yazbek, 2012, p. 289).

O "lugar" dos pobres, conforme Yazbek e Vera Telles (1990), é paradoxal, marcado pela tutela e culpabilização, repressão e protecionismo, configurando-se como um "não-lugar". Esse "não-lugar" reflete a ausência de reconhecimento social para os que enfrentam violência cotidiana, emprego precário, salários insuficientes e moradias inadequadas. Assim, a experiência da pobreza vai além das dificuldades objetivas de sobrevivência, englobando também a desqualificação social e a negação de pertencimento.

As famílias negras em situação de pobreza, em diversos momentos, veem seus direitos sociais básicos negados, seguramente em decorrência do modo como o racismo moderno opera no Brasil, ainda que as formas de expressão assumam contornos diferentes no contexto histórico atual. O *modus operandi* é diverso, mas a base é a mesma, ou seja, o racismo se mantém como uma das mais eficazes armas de controle dos corpos, sob o domínio do capital, e cristaliza-se dada sua funcionalidade na produção e reprodução da vida social, notadamente um modo de produção que retroalimenta a exploração, a dominação e a opressão sobre a classe trabalhadora (Eurico, 2019, p. 19).

Segundo Eurico (2019), o racismo, visto como um fenômeno universal, sustenta-se por uma ideologia que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outro considerado inferior, frequentemente respaldada por argumentos supostamente

científicos. Desde a escravidão, a reprodução das desigualdades raciais tem sido central para o desenvolvimento do capitalismo. A crença na inferioridade dos povos negros reforça a desqualificação das famílias negras, especialmente as mais pobres.

Segundo Ferreira (2017), os párias sociais são frequentemente associados a termos como "falta", "ausência" e "carência", perdendo sua humanidade e identidade ao serem reduzidos a estereótipos negativos, como sujeitos, malvestidos, queixosos, agressivos e desonestos. Embora pareçam "invisíveis" em termos étnico-raciais e de gênero, é principalmente o corpo negro que personifica essa figura marginalizada.

Nesse trabalho conforme as falas trazidas pelas mulheres negras entrevistadas é uma denúncia da desconexão entre o serviço ofertado e as demandas concretas das mulheres negras atendidas. Esse cenário evidencia a importância de políticas públicas que reconheçam as desigualdades estruturais e promovam uma atenção verdadeiramente inclusiva, que considere as dimensões étnico-raciais e as necessidades práticas de acesso. O fortalecimento do vínculo entre o PAIF e essas mulheres passa pela valorização de suas vivências e pela implementação de estratégias de acolhimento que priorizem a equidade e a participação ativa.

À medida que a construção da (in)visibilidade da população negra atinge a sociedade brasileira, ela também se estende à política de assistência social. As marcas da escravidão produziram um determinado entendimento sobre a população negra, mas é a construção ideológica após a abolição que se torna fundamental. Essa ideologia é sustentada pelo mito da democracia racial, que afirma que todos somos iguais, que o racismo não existe e que, em nossa sociedade, as diferenças, quando trazidas e discutidas, são consideradas ilegítimas.

A arquitetura do mito da democracia racial se dará de forma tão 'eficiente', que mesmo diante da defesa da igualdade formal as demarcações do reconhecimento das diferenças de gênero se farão mais 'legítimas' do que as raciais. Isso porque no bojo dessa ideologia, demarcar diferenças étnico-raciais seria o mesmo que demarcar ou atestar as desigualdades que tais diferenças acarretam. A negação do racismo e a defesa de que se vive num país de 'iguais', torna-se a arma mais utilizada não necessariamente para se combater as desigualdades étnico-raciais, mas, sobretudo, para mascará-las (Ferreira, 2017, p. 243).

Segundo Bannerji (2021), para que a democracia seja mais que rituais políticos que legitimam desigualdades sociais e o domínio do capital, ela precisa ser popular e verdadeiramente participativa. Isso requer movimentos sociais e organizações que lutem por direitos populares com uma visão política que compreenda a sociedade

como complexa, contraditória e interconectada. Não basta tratar raça, gênero e classe de forma isolada ou estratificada; é necessário superar essa fragmentação e integrar essas dimensões em uma abordagem ampla. Por exemplo, sindicatos só podem ser verdadeiramente de luta de classes se incorporarem raça e gênero à definição de classe em suas práticas e concepções.

Em um país onde a população negra é assassinada e encarcerada, são essas as famílias afetadas por esses fatores e atendidas pela assistência social. Reconhecer essa população como sujeitos de direitos é fundamental para que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não considere apenas a dimensão econômica, expressa na pobreza, mas também integre em suas análises as questões de gênero, raça e sexualidade, que são construídas e reconstruídas no cotidiano das relações sociais, nas quais esses sujeitos se percebem e se posicionam no mundo.

O CRAS, por sua vez, como principal serviço próximo ao território da população atendida, tem o papel de acompanhar as famílias e perceber como essas relações sociais se estabelecem na convivência familiar, na interação com amigos, vizinhos, no trabalho, entre outros. O serviço deve estar atento às dimensões de gênero e étnico-racial, que atravessam e impactam as vidas. A partir do entendimento das múltiplas determinações que envolvem a realidade e a identidade das famílias negras, seria possível uma maior aproximação e identificação dessas famílias com o serviço, possibilitando uma melhor intervenção.

Em Campinas assim como outras cidades do país à sua maneira demarca o seu modo com as relações de gênero e raça se estabelecem. Última cidade do país ³⁷a abolir escravatura carrega traços do projeto burguês de opressão e extermínio da população da negra.

O que se notou nesta pesquisa, através das falas das mulheres negras entrevistadas é que o CRAS não articula uma maior participação com os movimentos sociais, conselhos e instituições de gênero e raça presentes no município, o que é

³⁷ Campinas é reconhecida como uma das últimas cidades brasileiras a abolir a escravidão. São comuns referências históricas que indicam que ser vendido para um barão campineiro era um castigo já que estes aqui eram particularmente violentos. Essa violência se relaciona com a própria “dinamização” econômica da cidade, que após a abolição do tráfico de escravos se desenvolveu como um centro escravocrata, tanto para o tráfico interno quanto para a economia cafeeira nos anos de 1870 e 1880. O número de escravizados na cidade nesse período supera o 1/3 dos escravizados de todo o Estado. Cf. TELLES, F.; ZANNI, G. Luta negra: 20N: retomar a história dos insurretos de Campinas e o legado de Zumbi. **Esquerda diário**, 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/20N-retomar-a-historia-dos-insurretos-de-Campinas-e-o-legado-de-Zumbi> Acesso em: 30 set. 2024.

preocupante, uma vez que uma das funções da instituição é estabelecer relações com esses atores da comunidade.

O trabalho coletivo através do PAIF oferece múltiplas oportunidades para se trabalhar criticamente aspectos relativos às dimensões de gênero e étnico-raciais, em parceria com órgãos locais, como coletivos, movimentos sociais, universidades, etc. Ainda mais sabendo da existência, no município, do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas.

Ainda outra parte importante através das falas das mulheres e que reverbera no acompanhamento do PAIF e que segundo elas ao longo do tempo de acompanhamento no CRAS a questão étnico-racial não foi trazido para discussão de maneira coletiva nos territórios, e isso poderá ser associado a vários fatores como formação dos profissionais que integram o SUAS em sua grade curricular estaria sendo trabalhadas as questões de gênero e raça? a baixa centralidade que os estudos de gênero e sobre as relações raciais no Brasil têm na formação acadêmica de profissões centrais para as políticas públicas (Ferreira, 2017).

A ausência de problematização da questão étnico-racial e as dificuldades de acesso apontam para falhas estruturais no planejamento e na execução do PAIF. Isso reforça a necessidade de capacitação das equipes para abordar temas como racismo e interseccionalidade, além da adoção de estratégias que aproximem o serviço das usuárias, tanto fisicamente quanto no reconhecimento de suas demandas específicas, bem como da ampliação de espaços de escuta e diálogo com as usuárias para adaptar as ações às suas realidades.

Ao não conhecer ou reconhecer esses processos de formação socio-histórica brasileira, pode-se conduzir a um atendimento fragmentado, imediatista e culpabilizador do sujeito, que é vítima do racismo e da opressão de uma sociedade sexista. Em “defesa da família” nuclear burguesa, outros tipos de famílias, com destaque para as famílias negras, não são aceitas, sendo chamadas por muitos de “desestruturadas”.

Entendendo, então, que a assistência social não é uma política social isenta de valores, sendo que ela também reflete a dinâmica presente na sociedade, é necessário enfatizar que há nela traços da benemerência realizada por mulheres brancas, cujo objetivo era disciplinar as famílias. Mesmo que, nos dias atuais, a assistência social integre a seguridade social e seja garantida pelo artigo 203 da Constituição Federal, romper com esses traços conservadores ainda é um desafio,

especialmente quando a sociedade rejeita a raça como categoria para pensar a realidade brasileira.

Mas o que se quer demonstrar é que este trânsito dialético entre o invisível e o visível (de forma negativa e estereotipada, salvo exceções) permeou a trajetória da assistência social e implicou tanto no silenciamento de sujeitos, quanto na produção de modelos a serem seguidos (a família ideal) e na criação de estereótipos desqualificadores relativos aos usuários e às suas famílias (Ferreira, 2017).

No complexo e contraditório processo de produção e reprodução das relações sociais na vida cotidiana, sob a égide do capitalismo, as assimetrias no acesso a bens e serviços e a padrões mínimos de existência ao redor do mundo é mediatizada pelo lugar que o grupo étnico-racial ocupa segundo a perspectiva eurocêntrica, que estabelece padrões com base nos valores enaltecidos pela branquitude. Os privilégios da branquitude e a herança colonial subjugam a capacidade de organização dos países periféricos e reatualizam as estruturas de poder dos países centrais. O racismo estrutural sedimenta as bases sobre as quais a desigualdade social é vivida, como consequência natural, a partir do lugar que os grupos ocupam na escala produzida pela branquitude (como sinônimo de poder e de dominação) (Eurico, 2020, p. 81).

Almeida (2024) relata, a partir de sua experiência como mulher negra, a descoberta tardia que era racializada nas instituições e nas relações pessoais. Por meio da escrevivência, suas histórias podem servir como material de estudo para que outras mulheres reconheçam o racismo e o sexismo muitas vezes camuflados nas interações sociais. Para a população negra, cujas histórias foram historicamente apagadas, é crucial registrar essas vivências, tanto para compreender o racismo quanto para transformá-las, sob um viés científico, em fontes de análise e reflexão.

Pensando na “história única”, conceito trazido por Chimamanda Ngozi Adichie, que se perpetua através do mito da democracia racial, a população negra enfrenta cotidianamente as expressões do racismo. Nesse contexto, a Assistência Social pode estar reproduzindo essa narrativa colonial. Por isso, é necessário que o SUAS adote uma postura antirracista e rompa com os estereótipos relacionados ao modelo de família negra tida como desestruturada.

Sou de uma família nigeriana convencional, de classe média. Meu pai era professor universitário e minha mãe era administradora. Tínhamos, como era comum, empregados domésticos que moravam em nossa casa e que, em geral, vinham de vilarejos rurais próximos. No ano em que fiz oito anos, um menino novo foi trabalhar lá em casa. O nome dele era Fide. A única coisa que minha mãe nos contou sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe mandava inhame, arroz e nossas roupas velhas para eles.

Quando eu não comia todo o meu jantar, ela dizia: 'Coma tudo! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não têm nada?'. E eu sentia uma pena enorme deles. Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história dele (Adichie, 2019, p. 14).

Assim sendo, as falas das mulheres negras entrevistadas foram potentes no sentido de não colocá-las como objeto de pesquisa, mas como sujeito. Através das trocas com elas, pude perceber o quanto a dimensão étnico-racial ainda precisa ser trabalhada nos serviços de assistência social. Foi muito interessante a fala da Sra. Girassol sobre a necessidade de trabalhar com a população branca a dimensão étnico-racial, ou seja, estudar a branquitude e o espaço de poder que ela ocupa.

Deveria sim, mas ainda eu acho, mais ainda trabalhar com as pessoas brancas, para elas entender que nós em geral somos tudo ser humanos, não existe isso de eu fazer a diferença porque eu sou parda, que eu sou negra, que sou indígena, em primeiro lugar nós somos seres humanos. (Sra. Girassol acompanhada pelo CRAS Satélite Íris I de Campinas, 2024).

A posição da Sra. Girassol, enquanto mulher acompanhada pelo CRAS, evidencia como as vivências de vulnerabilidade social e racial podem moldar a percepção da igualdade. Sua fala parece buscar um espaço de diálogo e inclusão, mas também levanta o desafio de conciliar a universalidade com a necessidade de combater o racismo estrutural e suas consequências. Ao afirmar que "*somos todos seres humanos*", ela apresenta uma visão universalista, que valoriza a igualdade essencial entre os indivíduos. Essa perspectiva pode ser entendida como uma tentativa de combater divisões raciais e destacar o que une as pessoas. No entanto, também pode invisibilizar as especificidades e desigualdades vividas por grupos racializados, diluindo as demandas por reconhecimento e reparação histórica.

A ênfase na luta antirracista reforça a necessidade de incorporar a perspectiva étnico-racial no planejamento e execução dos serviços de assistência social. Isso implica reconhecer e combater o racismo estrutural presente nas políticas públicas e nos atendimentos realizados pelos profissionais do SUAS. O rompimento com a exclusividade do espaço acadêmico é uma oportunidade de ampliar o alcance e a aplicabilidade dos estudos. Levar essas discussões para os territórios reflete um movimento de inclusão, valorizando as realidades locais e promovendo a

acessibilidade ao conhecimento científico. Ao propor a troca de saberes entre a academia e os profissionais do SUAS poderá ter um maior enriquecimento das práticas de intervenção social. O diálogo interdisciplinar e intersetorial pode contribuir para soluções mais integradas e eficazes no atendimento das demandas da população. Essa conexão fortalece as práticas da assistência social, contribuindo para um serviço mais eficaz, alinhado às necessidades dos territórios e aos princípios da luta antirracista. Essa perspectiva aponta para um caminho transformador no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014, p. 325 - 357.
- ABREU, G.; ARCE, P.; BORTOLOTTI, J. F.; LUZ, L. A.; MARCHESINI, I.G. **Estudo da realidade de Campinas e suas contradições**: alguns elementos para subsidiar o PMAS 2018-2021. Disponível em: mcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/final_artigo_site_vigilancia_subsidio_pmas_2018_2021.pdf Acesso em: 16 dez. 2024.
- ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 7. ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2018.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALENCASTRO, L. F. de (org.). **História da vida privada no Brasil**: império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. **Novos Estudos**, n. 70, nov. 2004.
- ALMEIDA, R. A. **Insubmissas mulheres negras**: racismo institucional e cotidiano na escrivência de uma servidora pública negra. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.
- AMARO, S. A. Questão racial na assistência social: debate emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, jul./ago. 2005.
- ANTUNES, D. J. N. **Capitalismo e desigualdade**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.
- ARAÚJO, S. M. **Raça e gênero**: discriminação, interseccionalidade e resistências. São Paulo: Educ, 2021.
- ARQUIVO MUNICIPAL. **Ao D.O.V**: Civitas Companhia Imobiliária dos Bons Negócios. São Paulo: 1963.
- ARREGUI, C.; KOGA, D. H. U.; DINIZ, R. A. Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, v. 22, 2018, p. 1407-1430.
- AZERÊDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, supl. especial, jul./dez. 1994.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1996. 148 p.

BANNERJI, H. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 2079-2101, 2022.

BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BAUAB, M. A. R. Comentários sobre a política religiosa do Imperador Flávio Claudio Juliano, o apóstata. **Revista de História**, v. 45, ano 23, n. 91, jul./set. 1972.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. CEERT, 2002. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BIANCARELLI, A.M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, jun. 2014.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In*: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2020.

BOSCHI, C. C. **Os leigos e o poder**: Irmandades Negras e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BRASIL. CNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. MDS. **Orientações técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas**. Brasília: MDS, 2012a. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/09/orientacoes-tecnicas-do-scfv-para-pessoas-idosas.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Volume 1. 1. ed. Brasília: MDS, 2012b. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/101.pdf>. Acesso em: 20 jun. de 2024.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Volume 2. Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1. ed. Brasília: MDS, 2012c. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/orientacoes-tecnicas-sobre-o-paif-trabalho-social-com-familias.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Brasília: MDS, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. MDS. SNAS. DPSB. **Perguntas Frequentes**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. MDS. SNAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL. MDS. SNAS. **Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2012d.

BRASIL. MDS. SNAS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2004.

BRASIL. MDS. **SUAS Sem Racismo**: promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Cartilha_SUAS_Sem_Racismo.pdf. Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. **Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov). Poder Executivo, publicado em 4 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução CNAS n. 13, de 13 de maio de 2014**. *In*: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

BUENO, E. P. O padre Antônio Vieira e a escravidão negra no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, UEM, Maringá, maio 2004.

CALDWELL, K. L. **Mulheres Negras Militância Política e Justiça Social no Brasil**. University Of North Carolina- Chapel Hill. Niterói, v.8, n.1, p. 53-69, 2007.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Local de Gestão Urbana: Macrozona 5. SEPLAMA**, 2007.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Sumário de dados**: população de Campinas e região. Campinas: 1998. 105 p. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/sumario-dados-demograficos.php>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social**. Disponível em: <https://www.campinas.sp.gov.br/secretaria/desenvolvimento-e-assistencia-social/pagina/materiais-tecnicos-divulgacao>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Unidade de Conservação de Proteção Integral**: Parque Natural Municipal do Campo Grande – Caderno de Subsídios. Campinas: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2012. 33p.

CARAPELLO, R. O racismo camuflado pelo bullying. **Revista Educação – UNG-Ser**, v. 15, n. 1, 171-178, 2020.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FVG/Faperj, 2010.

CARDOSO, P. J. F.; MALAVOTA, C. M. **Pretos do rosário**: A Irmandade de Nossa Senhora do KILOMBA, G. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.14, n. 2, p. 153-168, jul.-dez. 2008.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América. 2002.

CARNELOSSI, B. C. N. A cristalização do consenso meritocrático à revelia da consolidação dos direitos sociais universais e incondicionais: as condicionalidades do PBF. **Revista NAU Social**, v. 7, n. 13, p. 97-109, nov. 2016/abr. 2017.

CARNELOSSI, B. C. N. Limites do Programa Bolsa Família no reconhecimento da segurança de renda no âmbito da Assistência Social: a mediação das condicionalidades. **O Social em Questão**, ano 27, n. 30, p. 225-244, 2013.

CARVALHO, E. **Crise urbana e habitação popular em Campinas (1870-1956)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1991.

CARVALHO, R. Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930 – 1960). *In*: IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, T. A. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** alterações na rede de serviços socioassistenciais da região do Butantã da cidade de São Paulo – SP. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021.

CHIACHIO, N. B. **Caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos:** o caso da assistência social. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CISNE, M.; IANAEL, F. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022.

COELHO, R. P. S. A formação de um território desigual: uma breve história de Campinas (1774-1930). **Universitas**, v. 7, ano 2, n. 13 – jul./dez. 2014.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COPOLA, P.; CAMPOS, C. Políticas de planejamento urbano em Campinas: um estudo de caso sobre o bairro Cidade Satélite Íris. **Arquivo Urbano**, n. 30, p. 56-71. DOI - <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi30.437>. Acesso em: 30 set. 2024.

CORREIA, M. C. M. **Formações familiares negras:** vozes de gerações de mulheres: Salvador 1920 a 1970. 1999. 199f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em História Social) – PUC-SP/UCSal/UESC/UNEB, São Paulo, 1999.

COSTA, G. Assistência Social no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, ano 20, n. 38, maio/ago. 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf. Acesso em: 11 dez. 2021.

COUTO, B. R. *et al.* Contradições do SUAS na realidade brasileira em movimento. *In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:* uma realidade em movimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 260-268.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DIEESE. 20 de novembro - Dia da Consciência negra. **Boletim especial**, 2024. Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DIEESE. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**. Especial 20 de novembro de 2023 – Dia da Consciência Negra. Disponível: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

DIEESE. As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio. **Boletim Especial**, 30 abr. 2024.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes **Boletim Especial 8 de Março de 2024**: Dia Internacional da Mulher.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**: Centro de Estudios Latinoamericanos Universidad de Aarhus – Dinamarca, 2005.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano 33, n. 114. São Paulo: Cortez, 2013.

EURICO, M. C. *et al.* **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

EURICO, M. C. O cotidiano da famílias negras: por uma perspectiva antirracista de análise de suas demandas e potencialidades. **Emancipa**: o cotidiano em debate. Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – CRESS 9ª Região, n. 4, maio 2019.

EURICO, M. C. **Racismo na infância**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

EURICO, M.C.; PASSOS, R. G. Democracia e lutas antirracistas. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 50, v. 20, p. 125-136, jul./dez. 2022.

EVARISTO, C. ARAUJO, A. P. (org.). **Narrativas de (RE)existência**: antirracismo, história e educação. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2021.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *In*: HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação Odila e Lafayette Álvaro. **Diagnóstico socioterritorial**. 2017. Disponível em: https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Diagn%C3%B3stico-Socioterritorial-13_07_18.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

FERNANDES, E. **Família escrava numa boca do sertão**. Lençóes, 1860-1888.

FERREIRA, G. C. **Assistência social no enlace entre a cor e o gênero dos(as) que dela necessitam**: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FONSECA, A. M. M. da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, D. J.; SILVA, R.L.; PEDROSO, L. S. Invisibilidade do debate étnico-racial no SUAS: a materialização no CRAS e no SCFV. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 31, 2022.

FORNAZIER MOREIRA, T. W. Serviço Social no combate ao racismo: experiência profissional no âmbito de um CRAS no interior paulista. *In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, 16. Brasília, 2019. Disponível em: <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1383/1351>. Acesso em: 6 ago. 2020.

FREITAS, C. D. R. **A assistência social na perspectiva dos usuários**: representação sociais e ideologia. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2014.

FREITAS, R. C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007.

GABRIEL, E. **Projeto de Lei n. 01-0408/2004**: justificativa. São Paulo, 2004.

GOMES, N. L.; SILVA, G. Estratégias de destruição das políticas de igualdade racial. **Focus Brasil**, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/04/19/estrategias-de-destruicao-das-politicas-de-igualdade-racial/>. Acesso em: 13 dez. 2024

GONZALEZ, L. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8. Encontro Nacional da Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

GOUVEIA, R. (org.). **Assistência social, trabalho e carência social**: implicações e desafios. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

GRIFFIN, R. A.; SANTOS, S. M.A.; REYNA, C.P. EU SOU uma mulher negra com raiva: autoetnografia feminista negra, voz e resistência. **Dossiê Autoetnografias**: (In)visibilidades, reflexividades e interações entre “Eus” e “Outros”. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFJF, v.,17, n. 3, dez. 2022.

GUEIROS, D. A.; SANTOS, T. F. S. Matricialidade sociofamiliar: compromisso da política de assistência social e direito da família. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, Unicamp, v. X, n. 12, dez. 2011.

GUIMARÃES, R. F.; ALMEIDA, S. C. G. **Reflexos sobre o trabalho social com famílias. Família: redes, laços e políticas públicas**. *In: ACOSTA, A. R.; VITALE,*

M. A. F. (org.). 7. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2018.

HITA, M. G. **A casa das mulheres n'outro terreiro**: famílias matriarcais em Salvador. Salvador: Edufba, 2014.

HOOKS, B. **“E eu não sou uma mulher?”**: Mulheres negras e feminismo. 2019.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. **Talking back**: Thinking feminist, thinking Black. Boston, MA: South End Press, 1989.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. 1. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Campinas**. Panorama. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>. Acesso em: 17 jul. 2024.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Dossiê Governo Lula – Novos estudos**. CEBRAP, n. 87, jul. 2010.

LIMA, T. A. **“Mãe solo é mãe sozinha”**: tecendo vivências de mães negras em fortaleza- ce e região metropolitana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira programa associado de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2021.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Direitos, cidadania e necessidades humanas básicas: conceitos imprescindíveis no debate da proteção social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 12, n. 1, p. 29-49, 2006.

LOAS - **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

LOPES, M. A. **Protecção social em Portugal na Idade Moderna**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MACHADO, F. S. Análise e previsão da evasão escolar do ensino médio através de dados públicos. **Monografia**: Fundação Getúlio Vargas Escola de Matemática aplicada-FGV /EMAp curso de graduação em matemática aplicada, Rio de Janeiro 2019.

- MACHADO, L. S. Os africanos presentes na lista nominal da população de Itapemirim em 1833. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano. 2, n. 3, jan./jul. 2018.
- MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, ano XIII, n. 11, dez. 2011.
- MALAVOTA, C. M. **Pretos do rosário**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX). Itajaí: Casa Aberta, 2008.
- MARANHÃO, S. S. S. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**: bolsonarismo, neofascismo e Serviço Social. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.
- MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre identidade (NEPI/PUCSP).
- MARTINS, A. P. V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Hist. Cienc. Saúde**, Manguinhos, v.18, n.1, p. 15-34. 2011.
- MARTINS, J. P. S. **Campinas século XX**: 100 anos de história. Campinas: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.
- MARX, K. O capital. **Livro 1**: O processo de produção do Capital. Capítulo 5: O processo de trabalho e o processo de valorização. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MIOTO, R. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v.12, n. 2, p.163-176, jan./jun. 2010.
- MOREIRA, T. W. F.; SANTOS, P. M. S. Estágio em Serviço Social, combate ao racismo e trabalho com famílias: uma experiência antirracista no contexto do trabalho no CRAS. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), v. 4, n. 1, p. 91-113, jan./jun. 2020.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.
- MUNHOZ, M. L. P. **Diversidade, relações raciais e educação em direitos humanos**. 2006. 299f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- NADER, M. B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória (ES): EDUFES, 1997.
- NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, n. 1, 103-112. DOI - <https://doi.org/10.23925/ls>. Acesso em: 30 set. 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. *In*: LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

OLIVEIRA, E. C. S. et al. Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 39, n. 2, 141-152, 2019.

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2005.

PAIXÃO, M. **Manifesto antirracista**: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2006.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas** [S.l.], v. 16, n. 3, p. 949-969, 2008.

PAMPLONA, D. A. Clara dos Anjos de Lima Barreto e o retrato da condição do negro no período pós-abolicionista. *In*: BARRETO, M. A. S. C. et al. (org.). **Africanidades**: produção de identitárias e políticas culturais. Vitória: Edufes, 2013.

PANTOJA, A. L. N. Cenas do mundo do trabalho: fragmentos de experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém do Pará (1890-1910). **GÊNERO**: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, Niterói, Eduff, v. 4, n. 2, p. 31-52, 2004.

PASSO, O. F. D; SILVA, R. R. C. A Assistência Social no município de Campinas (SP) e as relações de trabalho no Terceiro Setor. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 18, n. 2, p. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/35156>. Acesso em: 30 set. 2024.

PASSOS, R. G. Entre o assistir e o cuidar: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 40, p. 247-260, 2017.

PAULA, R. F. S. **Direitos humanos em tempos de barbárie**: questionar o presente para garantir o futuro. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

PAVANATI, C. M. **A saúde e a doença em Campinas**: 1889-1930 – (re)visitando uma história. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PIMENTEL, S. et al. **Raça e gênero**: discriminação, interseccionalidade e resistências. São Paulo: Educ, 2021.

PINTO, E. A. **Etnicidade, gênero e educação**: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

PIOSEVAN, F. Ações afirmativas e direitos humanos: introdução. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 36-43, mar./maio 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

PONTES, P. P. População negra foi a mais afetada por crises no mercado de trabalho. **Jornal da Unicamp**, ed. 683, Campinas, 27 mar./9 abr. 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/683/populacao-negra-foi-mais-afetada-por-crisis-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUITÃO, A. A. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

RAICHELIS, R. D. et al. **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2017.

RAICHELIS, R. D.; DEGENSZAJN, R. et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, out. 2012.

RAMOS, A. G. *Introdução à Crítica Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RASCKE, K. L. Os pretos e as pretas do Rosário: sobrevivências, procissões, festas e celebrações da morte no século XIX em Desterro/Florianópolis. In: CARDOSO, P. J. F.; MALAVOTA, C. M. **Pretos do rosário**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

RELATÓRIO especial 2023. **25 anos**: desenvolvimento humano no Brasil: Construir caminhos, pactuando novos horizontes. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Brasília, DF, 2024.

RIOS, A. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATT, A. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RODRIGUES, F. **A invenção da cidade**: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006). 2008. 363 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ROLDÃO, I. C. do C. (org.). **Memórias do Campo Grande**: uma história de lutas e religiosidade às margens da John Boyd Dunlop. Aparecida: Ideias e Letras, 2011. 140 p.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, F. F.; GHIRARDELLO, N. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o espaço urbano negro na cidade de São Paulo pós-abolição. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 7, n. 53, 2019.

SANTOS, M. C. S. “**Quem pariu mateus que o balance?**”: um estudo sobre as experiências do cuidado nas maternagens de mães negras de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

SANTOS, M. M. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho**: espaço de resistência, negociação e autonomia negra (séculos XVIII-XX). Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História. Brasília, julho de 2015.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Editora Veneta, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR. Brasília, 2013.

SILVA, C. P.; ALVES, A. L. “Negras meninas”: estudo sobre a visão das meninas negras sobre a questão de gênero e racial. *In*: **Fazendo Gênero 10**: desafios atuais dos feminismos, Florianópolis, 2013.

SILVA, L. O. Cuidado Social, Gênero e a Política de Assistência Social. *In*: GOUVEIA, R. **Assistência social, trabalho e care social**: implicações e desafios / Rachel Gouveia (org.). – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020

SILVA, M. A. M. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930-2010). **Sociol. Antropol**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 445-473, maio–ago. 2021.

SILVA, M. B. **Assistência social e seus usuários**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, M. O. S. e. A Política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): processo de construção e de desmonte. ENPESS, 16, **Anais** [...]. UFES, 2018.

SILVA, R. A. da. **O processo de expansão urbana recente da região sudoeste de Campinas**: agentes e impactos. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, T. D.; SILVA, S. P. Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, mar. 2021.

SILVA, T. dos S. *et al.* Os usuários da assistência social em municípios de pequeno porte: uma análise da questão étnico-racial a partir do Cadastro Único. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 10, **Anais** [...]. 2021

SILVA, Y. C. S. **A relação entre a estigmatização da política de assistência social e a cor da população usuária.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, 2022.

SIQUEIRA, C. G. de. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2006). **Textos NEPO**, n. 59. Campinas: Nepo/Unicamp, abr. 2009.

SIQUEIRA, C. G. de. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2006). **Textos NEPO**, n. 59. Campinas: Nepo/Unicamp, abril, 2009.

SIRIO, G. S.; SILVA, R. L. Da favela do Canindé ao CRAS: Carolina Maria de Jesus no acompanhamento familiar grupal com mulheres. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16. Tema: “40 anos da Virada do Serviço Social. **Anais** [...]. Brasília (DF), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

SISS, A.; PACE, Â. F. O papel da educação na construção das identidades étnicas como fator primordial para o pleno exercício da cidadania. *In*: BARRETO, M. A. S. C.; produções identitárias e políticas culturais. Vitória: Ed ..., 2013.

SOBRINHO, J. I. L.; Veiga, G da. O desfinanciamento da política de assistência social no (des)governo Bolsonaro. Encontro Internacional de Política Social, 9, Encontro Nacional de Política Social, 16. **Anais** [...] 2023.

SOUSA, N. S. **Torna-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências; v. 4).

SPOSATI, A. de O. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. São Paulo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, A. de O. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC, n. 10, jul./dez. 2007.

SPOSATI, A. de O. **Vida urbana e gestão da pobreza**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, A. de O. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2315-2325, 2018.

STAKONSKI, M. M. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis e as ações romanizadoras: rupturas e permanências no final do século XIX e primeiras décadas do XX. *In*: CARDOSO, P.

J. F. TELLES, V. S. Pontos e linhas de uma descrição da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial. *In*: Trajetórias de mulheres negras em Belém do Pará (1890-1910). **GÊNERO**: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, Niterói, v. 4, n. 2, p. 31-52.,

VALE, M.R.; CONCEIÇÃO, T.F.F. A Cor da Política de Assistência Social no Brasil. *In*: GOUVEIA, R. (org.). **Assistência social, trabalho e care social**: implicações e desafios /. – Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, n. 110, p. 288-322, 2012.

YAZBEK, M. C.; RAICHELLIS, R. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma construção permeada de tensões, avanços e retrocessos. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, **Anais** [...], 2018.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família(PAIF) e a dimensão étnico-racial no trabalho social com as mulheres negras desenvolvidas no CRAS Satélite Íris região noroeste de Campinas-SP, realizada pela pesquisadora Patrícia Ribeiro Silva Santos, discente no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – nível Mestrado – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, período 2022-2024, sob a orientação e responsabilidade da professora Dra. Bruna Cristina Neves Carnelossi.

JUSTIFICATIVA : Inspirada pelos questionamentos de Ferreira em sua tese que versa sobre “raça e nação na origem da política social brasileira, esta pesquisa visa encarar a realidade do trabalho social executado pelo PAIF em termos raciais. E assim desvelar essa aparente cegueira da raça em nossas atividades profissionais no âmbito da assistência social. Tem se aqui por pressuposto que encarar essa cegueira é fator primeiro para um trabalho social antirracista no SUAS.

A partir de um olhar radical, além do que dito, e considerando as legislações e produções acadêmicas, considero a seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: Como a dimensão étnico- racial é trazida no trabalho social com as mulheres negras no âmbito do PAIF executado no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Satélite Iris, pertencente a região noroeste da cidade de Campinas-SP? meu local/território de moradia, de maternidade, de trabalhadora, e de mulher negra.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA:

Objetivo Geral

Investigar como o trabalho social desenvolvido pelo PAIF no CRAS Satélite Íris, em Campinas – SP aborda a dimensão étnico-racial com as mulheres negras.

Objetivos Específicos

- Conhecer o aspecto étnico racial na política de assistência social;
- Rever a temática do trabalho social com famílias no âmbito do SUAS com ênfase em uma abordagem sobre a questão étnico-racial.
- Analisar os desafios de efetivação do trabalho social no âmbito do SUAS comprometidos com a luta antirracista.
- Abordar como as mulheres negras acompanhadas pelo PAIF do CRAS Satélite Iris identificam o reconhecimento de suas necessidades como mulheres negras.

PROCEDIMENTOS: A entrevista será realizada com as mulheres negras acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Satélite Iris de Campinas/SP, serão assim convidadas a participar da entrevista, que serão realizadas individualmente.

No início da entrevista serão informadas sobre os objetivos da pesquisa e será feito a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE nos termos da Resolução 466/2012, que estabelece os aspectos éticos de pesquisas com seres humanos. Assim, quando de acordo, foi coletada a assinatura do participante. Com sua permissão, gravaremos as entrevistas para posterior transcrição dos relatos.

A entrevista será desenvolvida com o uso de um roteiro de questões semiestruturadas para guiar a investigação, podendo assim o entrevistado discorrer sobre o tema de forma mais livre.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com as mulheres negras atendidas pelo CRAS -Satélite Iris, localizado no endereço: Av. Professsor Mário Scolari, 91 - Cidade Satélite Íris, Campinas - SP, 13059-605.As entrevistas serão guiadas por meio de um roteiro de questões e serão gravadas. As entrevistas deverão levar em torno de 45 minutos. As gravações com as entrevistadas só serão realizados a partir do consentimento das mesmas e não haverá nenhuma identificação dos sujeitos participantes. Após o término do projeto as gravações serão destruídas.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não há riscos previsíveis. É possível que haja desconfortos em relação ao tempo dispendido na realização da pesquisa, que será de, aproximadamente, 45 minutos, e/ou constrangimento no momento de responder às questões.

BENEFÍCIOS: O participante da pesquisa não terá benefícios diretos com sua participação, porém os resultados dessa pesquisa poderão ajudar em pesquisas futuras e intervenções que poderão ser aliadas a uma luta antirracista na Política de Assistência Social. Poderão ser utilizados para ensino, apresentações e publicações científicas sobre o assunto.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: A qualquer tempo a participante da pesquisa poderá procurar pela pesquisadora para informações referente a pesquisa .

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha

prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a) pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE : Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada. As informações coletadas serão armazenadas e tratadas, serão gravadas no celular da pesquisadora, armazenadas e posteriormente serão transcritas e apagadas pós encerramento da pesquisa.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO: O participante não terá nenhum gasto financeiro e não haverá nenhum tipo de pagamento ou ressarcimento para aqueles que aceitarem participar. A pesquisa será feita no mesmo dia de atendimento da participante no CRAS Satélite Iris para que o participante não tenha gasto adicional com transporte até o CRAS. O participante terá garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) pesquisador(a) Patrícia Ribeiro Silva Santos no telefone (19)99888-2469, endereço: Av. Jonh Boyd Dunlop,nº6161, bairro Satélite Iris. sob a orientação e responsabilidade da professora Dra. Bruna Cristina Neves Carnelossi.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001 Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: ***Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira***
De acordo com a Resolução nº **466/12** da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP, "toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou em partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais", deve ser submetida à apreciação e acompanhamento do CEP.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

LOCAL, DATA

_____/_____/_____

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) e a dimensão étnico-racial no trabalho social com as mulheres negras desenvolvidas no CRAS Satélite Íris região noroeste de Campinas-SP”, eu, Patrícia Ribeiro Silva Santos, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisador

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista (semiestruturada) questões disparadoras para as / os sujeitos da pesquisa: mulheres negras atendidas pelo CRAS Satélite Iris de Campinas.

Eixo 1. Informações de Identificação do/a participante

- Raça/cor
- Escolaridade
- Naturalidade
- Condição da moradia Casa própria() alugada () cedida () outro ()
- pertencimento territorial
- Trabalho/Ocupação
- Renda Familiar / Fonte de renda
- recebe benefício de transferência de renda?
- Condições de saúde
- Vive onde? No mesmo teto? Quais são as relações de afeto e apoio que a entrevistada pode contar?
- Qual a história atual.
- Filhos? Qual idade?
- Cidade de Origem
- Porque mudou para esse bairro
- E a informação sobre a condição de maternar, se solo ou compartilhada.
- Observar como deseja ser identificada na pesquisa
- Você se sente sobrecarregada nos cuidados de outros familiares.
- Histórico de trabalho ao longo da vida.

Eixo 2. Compreender o acesso à proteção social ofertada pelo Estado

- O CRAS (nome do CRAS) é próximo de sua residência?
- Como acessou o CRAS?
- Quanto tempo de acompanhamento.
- Qual frequência vai ao CRAS?
- Conhece o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ?
- Quais atividades que você participa no âmbito do PAIF? No trabalho social desenvolvido.

- Você participa da elaboração dessas atividades?
- Existem outros serviços públicos (de cidadania) no território além do CRAS que você acessa?
- Você já passou por dificuldades na infância, adolescência, juventude, fase adulta (foco na expressão do racismo) no seu território? Se sim chegou a trazer essas discussões no CRAS?
- E se chegou a vivenciar foi discutido sobre tais dificuldades e porque delas existirem? O serviço chegou a orientar a respeito de tal situação e procurar por direitos?
- Você percebe que o CRAS tem um vínculo com o seu território e realiza atividades externas sobre tais dificuldades?

Eixo 3. Entender como essas mulheres percebem a dimensão étnico racial no trabalho social desempenhado pelo PAIF.

- Como você vivencia o racismo?
- A dimensão étnico-racial está presente nos trabalhos em grupo do PAIF na unidade do CRAS? Se sim, de qual forma?
- Você consegue se fortalecer enquanto mulher negra neste serviço?
- Quais foram as implicações, sequelas ou perdas em sua vida sobre tais dificuldades.
- Encontra barreiras para acessar os serviços do CRAS.
- Formas de resistência.

ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO PUC/SP

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA:**

Título da Pesquisa: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família(PAIF) e a dimensão étnico- racial no trabalho social com as mulheres negras desenvolvidas no CRAS Satélite Íris região noroeste de Campinas-SP

Pesquisador: Patrícia Ribeiro Silva Santos

Versão: 1

CAAE: 79556024.5.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Número do Parecer: 6.910.284

Situação do Parecer: Aprovado